

LARISSA BARTH

**A INVENÇÃO DAS FRONTEIRAS PLATINAS A PARTIR DO RELATO DE
ARSÈNE ISABELLE**

DOURADOS – 2026

LARISSA BARTH

**A INVENÇÃO DAS FRONTEIRAS PLATINAS A PARTIR DO RELATO DE
ARSÈNE ISABELLE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: *História, Região e Identidades*.

Orientador: Prof. Dr. Eudes Fernando Leite

DOURADOS – 2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

B284i Barth, Larissa

A INVENÇÃO DAS FRONTEIRAS PLATINAS A PARTIR DO RELATO
DE ARSÈNE

ISABELLE [recurso eletrônico] / Larissa Barth. -- 2026.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: Eudes Fernando Leite.

Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal da Grande
Dourados, 2026. Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. América Platina. 2. Relato de Viagem. 3. Viajante. 4.
Representações. 5. Gaúchos. I. Leite, Eudes Fernando. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

LARISSA BARTH

**A INVENÇÃO DAS FRONTEIRAS PLATINAS A PARTIR DO RELATO DE
ARSÈNE ISABELLE**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovada em 24 de fevereiro de 2026.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador: Eudes Fernando Leite (Dr., UFGD)

2º Examinador: Leandro Baller (Dr., UFGD)

3º Examinador: Jocelito Zalla (Dr., UFRGS)

AGRADECIMENTOS

A realização desta dissertação foi possível graças ao apoio de familiares, amigos e professores, os quais expresso meus mais sinceros agradecimentos.

Primeiramente agradeço a Deus pela vida, saúde, sabedoria e força concedida ao longo dessa trajetória. Pela primeira vez me mudei de estado e fiquei longe da minha rede de apoio, e em meio aos desafios diários, sei que Deus estava presente abençoando meus caminhos!

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Eudes Fernando Leite pela dedicação, paciência, diálogo e pelas valiosas contribuições. A orientação com o Sr. foi de enriquecimento tanto intelectual, quanto pessoal! Aprendi que em certos momentos ser cético e realista também são formas de cuidado com quem está ao nosso redor. Agradeço pela confiança depositada em mim, e mesmo quando eu lhe procurava com ideias mirabolantes, o Sr. apoiou!

Também agradeço aos Profs. Drs. Sandra Nara da Silva, Marcos Antonio de Menezes e Éder Mendes de Paula da Universidade Federal de Jataí, que sempre apoiaram minhas escolhas e o ingresso no Mestrado.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados pelo acolhimento, assim como ao Laboratório de Estudos e Pesquisas em História, Identidades e Representações (LEPHIR). Toda infraestrutura oferecida, assim como as disciplinas foram de grande proveito. Agradeço a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado do Mato Grosso do Sul (Fundect) pelo fomento em minha pesquisa, oportunizando a realização da mesma com dedicação exclusiva.

Agradeço aos Profs. Drs. Leandro Baller (PPGH-UFGD) e Jocelito Zalla (PPGH-UFRGS) que estiveram comigo desde a banca de qualificação, e em outros momentos, pelas trocas enriquecedoras para realização desta pesquisa! Vocês foram cruciais nesse momento.

Agradeço à minha família, principalmente aos meus pais Vera Nice Barth e Rudi Inácio Barth que sempre me apoiaram, independentemente das minhas escolhas! A minha irmã, Vanessa Barth, pelo companheirismo desde sempre! Passar esse momento longe de vocês foi um dos maiores desafios, mas a confiança depositada em mim me deu força!

Muito obrigada por estarem ao meu lado, e permitirem que eu possa correr atrás dos meus sonhos!

Agradeço aos amigos que fiz em Dourados-MS, Kerina, Ana, Sílvia, Ana Valéria, Richardy, Raissa e João! Vocês fizeram dessa caminhada mais leve! Obrigada pelos momentos que compartilhamos juntos, “na alegria e na tristeza”, sempre tentando nos manter firmes na jornada da Pós. Também agradeço aos meus amigos que mesmo de longe, estavam ali sempre dispostos a me ouvir: Heitor, Laura, José Renato, Bárbara, Amanda, Gabriel, Igor e Ludimilla! A amizade de vocês é um dos bens mais preciosos que tenho! Obrigada!

Agradeço aos meus avós Almira Leonida e Jacob Lauredo Barth, e Aurea e Júlio Otavio Zimmer, em lembrança! Infelizmente não tive a oportunidade de ter muito contato com eles, pois todos viveram no Rio Grande do Sul, e eu nasci e fui criada em Goiás. Mas essa pesquisa só existe por conta deles! A curiosidade em pesquisar a História do RS sempre pulsou em mim, por conta das minhas raízes. Desde a minha graduação fiz questão de aproximar-me disso, e portas foram se abrindo. Essa pesquisa vai muito além, pois envolve temáticas que fui me aproximando e me apaixonando por estudar: América Platina, Relato de Viagem e Literatura, a construção da figura dos gaúchos, entre outras. Acredito que para realizarmos uma pesquisa, devemos nos apaixonar por ela, assim a caminhada torna-se menos árdua, e a escrita vai nos trazendo alegria e satisfação, e assim essa tomou forma.

Por fim, agradeço a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado do Mato Grosso do Sul (FUNDECT), pelo apoio financeiro nesta pesquisa, crucial para desenvolvimento da mesma.

RESUMO:

Essa dissertação investiga as representações produzidas pelo viajante francês Louis Frédéric Arsène Isabelle sobre a América Platina a partir de seu relato de viagem, elaborado após sua expedição pela região entre 1830 a 34, e publicado em 1835. Partindo da perspectiva da História Cultural e dos estudos sobre relato de viagem compreendo a obra como uma construção discursiva atravessada por categorias ideológicas do século XIX, tais como as ideias de civilização, barbárie, modernidade, progresso e selvageria. O problema central consiste em analisar como essas representações contribuíram para invenção das fronteiras simbólicas, culturais e identitárias na região platina meridional. O estudo articula diferentes dimensões: a trajetória intelectual do viajante, contexto político e social tanto da Europa quanto da América no século XIX, os códigos narrativos do gênero do relato de viagem, e a circulação posterior da obra. Utiliza-se como fonte principal a versão *Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul*, edição disponibilizada pela biblioteca digital do Senado Federal, de 2006. Como suporte ainda analisa-se versões de 1943 e 1983, cujos paratextos são analisados como dispositivos que moldaram a difusão da obra de Isabelle na região. Os resultados demonstram que Arsène Isabelle inventou uma imagem da região, a partir de seu universo cultural europeu do século XIX, reforçando suas hierarquias e classificações, especialmente na oposição entre civilização e barbárie. A sua descrição dos gaúchos, apresentados como selvagens, violentos, responsáveis pelo atraso regional, dialoga com debates construídos a posteriori pelas historiografias e literaturas platinas. Isso reforça o argumento de que as representações de Isabelle foram difundidas e recebidas em diferentes âmbitos. A pesquisa evidencia assim, como um relato de viagem europeu pode atuar como mecanismo de poder, produzindo sentidos, legitimando hierarquias e atuando na invenção histórica das fronteiras platinas.

Palavras-chave: América Platina; Relato de viagem; Viajante; Representações; Gaúchos.

ABSTRACT

This dissertation investigates the representations produced by French traveler Louis Frédéric Arsène Isabelle about Platine America based on his travelogue, written after his expedition through the region between 1830 and 1834, and published in 1835. From the perspective of cultural history and travelogue studies, I understand the work as a discursive construction permeated by 19th-century ideological categories, such as the ideas of civilization, barbarism, modernity, progress, and savagery. The central problem is to analyze how these representations contributed to the invention of symbolic, cultural, and identity boundaries in the southern Platine region. The study articulates different dimensions: the intellectual trajectory of the traveler, the political and social context of both Europe and America in the 19th century, the narrative codes of the travelogue genre, and the subsequent circulation of the work. The main source used is the version *Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul*, published by the digital library of the Federal Senate in 2006. As support, versions from 1943 and 1983 are also analyzed, whose paratexts are analyzed as devices that shaped the reception of Isabelle's work in the region. The results show that Arsène Isabelle invented an image of the region based on his 19th-century European cultural universe, reinforcing its hierarchies and classifications, especially in the opposition between civilization and barbarism. His description of the gauchos, presented as savage, violent, and responsible for the region's backwardness, dialogues with debates constructed a posteriori by Platine historiographies and literature. This reinforces the argument that Isabelle's representations were disseminated and received in different spheres. The research thus highlights how a European travelogue can act as a mechanism of power, producing meanings, legitimizing hierarchies, and acting in the historical invention of the Platine frontiers.

Key words: Platinum America; Travelogue; Traveler; Representations; Gauchos.

RESUMEN

Esta tesis investiga las representaciones producidas por el viajero francés Louis Frédéric Arsène Isabelle sobre la América Platina a partir de su relato de viaje, elaborado tras su expedición por la región entre 1830 y 1834, y publicado en 1835. Desde la perspectiva de la historia cultural y los estudios sobre relatos de viaje, entiendo la obra como una construcción discursiva atravesada por categorías ideológicas del siglo XIX, tales como las ideas de civilización, barbarie, modernidad, progreso y salvajismo. El problema central consiste en analizar cómo estas representaciones contribuyeron a la invención de fronteras simbólicas, culturales e identitarias en la región platina meridional. El estudio articula diferentes dimensiones: la trayectoria intelectual del viajero, el contexto político y social tanto de Europa como de América en el siglo XIX, los códigos narrativos del género del relato de viaje y la posterior difusión de la obra. Se utiliza como fuente principal la versión *Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul*, edición disponible en la biblioteca digital del Senado Federal, de 2006. Como apoyo, se analizan también las versiones de 1943 y 1983, cuyos paratextos se analizan como dispositivos que moldearon la difusión de la obra de Isabelle en la región. Los resultados demuestran que Arsène Isabelle inventó una imagen de la región a partir de su universo cultural europeo del siglo XIX, reforzando sus jerarquías y clasificaciones, especialmente en la oposición entre civilización y barbarie. Su descripción de los gauchos, presentados como salvajes, violentos y responsables del atraso regional, dialoga con debates contruidos a posteriori por las historiografías y literaturas platinenses. Esto refuerza el argumento de que las representaciones de Isabelle se difundieron y fueron recibidas en diferentes ámbitos. La investigación pone así de manifiesto cómo un relato de viaje europeo puede actuar como mecanismo de poder, produciendo significados, legitimando jerarquías y actuando en la invención histórica de las fronteras platinenses.

Palabras clave: América Platina; Relato de viaje; Viajero; Representaciones; Gauchos.

LISTA DE FIGURAS

Imagem 01 - Mapa de Vice-reinos e capitanias.....	28
Imagem 02 - Relações dos tratados.....	31
Imagem 03 - Os territórios trocados: Sete Missões e Colônia do Sacramento.....	32
Imagem 04 - As repúblicas do Prata, 1820-1870.....	39
Imagem 05 - Mapa político da América Latina em 1830.....	44
Imagem 06 - O viajante francês Louis Frédéric Arsène Isabelle.....	50
Imagem 07 - Localidades pelas quais Arsène Isabelle passou na antiga província de São Pedro do Rio Grande do Sul.....	108
Imagem 08 - Gravura de um gaúcho laçando um touro.....	154

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHGN – *Instituto Histórico y Geográfico Nacional*

IHGRP - *Instituto Histórico y Geográfico del Rio de la Plata*

IHGRGS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

RESUMO:	6
LISTA DE FIGURAS.....	9
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	10
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I - ONDE, QUEM, QUANDO E COMO? PREMISSAS DE UMA VIAGEM ÀS FRONTEIRAS PLATINAS MERIDIONAIS.....	25
1.1 O cenário: Bacia Platina	26
1.2 O sujeito: Viajante francês Arsène Isabelle.....	45
1.2.1 Viajantes-naturalistas	45
1.2.2 Louis Frédéric Arsène Isabelle.....	48
1.3 O tempo: Discussões em voga.....	59
CAPÍTULO II - A VIAGEM DE ARSÈNE ISABELLE AO MUNDO PLATINO	70
2.1 Representações sobre o Mundo Platino: Relatos de Viagem.....	73
2.2 Pelos caminhos de Isabelle	87
CAPÍTULO III - REVERBERAÇÕES DE UMA VIAGEM ÀS FRONTEIRAS GAÚCHAS PLATINAS	112
3.1 Como os relatos de viagem chegam aos públicos? O poder da difusão na Europa e da recepção pela América	114
3.2 A repercussão dos relatos de viagem: influências perante as historiografias platinas.....	131
CAPÍTULO IV - ENTRE A BARBÁRIE E OS PAMPAS: A CONSTRUÇÃO DO GAÚCHO NAS FRONTEIRAS PLATINAS.....	149
4.1 A construção da figura dos gaúchos a partir de Arsène Isabelle	151
4.2. Da selvageria ao mito: representações dos gaúchos nas fronteiras platinas	162
CONCLUSÃO.....	191
FONTES	199
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	200
BIBLIOGRAFIA	207

INTRODUÇÃO

O século XIX foi marcado por inúmeros acontecimentos que mudaram as perspectivas humanas frente ao tempo e ao espaço, já que, com avanços científicos e tecnológicos as viagens passaram a ser mais comuns, permitindo que indivíduos conhecessem e inventassem o até então “desconhecido”. Viagens que atravessaram continentes marcaram uma “nova forma de ver o mundo”, já que, assim, diversas representações passaram a ser construídas e difundidas ao redor do globo.

Dentre os acontecimentos, elenco aqui alguns considerados por mim como principais. A independência das antigas colônias ibero-americanas e criação de seus diferentes Estados-nações permitiram uma abertura de fronteiras para sujeitos de diferentes regiões do mundo. Nesse sentido, junto ao fim das Guerras Napoleônicas, que possibilitaram que viajantes europeus circulassem livremente pelas fronteiras europeias, muitos desses sujeitos passaram a empreender expedições para América.

Ainda nesse momento, ressurgiu o interesse pelos estudos de natureza, que marcaram diversas instituições científicas e academias europeias, as quais, junto a muitos governantes, passaram a financiar a vinda e a exploração de viajantes naturalistas para o “Novo Mundo”. Tal questão, marcada pelo avanço do capitalismo industrial e neocolonialismo europeu, garantia que os sujeitos explorassem territórios e percebessem o lucro que esses poderiam gerar; sendo assim, “essa pesquisa teve inegavelmente também a ver com poder e dominação” (Smith, 2021, p. 77).

Como produto, muitos escreveram relatos de viagem que foram altamente difundidos e acabaram sendo responsáveis por criar um imaginário social sobre as Américas. Pensando o conceito de imaginário social a partir de Baczkó (1985), este é uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida coletiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder (p. 310). Nesse sentido, o imaginário europeu sobre a América se constituía de representações estereotipadas, racializadoras e colonialistas, e assim tornava-se uma “justificativa” para o avanço da dominação imperialista.

A presente pesquisa é direcionada através de uma expedição pela América Platina¹, realizada pelo viajante, intelectual e comerciante francês Louis Frédéric Arsène

¹ O processo de consolidação do termo refere-se à segunda metade do século XVIII e o século XIX, refletindo sua realidade geográfica (região banhada pela Bacia do Rio da Prata), quanto política/administrativa (antigo Vice-Reino do Rio da Prata). Em minha pesquisa o termo “América Platina” é usado para tratar de parte dessa região: as fronteiras meridionais entre Argentina, Uruguai e Rio Grande do Sul, as quais serão explicadas de maneira aprofundada no primeiro capítulo.

Isabelle. Sua viagem também resultou na publicação de um relato de viagem, aqui utilizado como fonte, e também como objeto de pesquisa. Minhas intenções passam por explorar quem foi essa figura, quais eram suas concepções ideológicas, como se deu sua viagem, qual o contexto que estava inserido, como este percebeu e narrou a região platina, como foi a difusão e reverberação de seu relato, e suas representações sobre os povos que viviam na região, principalmente sobre a figura dos gaúchos.

Assim, o objetivo geral é analisar essas representações construídas por Isabelle em seu relato de viagem, investigando a sua elaboração, difusão e seus impactos na formação de imaginários e identidades. A partir deste, definem-se os objetivos específicos que movem essa pesquisa: primeiramente, examinar quem foi esse viajante francês, discutindo desde sua trajetória intelectual até o contexto cultural e político que viveu e que propiciou a produção de sua obra.

Em segundo, analisar criticamente o relato de viagem, identificando os elementos narrativos, ideológicos e retóricos que o estruturam. Em seguida, compreender como Isabelle percebeu e narrou os povos que viviam nessa região, de modo a classificá-los e hierarquizá-los, dando ênfase à construção da figura dos gaúchos. Por fim, investigar os efeitos do relato, observando como esse circulou na Europa e na América Platina, e em que medida dialoga com a historiografia e literatura platina — percebendo assim suas influências.

Desse modo, procuro apresentar uma reflexão sobre os processos de invenção das fronteiras políticas, simbólicas², culturais e identitárias da América Platina, articulando como o relato influenciou nas questões de disputa de poder e memória no período pós-independência das nações americanas.

Para tal, a pesquisa parte de algumas hipóteses. A primeira é a de que o relato de Isabelle não constitui uma mera descrição empírica da região, mas sim um artefato discursivo atravessado por categorias eurocêntricas, que acabou produzindo uma leitura hierarquizante da América Platina, construindo, assim, uma imagem, uma invenção. A escolha pelo termo invenção vai ao encontro do que Edmundo O’Gorman propõe em sua obra *A invenção da América* (1992), em que esse apresenta como seu espaço territorial já existia; contudo, o conceito de “América” foi construído a partir de uma necessidade europeia do século XVI para legitimar a colonização da região.

² As fronteiras simbólicas remetem as distinções sociais criadas para classificar e diferenciar grupos, práticas, valores e identidades, portanto se inserem dentro do campo das ideias e representações. É o que ajuda a definir quem pertence ou não a determinado grupo. Já as fronteiras culturais referem-se às diferenças efetivas entre grupos culturais, como a língua, religião, costumes e tradições.

Desse modo, aponto que Arsène Isabelle, em meio ao contexto da ascensão da ideologia moderna e capitalista, assim como do Imperialismo do século XIX, inventou uma imagem da América Platina conforme as normas de seu universo cultural, a fim de legitimar a dominação e exploração dessa região. Isso é demonstrado a partir de dualidades que o viajante construiu ao longo da obra: civilização e barbárie, progresso e atraso, moderno e selvagem, cidades e pampas, europeus e platinos (gaúchos) e assim por diante.

Assim, a segunda hipótese sustenta que essas representações construídas dialogam com os debates europeus do século XIX e, posteriormente, se articulam com discursos historiográficos e literaturas platinas, contribuindo para reforçar imagens estereotipadas. A terceira, é a de que as fronteiras platinas devem ser entendidas para além de fatores geopolíticos, como elementos integrantes e que fazem parte, por si só, da região da América Platina; ou seja, a condição de existir uma região denominada América Platina perpassa o movimento integrador das fronteiras entre diversas nações.

Ao realizar o estado da arte sobre as temáticas que envolvem minha pesquisa, notei poucos trabalhos que realizam uma discussão sobre Isabelle e sua obra e, quando o fazem, seria de maneira mais expositiva. Para tal tarefa, realizei pesquisas em sites como Google Acadêmico, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Arquivo Nacional, Instituto Histórico e Geográfico, Biblioteca do Museu de La Plata, Academia.Edu, dentre outros.

Cito aqui alguns dos trabalhos encontrados sobre Isabelle e seu relato de viagem, como *O eurocentrismo do testemunho: relatos de viagem no Rio Grande do Sul do século XIX* (1999), de Maria Angélica Zubaran; *Literatura de viagem: apropriações e o mistério da leitura* (2002), de Márcia Janete Espig e Márcio Ezequiel; *Histórias de viagem e a produção cultural da natureza: a paisagem do Rio Grande do Sul segundo os viajantes estrangeiros do século XIX* (2003), de Marise Basso Amaral; *A palavra que constrói imagens: A província de São Pedro no texto de A. Barguet e Arsène Isabelle* (2007), de Marília Conforto.

Diários de viajantes estrangeiros como subsídio para pesquisa urbana: os equipamentos e espaços públicos de Porto Alegre, 1820 a 1890 (2012), de Bruno Cesar Euphrasio de Mello; *Os viajantes a partir de Porto Alegre: os relatos de viagens e o jogo de alteridade (um exercício metodológico)* (2013), de Denize Terezinha Leal Freitas e

Jonathan Franchini da Silva; *Circularidade de ideias na obra Emigração e Colonização de Arsène Isabelle*³ (2015), de Marcos Antônio Witt.

Cito ainda outros trabalhos como *Meio ambiente e fronteira: a exploração dos recursos naturais na fronteira Brasil-Argentina-Uruguai* (2016), de Susana Cesco, Helena Basso Feil e Carla Renata Santos Silva; e também *O macaco e o galo: um estudo de História Ambiental sobre diferentes formas de percepção da natureza do Pampa – século XIX* (2024), de João Davi Oliveira Minuzzi. Dentre todos esses trabalhos citados, o viajante Isabelle e seus relatos aparecem de maneira mais expositiva, sendo ainda utilizados como citações e/ou exemplificações.

Nesse sentido, destaco que nenhuma das obras elencadas apresentou uma discussão mais aprofundada sobre quem foi Arsène Isabelle, assim como por seu relato de viagem. Isso se deu por, muito provavelmente, este não ser objetivo dos respectivos autores.

Assim sendo, a presente pesquisa tem como fonte principal o relato de viagem escrito por Louis Frédéric Arsène Isabelle, nomeado originalmente por *Voyage a Buenos-Ayres et a Porto Alegre, par la Banda-Oriental, les Missions D'Uruguay et la Province de Rio-Grande-do-Sul (de 1830 a 1834) suivi de considérations sur l'état du commerce Français à l'extérieur, et principalement au Brésil et au Rio-de-la-Plata*, publicado em 1835 pela gráfica “J. Morlent” – *Place de la Comédie*, Havre – França. Ainda, os capítulos que se referem ao Rio Grande do Sul foram publicados separadamente na *Nouvelles Annales de Voyages* (Paris), edição de janeiro de 1835.

A principal versão por mim utilizada é intitulada *Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul*, edição disponibilizada pelo Senado Federal em 2006, volume 61. Esta conta com tradução e notas sobre o autor pelo poeta, diplomata e escritor Teodemiro Tostes (1903-1986) e introdução do poeta, memorialista, ensaísta e jornalista Augusto Meyer (1902-1970). Ambos eram naturais do Rio Grande do Sul e integraram o primeiro grupo modernista do estado. Quanto ao que se refere à obra de Isabelle, esta conta com introdução, 20 capítulos, suas notas e um índice onomástico.

Foram utilizadas outras duas versões como apoio na pesquisa, de modo a compreender as traduções e reverberações do relato de Isabelle na região platina: *Viagem ao Rio Grande do Sul* (1983), com tradução e notas do historiador e escritor Dante de Laytano (1908-2000), a qual ainda apresenta pequena biografia do viajante pelo escritor

³ Este não trata especificamente do relato de viagem produzido por Isabelle, mas sim de outra obra que o mesmo publicou anos mais tarde, o que discutirei mais à frente.

Abeillard Barreto (1908-1983); e também a versão *Viaje a Argentina, Uruguay y Brasil en 1830* (1943), com tradução do escritor argentino Pablo Palant (1914-1975) e pequena biografia do escritor argentino Ernesto Morales.

Interessante perceber, na introdução de Meyer, como esse ressaltou que os relatos de Saint-Hilaire e de Nicolau Dreys já eram incorporados à biblioteca de qualquer leitor no Rio Grande do Sul, sendo consideradas obras clássicas. A obra de Isabelle só se juntaria a de seus compatriotas pela primeira vez no Brasil em 1949, sendo, segundo Meyer, uma obra mal compreendida pela população do estado, devido às suas “observações menos lisonjeiras”, o que corresponde à visão estereotipada do viajante sobre a população que vivia/vive no estado.

Já Tostes em suas notas sobre o viajante ponderou como dentre todos os viajantes que visitaram o Brasil na primeira metade do XIX, Isabelle seria o menos conhecido pelo público. Ainda assim, o apresentou como “homem dotado de conhecimentos gerais, leitor de filósofos e poetas, amante da vida e da natureza” (p. XXIII); portanto, é de se pensar que Tostes não concordava com o desfortúnio de Isabelle e sua obra. Para ele, a tradução do relato foi um ato de justiça e contribuição de valor para os estudiosos.

A biografia do viajante é pouco conhecida, sendo seus dados mais positivos os que ele mesmo fornece na introdução de sua obra *Emigração e Colonização*, publicada pela primeira vez em Montevideu, no ano de 1850. Quanto às próprias datas de nascimento e falecimento do viajante, essas não são exatas, havendo autores como Abeillard Barreto (1908-1983) que colocam 1807-1888, e outros como Ernesto Morales (1890-1949), que defendem as datas de 1795-1879.

De todo modo, em 29 de dezembro de 1829, Arsène Isabelle embarcou rumo a América Platina, onde permaneceu até 1834, passando pelas atuais fronteiras territoriais entre Uruguai, Argentina e Rio Grande do Sul. Em 1835, já de volta ao Havre – França (sua terra natal), o viajante publicou seu relato e, em 1837, retornou ao Uruguai como Chanceler do Consulado geral da França, onde viveu por cerca de quarenta anos. Nota-se, assim, que o contexto de sua viagem propiciou a produção do relato escrito posteriormente.

De volta ao território oriental, passou a publicar artigos no periódico *Le Patriote Français*. Os artigos publicados entre 1845 e 1849 deram origem à obra *Emigração e Colonização*, onde ele escreveu sobre as seguintes temáticas: divulgação de projetos de emigração e colonização, divulgação sobre as posições, recursos e futuros comerciais das regiões envolta ao Rio da Prata; e suas perspectivas para colonização das mesmas,

impulsionando o comércio do Prata e Brasil. Também teve algumas publicações nos periódicos *El Nacional* e *Comercio del Plata*⁴. No fim da vida, regressou ao Havre, onde acabou cometendo suicídio, já octogenário.

É interessante pontuar que, ao contrário da grande maioria dos viajantes que vinham para as Américas no século XIX, Arsène Isabelle não recebeu patrocínios de instituições acadêmicas e governantes. Isso acabou lhe garantindo maior liberdade ao narrar o que via e percebia nas regiões platinas, pois não precisaria se preocupar com a manutenção da diplomacia e boas amizades entre as localidades visitadas e a França. Contudo, devido ao fato de ter realizado a expedição com seus próprios recursos, acabou passando por uma crise financeira ao chegar em Buenos Aires e se deparar com uma Guerra Civil entre unitários e federalistas.

Isabelle chegou ao território platino pelo porto de Montevideú; posteriormente, foi à Buenos Aires, onde permaneceu cerca de três anos. Após conseguir se reestabelecer financeiramente⁵, continuou sua expedição por um percurso menor do que objetivava no início, quando ainda almejava passar pelos atuais territórios da Bolívia, Peru e Paraguai. Devido aos imprevistos, decidiu retomar as águas do Rio da Prata, subindo pelo rio Uruguai, onde perpassou pelas fronteiras entre a antiga República da Banda Oriental do Uruguai e das Províncias Unidas do Rio da Prata. Chegou, assim, à antiga província de São Pedro do Rio Grande do Sul, explorando ainda seu interior.

Para a presente pesquisa, a região por completo do interior da antiga província brasileira não vai ser incorporada, pois a mesma foi explorada por mim em minha pesquisa de monografia para conclusão da graduação em História pela Universidade Federal de Jataí: *Etnização e a gênese identitária sul-riograndense: uma análise a partir dos relatos de Arsène Isabelle (1807-1888)*⁶. Pontuo aqui que, ao vir pesquisando o viajante apresentado e seu relato de viagem desde a graduação, avanços bibliográficos, teóricos e metodológicos foram sendo incorporados⁷.

⁴ Essas publicações em periódicos e a obra *Emigração e Colonização* serão analisadas em pesquisa futuras.

⁵ Por meio de um empreendimento comercial, em que passou a fabricar e comercializar velas e sebo.

⁶ Nessa pesquisa o objetivo principal foi compreender como o conjunto de representações, presente no relato de Arsène Isabelle, sobre a diversidade cultural e social da região sul-rio-grandense brasileira influenciaram na construção identitária dos povos que ali vivem. Assim, já era caro em minha pesquisa perceber que as representações do viajante eram decorrentes de disputas de poder, elencadas nas próprias teorias degenerativas presentes no século XIX, e, portanto, ao universo cultural do viajante.

⁷ Minha ideia em trabalhar com esta temática advém dos anos iniciais da minha graduação em História (licenciatura) pela Universidade Federal de Jataí (UFJ), onde tive a oportunidade de participar do programa de Iniciação Científica e comecei a trabalhar com relatos de viagem. Na época pesquisei os relatos de George Gardner (1810-1849) sobre a antiga província de Goyaz. Mas ainda durante minha graduação, acabei conhecendo o viajante francês Louis Frédéric Arsène Isabelle e seu relato de viagem, passando a realizar investigações sobre o assunto. Em primeiro momento desenvolvi a minha pesquisa de monografia,

Portanto, meu recorte espacial destacado vem a ser a região das fronteiras platinas meridionais, ou ainda as fronteiras gaúchas platinas, que incorporam os atuais Estados do Uruguai, Argentina e Rio Grande do Sul (Brasil), logo, a região platina aqui compreendida. Segundo Albuquerque Júnior (2008), a noção de região vem do latim *regione* e tem origem militar; sendo assim, remete a domínio e poder. Passamos, então, a pensar nas diferentes formas de domínio que ocorreram nessa região, ainda marcada pelas disputas entre as coroas espanhola e portuguesa.

Para Foucault (1984), não existe espaço de poder sem espaço de saber; portanto é necessário que o historiador se atente a compreender como essa região tomou forma, como essa se constituiu. Através da colonização, guerras, tratados e acordo diplomáticos, foram sendo construídas delimitações fronteiriças que passaram a marcar o poder de cada região. Essas fronteiras, portanto, como limites de poder, marcam o domínio de uma região frente a outra.

De acordo com Mariana Flores da Cunha Thompson (2012), no que se refere à história da região platina, esta é toda perpassada por incidentes fronteiriços; assim, torna-se patente a relevância de se refletir permanentemente sobre o conceito de fronteira (p. 46). Nesse sentido, percebe-se a mesma como espaço de início e fim de territórios, proporcionando simultaneamente separação (meios institucionais) e contato (relações entre os fronteiriços).

Ladeira (2009) ainda propõe que deve compreender essas fronteiras para além de um limite político, geográfico ou natural, pois são, ainda, espaços de vivências, local de interação e integração social. Contudo, não se deve eximir que o papel da linha demarcatória (mesmo sendo abstrata) cumpre função concreta na vida dos fronteiriços (Thompson, 2012, p. 62), permitindo que a fronteira torne-se assim manejada⁸.

Ao analisar a narrativa de Isabelle frente a diferentes Estados que englobam uma mesma região, é interessante perceber como o mesmo notou diferenças e semelhanças socioculturais platinas. Ao considerar a população branca, negra e os povos indígenas,

pautando meus estudos apenas sobre uma parte do relato que envolvia a antiga província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Contudo a curiosidade em descobrir o que Isabelle propunha ao longo de todo seu relato me levaram a intentar projeto de pesquisa para o PPGH – UFGD.

⁸ Conceito que será mais aprofundado ao tratar da figura do “gaúcho” como um ser de fronteiras (quarto capítulo). Por ora, pontuo a seguinte citação para que o leitor já tenha ciência do termo e sua importância: O homem da fronteira não desconhece sua referência original, mas estabelece sua vivência considerando a existência da fronteira em si e as possibilidades que ela coloca em ambos os lados. Nesse ponto, Frederick Turner tinha razão ao afirmar que o “homem da fronteira é um híbrido” porque circula nos dois lados, domina ambos os códigos e estabelece suas estratégias de sobrevivência nessa lógica (Thompson, 2012, p. 70).

este percebe diferenças entre as fronteiras, como no caso da população escravizada de Porto Alegre, a qual ele chegou a comparar com animais, enquanto, em Buenos Aires, o viajante os considerou como corajosos e a serviço da pátria. Contudo, ao narrar a situação dos gaúchos o viajante é unânime quanto à sua selvageria e estado de barbárie.

Quanto às percepções do viajante, deve-se ater ao fato de que o mesmo provinha de um universo cultural e ideológico europeu, onde as ideias ligadas à modernidade, civilização e progresso foram imbuídas no imaginário social da população. Os discursos racializadores também já começavam a borbulhar nas instituições acadêmicas. Nesse sentido, teóricos europeus como Johann Kaspar Lavater (1741-1801), Franz Joseph Gall (1758-1828), Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), Voltaire (1694-1778) e Guillaume-Thomas Raynal (1713-1796) influenciaram o viajante.

Por ter lido relatos de viagem antes de realizar sua própria expedição, outros viajantes acabaram também o influenciando, tais como Auguste Saint-Hilaire (1779-1853), Félix de Azara (1742-1821), Alcides d'Orbigny (1802-1857) e Aimé Boinpland (1773-1858). Assim sendo, quando Arsène Isabelle veio à América, já tinha uma ideia de como essa seria, de acordo com suas leituras, as quais também o levaram a compreender qual deveria ser o formato/código que sua narrativa teria, seguindo os modelos do que se constituía o gênero do relato de viagem no XIX.

Através dos seus sentidos, do que ele percebeu, e de suas concepções teóricas e ideológicas, o viajante construiu representações dessa região platina e suas questões socioculturais, econômicas, políticas e ambientais. Pensando o conceito de “representação” a partir de Roger Chartier (2007), essa noção permite, portanto, vincular as posições e relações sociais com a maneira como os indivíduos e os grupos se percebem e percebem os demais. Ademais, as representações e os discursos por ela produzidos acabam construindo relações de dominação.

Nesse sentido, destaco ainda como minha pesquisa se insere no campo da História cultural, pois assim é possível “vincular o poder dos escritos das imagens que permitem lê-los, escutá-los ou vê-los com as categorias mentais, socialmente diferenciadas, que são as matrizes das classificações e dos julgamentos” (Chartier, 2007, p. 52). Para tal, é necessário compreender que as representações de Isabelle não podem ser entendidas como meras imagens, verdadeiras ou falsas, de uma realidade que ele viu, mas sim como construtos.

Albuquerque Júnior (2007) ainda afirma: “a realidade não é uma pura materialidade que carrega em si mesma um sentido a ser revelado ou descoberto, a

realidade além de empírica é simbólica, é produto da dotação de sentido trazido pelas várias formas de representação” (p.25). Logo, ao analisar o relato de viagem, é necessário que se analisem também os seus símbolos e sentidos, os quais, segundo Marcelino (2012), são submetidos a um sistema de linguagem. Cabe a mim, portanto, explorar o relato levando em consideração esses sentidos postos pelo viajante, e não apenas sua “narrativa transparente”.

Ademais, o livro *Paratextos Editoriais*, de Gérard Genette, serve como importante aporte metodológico, no sentido de apontar que um livro (o relato) nunca “fala sozinho”, ou seja, ele é mediado por dispositivos editoriais, autorais e institucionais que vão moldar a maneira como o público vai recebê-lo. Assim sendo, o paratexto é aquilo por meio do que um texto se torna livro e se propõe como tal a seus leitores e, de maneira mais geral, ao público (2009, p. 09), servindo tanto para orientar e condicionar a leitura quanto atuando como um espaço de poder, já que negocia a imagem do livro e do autor.

Para se trabalhar com os relatos, deve-se ter, então, um aparato teórico e também metodológico, que o permita traçar caminhos para suas análises. Assim como José Carlos Reis (2011) afirma, não há observação da documentação sem problemas e hipóteses. Esses caminhos são moldados através das perguntas e problematizações postas pelo historiador, e para respondê-las é necessário que o historiador explore e elabore. É como Marc Bloch (2002) sugere: “o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça”, portanto, tem ali sua fonte e, através de suas perguntas norteadoras, deve analisar criticamente.

Quando se analisam relatos de viagem levando em conta apenas o que está ali em âmbito explícito, acaba-se por considerá-los como realidades fidedignas, tal como muitos historiadores do século XIX e até meados do século XX faziam. Este é o caso de Sérgio Buarque de Holanda, por exemplo, que em obras como *Raízes do Brasil* (1936) e *Caminhos e Fronteiras* (1957), utilizava-se de relatos de viagem para exemplificar como seria a população brasileira, além de sua cultura e costumes.

O uso de relatos de viagem dessa forma torna-se perigoso, pois acaba por difundir discursos estereotipados e racializadores. No Brasil, o próprio Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) difundiu esses usos para construção de uma história e identidade nacional, que acabou se reverberando conforme discursos ideológicos europeus do século XIX.

Já no caso da Argentina e do Uruguai, ambas nações tiveram condições para o desenvolvimento historiográfico diferentes das do Brasil, sendo inclusive altamente

marcada pelos conflitos geopolíticos que ocorreram ao longo do XIX. Contudo, ainda assim, para construção de suas histórias e identidades nacionais, teóricas, e nesse caso também políticas, como Bartolomé Mitre (1821-1906) e Andrés Bamas (1817-1891) se constituíram de elementos advindos das correntes europeias do século XIX, essas mesmas que marcaram as ideologias dos viajantes que vinham para cá.

O próprio estado do Rio Grande do Sul também teve uma historiografia construída de modo particular ao restante do Brasil, pois também foi altamente marcada pelos conflitos do XIX. Assim sendo, a historiografia tradicional gaúcha foi muito marcada pela negação das influências platinas em território brasileiro, na tentativa ainda de negar a questão fronteiriça do estado.

Na clássica obra de Ieda Gutfreind, *A historiografia rio-grandense* (1998), ela realiza uma análise sobre alguns dos autores que construíram a “história tradicional”, tais como Souza Docca, e ainda propõe os conceitos de “matriz lusitana” e “matriz platina” como categorias de análise marcadas pela questão da fronteira. A matriz platina entendia a fronteira entre o estado e os países vizinhos como elemento integrador, e de contato, como propôs o autor Alfredo Varela.

Essa questão perpassa também na construção das identidades dos gaúchos, uma das figuras chave dentro das identidades platinas. Esses, essencialmente como seres fronteiriços são elementos plurais e integradores, portanto não deve ser entendida uma identidade una do gaúcho, mas sim identidades gaúchas/*gaúchas*, em que ora eram representados como bandidos, violentos e bárbaros, ora como “heróis dos pampas”, leais e corajosos.

Nesse sentido, é interessante perceber as diferentes construções e representações das figuras dos gaúchos ao longo do século XIX e início do XX. Para Isabelle, esses seriam sinônimo de barbárie, assim como posto posteriormente na clássica obra de Domingo Faustino Sarmiento, *Facundo: civilização e barbárie*. Anos depois, foram construídos outros sentidos para tratar desse povo, passando pela valorização de sua resistência, coragem, cultura e tradição, como fica posto na obra de José Hernández, *El gaúcho Martin Fierro*. E, ainda, com a obra *O Tempo e o Vento (o continente)*, de Érico Veríssimo, fica claro que a figura do gaúcho é mais complexa do que a simples dualidade entre barbárie e civilização.

Partindo, portanto, dessas questões, apresento aqui algumas das perguntas direcionadoras da minha pesquisa: Quem foi o viajante Louis Frédéric Arsène Isabelle? Quais teorias e discussões estavam em voga na Europa do século XIX e como essas

influenciaram o viajante? Quais resistências e permanências são percebidas (a partir do relato de viagem) frente à colonização da América Platina? O que as questões ligadas à modernidade significam naquele contexto e como essas eram percebidas por Isabelle no espaço platino? Como seu relato foi difundido na Europa? Qual a reverberação de seu relato? Como esse pode ter influenciado na construção de histórias nacionais e identidades?

Nesse sentido, foi necessário seguir um caminho teórico metodológico pelo qual realizei leituras e fichamentos do relato de viagem aqui pesquisado e também das outras versões do mesmo, a fim de me aprofundar na obra e em suas diferentes traduções. Também realizei pesquisas de bibliografias referentes ao trabalho com os relatos de viagem como fonte, em que, nesse sentido, destacaram-se algumas historiadoras como Stella Maris Scatena Franco, Mary Anne Junqueira, Lylia da Silva Guedes Galetti e a crítica literária Mary Louis Pratt.

Posteriormente, parti para compreensão do recorte espacial (região da América Platina acima discutida brevemente), em que alguns teóricos se destacaram, tais como Gabriela Pellegrino, Maria Ligia Prado, Carlos Altamirano, a clássica obra de Leslie Bethell: *A História da América Latina: da independência a 1870*. Também ressalto aqui as discussões que envolvem os conceitos de “região” e “fronteira”. Alguns mapas ainda foram utilizados para facilitar a visualização do leitor sobre o recorte espacial aqui elencado, sendo esses mais atuais (não apresentam relação temporal direta com a obra), portanto apresentam apenas função ilustrativa/explicativa, não se enquadrando como fontes.

Já para tratar o recorte temporal, levei em consideração as teorias e ideias em voga no XIX, para poder compreender o universo cultural que Isabelle estava inserido, a fim de compreender sua obra, o dito e o não dito. Assim, destaco como referenciais teóricos Marshall Berman, Kapil Raj, Jurgen Habermas, Edward Said, Lilia Schwarcz e Linda Tuhiwai Smith.

A partir daí foi possível realizar análise mais aprofundada do relato, percebendo, inclusive, suas disputas, influências, seus sentidos e elementos implícitos⁹. Posteriormente, passei a perceber as resistências e permanências no relato, como, por exemplo, quando o viajante narrava que algumas regiões ainda estariam vivendo em estado de selvageria e, portanto, eram consideradas atrasadas. No século XIX, a noção de

⁹ Como elementos implícitos entendo o “não dito” pelo viajante, mas que é percebido ao compreender seu universo cultural, portanto, suas ideologias e percepções sobre a região.

cultura era ainda permeada pela visão de evolução; sendo assim, as “teorias evolucionistas que defendiam que todas as culturas passavam pelas mesmas etapas ou estágios em um desenvolvimento que se dá – para eles – desde uma fase primitiva até uma fase mais avançada” (Baller, 2021, p. 58).

Muito se avançou no sentido de compreender que as culturas não são hierarquizadas, como o antropólogo Franz Boas apontou em sua crítica ao evolucionismo no início do século XX. Contudo, para Isabelle ainda era “natural” que as culturas passassem de um estado de selvageria para civilização, considerando que o que viu na América Platina como atrasado, bárbaro e algo que precisaria da intervenção europeia para se chegar nessa “civilização”, entendida como o único modelo correto de viver.

Nesse sentido, busquei apresentar a difusão e reverberação do relato de viagem, apontando como o viajante francês acabou por construir uma invenção da América Platina que coincidissem com seus ideais, permeados por um universo cultural europeu do século XIX. Assim, a própria difusão do relato de viagem atuou como mecanismo de poder, tal como aponta Foucault (1978), uma vez que se criou um imaginário europeu estereotipado, com visões racializadoras, eurocêntricas e etnocêntricas sobre a América Platina, em que essa era vista como inferior, bárbara, selvagem.

As historiografias e literaturas platinas acabaram por reverberar essas ideologias europeias e consideravam que suas histórias e identidades eram permeadas por elementos atrasados que também precisariam chegar à civilização e ao progresso. Dessa maneira, é possível perceber influências dos relatos de viagens nos discursos aqui construídos. Mesmo que não tenha sido possível localizar citações diretas e contatos entre Isabelle e teóricos/autores platinos, acredito que este tenha sido provável, pois, assim como Isabelle teve publicações em periódicos argentinos e uruguaios, autores como Bartolomé Mitre, Andrés Lamas e Sarmiento, também tiveram.

Quanto aos próprios gaúchos, elemento chave dentro das identidades platinas, esses eram percebidos como a barbárie da região, responsáveis pelo atraso, e muitos dos discursos da primeira metade do século XIX iam ao encontro do que Isabelle havia pontuado em sua obra, escrita a partir de suas vivências entre 1830-34.

Nesse sentido, no primeiro capítulo estabeleço os recortes espacial, cronológico e lógico da pesquisa, apresentando o cenário histórico no qual se insere a viagem de Arsène Isabelle. Para tal, discuto a formação da América Platina, destacando a Bacia Platina como elemento-chave desta e também problematizando os conceitos de região e fronteira como construções históricas, políticas e simbólicas. Em seguida, apresento o viajante

como sujeito histórico, explorando sua trajetória intelectual, suas influências teóricas e o contexto europeu do século XIX marcado pelas ideias de modernidade, civilização e progresso e pelas teorias racializadoras. Ainda neste capítulo, situo o tempo histórico da viagem, destacando os processos de independência latino-americanos, os conflitos políticos e regionais e as disputas entre unitários e federalistas.

No segundo capítulo, concentro-me na análise do relato de viagem propriamente dito, examinando suas estruturas narrativas, escolhas discursivas e categorias interpretativas. Busco compreender e apresentar como Isabelle descreveu os territórios, paisagens, povos que aqui viviam, seus elementos socioculturais, políticos e econômicos, atentando para os códigos do gênero do relato de viagem e para mediação entre o que o viajante vivenciou e o que ele escreveu. Assim, o capítulo evidencia como o viajante mobilizou estereótipos, comparações e hierarquizações que revelam tanto seu universo cultural europeu quanto as tensões no contato com a região platina¹⁰.

O terceiro capítulo dedica-se à análise da difusão, circulação e reverberação do relato de Isabelle, considerando sua publicação original, suas traduções e os paratextos editoriais. Investigo de que maneira essa obra foi apropriada por teóricos da região platina, refletindo nas construções de narrativas históricas e de identidades nacionais ao longo dos séculos XIX e XX. Busco demonstrar como o relato de viagem atuou como um dispositivo de produção de sentidos, capaz de reverberar discursos eurocêntricos e civilizatórios para além do contexto imediato.

Isso se dá pois no século XIX, os Estados recém-independentes americanos lutavam para construir uma história e identidade nacional que justificasse suas liberdades e autonomias e, para isso, a historiografia e até mesmo a literatura exerceram papéis eficazes. As histórias e identidades nacionais serviam, de certa forma, como controle dos estados, e também das elites, sobre a população, sendo forjadas a partir de poderes políticos e socioeconômicos. Como resultado, foram sendo incorporadas visões, ideologias e teorias europeias nesses construtos, bem como a influência da visão estereotipada dos relatos de viagem.

¹⁰ Uma categoria de análise para essa questão seria também os diferentes tempos de uma fronteira, conceito mobilizado pelo sociólogo José de Souza Martins. Para ele, a partir da análise de casos brasileiros, a fronteira seria essencialmente o lugar da alteridade, e portanto o lugar de encontro dos “diferentes” entre si: indígenas x civilizados, camponês x latifundiário, e assim surgem conflitos, o que faz com que “a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História” (Souza, 1997, p. 150/151).

Nesse sentido, no quarto capítulo analiso de forma específica as representações das figuras dos gaúchos, entendidas como elemento central e plural das fronteiras platinas. Examino como Isabelle construiu uma imagem dessa figura a partir da própria oposição entre civilização e barbárie e como tais representações dialogam com outras produções literárias da região. Ao confrontar o relato de viagem com obras de autores platinos, discuto as disputas simbólicas em torno da identidade gaúcha, evidenciando suas múltiplas ressignificações ao longo do tempo e seu papel na invenção das fronteiras culturais e indenitárias da América Platina.

Para incorporar essa discussão, analisei obras literárias que demonstrem essas conexões. A escolha por obras literárias é devido ao seu papel frente à criação de identidades nacionais, pois estas acabam atuando no imaginário e memória social da população. Nesse sentido, selecionei algumas, tais como *El Gaúcho Martín Fierro* (1872) de José Hernández, *Facundo: Civilização e barbárie* (1845) de Domingo Faustino Sarmiento, e *O Continente* (1949), da trilogia do *Tempo e o Vento* de Érico Veríssimo.

Partindo dessas discussões, o problema central que orienta essa pesquisa é: de que maneira o viajante francês Arsène Isabelle construiu representações sobre a América Platina entre 1830 e 1834 e como tais representações contribuíram para invenção das fronteiras culturais, sociais e identitárias dessa região? Para responder essa questão, é necessário que se elenquem e discutam os objetivos propostos.

A intenção dessa dissertação reside no fato de propor a primeira análise aprofundada dedicada exclusivamente à obra de Arsène Isabelle, articulando suas representações a uma discussão teórico-metodológica da História Cultural e dos estudos sobre relato de viagem. Embora o viajante seja citado por outros autores, sua obra raramente recebeu um estudo sistemático que integrasse biografia, contexto intelectual, crítica das traduções, análise narrativa, reverberação e influências posteriores em outras obras. Assim, este trabalho visa preencher lacunas bibliográficas brasileiras e platinas ao compreender Isabelle não apenas como uma fonte, mas como produtor de discursos e sentidos, cujo relato contribuiu para formação de imaginários sobre a região.

CAPÍTULO I

ONDE, QUEM, QUANDO E COMO? PREMISSAS DE UMA VIAGEM ÀS FRONTEIRAS PLATINAS MERIDIONAIS

O trabalho aqui presente começou a ser articulado através de uma viagem para América Platina realizada por um francês, nos fins de 1829, que originou ainda no relato de viagem *Voyage a Buenos-Ayres et a Porto-Alegre, par la Banda Oriental, les Missions d'Uruguay et la Province de Rio-Grande-do-Sul (de 1830 a 1834)*.

No dia 31 de dezembro de 1829, o viajante francês Louis Frédéric Arsène Isabelle embarcou em águas oceânicas rumo à América, onde passaria a navegar pelas águas da Bacia Platina:

Quantos homens, de todos os países, deixaram-se arrastar por este nome pomposo de rio da Prata! Quantos seduzidos por ele, pensaram ingenuamente que bastava abaixar-se para apanhar um bocado de prata já amoadada! (...) Esse nome enganador de Prata foi dado ao rio que visitamos, em consequência de um equívoco, pois jamais alguém conseguiu encontrar uma parcela de prata ou de ouro nesse rio ou em seus afluentes. Dir-se-ia que os primeiros conquistadores, para consolarem-se de seu desapontamento, quiseram enganar, por sua vez, os aventureiros que viessem depois (Isabelle [1835], 2006, p. 34).

Mesmo que o Rio da Prata não tivesse sua importância fundamental referente a extração de pedras preciosas¹¹, o que marcava o imaginário europeu colonialista em busca de riquezas no Novo Mundo, este é de suma importância para constituição de toda a região que perpassa a Bacia Platina, conhecida também como América Platina. Esse foi o cenário elencado por Isabelle, para a realização de sua expedição, percorrendo, paulatinamente, o que corresponde atualmente aos territórios do Uruguai, Argentina e ao estado do Rio Grande do Sul¹².

O viajante, que provinha de um universo cultural europeu do século XIX, encontrou aqui elementos socioculturais, políticos, econômicos e ambientais diferentes daqueles a que estava acostumado. Devido às influências teóricas e intelectuais, Isabelle

¹¹ Era o canal de escoamento da prata extraída no Cerro de Potosí, localizado na atual Bolívia. Inicialmente, Potosí fazia parte do Vice-Reino do Peru, mas, com a criação do Vice-Reino do Rio da Prata, passou a integrá-lo.

¹² Muito se discute sobre o estado brasileiro do Rio Grande do Sul ser ou não considerado platino – inclusive em decorrência da própria historiografia tradicional do estado, que negava suas raízes históricas de influência espanhola. Particularmente, entendendo o estado como constituinte da região platina, na medida em que suas fronteiras são demarcadas pelo Rio Uruguai (Bacia Platina) e por seus afluentes, além de seu contexto histórico que gerou influências culturais e sociais que o conectam aos territórios argentinos e uruguaios.

já chegou ao território americano com olhar marcado por estereótipos, preconceitos e disputas racializadoras. Além do mais, o modelo/gênero textual do relato de viagem, imposto no século XIX, já mediava o seu olhar sobre o que deveria observar e a maneira de como narrar determinados elementos. Assim, o viajante realizou anotações durante sua viagem e, posteriormente, ao retornar ao Havre, na França, escreveu seu relato de viagem, no qual se podem perceber suas representações acerca dos diferentes elementos platinos.

Assim como, quando vamos organizar uma viagem, passamos por uma organização que demanda diversas escolhas (como os lugares a ir, meios a se utilizar, o que levar), esse trabalho, o qual pode ser considerado uma viagem pela América Platina do século XIX, também passou por escolhas teóricas e metodológicas que visam alcançar os objetivos da pesquisa aqui proposta. Sendo assim, no primeiro capítulo busco apresentar o cenário, o sujeito e o tempo que se encontram diante da embarcação que seguirá pelas águas da Bacia Platina.

Desse modo, viso expressar um aparato geral inicial que permitirá compreender de melhor forma o relato de viagem escrito por Arsène Isabelle e, portanto, suas representações acerca da América Platina.

1.1 O cenário: Bacia Platina

Pensando na construção do espaço da região da América Platina, articulo primeiramente um discurso pré-independência das antigas colônias ibéricas, para esclarecer como foi o processo de consolidação dos Estados-nações que constituem esse espaço. Isso se dá de maneira a melhor apresentar a construção dessa região até o momento em que o viajante vai passar pela mesma.

Assim sendo, cerca de 60 milhões de pessoas, com distinção de mais de 1.200 idiomas, viviam no território que hoje conhecemos por América, por volta de 1492, ano no qual Cristóvão Colombo¹³ chegou no “novo” continente e uma nova história passou a ser formulada, marcada por diferentes disputas de poder e saber, que se perpetuaram por séculos. A própria ideia de “América” foi inventada de acordo com as ideias e realidades

¹³ Navegador genovês responsável por liderar a frota que chegou à América em 12 de outubro de 1492, sob o comando e financiamento dos “Reis Católicos” da Espanha: Isabel de Castela e Leão e Fernando de Aragão. O aportamento de Colombo aconteceu no território atualmente conhecido como as Bahamas, e que na época fora denominado como “Índias Ocidentais”. Segundo Isabelle, esse era um “gênio obscuro, que se adiantou ao seu século no conhecimento da astronomia e da navegação, [e] tinha descoberto o Novo Mundo” (Isabelle (1835), 2006), p. 36).

européias, a partir de suas interpretações e necessidades, conforme Edmundo O’Gorman expõe em sua clássica obra *A Invenção da América* (1992).

Ocorreram aqui “conquistas”, também consideradas genocídios, que foram marcadas por alguns fatores, tais como a superioridade bélica espanhola, uso de cavalos, propagação de doenças, confusões mitológicas, domínio do sistema de comunicações e a interpretação de sinais¹⁴, e até mesmo guerras civis, que enfraqueciam os impérios, dando força para que a colonização espanhola fosse posta em prática. Colonização esta que encobriu grande extensão de terras:

Esses povos pré-colombianos “não conheciam a extensão do que depois se denominou ‘América’”. As diversas áreas de habitantes autóctones tinham pouca comunicação entre si. De modo que a invasão europeia e a gestão do espaço americano foram aspectos de uma mesma ação histórica. A toponímia instaurada pelos conquistadores deixaria ver o desígnio de fazer surgir nessa região do planeta uma nova Europa (Altamirano, 2021, p. 33).

Para gerir todo o território, os espanhóis usavam de alguns recursos administrativos, como a formação dos cabildos¹⁵, compostos pelos membros das elites locais, que passavam a ter poderes jurídicos e administrativos. Outro fator administrativo foi a divisão do território americano em quatro Vice-Reinos (governados pelos vice-reis, que eram nomeados pelo rei espanhol), e em capitanias (submetidas ao controle dos vice-reinos).

Os Vice-Reinos eram o da Nova Espanha (atuais territórios do México, América Central, partes dos EUA e algumas ilhas do Pacífico); do Peru (atuais Peru, Bolívia, Equador, Colômbia e Chile); da Nova Granada (atuais Panamá, Colômbia, Equador e Venezuela); e do Prata (atual Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia e algumas partes do Brasil).

Imagem 01 – Mapa de Vice-reinos e capitanias.

¹⁴ Essa questão é explicitada por Tzvetan Todorov, em sua obra “A Conquista da América: a questão do outro”, na sua segunda parte intitulada “Conquistar”. Aqui ele discute como a dominação não se resume apenas a fatores técnicos, mas passa também pela própria diferença dos sistemas simbólicos e das leituras de sinais.

¹⁵ Câmaras municipais instaladas nas cidades fundadas com o objetivo de administrarem localmente.



Fonte: PELLEGRINO; PRADO, 2023, p. 23 – História da América Latina.

Como a colonização espanhola buscava o acúmulo de riquezas, o trabalho perante a exploração de recursos naturais tornou-se inevitável. Desse modo, algumas formas de trabalho se destacaram, dentre elas a *mita/cuatequil*¹⁶, *encomienda*¹⁷. Além da escravidão, que foi sistema presente em toda a América.

As questões administrativas, econômicas e políticas fundaram um novo tipo de hierarquização da sociedade americana, ligada ao processo de colonização, em que os chamados *chapetones* (espanhóis) ficavam no topo e recebiam altos cargos e privilégios, geralmente nomeados pelos reis espanhóis. Abaixo desses, vinham os *criollos*, os descendentes de espanhóis nascidos nas Américas, que faziam parte de uma elite colonial, mas não tinham poder político. Depois seguiam os mestiços/*mestizos*, que faziam trabalhos intermediários, e ainda os indígenas e negros, submetidos às formas de exploração.

¹⁶ Trabalho compulsório indígena por meio de sistema de rodízio.

¹⁷ Comunidades indígenas eram controladas por um *encomendero* que os submetiam a trabalhos compulsórios e educação religiosa cristã.

Para Altamirano (2021), seria impossível descrever em poucas linhas todo esse processo que a Europa desencadeou no Novo Mundo, interrompendo de modo irreversível a vida histórica dos povos que aqui viviam. Sendo assim, a partir da invasão dos territórios americanos e do processo de colonização, o *modus vivendi* que era operacionalizado por meio dos diferentes povos que aqui viviam durante séculos findou-se de maneira violenta, desencadeando inúmeras consequências que possuem seus reflexos até os dias de hoje.

Isso se deu, dentre outros motivos, através de discursos civilizatórios salvacionistas marcados pela “noção de que existe um ‘nós’ e um ‘outro’, cada qual construído a partir da oposição hierárquica entre a suposta superioridade do ‘nós’ europeu, associado à cultura ocidental, e a suposta inferioridade do ‘outro nativo’” (Zubaran, 1999, p. 21). Garantiu-se, assim, uma legitimação dos processos de dominação frente às instituições, fazendo com que esse sistema sobrevivesse por séculos.

Seguindo ao encontro dos objetivos da presente pesquisa, pautarei minha discussão de maneira pormenorizada pelo caso específico da região sul da América, paulatinamente ao que veio a tornar-se o Vice-Reino do Rio da Prata. O território era ocupado por diferentes povos, tais como os Guaranis, Tapes, Pampeanos, Charruas, Minuanos, entre outros. A partir de uma viagem de exploração a mando do rei espanhol, Juan Díaz de Solís:

...piloto castelhano, descobriu no ano de 1515, um rio imenso chamado de Paranaguazu pelos aborígenes. Depois de certificar-se de que não era um golfo, trocou o nome guarani pelo seu e chamou-o rio de Solis. Havendo esse infeliz navegador descido à terra perto do lugar onde foi fundado Maldonado, sobre a margem esquerda do rio, foi atraído para o interior e massacrado com seus companheiros pelos indomáveis charrias, tribo de caçadores ciosos de sua independência (Isabelle [1835], 2006, p. 36).

O ataque indígena à embarcação de Solís foi amplamente difundido, contribuindo para criação de um imaginário acerca da ideia dos indígenas como seres selvagens. O próprio relato de Isabelle comprova esse imaginário e o reforça mais uma vez.

O Vice-Reino do Rio da Prata foi criado somente em 1776, com o objetivo de conter a influência de outros países, devido à grande importância dessa vasta região que incorpora a Bacia Platina. Pensando o conceito de região a partir de Albuquerque Júnior (2008), esse remete a comando, domínio e poder, sendo ainda “fruto de operações

estratégias, políticas, administrativas, fiscais e militares” (p. 57). Portanto, o que se denomina de região platina vai perpassar por diferentes disputas que a consolidarão.

As regiões portanto não pré-existem aos fatos que as fizeram emergir; as regiões são acontecimentos históricos, são acontecimentos políticos, estratégicos, acontecimentos militares, diplomáticos, são produtos de afrontamentos, de disputas, de conflitos, de lutas, de guerras, de vitórias e de derrotas. Falar em região implica em se perguntar por domínio, por dominação, por tomada de posse, por apropriação. Falar em região é também falar em subordinação, em exclusão, em desterramento, em banimento (Albuquerque Júnior, 2008, p. 58).

O que denomino aqui de região platina passa por um construto, o qual é delimitado pela própria Bacia Platina. Esta estende-se pelo território argentino, uruguaio, paraguaio, brasileiro e boliviano. É ainda composta pelo estuário do Rio da Prata, e pelas sub-bacias dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai, os quais têm grande notabilidade como recursos hídricos, políticos, sociais, econômicos, para navegações e escoamento de produtos, sendo uma das únicas ligações dos referentes territórios ao Oceano Atlântico.

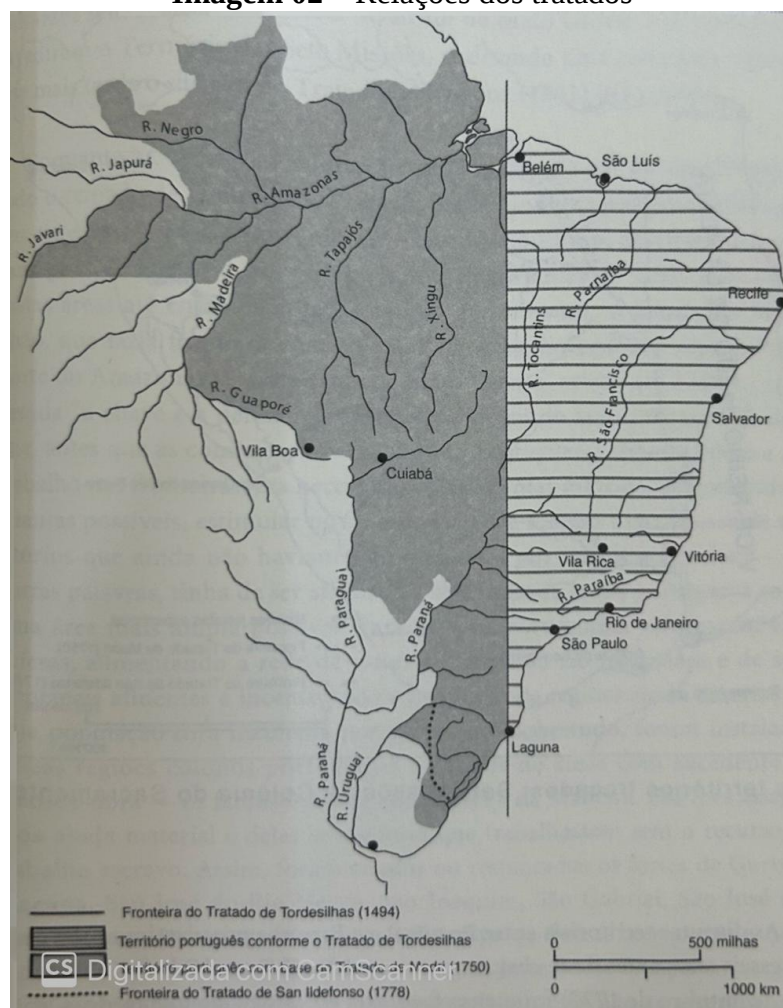
De antemão, os espanhóis colonizaram a região de maneira mais efetiva; contudo, os portugueses também iam invadindo-a, devido à proximidade das fronteiras das colônias ibéricas. Isso acabou gerando conflitos, “sobretudo no que diz respeito à criação das fronteiras, onde os tratados diplomáticos deviam ser respeitados ou ajustados” (Neetzow, 2012, p. 174). Nesse sentido, de acordo com o que Albuquerque Júnior já afirma, falar de região implica em reconhecer fronteiras:

Neste sentido, entendemos que os primeiros passos para a definição das fronteiras espanholas e portuguesas na América dependeu muito mais de condições políticas internacionais para a consolidação dos limites do que do resultado de um natural avanço urbano partindo do litoral em direção ao interior do continente. Portanto, essa política para a definição territorial entre os séculos XVI e XVIII foi fundamentada especificamente em sucessivos Tratados e acordos que regulamentavam a divisão territorial entre Portugal e Espanha (Tulux, p. 02).

Dentre esses sucessivos Tratados, destaco aqui o de Tordesilhas (1494), que dividia o “Novo Mundo” em duas partes; Tratado de Madri (1750), que redefinia as fronteiras entre as colônias ibéricas na América do Sul; Tratado de El Pardo (1761), que revogava o que havia sido delimitado pelo anterior; e o Tratado de Santo Ildefonso (1777),

que reestabelecia e consolidava novos limites fronteiriços, retomando ainda a resolução do *uti possidetis*¹⁸, como havia sido posto em 1750.

Imagem 02 – Relações dos tratados



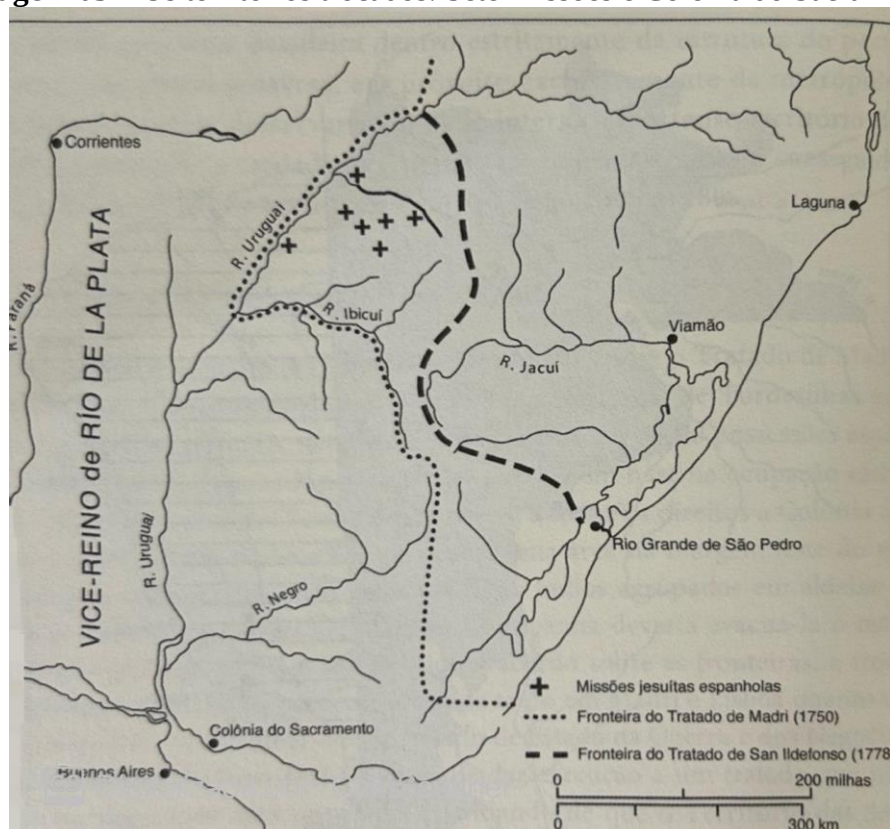
Fonte: BETHELL, 2018, p. 481 – História da América Latina colonial

Fato é que essas fronteiras foram disputadas entre portugueses e espanhóis, o que vai perpetuar até nos momentos pós-independência¹⁹. Pode-se dizer que essas seriam “fronteiras em litígio”, conceito fundado pelo geógrafo brasileiro Melhem Adas, ou seja, que eram disputadas por indivíduos de interesses comuns. Antes mesmo da criação do Vice-Reino do Rio da Prata, o império português já havia fundado na atual região do Uruguai, a colônia de Sacramento, em 1680. Sua fundação tinha o objetivo de delimitar o controle da região pelos portugueses e foi alvo de intensas disputas ibéricas ao longo da história:

¹⁸ Princípio de direito internacional que estabelecia que os “novos” territórios pertenceriam a quem os ocupava primeiro.

¹⁹ A questão da Cisplatina, que será melhor discutida nas próximas páginas.

Imagem 03 – Os territórios trocados: Sete Missões e Colônia do Sacramento



Fonte: BETHELL, 2018, p. 482 – História da América Latina colonial

Toda a região localizada entre os Sete Povos das Missões e da Colônia de Sacramento era alvo de disputas, o que dificultava o estabelecimento das fronteiras. Essas dinâmicas das fronteiras platinas meridionais foram ainda marcadas pelas construções cartográficas imperiais de ambas as coroas:²⁰

Nos mapas do continente sul americano da década de 1520, o rio da Prata era apenas uma ruptura na linha costeira, representado de forma variada, mais ou menos perceptível – pese sua presença constante. Na década seguinte, essa concepção mudou, traçando as linhas gerais de alguns modelos de representação que seguiriam, sem muitas alterações significativas, até o último quartel do século. É possível pensar no termo *invenção* da bacia platina para retomar as discussões de O’Gormann (1992 [1958]) a respeito da incorporação da América no imaginário europeu. Da mesma forma, penso que a aparição do rio da Prata nos mapas do século XVI é um processo que envolveu muito mais que a constatação do rio pelas expedições exploradoras e sua posterior descrição ou desenho nos documentos cartográficos. As décadas de tentativas, sempre envolvidas pela aura mítica e misteriosa de

²⁰ Conferir mais sobre a discussão da produção cartográfica em: BONATO, Tiago. De uma margem à outra: rios, mapas e fronteiras na bacia platina (séculos XVI-XVII). **Revista eletrônica da ANPHLAC**, n. 26, p. 198-229. 2019.

um grande curso fluvial cujas nascentes se localizavam em algum lugar remoto e desconhecido no interior do continente, mostram que a gestação e invenção da ideia de uma bacia platina ocorreu também no imaginário de exploradores e cartógrafos europeus, para só depois serem incorporados os dados da realidade fluvial da região descritos nos relatos de viagens (Bonato, 2019, p. 205).

Pensando as fronteiras como discutido por Bonato (2019), estas são abstrações, já que são construções sociais e fenômenos históricos; portanto, não se sabe onde exatamente se passaria a fronteira entre os impérios, como o biógrafo espanhol Antonio de Herrera y Tordesillas apontava no século XVII:

As mesmas dúvidas em relação aos limites podem ser vistas nas descrições da região platina. Já no início do século XVII, Antonio de Herrera escreveu sobre “as províncias del rio de la Plata y del Brasil”, em sua *Descripcion de las Índias Occidentales*. Segundo o autor, “estas Provincias se juntan con las del Brasil, por la Linea de la Demarcación: no tienen por parte ninguna limites determinados, sino por la Costa que cae a la Mar del Norte, y entrada del Río de la Plata, del qual ha tomado nombre la Tierra” (Herrera apud Bonato, 2019, p. 203).

Contudo, a questão não era saber onde estariam localizadas essas fronteiras, mas sim entendê-las para que fossem disputadas, ao encontro do que Sandra Jatahy Pesavento (2002) diz sobre elas serem simbólicas, ou seja, referências mentais que guiam a percepção da realidade, tornando-se assim culturais, pois fazem parte do jogo das representações que estabelece classificações, hierarquias e limites, guiando o olhar e a apreciação sobre o mundo (p. 35-36).

Fato é que a legitimação dos territórios de fronteiras passou por disputas e certas imprecisões; contudo, os critérios de posse das terras tornavam-se algo posto no cotidiano das pessoas que ali viviam. Segundo Herzog (2015), os atores locais sabiam onde podiam plantar e caçar, e sabiam que se ultrapassassem algum “limite”, poderiam sofrer consequências.

Quanto às formas de garantir a posse sobre os territórios, essas poderiam se respaldar em quem chegasse “primeiro” ao local e passasse a fazer uso das terras, além de outros critérios estabelecidos frente à região platina, como a conversão indígena e, como Herzog pontua, a própria penetração dos rios e comércio com os indígenas (o que era facilitado a partir da conversão dos mesmos). Quanto à questão da penetração dos rios, esta devia ocorrer sem oposição, pois, caso tivesse alguma, seria previsto que estaria

ocorrendo uma “tomada de posse”. Portanto, caso houvesse silêncio e nenhum protesto, a posse da região estaria garantida.

Levando em consideração o que Lucien Febvre (1995) diz em *O Reno: história, mitos e realidades*: “deixemos à astúcia de uns, à ingenuidade de outros a ‘fronteira natural’: não há senão fronteiras humanas. Elas podem ser ‘justas’ ou ‘injustas’, mas não é a ‘natureza’ quem dita a equidade ou aconselha a violência” (Febvre, 2000, p. 66). Compreende-se que a delimitação dos rios da bacia platina como elementos de fronteira, predispõe a intervenção humana, mais especificamente em relação a dominação e colonização europeia, já que as coroas ibéricas queriam impor e delimitar suas áreas de interesse para exploração.

Tanto as fronteiras quanto as regiões são invenções humanas em permanente construção. O que hoje se conhece e afirma sobre as regiões e fronteiras platinas passou por questões históricas imbricadas por lutas de demonstração de poder. A própria imposição da criação de um novo Vice-Reino pela coroa espanhola foi demonstração de poder frente aos interesses de outros países pelas riquezas da região. O Vice-Reino do Rio da Prata foi o último estabelecido pela Espanha, e tinha como seu principal ponto administrativo Buenos Aires, justamente por ser ponto estratégico localizado no estuário do Rio da Prata.

Como essa era uma região privilegiada pelas transações comerciais facilitadas, a presença de estrangeiros, principalmente ingleses, era forte. Tanto esses estrangeiros, quanto os *criollos* que se envolviam no comércio passaram a nutrir sentimento contra as imposições de monopólio da Espanha, o que influenciou no aumento das tensões que originariam os futuros processos de independência. Para além das questões comerciais, a produção agropecuária tinha força, e produtos como trigo, milho e o gado *cimarrón*²¹ ganhavam destaque.

Desde o início da colonização, nunca fora de interesse da coroa espanhola montar algum tipo de estrutura que pudesse melhorar as condições de vida dos segmentos mais pobres que compunham a sociedade das colônias. Muito pelo contrário, a estrutura montada foi para perdurar o controle sobre uma sociedade hierarquizada e rígida. Nesse sentido, cada um tinha seu lugar, o que foi gerando ressentimentos até mesmo para os *criollos*, que não conseguiam alcançar cargos de administração pública, por exemplo. É

²¹ O termo “cimarrón” vem do espanhol e significa “feral”, “silvestre”. O gado cimarrón refere-se ao gado que escapava e fugia do controle humano, passando a viver em liberdade nos pampas, e tornar-se “selvagem”. O termo também foi usado para tratar de outros animais, mas também de escravizados que fugiam.

a partir dessa situação social que as ideias de independência passam a borbulhar nas colônias.

As independências das colônias espanholas carregam série de pretextos e fatores, dos quais tentarei elencar alguns dos que considero mais importantes. De antemão, cito aqui as reformas propostas pela dinastia dos Bourbons²², que “visavam à modernização da Espanha e de suas relações com as colônias” (Pellegrino; Prado, 2023, p. 27). Muitas das reformas eram pautadas no âmbito econômico: por exemplo, acabou-se com o sistema de portos exclusivos impostos pela metrópole²³; criaram-se também novas guildas de comerciantes²⁴; e estabeleceu-se livre-comércio entre as colônias espanholas. Contudo, os *criollos* ainda reivindicavam pelo fim do pacto colonial, aproximando-se aos ideais do liberalismo econômico.

Nesse momento, ainda “tínhamos um caso raro na história moderna: uma economia colonial dependente de uma metrópole subdesenvolvida” (Lynch, 2009, p. 19). Isso se dá, pois, toda a “idade de ouro” das coroas ibéricas já tinham passado: elas enfrentavam problemas tanto para sua manutenção interna quanto para continuar mantendo seu poder e influência sobre suas colônias. França e Inglaterra surgiam como dois gigantes que vão tomar o controle mundial através de novas normas colonizadoras: “Se a economia do mundo do século XIX foi formada principalmente sob a influência da revolução industrial britânica, sua política e ideologia foram formadas fundamentalmente pela Revolução Francesa” (Hobsbawmn, 2014, p. 97).

Imprescindível citar aqui toda a relação dos movimentos de independência com a Revolução Francesa e Independência das 13 colônias, devido à influência dos ideais iluministas que vão ponderar discussões sobre a formação de uma nova ordem fundada sobre os preceitos do liberalismo, da república e da razão. Nesse sentido, “as ideias da Ilustração faziam parte de um complexo de fatores de contribuição, ao mesmo tempo um impulso, um instrumento e uma justificação da revolução vindoura” (Lynch, 2009, p. 66).

É inegável que a melhoria nas comunicações transatlânticas e o fato de que as várias Américas compartilhavam línguas e culturas com suas respectivas metrópoles permitiriam uma difusão relativamente fácil e rápida das novas doutrinas políticas e econômicas que estavam surgindo na Europa Ocidental. A vitória da revolta das Treze Colônias no final dos anos 1770 e o início

²² Especialmente as propostas pelo rei Carlos III, que governou entre 1759 até 1788.

²³ Nesse momento o monopólio de Cádiz caiu.

²⁴ Eram corporações de ofício/organizações que controlavam o comércio (estabeleciam monopólios e regras de acesso para certas profissões e mercadoras), estabeleciam padrões de qualidade, regulamentavam a produção e o trabalho, e defendiam os interesses de seus membros.

da Revolução Francesa no final dos anos 1780 não deixaram de exercer uma influência vigorosa. Não há nada que confirme melhor essa “revolução cultural” do que o republicanismo que perpassava as novas comunidades independentes (Anderson, 2008, p. 89).

Ainda como Hobsbawm (2014) destaca, A França teria sido responsável por oferecer o vocabulário, os temas das políticas liberais e os modelos de identidade política para os futuros países da América, nesse sentido “a ideologia do mundo moderno atingiu as civilizações que tinham até então resistido às ideias europeias inicialmente através da influência francesa” (p. 98).

Outro ponto é a questão Napoleônica que veio a surgir. Nesse momento, a Espanha vinha passando por uma crise política, na medida em que existia uma disputa de sucessão dinástica entre Carlos IV e seu filho Fernando VII. Fernando VII acabou assumindo o trono, mas logo ocorreu a invasão de Napoleão à Espanha, e o rei espanhol foi capturado pelos franceses. Nessa conjuntura a colônia perde mais ainda a credibilidade com sua metrópole, que possuía rei ausente, e João Bonaparte se autoproclamou rei da nação.

Em meio a esse cenário político, a partir de 1808, as colônias hispano-americanas passaram a organizar juntas de governos alicerçadas nos *cabildos* que ali já existiam. Essas juntas tinham a prerrogativa de governar as colônias na ausência de um rei, ao mesmo tempo que experimentavam a autonomia de governo, fazendo com que as ideias de independência passassem a ganhar mais popularidade.

Destaco aqui como essas juntas tornaram-se “espaços públicos”, dimensão pensada pelo filósofo alemão Jürgen Habermas, já que resultaram em instâncias de discussão sobre a vida pública e política, subtraídas ao poder estatal, sendo, assim, espaços de sociabilidade e de formação de uma certa “opinião” pública, que, nesse caso garantiu a efervescência das ideias independentistas entre os americanos.

Progressivamente, o movimento dessas juntas se radicalizou, levando às lutas armadas que dividiram as colônias entre “insurgentes” e “defensores” da Coroa real. Os insurgentes passaram a formar exércitos que conquistaram muitas vitórias sobre os realistas. Vale salientar que cada região/Vice-Reino teve suas particularidades e, no caso do Vice-Reino do Rio da Prata, este teve um desfecho ligado às elites, de cunho mais conservador, e com poucas lutas de caráter popular.

Ainda nesse momento, a Inglaterra obcecada pela ideia de controlar o comércio do Rio da Prata²⁵, invadiu Buenos Aires, em 1806. A Espanha estava mergulhada em crise política e econômica e, portanto, a própria população portenha organizou uma resistência a essa invasão inglesa. Essa situação gerou um sentimento nos portenhos de que sua metrópole não mais conseguiria defendê-los: “Os criollos em especial haviam experimentado o poder, descobriram sua força e adquiriram novo senso de identidade, e mesmo de nacionalidade. Assim, a fraqueza da Espanha na América introduziu os criollos na política” (Lynch, 2009, p. 44).

Os portenhos formaram uma Junta de Governo que passou a ser chamada de Junta Patriótica. Esta foi estabelecida em 25 de maio de 1810, data que ainda hoje é comemorada na Argentina e que marca o início do processo de independência, ou, ainda, a invenção do país. É daí que também se origina a chamada “Revolução de Maio”, marcada pelos eventos que ocorreram entre 18 e 25 de maio de 1810 em Buenos Aires: a chegada da notícia da deposição de Fernando VII por Napoleão, a deposição do então vice-rei do Rio da Prata e a fundação da Junta.

Esses elementos influenciaram a memória da cidade, sendo, inclusive, homenageados em nome de locais, como a *Plaza del 25 de Mayo* “assim chamada porque nela se reuniram os cidadãos que, naquele dia para sempre célebre do ano de 1810, ousaram proferir o grito sagrado da liberdade, em presença dos emblemas do despotismo” (Isabelle [1835], 2006, p. 70).

A Junta definiu questões políticas que seriam levadas a frente e foi dividida entre duas correntes, a republicana liderada por Mariano Moreno (1778-1811)²⁶, e a corrente conservadora, liderada por Cornelio Saavedra (1759-1839), que vai sair “vencedora”. Mas foi apenas com a chegada de José de San Martín (1778-1850) que o movimento independentista passou a ganhar força. Ele era um *criollo*, nascido em um povoado da atual província de Corrientes (Argentina), mas, aos 6 anos de idade, sua família retornou para Espanha, onde ele passou a estudar, e ingressou na carreira militar.

Na medida que San Martín alcançou, de certa forma, a independência do Vice-Reino do Prata, passaram a ocorrer movimentos dentro da região com o objetivo de descentralizar o controle de Buenos Aires.

²⁵ Isso decorria era do desenvolvimento industrial inglês, pois os ingleses precisavam de garantias de exportação e importação, sendo de extremo proveito o controle sobre o Rio do Prata.

²⁶ Era ligado as ideias iluministas. Acabou falecendo a caminho de seu exílio para Europa em 1811.

A moldagem inicial das unidades administrativas americanas foi, em certa medida, arbitrária e fortuita, marcando os limites espaciais de conquistas militares específicas. Mas, com o correr do tempo, elas adquiriram uma realidade mais firme sob a influência de fatores geográficos, políticos e econômicos. A própria imensidão do Império Hispano-americano, a enorme variedade de solos e climas e, sobretudo, a tremenda dificuldade de comunicação numa época pré-industrial contribuíra, para dar um caráter autossuficiente a essas unidades (Anderson, 2008, p. 91).

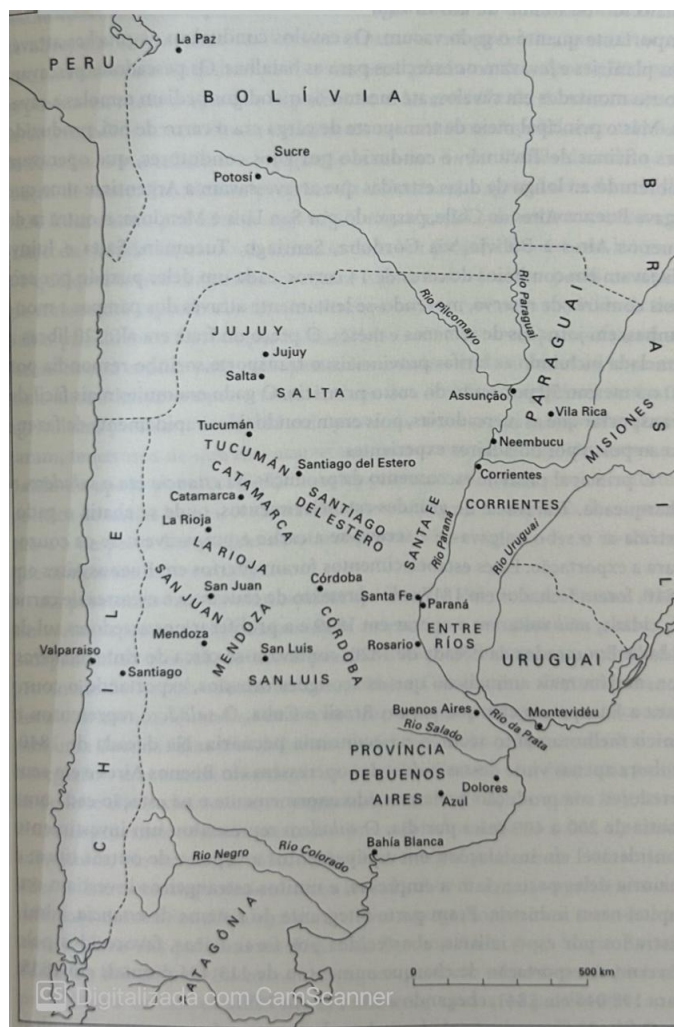
Ainda de acordo com Anderson (2008), para além dessas especificações de cada região, o próprio princípio do “*uti possidetis*”, segundo o qual “cada nação preservaria o status quo territorial de 1810, ano em que se iniciou o movimento pela independência” (p. 91), levou ao esfacelamento das então Províncias Unidas do Rio da Prata em seus territórios anteriores – Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia.

Em 1816, formou-se o Congresso Constituinte de Tucumán, que originou a primeira Constituição argentina, no ano de 1819, nesse momento denominada Províncias Unidas do Rio da Prata, garantindo a independência formal da região. A expectativa dos portenhos era de manter os contornos do antigo Vice-Reino e que Buenos Aires continuasse sendo seu centro e capital.

Manuel Belgrano (1770-1820), político e militar argentino²⁷, chegou a organizar um exército para garantir o controle portenho no Paraguai, que acabou reagindo e proclamou sua independência das Províncias Unidas. Percebe-se, nesse momento uma situação de territórios fragmentados, com grande instabilidade política. O caso da Banda Oriental (como era chamado o atual território Uruguai) foi mais complicado e José Gervasio Artigas (1764-1850) passou a ser uma figura central nesse cenário.

Imagem 04 – As repúblicas do Prata, 1820-1870

²⁷ Foi responsável pela criação da bandeira argentina, sendo apresentada em 1812 e aceita oficialmente em 1816.



Fonte: BETHELL, 2009, p. 629 – História da América Latina: da Independência a 1870

No momento em que ocorreu a chamada Revolução de Maio nas Províncias Unidas do Rio da Prata, a Banda Oriental não se integrou ao movimento, permanecendo fiel à coroa espanhola, que mudou sua base regional de Buenos Aires para Montevideu. Contudo, grande parte da população ainda aspirava à revolução e independência da Espanha, principalmente o povo que vivia nas zonas rurais, de onde emergiu o movimento revolucionário.

Quando José Gervasio Artigas foi incorporado ao movimento da revolução oriental, acabou por impulsioná-la. Derrotou os espanhóis em batalhas que levaram a independência da coroa espanhola e, em 1814, tentou fundar a chamada Liga Federal dos Povos Livres²⁸, o que acabou gerando crise política na região, já que Artigas não aceitava que a Liga fizesse parte das Províncias Unidas, devido à centralização do governo em Buenos Aires e seu viés unitário.

²⁸ Confederação de províncias aliadas de viés federalista.

Ademais, “a movimentação e as propostas de Artigas eram consideradas perigosas aos olhos da Coroa Portuguesa, porque estavam voltadas para as aspirações populares” (Pellegrino; Prado, 2023, p. 48). É aí que forças de Buenos Aires e do Brasil acabaram invadindo o território da Banda Oriental, ficando em estado de conflito até que Artigas fora derrotado em 1820.

Os vastos descampados, que compõe o território da nova República, faziam parte do vice-reinado de Buenos Aires, sob o nome de Banda Oriental. Depois de ter sido governada durante nove anos pelo feroz e cruel Artigas, que atacou Buenos Aires, invadiu Entre-Rios, sublevou Santa Fé, armou os índios do Grande Chaco e devastou missões do Uruguai com atos inauditos de barbaria, essa região, outrora florescente, foi invadida pelos portugueses e anexada ao Brasil, sob o título de Província Cisplatina. Separada do Império por um artigo do tratado de paz, concluído em 1828, entre Buenos Aires e o Brasil, foi declarada independente e tomou o título de *República Oriental del Uruguay* (Isabelle [1835], 2006, p. 50).

Pelos relatos, percebe-se o desprezo do viajante por Artigas e suas concepções federalistas. Para Isabelle, Artigas tratava-se de um feroz e cruel, que atrasava o processo de civilização do Uruguai. Nota-se ainda como todo processo de independência do Uruguai passou por duas lutas, sendo primeiramente contra a coroa espanhola e, posteriormente, contra seus vizinhos, devido a disputas políticas e territoriais.

É importante destacar o papel da Inglaterra como mediadora da Convenção Preliminar de Paz, que resultou no tratado de paz assinado em 1828. O objetivo dos ingleses era garantir que o território uruguaio sofresse sua influência, já que, na época, a Inglaterra passava pelo ápice da revolução industrial; portanto, as águas do Rio da Prata eram cruciais como meio de importação e exportação de seus produtos. A guerra estava atrapalhando isso e, portanto, com o seu fim e o estabelecimento de um novo Estado Independente, a Inglaterra poderia ter ali, de certa forma, um aliado.

Após esses movimentos conflituosos para se alcançar a independência, José Fructuoso Rivera (1784-1854), líder do futuro partido Colorado²⁹, tornou-se o primeiro presidente constitucional da República Uruguaia. Contudo, acabou ainda enfrentando uma Guerra Civil entre 1832 e 1834 contra Lavalleja³⁰ (foi derrotado), momento no qual

²⁹ Fundado em 1836, abarca o espectro político liberal centrista.

³⁰ Lavalleja foi aliado dos farroupilhas durante a Guerra Farroupilha do Rio Grande do Sul (1835-1845). A experiência dos conflitos platinos criou uma rede de relações entre chefes militares sul-rio-grandenses, uruguaiois, e argentinos, criando alianças. Esse fator é mais um dos que demonstram como a fronteira é um espaço fluído, onde ideias e agentes se deslocavam entre esses espaços.

o próprio viajante Isabelle passava pela região:

A ambição desmesurada do general Juan Antonio Lavalleja, linsojeada e excitada por alguns brasileiros da província do Rio Grande, faz temer a renovação dos horrores da Guerra Civil, mas a influência do presidente Frutuoso Rivera e as sábias medidas do chefe de polícia de Montevideu anulam de todos os lados as tentativas de Lavalleja, que, despojado de seus bens e expulso da República, é forçado a abandonar os seus projetos ambiciosos e a viver exilado da terra para cuja independência contribuirá tão poderosamente. Com mais prudência e menos ambição, o general Lavalleja teria sido, a seu tempo, o chefe supremo do estado e os seus concidadãos o teriam venerado como ele realmente merecia (Isabelle [1835], 2006, p. 59).

Pormenorizado as questões da Banda Oriental, retomo às Províncias Unidas do Rio da Prata. Esse movimento de ir e voltar é aqui necessário, já que os cenários políticos platinos do início do Século XIX são precipites e estão vinculados. Com o Congresso Constituinte de Tucumán, passaram a coexistir dois projetos políticos distintos para controlar as Províncias Unidas. Um desses era o projeto unitário, que previa a centralização do poder em Buenos Aires, e outro era o federalista, que almejava um governo pautado na autonomia das províncias do litoral e interior. Essa disputa entre unitários e federalistas marcou a vida política argentina por cerca de 50 anos.

A partir de um movimento de descentralização do poder que fragmentou o território, e garantiu que cada província estabelecesse sua própria elite política, passaram a surgir elites federalistas, denominadas como caudilhos. Tal termo passou por uma série de disputas e reverberações ao longo da historiografia argentina. De maneira geral, esses eram homens ligados ao meio rural, muitas vezes sendo latifundiários e, segundo a historiografia tradicional, mantinham relações de clientelismo com os setores populares.

O caudilho e seu bando de seguidores mantinham-se unidos por meio de uma rede de lealdades pessoais. Qual era a base desses vínculos pessoais? Por que as pessoas seguiam o caudilho? Os textos do século XIX sobre esse fenômeno, e grande parte da literatura do século XX, salientaram a personalidade do próprio caudilho. De acordo com o estereótipo, o caudilho era um homem de grande magnetismo pessoal, que dominava os subalternos pela força de vontade. (...) O caudilho, ainda segundo o estereótipo, era um homem corajoso, que podia levar outros a executar façanhas de valor porque ele próprio dava o exemplo de bravura e ousadia. Também é descrito frequentemente como ‘telúrico’, terreno; mesmo sendo um membro da classe alta, cultivava geralmente um estilo popular a fim de encorajar seus seguidores a identificar-se pessoalmente com ele. (...) Caracteristicamente,

o caudilho tinha uma personalidade autoritária. Em virtude de sua crueza e, talvez, de sua imprevisibilidade, ele muitas vezes assustava seus seguidores e seus inimigos (Safford, 2009, p. 356).

Em meio a esse cenário a província de Buenos Aires passou a ser governada pelo federalista, Manuel Dorrego (1787-1828), que chamou Bernardino Rivadavia (1780-1845) para exercer o cargo de ministro. Contraditoriamente, Rivadavia era ligado às elites portenhas, sendo fortemente influenciado pelas ideias iluministas e liberais, e tamanho era seu prestígio, que acabou sendo nomeado pela assembleia da província como governador da mesma, em 1826. Ele promoveu reformas culturais e educacionais, tendo interesse em transformar Buenos Aires na “Paris dos pampas”.

Em 1828, Rivadavia caiu, pois seu poder foi decaindo na medida em que tentou manter alguns projetos para agradar tanto o lado dos unitários quanto dos federalistas. Em meio a esse cenário, o federalista Manuel Dorrego, que foi responsável por levar Rivadavia ao poder, foi assassinado por um general unitário, marcando uma crise do projeto unitário. A partir daí surgiu a figura de Juan Manuel de Rosas (1793-1877), um federalista, também de Buenos Aires, que ficou no poder das Províncias Unidas do Rio da Prata de 1829 até 1852.

Mesmo sendo um federalista, ele construiu uma centralidade do poder através de pactos com os caudilhos/líderes das demais províncias. Essa figura contraditória é fruto de muitos questionamentos na historiografia platina, sendo considerado exemplo do caudilhismo na América:

Como seu regime de facto carecia de legitimidade constitucional e muitas vezes encontrava resistência da parte de outros caudilhos, frequentemente ele se via compelido a governar pela violência, dando pouca ou nenhuma atenção a sutilezas constitucionais. (...) Sua imprevisibilidade ainda era acentuada pelo fato de que governava com base em considerações pessoais. Para o caudilho, problema fundamental era a lealdade pessoal. (...) Como a maioria deles tinham pouco interesse em ideologia, os caudilhos não encontravam dificuldade em apoiar causas totalmente diversas e contraditórias. No Rio de la Plata, os caudilhos identificavam-se ora como unitários ora como federalistas, muitas vezes com pouca percepção do sentido desses termos, exceto como um meio de identificar os amigos e os inimigos (Safford, 2009, p. 358).

O seu governo, posto como uma ditadura, foi marcado pela violência. Rosas “deu atenção especial à questão da fronteira, expandindo-a em direção ao sul” (Pellegrino; Prado, 2023, p. 49) e então comandou a “expedição ao deserto” / “campanha de ocupação

do deserto”, em 1833, quando ocorreu verdadeiro massacre aos povos indígenas. Esse movimento acabou sendo amplamente apoiado pelas elites pecuaristas portenhas, pois assim poderiam usufruir desse território.

Isabelle considerava Rosas um “gaúcho por excelência” e dizia, ironicamente, que esse era o “grande campeão da federação”. Para o viajante, “o reino da união, época da prosperidade da República Argentina, começou em 1821 e terminou em 1827, com a demissão de Rivadavia” (Isabelle [1835], 2006, p. 101). Considerava ainda o partido federalista ignorante.

Exposto os cenários políticos dos momentos das formações dos estados nacionais da Argentina e Uruguai, percebe-se como esses passaram por disputas ao longo do século XIX, pela imposição de um grupo e seus ideais. Isso ocorreu pois, com a ideia de independência e de formação de um novo Estado-nação, diferentes grupos sociais tentaram dominá-lo e legitimá-lo de acordo com seus paradigmas, desse modo: “O modelo do nacionalismo oficial torna-se aplicável sobretudo quando os revolucionários conseguem assumir o controle do Estado, e estão pela primeira vez em condições de usar o poder deste em favor dos seus objetivos” (Anderson, 2008, p. 222).

Esse “modelo do nacionalismo oficial”, porém, decorria da Europa, e é complexo se tratar do mesmo modelo europeu para os recém-formados estados nacionais americanos, pois “as revoluções latino-americanas foram obra de pequenos grupos de aristocratas, soldados e elites afrancesadas ‘evoluídas’, deixando a massa da passiva população branca, católica e pobre, e dos índios indiferente ou hostil” (Hobsbawm, 2014, p. 229). Ademais, esse modelo oficial advinha da aliança da tradição, da religião e das massas populares, o que não foi notável nas Américas.

O momento antes das independências era marcado por um pré-sentimento de nacionalidade que sinalizava, em primeiro momento, apenas a questão entre americanos e espanhóis, suas diferenças e confrontos:

Os índios e outros elementos marginalizados da sociedade colonial podiam ter muito pouco – se é que tinham algum – senso de identidade nacional (...). Por outro lado, as expectativas dos crioulos refletiam uma consciência mais profunda, um senso desenvolvido de identidade, uma convicção de que eram americanos, e não espanhóis. Esse pré-sentimento de nacionalidade subverteu muito mais a soberania espanhola e conduziu mais facilmente a independência do que as reivindicações específicas de reforma e de mudanças. Ao mesmo tempo em que começavam a recusar a nacionalidade espanhola, os americanos também estavam conscientes das diferenças entre

si próprios, pois mesmo no Estado pré-nacional as várias colônias rivalizavam-se entre si nos recursos e nas pretensões (Lynch, 2009, p. 61/62).

Após a criação dos diversos Estados-nações americanos, essas “rivalidades” tornaram-se frequentes, já que, para além de serem americanos, pertenciam, cada um, a uma nação.

Imagem 05 – Mapa político da América Latina em 1830



Fonte: PELLEGRINO; PRADO, 2023, p. 44 – História da América Latina.

A partir de projetos políticos e ideológicos criados desde a segunda metade do século XIX, passaram a ser forjadas identidades nacionais. Essas identidades, na maioria dos casos, não buscavam tradições, mas reproduziam os modelos que julgavam necessários e interessantes para corresponder aos moldes de civilização e modernidade impostos pela Europa. Essas influências importadas para a América também acabaram moldando alguns estereótipos, sendo muitas vezes decorrentes de teóricos que nem chegaram a conhecer as Américas de fato, e outras vindas de escritos de viajantes, que produziam olhares, de certa forma, triviais, por exemplo.

1.2 O sujeito: Viajante francês Arsène Isabelle

1.2.1 Viajantes-naturalistas

A partir do século XVIII surgiu na Europa uma “consciência planetária” que passou a legitimar as questões de exploração em torno do globo. Fatores como a publicação da obra de Carl Linné (1707-1778), *Systema Naturae*, e a primeira expedição científica internacional da Europa³¹ motivaram os europeus a realizarem viagens e estudos com o objetivo de conhecerem e se beneficiarem do chamado “Novo Mundo”.

Contudo, nessa época, “os territórios americanos da Espanha estavam estritamente fechados para viagens oficiais de estrangeiros de qualquer tipo e haviam permanecido assim por mais de dois séculos” (Pratt, 1999, p. 42/43). Eram poucos os conhecimentos que os outros países conseguiam obter das terras americanas:

Em 1712, por exemplo, o rei da França contratou um jovem engenheiro chamado Frézier para viajar ao longo da costa do Chile e do Peru, fingindo-se de comerciante. (...), mesmo os relatos de segunda-mão que ele reproduziu, foram avidamente devorados pelos leitores na França e na Inglaterra. Na ausência de novos escritos sobre a América do Sul, o compilador da coleção de viagens de Churchill, em 1745, traduziu notas sobre o Chile, escritas um século antes pelo jesuíta espanhol Alonso de Ovalle (Pratt, 1999, p. 43/44).

Com a expedição internacional La Condamine, a Espanha estabeleceu condições para que apenas dois espanhóis – Antonio de Ulloa e Jose Juan – entrassem no território, mantendo o caráter científico da expedição e evitando espionagens. Os relatos produzidos durante a expedição levaram “outras partes do mundo para as imaginações dos europeus” (Pratt, 1999, p. 47), o que só aumentava a “curiosidade” em descobrir o que existia naquelas terras. Foi a partir disso também que ficou marcada uma nova era de viagens científicas com objetivo de explorar o interior dos continentes.

Nesse cenário surgiu a importante figura de Alexander von Humboldt (1769 – 1859), que viajou pelo interior do continente americano entre 1799 e 1804, vivenciando insurreições populares, guerras de independência e invasões estrangeiras. Seus relatos tinham uma linguagem científica, mas também uma narração descritiva, que se inseria num modelo “romântico”, responsável por recriar uma imagem da América no imaginário

³¹ A expedição conhecida como “La Condamine” ocorreu em 1735, e tinha o objetivo de determinar a forma exata da Terra.

europeu, principalmente quanto a questão da natureza. A viagem de Humboldt e seu relato escrito acabou influenciando vários dos viajantes que o sucederam:

A obra de Humboldt sobre o Novo Mundo e sua aura de grande sábio são referência constante para seus contemporâneos (...). A arte – expressão privilegiada para dar conta das sensações visuais experimentadas pelos viajantes – acompanha sempre que possível os relatos e descrições feitos por naturalistas (Kury, 2001, p. 866).

Para Humboldt, a viagem seria elemento insubstituível para as atividades científicas que surgiam, sendo que as “impressões estéticas experimentadas pelo viajante em cada região faziam parte da própria atividade científica e não podiam ser substituídas por descrições ou amostras destacadas dos lugares onde foram coletadas” (Kury, 2001, p. 865). Dessa maneira, passou-se a existir uma valorização do “ver com os próprios olhos”.

Com as independências latino-americanas, essas regiões tornavam-se agora objeto de maior interesse de muitos países europeus, principalmente dos localizados no norte do continente que a partir do século XVIII, se firmavam como o centro da “civilização”. França e Inglaterra foram expoentes do período, o que já era perceptível pelo apoio militar e financeiro que esses países deram aos novos estados-nações americanos durante suas lutas por independência.³²

O momento era marcado pela ideologia liberal, que levou a uma “corrida” entre as nações pela busca de “conhecimento” e, paulatinamente, pela busca de riquezas. Assim se constituía o novo cenário de expansão e exploração europeia frente as Américas.

Esses viajantes de princípios do século XIX eram frequentemente enviados para o “novo continente” por companhias de investidores europeus, como especialistas à procura de recursos exploráveis, contatos e contratos com as elites locais, informações sobre possíveis associações, condições de trabalho, transporte, mercados potenciais e assim por diante (Pratt, 1999, p. 252/253).

É nesse cenário que, segundo Pratt (1999) “a trajetória neocolonial é tanto pressuposta quanto estabelecida por muitos dos escritores-viajantes do período do pós-independência na América hispânica”, surgindo assim a “vanguarda capitalista” (p. 255). Nesse sentido, os viajantes agora não mais eram vistos como “descobridores” de novas realidades e de uma natureza cósmica; suas conquistas pautavam novos itinerários, e a

³² Ademais, com a invasão inglesa ao Rio da Prata em 1806, a Inglaterra já demonstrava seu interesse mercantil com a região.

“sociedade hispano-americana é apresentada nesta literatura principalmente como obstáculos logísticos ao movimento avançado dos europeus” (Pratt, 1999, p. 257).

Aqui a natureza inexplorada passou a ser vista como sinônimo de atraso e fracasso, ao contrário do que era observado em viajantes da vanguarda humboldtiana. Fato é que a história natural ainda marcava as concepções dos viajantes. De acordo com o verbete da *Encyclopédie* ou *Dictionnaire raisonné*, de Diderot e D’Alambert, a “história natural abrange todo o universo, sendo seu objeto tão extenso quanto a natureza”. Essa história natural emerge uma “estrutura de conhecimento e o impulso à exploração continental, por oposição a marítima” (Pratt, 1999, p. 35), sendo a figura do viajante naturalista essencial para tal.

Paulatinamente, “aparece também aqui uma distinção entre modalidades de naturalistas e a utilidade específica de cada uma delas – do médico, do geógrafo, do anatomista, do químico e do físico” (Leite, 1995, p. 09). Nesse sentido, com a vanguarda capitalista, passou-se a inserir novas modalidades entre os viajantes naturalistas que vinham às Américas a partir de 1820, sendo esses os comerciantes, industriais, economicistas e até mesmo diplomatas. Com esses, a forma de retratar a América também muda:

Ideologicamente, a tarefa da vanguarda é a de reinventar uma América como atrasada e negligenciada, de forma a enquadrar seus cenários e sociedades não capitalistas como manifestamente carentes da exploração racionalizada trazida pelos europeus. Estudiosos do discurso colonial reconhecerão aqui a linguagem da missão civilizadora pela qual os europeus do norte produzem (para si mesmos) os outros povos como “nativos”, seres reduzidos e incompletos, que padecem da incapacidade de se tornar o que os europeus já são, ou de se transformar naquilo que os europeus pretendem que sejam. Assim se vê a vanguarda capitalista nos futuros daqueles a quem procura explorar: como um tipo de inevitabilidade moral e histórica (Pratt, 1999, p. 262).

As críticas e comentários desses viajantes eram fruto de seu universo cultural pautado em uma Europa do século XIX, onde as ideias de “civilização”, “progresso” e “liberalismo” eram intensamente discutidas e marcavam seu olhar. Desse modo, os viajantes chegam à América já com certo olhar estereotipado em relação ao seu estado social, cultural, político e econômico. O ponto crucial dos viajantes era demonstrar como a América deveria ser transformada em cenário industrial, e isso só aconteceria com interferência dos europeus.

Se o movimento de expansão europeia do século XVI, com suas descobertas de povos e lugares tão distintos dos que conheciam os conquistadores, estabeleceu a possibilidade de pensar o mundo e o próprio conceito de humanidade tendo como parâmetro a civilização europeia, é inegável que ela ganha enorme reforço na conjuntura expansionista que se abre com a revolução industrial, cujos desdobramentos, como assinalou Hobsbawm, provocaram uma revolução econômica sem precedentes na história da humanidade (Galetti, 2012, p. 173).

Outra questão aqui crucial diz respeito ao financiamento dessas viagens. Muitos dos viajantes realizavam suas expedições a partir do interesse de governantes; outros advinham das inúmeras Sociedades Geográficas, o que acaba por direcionar o olhar desses viajantes a determinadas questões e objetivos. Ademais, os viajantes passavam a não ter tanta “liberdade” de escrita em seus relatos, já que muitas vezes precisavam obedecer a certa diplomacia entre seu país de origem e o visitado.

Percebe-se, assim, a necessidade de se conhecer quem é o viajante em questão, quando realizou a expedição, suas motivações, bem como “compreender a trajetória de vida do viajante e seu conhecimento prévio do lugar de destino” (Schemes, 2015, p. 03), seus interesses, ideologias, questões financeiras (se foi ou não financiado), os meios transitados, entre outros fatores. “Esses aspectos impactam a sua experiência de alteridade, tanto na confirmação dos estereótipos, quanto no estranhamento frente ao inesperado” (Schemes, 2015, p. 03).

1.2.2 Louis Frédéric Arsène Isabelle

Homem dotado de conhecimento gerais, ledor de filósofos e de poetas, amante da vida e da natureza, sentiu como tanto europeus a atração aventureira do lá-bas, numa época intranquila em que os homens de pensamento sonhavam com um retorno à vida simples e à pureza original de um mundo novo (Tostes, 1949, p. 24).

Para dar continuidade, apresento aqui a figura principal que move essa pesquisa: o viajante Louis Frédéric Arsène Isabelle, um francês da comuna de *Le Havre*, importante cidade portuária da região da Normandia, no norte da França. Esta se situa na margem direita do estuário do rio Sena e era uma vila de pescadores até que o rei Francisco I³³ mandou construir o porto e a cidade, em 1517. Contudo, a expansão econômica francesa

³³ Seu reinado foi marcado pela ascensão da monarquia absolutista na França, expansão do humanismo e protestantismo, e pelo início da exploração francesa no “Novo Mundo”.

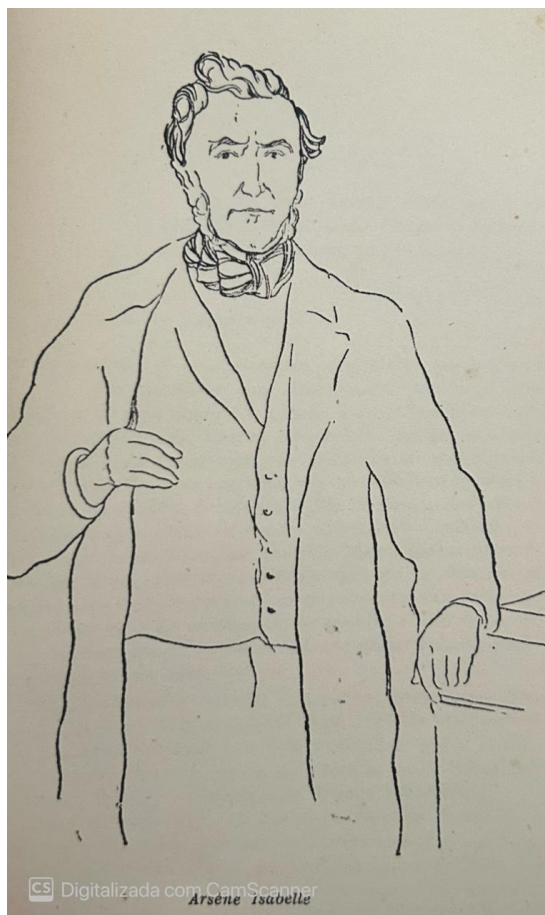
nesse período foi prejudicada por guerras religiosas, conflitos com os ingleses e epidemias.

Só no fim do século XVIII Le Havre começou a crescer, e seu porto passou a ter importância, primeiramente com o tráfico de escravizados e, posteriormente, com o comércio internacional. O porto de La Havre se constituiu como o segundo maior da França, e a cidade é considerada Patrimônio Mundial da UNESCO, pela sua modernidade³⁴. Isabelle cresceu em uma cidade que também vinha crescendo, tendo o viajante acompanhado o seu desenvolvimento, principalmente no âmbito comercial e econômico, o que influenciou diretamente sua ideologia.

Isabelle foi um homem que exerceu múltiplas funções ao longo de sua vida, tendo o escritor argentino Ernesto Morales (1943), descrevendo-o como “viajero, comerciante, industrial, contador, naturalista, geógrafo, historiador, canceller, funcionário público, professor de latín y periodista”. Antes de tudo, é possível enquadrar o viajante como um erudito e “homem das letras”, já que teve contato com diferentes leituras e teóricos que foram responsáveis por construir sua ideologia como um homem liberal republicano, que defendia as ideias de civilização, progresso e “modernidade”.

Imagem 06 – O viajante francês Louis Frédéric Arsène Isabelle

³⁴ Durante a Segunda Guerra Mundial a cidade portuária sofreu danos catastróficos, atingindo seu ápice da destruição durante a Batalha da Normandia, tendo mais de 90% da cidade deixada em ruínas. Após o fim da guerra, os governantes queriam restaurar a cidade com uma nova identidade, passando a ideia de modernidade e fortaleza. Assim, o arquiteto Auguste Perret foi responsável por planejar a reconstrução da cidade, de acordo com os moldes da arquitetura moderna, garantindo assim a inscrição da cidade de Le Havre como Patrimônio Mundial da UNESCO, em 2005.



Fonte: ISABELLE, 1950 - Emigração e Colonização.

Antes de todas essas ocupações, Isabelle se considera como um curioso: “nasci, portanto, curioso, e esta curiosidade me impeliu a viajar” (Isabelle, 2006, p. 04). O seu gosto por livros de viagens, dos quais “devorou” grande número, como *Gulliver's Travels*³⁵ e *Voyage pittoresque autor du Monde* são enunciadas por ele como leituras que despertavam o desejo de viajar.

Fazia esta ingênua confissão a um dos nossos cientistas, homem inteligente que fez um estudo aprofundado da frenologia e da fisiognomonia, ciências famosas dos Gall, dos Lavater e dos Porta. Respondeu-me sorrindo: “não era preciso esta confiança para que eu conhecesse suas inclinações e as preferências de seu espírito (...). O senhor tem, antes de tudo, a bossa da memória dos fatos, da curiosidade e da aptidão para instruir-se”; (Isabelle, 2006, p. 03).

³⁵ Importante destacar como o gênero de ficção condicionava e moldava o gênero do relato de viagem, na medida em que fornecia modelos narrativos, estratégias de persuasão e repertórios simbólicos para serem incorporados nos relatos. Assim as narrativas eram também consideradas construções literárias que combinavam observações do viajante, mas também imaginação.

A teoria da frenologia foi desenvolvida pelo médico e anatomista alemão Franz Joseph Gall (1758-1828) e propunha que o formato do crânio de uma pessoa indicaria o seu caráter e personalidade. Para Isabelle, a teoria e suas “aptidões” confirmavam seu gosto por viagens, refletidas, portanto, na expedição que veio a realizar. “Assim, o homem não nasce sem nada, como haviam pensado muito filósofos, mas com faculdades determinadas, susceptíveis de receberem pela educação desenvolvimentos consideráveis” (Isabelle, 2006, p. 286).

Desse modo, Isabelle não concordava com a sentença de Pascal (1623 – 1662) de que “a curiosidade não passa de vaidade”, mas teriam sido Rousseau (1712-1778) e seu conterrâneo Bernardin de Saint-Pierre (1737-1814) que reestabeleceram a calma em seu espírito: “Bastam-me essas autoridades perfeitamente respeitáveis para mim e irrecusáveis para outros. Toca, pois a viajar, ver por mim mesmo, ver muito” (Isabelle, 2006, p. 05). Convencido a realizar sua viagem, escolheu então ir para América do Sul:

Escolhi então, para satisfazer minha ardente curiosidade, o antigo vice-reino de Buenos Aires, onde se formaram, depois da emancipação, a confederação do Rio da Prata com mais repúblicas do que as províncias que constituíam o vice-reinado; a Banda Oriental ou república do Uruguai, também chamada Cisplatina pelos brasileiros que dela fizeram uma província do seu Império; a república da Bolívia, formada pelas províncias do Alto Peru, e, enfim, o Paraguai, formando um estado todo especial, submetido ao poder ditatorial de um chefe bizarro. O brilho que ao longe despediam as armas triunfantes desses intrépidos republicanos durante as guerras de sua independência, e, sobretudo, a sabedoria tão gabada de seus legisladores, unidos ao prazer que eu sentia de tirar partido de uns fracos conhecimentos de história natural, me animaram a conhecer essas vastas regiões, já percorridas, é verdade, porém em épocas remotas. Tratava-se de explorar as 743.000 milhas quadradas de superfície, compreendida entre os Andes do Chile, Bolívia, a grande região do Chaco, o Paraguai, o Brasil e o Oceano Atlântico até o estreito de Magalhães (Isabelle, 2006, p. 06).

É imprescindível ressaltar a situação política da França na época, o que também foi grande motivação para que Isabelle empreendesse sua viagem para América naquele momento. Carlos X era o governante francês desde 1824, mantendo um regime reacionário, de caráter clerical, tendo ainda tentado reestabelecer o Antigo Regime. Isabelle tinha convicções republicanas e liberais, totalmente influenciado pelos acontecimentos da Revolução Francesa, e considerava um atraso a retomada de um regime conservador como o de então na França.

Seus ideais ganharam cena ao chegar à América e se deparar com os novos Estados-nações que almejavam ir ao encontro do modelo republicano liberal europeu. Contudo, não esperava encontrar regimes de cunho mais conservador, como foi o caso de Rosas, na Argentina, tornando-se isso um desafio para ele durante sua viagem.

Isabelle decidiu partir nos fins de 1829. Sua expedição não recebeu financiamentos ou investimentos diretamente, e ele viajou com mercadorias, o que acabou lhe gerando maiores desafios. Isso ocorreu pois, quando chegou a Buenos Aires, uma Guerra Civil entre federalistas e unitários se reestabelecia ali, portanto, suas mercadorias não tinham nenhum valor, já que existia o perigo da guerra estender-se temporal e espacialmente.

Para contornar o desafio, Isabelle se viu obrigado a abrir um negócio industrial em Buenos Aires e, para recuperar seus fundos monetários, acabou tendo que ficar em terras portenhas mais tempo do que o previsto originalmente em seu itinerário, o qual o próprio viajante reconhecia como “um vasto plano de exploração, erizado de dificuldades, sem contar os perigos, as privações, os cansaços extremos, que, segundo os românticos, constituem o encanto dessa viagem” (Isabelle, 2006, p. 07).

Nota-se como o viajante tinha conhecimento de outros relatos de viagem, assim como também o seu modelo³⁶, os quais poderiam se enquadrar da vanguarda humboldtiana, justamente pela sua crítica ao apelo do “olhar romântico”, principalmente voltado aos elementos da natureza. Mas, de todo modo, ele ponderou as dificuldades que vivenciou, muito ao encontro do que Leite (1995) propõe:

As condições das viagens marítimas e terrestres, bem como o tipo de hospedagem encontrado, variou através do século XIX e nas diferentes províncias, como também variaram os segmentos da população com que os viajantes entravam em contato. Essa variação também existiu na escolha de ajudantes locais e tropeiros, nas condições de preservação e acondicionamento do material coletado. Nem todos sofreram as interrupções de subsídios e de verbas para a viagem. Houve os que passaram incólumes a perigos e doenças e às pressões das autoridades locais. Muitos perderam a vida e a razão na travessia de rios e florestas. Dificuldades físicas e psicológicas desestruturaram expedições cujo objetivo era desvendar o desconhecido (Leite, 1995, p. 11).

³⁶ No século XIX os relatos de viagens eram entendidos como um gênero literário narrativo de aventuras, sendo um relato que retratava o “magnífico”, “diferente” e o “fascinante”, podendo ainda ser considerados científicos, na medida em que traziam descrições e informações de diferentes elementos (ligado aos naturalistas). Essa questão será mais aprofundada no terceiro capítulo, ao tratar de como esse gênero tinha o objetivo de aguçar o interesse do público.

Dentre os objetivos do viajante, ele pontuava o desejo de fazer uma coleção completa dos produtos naturais encontrados nas regiões que percorreria. Para tal, levava consigo armas, munições, instrumentos necessários à caça e preparação dos animais, drogas para conservá-los, papel e uma prensa para secar as plantas. Para realizar a expedição, levou consigo, como auxiliar e preparador, o jovem alemão Eugène Gamblin. Carregou consigo ainda obras de história natural e outros livros que poderiam lhe ser úteis para consultas.

Mesmo que o viajante não tenha exposto qual foi a bibliografia completa que utilizou, citou alguns dos autores, como Félix de Azara, Guillaume-Thomas Raynal, John Mawe e Alcides d'Orbigny. O viajante ainda citava Auguste Saint Hilaire como “viajante erudito e consciencioso”. Percebe-se, portanto, como o viajante se esforçava para se alinhar aos ideais da história natural e para colaborar com os conhecimentos científicos: “e eu podia acalentar a lisonjeira esperança de enriquecer o domínio das ciências naturais” (2006, p. 08).

Isabelle reconhecia que tinha poucos conhecimentos em detrimento de outros “naturalistas”, título que ele considerava usurpado por ele mesmo, mas também não escondia o privilégio que a História Natural dava às viagens e de contatar pessoas instruídas. Dentre as pessoas com as quais teve contato, cito aqui o naturalista Aimé Bonpland (1773-1858), que foi colaborador na viagem de Humboldt, mas acabou tomando residência na América do Sul.

Dentre outros contatos, Isabelle privilegiava os que pertenciam a certa elite intelectual e financeira, como o negociante Faustino Lezica, o tenente José Arenales e o encarregado da conservação do Museu de História Natural de Buenos Aires, Cadmio Ferraris. Ademais, a exaltação tornava-se maior na medida em que os contatos fossem também europeus, como o físico italiano Fabrício Mossoti, o francês Joseph Ingres, o negociante suíço Antoine Thedy, entre outros.

Sobre seus relatos Isabelle ainda pontuava que precisou fazer uso de algumas “palavras técnicas” para as descrições físicas, as quais nem todos têm conhecimento, o que ele indaga e volta a valorizar a História natural e seus relativos avanços:

Mas por que não aprenderíamos as palavras científicas? Podemos torná-las inteligíveis, já que elas constituem uma língua universal. As ciências naturais têm feito tantos progressos na Europa – sobretudo na França – e têm-se tornado tão generalizadas e populares, que é preciso ler com mais interesse os trabalhos que procuram explicar pontos obscuros e misteriosos

que maravilham durante tanto tempo o comum dos mortais. Além disso, o estudo da natureza é tão admirável que nos conduz facilmente da visão de suas obras ao sentimento de divindade. Graças sejam dadas a Aristóteles, a Plínio, a Buffon, a Cuvier! Colocados como luzeiros no caminho das ciências naturais, para mostrar os seus progressos, esses grandes naturalistas abriram uma nova era à filosofia, obrigando os outros homens a estudar os fatos que eles classificaram (Isabelle, 2006, p. 17).

Nota-se como Isabelle tinha aporte teórico para tratar de questões filosóficas, que eram de seu interesse. Para além da filosofia, o viajante deixa claro também quais teóricos o influenciam perante as questões políticas e sociais. Isso se deu previamente ao momento de sua partida, quando Isabelle lamentou que nem todos os franceses aceitassem a opinião de Montesquieu, Rousseau e do conde de Laborde sobre a utilidade das viagens. Comentou ainda como o diretor de um colégio importante da época, que, ao falar com ele temia que o viajante tomasse os princípios americanos.

Mas, surpreendentemente, o próprio viajante, republicano e liberal, não era ingênuo ao perceber que as formações dos diferentes Estados-nações americanos passavam pelas ideias políticas e econômicas de teóricos europeus: “Entretanto, esses princípios, essa causa americana, são apenas o resultado de ideias elaboradas na Europa; são nossas teorias postas em prática” (Isabelle, 2006, p. 23). Seguindo seus princípios, Isabelle partiu rumo às Américas na embarcação francesa *Herminie*, sob comando do capitão Soret, às duas horas da tarde do dia 31 de dezembro de 1829.

Em 27 de fevereiro de 1830, o viajante e seus companheiros entraram nas águas do Rio da Prata e, na noite de 28 de fevereiro de 1830, chegaram a Montevidéu. Em março do mesmo ano, já seguiu sua viagem para Buenos Aires e, ao chegar na capital das Províncias Unidas do Rio da Prata deparou-se com a Guerra Civil e o governo de Rosas.

Esse foi o cenário que Isabelle se viu entrar em crise financeira e foi obrigado a tomar uma decisão: deveria retornar a França sem ao menos conhecer a capital portenha? Ele achava essa uma decisão estúpida e preferiu criar estabelecimento industrial que desse a ele a possibilidade de recuperar seus recursos.

O viajante não imaginaria que o cenário político não mudaria tão cedo nas Províncias Unidas, impossibilitando-o de percorrer seu itinerário inicial. Mas devido à sua relação comercial e industrial e à sua situação financeira, decidiu empreender. Propôs ainda a um jovem alemão de Lübeck, que conhecera durante a viagem, a sociedade em seu negócio, que se destinaria a confecção de velas, de um tipo “superior” às que eram aqui utilizadas, além de um processo de derretimento e depuração de sebo.

Isabelle relatou as dificuldades ao longo do exercício de uma indústria nova para ele e pontuou que “trabalhava tanto como os meus empregados negros”. Ressalto aqui que a escravidão só foi oficialmente abolida na Argentina em 1853; portanto, seriam esses realmente seus empregados, no sentido específico do termo? O viajante não ofereceu nenhuma outra informação em relação a quem “trabalhava” em sua indústria. Ressaltava ainda que esta estava fadada ao fracasso: “muitas causas contribuíram, sem dúvida, para esse fracasso, sendo uma das mais poderosas o estado deplorável em que se encontrava, na época, Buenos Aires” (Isabelle, 2006, p. 11).

No momento em que passou a faltar tanto o capital, quando as matérias-primas, Isabelle e seu sócio decidiram liquidar o negócio. O viajante ainda pensou em já retornar à França; contudo, o seu preparador ainda permanecia junto a ele, e seu gosto por História Natural só aumentava. Assim, decidiu empreender seus poucos recursos para percorrer menor parte dessa região do proposto em seu projeto inicial, mas que não deixou de ser menor interessante, o que lhe proporcionou a oportunidade de estabelecer uma espécie de paralelo entre o caráter brasileiro, o dos orientais (uruguaios) e o dos argentinos, como a de conhecer algumas das produções naturais dessas paragens (Isabelle, 2006, p. 12).

Desse modo, Isabelle decidiu retomar sua expedição passando pela região platina meridional. Durante sua viagem, escreveu numerosas notas e, portanto, seu relato só tomou forma quando regressou à França, em 1835. O viajante sempre deixou claro qual era o seu público-alvo: “tive sempre em vista fazer um trabalho proveitoso aos meus compatriotas e, principalmente, ao comércio do Havre, que, por sua feliz posição e por sua extensão, deve ter um interesse mais direto em conhecer certos lugares, destinados, talvez, a aumentarem sua prosperidade” (Isabelle [1835], 2006, p. 12).

Ainda na página de rosto da edição original, Isabelle acrescentou abaixo do título “*Dédié au commerce du Havre*”, e na página de rosto expôs³⁷:

Aos senhores negociantes que constituem o comércio do Havre, como uma manifestação ostensiva, e não equívoca, dos votos do autor por sua prosperidade, à qual estão intimamente ligadas a do Havre, a da nossa indústria e a das nossas manufaturas. Seu muito humilde e muito obediente servo, Arsène Isabelle (Isabelle [1835], 2006).

³⁷ Ambos paratextos (termo pensado por Gérard Genette) servem para definir o destinatário de Isabelle. Conforme Genette propõe (2009), o destinatário pode ser entendido como o “o público”, mas essa definição torna-se vaga. Portanto, com o auxílio desses paratextos, o viajante especifica quais leitores almeja alcançar, sendo aqui os comerciantes do Havre.

Isabelle não fez questão de esconder como seu relato se dirigia ao público comerciante, principalmente de sua terra natal. Dessa maneira, percebe-se que ele buscava demonstrar como a região platina visitada por ele possuía recursos úteis à exploração comercial. Ele deixou claro seu posicionamento ligado ao “progresso”, e a vontade em levar “civilização” para o território americano, sendo essa a partir de investimentos comerciais dos próprios habitantes de Havre.

Isabelle admitiu que passados cinco anos nas antigas colônias espanholas e portuguesas, conseguiu perceber a inferioridade do comércio francês em relação às outras nações marítimas. O viajante apela a um discurso de medo ao admitir e ferir a suscetibilidade nacional, e se consolava em Voltaire: “Meu amor pela pátria não conseguiu jamais fechar meus olhos aos méritos do estrangeiro; pelo contrário, quanto mais me sinto bom cidadão, mais procuro enriquecer o meu país com os tesouros que não se encontram no seu solo”. De tal modo, justificava a exploração econômica do território americano pela França e, principalmente, pelos seus conterrâneos de Le Havre.

Quanto ao seu relato, de maneira geral, Isabelle segue a praxe da modéstia, afirmando que não era um trabalho literário digno para atrair atenção de pessoas cultas e que amam o maravilhoso. Seria apenas uma exposição singela e ingênua de tudo que ele, como um simples viajante, poderia ver e observar, e que lhe sugeririam algumas reflexões filosóficas, sentimentais, políticas e morais. Sabe-se que essa praxe despretensiosa não deve ser entendida como verdadeira, pois caso ele achasse verdadeiramente que seu trabalho não era digno, não teria movido tantos esforços (financeiros, físicos) para realizar a expedição e, posteriormente ainda publicar um relato sobre a mesma. Aqui, a falsa modéstia cabia como estratégia de persuasão para conquistar leitores.

Afirmo aqui que seu relato perpassa por diversos pontos, que correspondem desde a História natural quanto aos costumes, características, questões urbanas, sociais, políticas, econômicas e comerciais. Acredito existir um equilíbrio na maneira como Isabelle narra suas viagens entre todos esses pontos, o que gera um enriquecimento de ideias sobre as regiões das fronteiras platinas durante o século XIX. Tanto foi seu envolvimento pela região que, após publicar seu relato, Isabelle decidiu retornar aos solos americanos.

O viajante, ao fim de sua expedição, retornou ao Havre e editou a obra que constituiu seus relatos de viagem, publicada em 1835. Depois, retornou a Montevideu em 1837, onde viveu por cerca de quarenta anos. Dedicou-se escrevendo para o jornal *Le*

*Patriote Français*³⁸, que era mantido por um grupo de exilados franceses, mas também publicou nos periódicos *El Nacional*³⁹ e *Comercio del Plata*⁴⁰. Também atuou como Chanceler do Consulado Geral da França e continuou com o projeto de estimular o comércio de sua pátria, principalmente do Havre, com o “novo mundo”.

Es nombrado cónsul francés, funda una familia, intenta negocios en gran escala, ocupa un puesto de funcionario en la Aduana y en la educación pública de Montevideo; viaja, conoce el Paraguay, Brasil y la Patagonia; escribe como redactor en jefe de *Le Patriote Français* contra la tiranía de Rosas; palpita con la existencia peligrosa de los amenazados por el ejército de Oribe, tanto que su hijo mayor, oficial de la Legión francesa, pierde la vida en el combate del Cerrito. El emigrado francés ya está definitivamente ligado a la vida del Plata; su pensamiento, su acción y su sangre le han fecundado (Morales, 1943, p. 10).

Em Montevideú, Isabelle ainda passou a ensinar latim e contabilidade, escreveu livros e realizou pesquisas científicas dentro da História Natural. Morales (1943) diz que Isabelle teria começado um livro sobre Francisco Emilio Babeuf⁴¹ (1760-1797), o qual teria se perdido, e outro sobre a tirania de Rosas. Publicou um estudo sobre “Emigração e Colonização” sobre o atual Rio Grande do Sul, Uruguai e toda a Bacia Platina. Ainda “otro sobre los moluscos y los roedores, otro sobre las plantas sarmentosas del río Uruguay y otro titulado Salvación de las repúblicas sud americanas, un intento de solucionar su problema político-social” (Morales, 1943, p. 10).

Ainda na capital oriental sofreu um acidente, o que o levou a invalidez e agravou sua situação financeira. “Disposto a voltar à pátria, após tantos reveses, alguns amigos obtiveram do governo uruguaio sua nomeação para cónsul do Havre. Mas, esses reveses aliados à nostalgia da América onde vivera mais de quarenta anos, levam Isabelle à

³⁸ Foi um periódico de língua francesa publicado em Montevideo (Uruguai) entre os anos de 1843 e 1850. Foi fundado com a finalidade de documentar o engajamento político e militar da comunidade francesa durante a “Guerra Grande” – enfrentamento ocorrido no Uruguai de 1839-1851, entre os partidos colorado e blanco. O nome aludia diretamente ao envolvimento da comunidade francesa no conflito, e o periódico é exemplo das influências culturais, ideológicas e econômicas francesas no Uruguai durante o século XIX.

³⁹ Jornal argentino fundado pelo ex-ministro da economia Dalmacio Vélez Sarsfield, com publicações de 1852 a 1898. Surgiu logo após a queda de Rosas, e era ligado ao projeto liberal de construção do Estado Nacional, defendendo ainda modernização e integração econômica.

⁴⁰ Periódico político e comercial publicado em Montevideú, fundado em 1845 pelo educador Florencio Varela. O jornal tinha uma linha anti-rosista, liberal, modernizadora. Dentre alguns pontos que defendia: inserção do Prata no comércio internacional, modernização educacional, política e econômica. Era uma ferramenta de propaganda política dos unitários, e somava-se ao projeto político de aproximar o Prata das ideias de progresso dos Europeus.

⁴¹ Foi político e revolucionário francês. Defendia ideias consideradas precursoras do comunismo, sendo sua teoria política ficado conhecida como Babuvismo. Acabou morrendo guilhotinado devido aos seus atos durante a Revolução Francesa e a “Conspiração dos Iguais”.

neurastenia e, como resultado, ao suicídio por enforcamento, já octogenário” (Barreto, 1973). Pouco se conhece de fato, sobre sua biografia:

Parece que Amadeo Jacques, interesado por este activo compatriota con quien compartía inquietudes ideológicas, comenzó a escribir su biografía. Álvaro Guillot Muñoz y José María Fernández Saldaña nos hablan de ella como de cosa definitivamente perdida en el olvido del tiempo. Lástima, en verdad, porque biografiado y biógrafo se merecían (Morales, 1943, p. 10).

Tostes (1949) ainda afirma que os dados mais positivos sobre sua biografia seriam os que ele mesmo fornece na introdução da sua obra *Emigração e Colonização* (1850). É nessa obra que o francês demonstrou sua compaixão com o território sul-americano, que acabou se tornando também sua “nação”, sendo importante frisar que essa obra fora publicada em outra temporalidade e sob diferentes circunstâncias, sendo a mesma um compilado dos artigos publicados por Isabelle no periódico *Le Patriote Français*.

Vim fixar-me aqui, com minha família, sem ter sido obrigado por ninguém. Como não tinha fortuna e precisava trabalhar com proveito, volvi minhas vistas para o Estado Oriental do Uruguai. O belo céu azul desta República, a fertilidade rara de seu solo, a variedade de seus recursos naturais, a facilidade das comunicações com o interior pelos rios e ribeiros que o banham, seu sistema monetário, o valor invariável das moedas de ouro e prata em circulação, a forma de seu governo, a sabedoria de suas instituições políticas, a afabilidade de seus magistrados, a amenidade dos habitantes, foram as causas determinantes de minha escolha. A imigração basca começava a estabelecer-se e a regularizar-se; nosso comércio seguia um ritmo progressivo, que prometia os resultados mais felizes; Montevideu crescia a olhos vistos e tudo pressagiava um futuro brilhante e estável quando uma guerra cruel e impiedosa veio calcar a civilização ao pé das muralhas da cidade heroica (Isabelle, 1950, p. 25).

A valorização da terra é sempre respaldada por questões econômicas, que demonstram os ideais, muito claros, referentes a civilização e progresso, e se insere na chamada “vanguarda capitalista” defendida por Pratt. Pode-se dizer que Isabelle almejava ver na região uma nova “França”, que fosse de acordo com os ideais liberais e republicanos, sonho muitas vezes interrompidos pelas Guerras Cívicas, como a “Guerra Grande”, ou “Guerra Civil do Uruguai”⁴², a qual ele se refere no final do exposto. Isso

⁴² Enfrentamento entre os partidos Blancos e Colorados, nos anos de 1839-1851.

demonstra como suas obras foram marcadas por influências teóricas que borbulhavam na Europa do século XIX.

1.3 O tempo: Discussões em voga

É inegável como as ideologias discutidas em determinado recorte espacial e temporal influenciam os agentes ali presentes. No caso do século XIX, na Europa, este já iniciou sendo marcado pelas reverberações das Revoluções Francesa e Industrial, gerando grandes discussões teóricas e novas ideologias que abarcavam questões que se iniciaram a partir desses dois eventos, como as famosas ideias de igualdade, liberdade e fraternidade, além de um capitalismo industrial responsável por alterar o *modus vivendi* em diante.

Fato é que o século XIX pode ser considerado um grande glossário de novas ideologias que influenciaram tanto as estruturas sociais, políticas, culturais e econômicas ao redor do mundo quanto as identidades pessoais. Nesse sentido, a partir dos novos princípios e convicções em voga no século XIX, o viajante francês Arsène Isabelle moldou os parâmetros definidores de sua identidade e de seus ideais, responsáveis por mediar suas percepções a respeito de um “Novo Mundo”.

Ao realizar qualquer pesquisa, deve-se atentar para o fato de que cada agente histórico é imbricado pelas ideias de seu tempo e espaço, o que não seria diferente na análise de viajantes e seus relatos, os quais ainda apresentam suas percepções acerca das viagens a partir de sua ideologia, indo de encontro com seu universo cultural. Respeita-se, assim, que o viajante é um “homem” de seu tempo.

Sendo assim, destacarei aqui as ideias em voga durante o século XIX, século este marcado pela ideia da modernidade. A princípio, o termo vem do latim, e significa algo “atual”, tendo passado a ser utilizado no Ocidente europeu a partir do século XVIII para distinguir os caminhos da filosofia que vinha sendo discutida. Com o advento do Iluminismo, a ideia de progresso tornou-se irreversível, e passou-se a construir todo um projeto que valorizasse a racionalidade e a ciência, formando um novo modelo de estrutura que deveria ser seguido.

A ideia de modernidade, portanto, foi responsável pelo forjamento de novas percepções que valorizassem os avanços tecnológicos, científicos, e a racionalidade para se alcançar o progresso, sendo esse estritamente marcado pelo ideal capitalista. De acordo

com o filósofo italiano Nicola Abbagnano (1901-1990), os primeiros usos do termo “modernidade” tiveram relação estreita com os primeiros traços do capitalismo e ascensão da burguesia.

Já Marshall Berman, em *Tudo que é sólido desmancha no ar* (1986), demonstra como o progresso acaba por tornar-se a religião dos tempos modernos, e “identifica modernidade e capitalismo quase como duas faces da mesma moeda, é na primeira que o segundo encontra terreno propício para se realizar, instalar e afirmar” (Bocafoli, 2022, p. 1653).

Se nos adiantarmos cerca de um século, para tentar identificar os timbres e ritmos peculiares da modernidade do século XIX, a primeira coisa que observaremos será a nova paisagem, altamente desenvolvida, diferenciada e dinâmica, na qual tem lugar a experiência moderna. Trata-se de uma paisagem de engenhos a vapor, fábricas automatizadas, ferrovias, amplas novas zonas industriais; prolíficas cidades que cresceram do dia para a noite, quase sempre com aterradoras consequências para o ser humano; jornais diários, telégrafos, telefones e outros instrumentos de medida, que se comunicam em escala cada vez maior; Estados nacionais cada vez mais fortes e conglomerados multinacionais de capital; movimentos sociais de massa, que lutam contra essas modernizações de cima para baixo, contando só com seus próprios meios de modernização de baixo para cima; um mercado mundial que a tudo abarca, em crescente expansão, capaz de um estarrecedor desperdício e devastação, capaz de tudo exceto solidez e estabilidade (Berman, 1986, p. 19).

Nessa linha, nota-se que os centros urbanos acabaram se tornando elementos cruciais da modernidade: sua “paisagem perfeita” era modelo de progresso e civilização. Do mesmo modo, existia a desvalorização de elementos ligados ao mundo rural, agrário, à natureza. No caso de Isabelle, que cresceu na região de *Le Havre*, na França, teve seu imaginário marcado pela presença da “modernidade”, na medida em que a cidade se desenvolvia em aspectos urbanos e a vida moderna passava a ser mediada por essas estratégias. Aparece ainda nesse cenário:

A lei do efêmero da multidão e das aparências mutantes da modernidade metaforiza-se exemplarmente na figura da multidão, a massa humana das ruas das grandes cidades industriais que apresenta contraditoriamente a uniformidade do modelo coletivo e a singularidade das feições, a aparente integração no conjunto e a sensação de isolamento dos indivíduos (Menezes, 2015, p. 45).

Logo, ao chegar à América do Sul e se deparar com outros modelos de “cidade”, o estranhamento e as comparações são inevitáveis ao longo de seu relato de viagem, o que analisarei enfaticamente adiante. Um exemplo é quando o viajante chegou em Paissandu (Uruguai), dizendo ser seu aspecto pouco agradável, ter uma vista “monótona” e ainda indagou se essa poderia ser considerada uma cidade de fato.

Para além das questões ligadas ao capital, influenciadas pela Revolução Industrial, a Revolução Francesa foi responsável por pensar um novo modelo político que valorizasse a liberdade e igualdade dos povos. A partir daí, a república passou a ser prezada e tornou-se também símbolo da modernidade. Passou-se a ter organizações territoriais, econômicas, sociais, políticas e de fronteiras que correspondessem às ideias republicanas, sendo uma possibilidade organizacional sobre novas bases, e com apoio da sociedade civil.

Esse modelo teve grande influência na América espanhola, na medida em que a partir das independências, os territórios passam pela formação dos estados nacionais. A França, inclusive, se afirmava como o modelo de república a ser seguido, através da divulgação de livros e circulação de suas ideias, que foram privilegiadas principalmente entre os homens letrados das elites americanas.

De todo modo, mesmo a França se considerando um modelo republicano pós-revolução, acabou ainda perpassando pelos governos reacionários de Napoleão Bonaparte e Carlos X, aos quais Isabelle expressa seu desdém, já que era totalmente de acordo com os ideais republicanos. Inclusive, durante sua viagem, deixa claro sua rejeição ao governo de Rosas, e enaltece Rivadavia, que possuía ideologia de acordo com os moldes europeus, tentando levar a “modernidade” para Buenos Aires:

Enfim, Rosas é ainda o dono do país, e o será por muito tempo, a menos que lhe aconteça o que Quiroga não conseguiu evitar. Em resumo, Rivadavia, cujo único defeito foi querer fazer sua pátria viril antes da puberdade, teria feito de Buenos Aires uma nova Atenas. Rosas, com costumes austeros e pouca educação, teria feito dela uma Lacedemônia; mas a camarilha, que o cercava e que ainda o protege, fará de Buenos Aires apenas uma cidade espanhola (Isabelle, 2006, P. 110).

Ademais, quando o viajante retornou ao Uruguai, estabelecendo residência ali, e passou fazer publicações em periódicos da região, deixava clara sua ideologia em meio às críticas que fazia contra os governos de Rosas na Argentina, e de Oribe no Uruguai.

Ao pensar a modernidade, devemos levar em consideração que a maneira como essa despontou na Europa Ocidental foi totalmente diferente do que o que ocorreu na

América. As influências de seus teóricos, pensadores e até mesmo dos mercados mundiais chegaram até o território americano, mas a maneira como a modernidade foi incorporada nesses espaços perpassou por um processo temporal diferente, de maneira mais gradual e seguindo questões que abarcam a sociedade, política e economia de cada nação.

Nesse sentido, como afirma Berman (1986), seria óbvio que, nessas sociedades, os significados de modernidade seriam mais complexos, paradoxais e indefinidos. De todo modo, percebe-se que as convicções em voga na época passavam por uma “circulação de ideias”, que propiciou encontros e interação entre elas. O termo “circulação de ideias” vem sendo defendido pelo historiador indiano Kapil Raj, onde ele afirma:

...que por ciência não entendamos as ideias descompromissadas, mas sim a produção de conhecimentos, práticas, instrumentos, técnicas e serviços; e que por circulação não entendamos a "disseminação", "transmissão", ou "comunicação" de ideias, mas os processos de encontro, poder e resistência, negociação e reconfiguração que ocorrem em interações entre culturas. É precisamente esta concepção *de transformação* da circulação que eu quero desenvolver, articular e teorizar aqui. Como os editores de um recente livro sobre a circulação e sociedade enfatizam em sua introdução: "Circulação é diferente da simples mobilidade, na medida em que implica um duplo movimento de ida e volta, que pode ser repetido indefinidamente. Circulando, coisas, homens e noções muitas vezes se transformam. Circulação... portanto... implica em um aspecto gradual, e não na simples reprodução através do espaço das estruturas e noções já formadas" (Raj, 2015, p. 170).

Essas interações poderiam resultar também em resistências e/ou repressões dos novos ideais, como é o caso das questões republicanas. Isso se dá pois, mesmo que os países hispano-americanos tenham se transformado em variadas repúblicas, tiveram regimes tirânicos que não correspondiam de fato às percepções de liberdade e igualdade que eram defendidas. Nesse sentido, ainda, “a perspectiva circulatória confere ação a todos os envolvidos no processo interativo de construção do conhecimento” (Raj, 2015, p. 171).

No caso dos americanos *porteños* e *orientales*, por exemplo, esses não aceitavam cegamente as ideias vindas da Europa. Existiam discussões prós e contras referente ao republicanismo, liberalismo, às ideias de igualdade e da própria modernidade. Em ambas as nações existiram partidos conservadores que foram contra tais ideologias, em que ocorreram disputas políticas. Para Safford (2009), em Buenos Aires o conflito parecia ter sua essência em interesses econômicos, pautando-se entre a “barbárie x civilização”,

enquanto no Uruguai as lutas eram marcadas entre uma elite literária urbana e o caudilhismo.

A difusão de diferentes ideias chega à América através de livros, jornais, teóricos, sendo esses, na maioria dos casos os *criollos*. Isso se deu pois, com a independência eles acabaram tornando-se camada privilegiada, exercendo atividades como proprietários rurais, em meio ao clero, ao comércio internacional de grande escala, e também nos governos. Constituíram, portanto, uma elite letrada e com amplos poderes políticos.

Muitos iam para Europa para sua formação e acabavam sendo instigados pelas ideologias que ali borbulhavam. Ao retornar para suas nações de origem, apresentavam-nas, de modo a cristalizar uma nova opinião pública nas sociedades americanas. Cito aqui também o papel dos próprios viajantes, que difundiam essas novas ideias frente ao “atraso” que consideravam na América. No momento em que novas percepções políticas, sociais e econômicas se alastravam, acabava-se formando uma nova “opinião pública”.

Para Habermas, em *Mudança estrutural da esfera pública* (1962), a “esfera pública” que tem o papel de formar e expressar a opinião, tornando-se- então um “espaço discursivo e deliberativo, no qual teoricamente todos podem participar, fazendo uso da razão esclarecida, exercendo influência sobre o sistema político. Trata-se do princípio fundamental para a democracia, que tem origem na sociedade burguesa, no século XVIII” (Menezes, 2022, p. 01/02).

Com o advento do Estado moderno, essa esfera pública tem sentido estrito ao poder, sendo assim “público é sinônimo de estatal” (Habermas, 2014, p. 121). Nesse sentido, a própria difusão de notícias passa por disputas de poder, e os homens ligados às elites vão ser os privilegiados a realizarem discussões:

A autoridade enviava suas promulgações “ao” público, isto é, em princípio a todos os súditos. Contudo, por esse meio, elas normalmente não chegavam ao “homem comum”, mas sim, sobretudo, aos “estamentos cultos”. Junto ao novo aparato do Estado moderno, surgiu uma nova camada de “burgueses” que ocupa uma posição central no “público”. (...) A eles juntam-se médicos, pastores, oficiais e professores, as “pessoas cultas”, cuja hierarquia se estende do mestre-escola e do escrivão ao “povo” (Habermas, 2014, p. 129).

Essa disputa de poder envolvendo a difusão de notícias vai além dos que tinham condições para comprar os jornais e discuti-los. Em um momento marcado pelo advento capitalista, o mercado editorial da imprensa passou a selecionar “conteúdos” por lucros; dessa maneira, na medida em que determinado grupo tivesse mais poder lucrativo para

exprimir suas ideias, essas acabam se tornando altamente difundidas. Cria-se, assim, uma “bola de neve”: ideias selecionadas chegam a grupos selecionados (que, de certa forma, constituem o poder), e estes as colocam em voga a partir de suas ações políticas, econômicas, sociais e culturais.

Imbricado nessas questões, entra o imaginário social. Baczko (1985) define o termo como “uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida colectiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder” (p. 310). Ou seja, a propagação de determinados ideais faz com esses se constituam no imaginário social da população e aí, portanto, entra o papel de controle das ideias de um grupo, já que, quanto maior o poder (econômico e social) de um grupo, maior será a difusão de suas ideias:

A influência dos imaginários sociais sobre as mentalidades depende em larga medida da difusão destes e, por conseguinte, dos meios que asseguram tal difusão. Para garantir a dominação simbólica, é de importância capital o controle destes meios, que correspondem a outros tantos instrumentos de persuasão, pressão e inculcação de valores e crenças. Aí percebe-se a implementação duradoura dos meios de comunicação em massa (Baczko, 1985, p. 313).

A rede de difusão de ideologias na modernidade usou de todos esses aparatos para legitimar as concepções teóricas da Europa Ocidental frente ao restante do mundo. Não é por menos que os países americanos esforçavam em seguir os modelos europeus para formação de seus novos Estados. O modelo europeu de estado moderno era sempre apresentado como o único a ser seguido, a única civilização possível, de maior progresso, e assumindo esse molde, talvez os outros estados nações espalhados pelo globo poderiam “alcançá-los”.

Mas não bastaria seguir esses modelos, seguir as concepções teóricas. A civilização e o progresso chegariam nesses países também através de influências diretas das nações europeias como França, Inglaterra e Alemanha, que se destacariam no imperialismo. Este se define como a dominação política, econômica, social, cultural e até militar de países considerados “potências” na Europa e nos Estados Unidos sobre outros. De acordo com Said (2011), “num nível muito básico, o imperialismo significa pensar, colonizar, controlar terras que não são nossas, que estão distantes, que são possuídas e habitadas por outros” (p. 19).

Durante o século XIX, o imperialismo passa a se manifestar principalmente de maneira industrial, ao passo que países mais industrializados buscavam por mercados consumidores, matérias-primas, trabalhadores e regiões que “pudessem” ser exploradas

de maneira a garantir o domínio capitalista. Para que esse cenário tivesse legitimação, criam-se “justificativas”, sendo essas novas concepções ideológicas e teóricas que fundamentassem a exploração de uns por outros. Como afirma Said (2001), no século XIX, “a expansão imperial gerou a necessidade de desenvolver uma ideologia apropriada, em aliança com os métodos militares, econômicos e políticos” (p. 121):

Nem o imperialismo, nem o colonialismo é um simples ato de acumulação e aquisição. Ambos são sustentados e talvez impelidos por potentes formações ideológicas que incluem a noção de que certos territórios e povos precisam e imploram pela dominação, bem como formas de conhecimento filiados à dominação: o vocabulário da cultura imperial oitocentista clássica está repleto de palavras e conceitos como “raças servis” ou “inferiores”, “povos subordinados”, “dependência”, “expansão” e “autoridade”. E as ideias sobre a cultura eram explicitadas, reforçadas, criticadas ou rejeitadas a partir das experiências coloniais (Said, 2011, p. 43).

Além de todo um vocabulário que respalda ações imperialistas, têm-se ideologias como as teorias raciais, darwinismo social, determinismo geográfico e etnocentrismo. Desse modo, como Pratt (1999) defende, o imperialismo vai além de ser apenas considerado como fenômeno político e/ou econômico, tornando-se também um “produto e agente responsável pela construção de visões de mundo, autoimagens, estereótipos étnicos, sociais, geográficos entre outros, e que se legitimam não apenas pela dominação externa, (...) mas pela interferência direta nas mentes das pessoas com ele envolvidas” (p. 12).

Nesse sentido, através de intervenções humanas intelectuais, justificadas através do próprio surgimento da História Natural, passam-se a criar sistemas classificatórios, criando ainda padrões (europeus). O próprio sistema classificatório de Lineu, de 1758, no qual ele classifica seis diferentes “tipos” de *homo sapiens*⁴³, já era uma forma certificar a “superioridade” europeia. É nesse sentido, por exemplo, que a sistematização da natureza passou a justificar a escravidão, genocídio indígenas, entre outras formas de dominações violentas vivenciadas na América.

Diante de um panorama marcado pela política imperialista europeia, os discursos eram fortemente marcados pelo positivismo, que se derivou do iluminismo e defendia que o progresso seria alcançado através da ordem e da ciência, colocando ainda o

⁴³ De acordo com esse sistema, o *Homo Sapiens*, poderia ser ainda definido como: Homem selvagem, americano, europeu, asiático, africano e “monstro”. Essa classificação era marcada de acordo com origem, cor de pele, características fenotípicas que marcariam também o comportamento.

conhecimento científico como única forma de conhecimento verdadeiro. Destacam-se também o determinismo, segundo o qual o ambiente seria fator de influência sobre a vida pessoal, social e cultural dos povos, além do evolucionismo:

Do darwinismo social adotou-se o suposto da diferença entre as raças e sua natural hierarquia, sem que se problematizassem as implicações negativas da miscigenação. Das máximas do evolucionismo social sublinhou-se a noção de que as raças humanas não permaneciam estacionadas, mas em constante evolução e “aperfeiçoamento”, obliterando-se a ideia de que a humanidade era una. Buscavam-se portanto, em teorias formalmente excludentes, usos e decorrências inusitados e paralelos, transformando modelos de difícil aceitação local em teorias de sucesso (Schwarcz, 2005, p. 16/17).

A maioria dos teóricos que surgem para pensar as teorias raciais no século XIX vão se respaldar em pensadores do século XVIII. No caso de Rousseau, esse era visto como antagonista, já que defendia a ideia de uma humanidade una, enquanto Buffon (1707-1788) e De Pauw (1739-1799) rompiam com esse ideal, através das teses de “infantilidade do continente” e “degeneração americana”, que defendiam a relação entre raças e nações.

Com efeito, no início do século XIX o termo raça passa a ser introduzido pelo naturalista Georges Cuvier (1769-1832), sendo utilizado “para distinguir seres humanos, sendo esse um conceito que carrega disputas de poder, além do seu caráter histórico e ideológico, pautado principalmente entre uma disputa entre a Europa e os considerados “novos mundos” (Barth, 2024, p. 298/299). Tem-se aí um rompimento com os ideais iluministas em relação ao modo como passaram a ver as diferentes sociedades em torno do mundo, onde a questão dos pressupostos igualitários perde sua influência para as diferenças raciais.

Desse modo, a ideia de levar civilização para os demais povos advinha da noção de que existiam raças superiores (sendo essas as europeias) e inferiores, e as primeiras, portanto, deveriam agir em prol do “bem”, garantindo desenvolvimento e progresso para as sociedades com raças postas como inferiores (americanos, africanos e asiáticos). Tem-se aí o início das chamadas teorias raciais, que embaçam o “olhar civilizado” e tornam-se justificativas para o imperialismo, marcando ainda o advento dos tempos modernos e dos “homens” da época.

Dentre essas, cito algumas, como o darwinismo social. Essa é uma teoria que aplica os princípios do evolucionismo desenvolvido por Charles Darwin, defendendo a

sobrevivência dos considerados mais aptos dentro de um sistema. Teve como um de seus principais precursores o inglês Herbert Spencer (1820-1903), o qual dizia ainda que a evolução teria garantido a passagem de algumas sociedades do tipo “militar” para “industrial”, alcançando uma diferenciação e complexificação do trabalho, das organizações e instituições. Sendo assim, Spencer destaca a relação da evolução em rumo ao progresso, garantindo as sociedades tidas como mais fortes.

Já Francis Galton (1822-1911), sistematizou o conceito de eugenia a partir de 1883. Essa teoria defendia programas de intervenção na reprodução das populações com o objetivo de se alcançar um melhoramento das raças. Seria, portanto, uma tentativa de controle da genética de uma sociedade para se alcançar as chamadas “raças puras”. Outro teórico é Arthur de Gobineau (1816-1882), que defendia que a ideia de miscigenação entre raças levaria a humanidade à degeneração física e intelectual, principalmente por essa miscigenação ocorrer entre raças consideradas inferiores. Gobineau escreveu a obra *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas* (1855), que teve grande destaque durante o século XIX.

Ainda, o psiquiatra Cesare Lombroso (1835-1909) desenvolveu a teoria da antropologia criminal, que “argumentava ser a criminalidade um fenômeno físico e hereditário, e como tal, um elemento objetivamente detectável nas diferentes sociedades” (Schwartz, 2005, p. 39). Esse tipo de pesquisa também teve campo dentro dos estudos sobre loucura, em que a frenologia (teoria aceita e relatada por Isabelle) era aplicada. Essa tornava-se a base para os métodos de tratamento “moral” sobre o indivíduo e para o estabelecimento de conclusões que traçavam ligações entre a loucura individual e a degeneração de cunho racial” (Schwartz, 2005, p. 39).

Percebe-se como essas ideias estão atreladas ao determinismo social, impondo certas condições e características a determinadas raças, estas que ainda estão geograficamente em locais considerados atrasados. Tem-se também, portanto, o determinismo geográfico de Friedrich Ratzel e Henry Thomas Buckle, que “advogam a tese de que o desenvolvimento cultural de uma nação seria totalmente condicionado pelo meio” (Schwartz, 2005, p. 46), em que as características físicas de cada país demonstrariam seu potencial para civilização.

É nesse cenário, em que civilização e progresso tornam-se modelos universais, que o conceito de raça passa a envolver questões de cunho político e cultural. Essas teorias raciais que passaram a borbulhar na Europa do século XIX tiveram grande reverberação diante do globo. Em um momento em que determinadas nações buscavam controlar e

dominar outras, essas teorias serviram como aporte crucial para justificativa com fins políticos, econômicos e culturais.

Os viajantes dos anos 1800 tinham olhar moldado por essas diferentes ideologias aqui discutidas brevemente e tornavam-se, assim, “herdeiros do imperialismo e haviam aprendido perfeitamente os discursos de raça e gênero, as regras do poder, a política do colonialismo. Eles se converteram em colonizadores” (Smith, 2021, p. 21).

Esses viajantes, portanto, eram responsáveis por transmitir ainda mais esses ideais, seja no momento posterior às viagens, através da publicação de seus relatos, ou até mesmo durante a expedição, pelas trocas com os “visitados”. Mary Louise Pratt defende a ideia de “zonas de contato” como espaços privilegiados para as trocas entre os viajantes e visitados, de modo que ambos irão absorver novos “conhecimentos” e experiências. Contudo, devido às disputas de poder elencadas, os conhecimentos europeus serão valorizados em detrimento dos americanos, mantendo assim um controle de ideologias.

O poder de representar o que está além das fronteiras metropolitanas, mesmo em conversas informais, deriva do poder de uma sociedade imperial, e esse poder assume a forma discursiva de um remodelamento ou reordenamento de dados “brutos” ou primitivos segundo as convenções locais da narrativa e da exposição formal europeia (...). Quando abordavam o que estava fora da Europa metropolitana, as artes e as disciplinas de representação – de um lado, a pintura, a literatura, a história e os relatos de viagem; de outro, a sociologia, os escritos administrativos ou burocráticos, a filologia, a teoria racial – dependiam dos poderes europeus para introduzir o mundo não europeu no campo das representações, para vê-lo, dominá-lo e sobretudo conservá-lo (Said, 2011, p. 171).

Nesse sentido, percebe-se como o imaginário social da época foi construído através do poder de difusão dos estados imperiais europeus, os quais não mediam esforços para criar representações que assegurassem sua hegemonia e superioridade, portanto, “as representações daquilo que havia para além das fronteiras insulares ou metropolitanas vieram, quase desde o princípio, a confirmar o poder europeu” (Said, 2011, p. 180).

Fato é que, a partir dos relatos de viagem, as representações acerca da América e dos que aqui viviam passam a ser tidas como totalmente verdadeiras, moldando, portanto, o olhar dos outros, de maneira racializadora e estereotipada, como nesse trecho do relato de Isabelle:

Os brancos são de origem europeia. Enquanto se uniram uns com os outros, como os negros, seu sangue conservou-se puro, e parece mesmo que sua pele adquiriu mais brancura, mais delicadeza, e que sua cutis seja mais fina do que na Europa. Têm havido, porém, uniões entre brancos e mestiços, entre mestiços e mulatos, das quais resultam variedades sem número de totalidades, que o branco termina sempre por dominar, quando não há salto atrás, isto é, uma mistura retrógrada. Seria bem difícil acompanhar em suas divisões todas as combinações de que o mulato e o mestiço são resultado. Basta saber que uns melhoram com a mistura e que a espécie europeia consegue prevalecer sobre a americana (Isabelle [1835], 2006, p. 96).

Essas representações ainda serviram como aporte para as teorias raciais que advieram em momento posterior, as quais acabaram influenciando instituições, saberes e teóricos das próprias Américas para se pensar na construção de suas nações e identidades, questões que serão mais aprofundadas nos próximos capítulos.

Concluo este capítulo portanto ressaltando a importância de se compreender o local, o tempo e o agente histórico ao se analisar relatos de viagem, já que esses são imbricados por um universo cultural que advém das vivências e percepções do viajante. Compreender a América e a Europa do século XIX, seus elementos sócio-históricos, políticos, econômicos e ideológicos, torna-se essencial para tentar entender a figura de Arsène Isabelle: por onde ele passou, quando, as teorias que o influenciaram a escrever um relato de viagem tão rico sobre a região platina meridional, o qual será sistematicamente analisado e problematizado no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

A VIAGEM DE ARSÈNE ISABELLE AO MUNDO PLATINO

Não há homem completo, exceto aquele que viajou muito e que mudou a forma de seu pensamento e de sua vida vinte vezes (Lamartine, 1836).

Movido pela “curiosidade”, Isabelle decidiu empreender sua viagem ao mundo platino em 1829. Com um roteiro original que perpassava por diversas províncias da então confederação do Rio da Prata, pela Banda Oriental uruguaia, a República da Bolívia e o Paraguai, o viajante partiu da França em 29 de dezembro de 1829 a bordo do brigue⁴⁴ francês *La Herminie*.

São verdadeiramente estranhas as sensações de um indivíduo que se arrisca a atravessar, pela primeira vez, a vasta extensão dos mares: quantas reflexões sobre um futuro que a mobilidade do elemento indomável torna incerto, instrumento passivo dos ventos caprichosos!... Quantas inquietações nascem, assaltam e oprimem o coração no momento da partida para uma viagem tão longa, tão perigosa! Um belo país abandonado, parentes e amigos que a gente resolve deixar, talvez para sempre... Hábitos tranquilos, doces contatos que se perdem! E uma vida tão calma até então, sem preocupações e sem fadigas que se vai tornar daí por diante uma vida aventureira, cheia de incidentes imprevistos que a tornarão penosa às vezes, e outras vezes tempestuosa! Adeus, então, pátria querida, cidades florescentes, províncias férteis, gente trabalhadora! Adeus, antiga Nêustria, terra favorita da natureza e das artes, solo privilegiado! Tu, de onde saíram outrora reis da Inglaterra, tu que despertas tantas lembranças heroicas e comoventes, pátria dos Corneille, dos Fontenelle, dos Duquesne, dos Bernadin de Saint-Pierre, dos Boieldieu, dos Delavigne e tantos outros homens famosos (Isabelle [1835], 2006, p. 24).

Essa dita “curiosidade”, usada como cortina de fumaça para desviar a atenção da real motivação do viajante, ou seja, seu interesse econômico, levou-o a abandonar sua pátria francesa e a encontrar um “novo” mundo na América. Mundo esse que lhe garantiu novas experiências e até mesmo novas visões – viu de perto como a região poderia ser explorada e como os franceses deveriam levar progresso para ela –, além de passar a conhecer na prática teorias que estudava na França.

⁴⁴ Embarcação a remo de dois mastros, com velas circulares ou quadrangulares. Geralmente usado como navio de guerra no início do século XIX.

Ao se deparar com o mundo platino e o que esse poderia oferecer, leia-se, referente a exploração de seus recursos, o viajante “deixou-se nutrir pela influência de outras nações”; ou seja, deu-se a chance de explorar um território tão rico em nome dos discursos de progresso cunhados pela sua pátria. Tais motivações levaram-no a retornar ao Uruguai para firmar residência após a publicação de seu relato de viagem, momento em que passou a publicar artigos que evidenciassem como a região platina era rica, podendo os franceses explorá-la para enriquecerem.

Durante a travessia do oceano, o viajante contou com a companhia de uma embarcação composta por vinte e quatro passageiros, divididos em duas classes, sendo que Isabelle e mais doze pessoas estavam incluídos no camarote, voltado para burguesia. Desses, maioria eram homens, o que fazia com que o viajante pudesse “sentir que poderia esperar uma travessia das mais interessantes” (Isabelle [1835], 2006, p. 26), devido as trocas que faria com eles: três hispano-americanos, dois hamburgueses, um prussiano e dois franceses.

A vida monótona de passageiro o permitiu notar espetáculos da natureza como inumeráveis animálculos fosforescentes que ficavam na superfície do mar. No momento da travessia dos trópicos, junto às ilhas de Cabo Verde, Isabelle dizia que o oceano parecia fogo. Ademais, observava golfinhos, “peixes-voadores”, fragatas, tubarões, entre outras inúmeras espécies. Em meio a observação das diferentes espécies Isabelle se irritou ao pensar que por excesso de orgulho os humanos ousam intitular-se como a imagem da Divindade.

A partir daí, nota-se a crítica do viajante frente as teorias raciais e evolucionistas que tomavam o imaginário de seu tempo, no sentido da hierarquia racial. Em contrapartida o viajante defendia o argumento racial frente à civilização, ou seja, para Isabelle, a diferença entre os povos seria em decorrência histórica e social, e não biológica como muitos acreditavam. De todo modo, esse ainda ressaltava o papel da educação frente a civilização, reforçando a hierarquia entre a Europa e as outras nações ao redor do mundo:

Se um punhado de seres humanos da raça branca ou caucásica tem a audácia de se crer dotado tão favoravelmente, à imagem de quem terão sido criadas as raças africanas, mongólicas, hibernóreas, americanas e outras? A quem se assemelharão os negros da Guiné, o hotentote, o cafre da África austral, o samoiedo e o canchadal da Sibéria, o esquimó, o lapão das regiões boreais, o caraíba do Orenoco, o botocudo do Brasil, o

patagão das terras de Magalhães, essa quantidade de outras nações ainda existentes, tão diferentes em suas fisionomias como em seus costumes e idiomas? Recusais a eles, por acaso, a herança comum? Não os considerais vossos irmãos?... Entretanto eles têm o mesmo pai e o próprio Deus os criou. Tereis a coragem de negar? Não será demais essa aristocracia da pele ajuntada a tantas outras aristocracias, sem falar ainda na do crânio? Contudo, essa bela cabeça, essa delicadeza de traços, essa brancura da pele, esse tato delicado, essa alta inteligência que parece aproximar-vos da inteligência das esferas, tudo isso é obra da educação, da civilização; dessa educação que começa ao sair do seio materno e que termina no túmulo. É a educação da vida inteira, de uma longa sequência de séculos, que voz fez o que sois; e, se duvidais disso, tentai uma experiência, mas preparai-vos para vos envergonhar do seu resultado (Isabelle [1825], 2006, p. 29).

O historiador Tzvetan Todorov, na obra *A conquista da América: a questão do outro* (1982), discute a questão da alteridade de forma central no livro. Ele pensa a mesma a partir da colonização espanhola nas Américas, identificando algumas atitudes dos colonizadores para o não reconhecimento da humanidade dos povos indígenas, sendo elas a própria negação da alteridade, ou seja, recusar o reconhecimento do outro como diferente, ignorando a identidade do outro, e a assimilação, aceitar o outro apenas se ele tornar-se parecido, seja pela “civilização”.

Percebe-se que a negação da alteridade e assimilação foram meios utilizados para invisibilização das diversas culturas e saberes dos povos indígenas. Sendo assim, essas questões foram levadas adiante do momento em si da colonização, já que nos próprios relatos de viagens fica claro como os viajantes percebiam o “outro” ainda como inferior que precisava ser “civilizado”.

A travessia e a ânsia pela chegada aos solos americanos fizeram com que Isabelle passasse grande tempo refletindo sobre diferentes assuntos. Antes de completar seu raciocínio acerca das diferentes nações, ele foi interrompido pela pesca de um tubarão pelos outros tripulantes, onde foi encontrado um livro impresso em seus intestinos. Nesse momento indaga: “Como não admitir, depois disso, que Jonas tenha passado três dias e três noites no ventre de uma baleia?” (Isabelle [1835], 2006, p. 30). Demonstrando que o viajante ainda era conhecedor de assuntos referentes ao cristianismo.

Ao longo do relato sobre a travessia, ressalta outros passatempos que aconteciam, e as experiências a bordo, como o Batismo da Linha, que consistia em um ritual de passagem onde os tripulantes deveriam mergulhar nas águas que cruzam a linha do Equador: “Cristão ou não, é preciso que a gente se submeta de boa vontade ao jugo

respeitável do Senhor da Linha, imperador das duas zonas tórridas, e que pague alegremente o tributo que ele costuma impor desde Vasco da Gama e Cristóvão Colombo tiveram a ideia de passar sobre seus domínios aquáticos” (Isabelle [1835], 2006, p. 31).

Enfim, em 27 de fevereiro, às oito horas da noite, Isabelle e os outros tripulantes perceberam que o mar agitado de ondas estava se alterando e, cerca de uma hora da manhã já se encontravam nas águas do Prata. A partir de então, o viajante passou a realizar imersão cultural e social no mundo platino. Sua expedição delimitou-se pelas águas da Bacia Platina, que permitiram-no conhecer diferentes localidades entre as antigas Províncias Unidas do Rio da Prata, a Banda Oriental e a antiga província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Seu zelo e diligência durante a expedição, com suas anotações e seu olhar, resultaram no relato de viagem aqui pesquisado. Nesse capítulo busco apresentar a obra e a maneira que Isabelle apresentou o mundo platino para diversas pessoas ao redor do mundo. Em primeiro momento, vale ressaltar aspectos teóricos e metodológicos do trabalho com relatos de viagem, de maneira geral, para, posteriormente esquadrihar os escritos desse viajante.

2.1 Representações sobre o Mundo Platino: Relatos de Viagem

Ao realizar qualquer pesquisa com o uso de relatos de viagem como fontes, deve-se entendê-los não como construções fidedignas sobre os diversos locais perpassados e suas características socioculturais, políticas, econômicas, urbanas e ambientais, mas, sim, como suas representações, levando em consideração todo o seu universo cultural precedente.

Dessa forma, os depoimentos dos viajantes são descrições da realidade e não a própria e única realidade. Incorriam em reinvenções de realidades em sua atribuição de sentido ao real que se lhes apresentava. De acordo com Heloísa Reichel tratavam-se de representações do real, elaboradas a partir de componentes ideológicos de pessoas dotadas de equipamentos culturais próprios e que trouxeram um patrimônio anterior, condicionando e possibilitando seu modo de observar e entender o empírico (Espig; Ezequiel, 2002, p. 212).

De acordo com Roger Chartier (2002), as representações são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam (p. 17). Nesse sentido, é necessário compreender

a relação entre quem realiza e quem utiliza os mais variados discursos proferidos, e que formam o mundo social em que se vive. Dessa forma, ao analisar os relatos de viagem, é imprescindível que se saiba quem o escreveu, com quem pretendeu dialogar, além de compreender a relação tempo e espaço envolto ao viajante, que acaba por marcar suas convicções ideológicas.

Ainda para Chartier, a partir desse movimento, pensa-se em uma história cultural do social que tome por objeto a compreensão das formas e dos motivos, ou seja, das representações do mundo social “que, à revelia dos actores sociais, traduzem as suas posições e interesses objectivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensa que ela é, ou como gostariam que fosse” (p. 19). Fica claro, nesse sentido, como as disputas de poder são intrínsecas a esse processo de construção de diferentes representações.

Vale também destacar o peso da “ausência” frente a uma representação, já que esta é “instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente através da sua substituição por uma imagem” (p. 20). Sendo assim, o mundo platino que Isabelle conheceu e narrou passou por disputas construídas e apoiadas em uma ideologia europeia do século XIX, que permitiu a invenção de uma “nova América Platina”. E a forma como essa ideia de mundo chegou aos leitores de seu relato construiu uma visão marcada por preceitos estereotipados.

O relato, assim, mostraria não a realidade em si, mas tendências do real que disputam entre si, podendo ganhar ou perder espaço, provocando assim, um impacto mais ou menos profundo no imaginário. Cabe ao historiador matizar visões hegemônicas, desconstruindo os relatos, na medida em que a realidade não se resume àquilo que mostram. Para tanto, é preciso compreender por que o autor ou os autores dos relatos procederam de tal ou qual maneira e a que interesses particulares respondiam. No lugar de separar práticas, dados, informações, cotidiano, materialidade, de discurso, convenção, representação, entende que esta última instância também é parte da realidade, e que esta é ao mesmo tempo plural e diversa (Franco, 2011, p. 84).

Afirmo aqui, portanto, que analisar relatos de viagem é uma tarefa de folego, na qual o historiador deve meditar sobre diversos detalhes que estão nas ausências. Ademais, “nenhuma narração, por mais objetiva que se pretenda, está livre da subjetividade do autor. Este pode tanto vir a acrescentar impressões quanto omitir detalhes” (Franco, 2011, p. 75). O dito e o não dito passam por escolhas, e essas advêm de disputas de poder, tudo está em jogo.

Assim, como afirma Mary Anne Junqueira (2011), cada relato de viagem é único (p. 46), e cabe ao historiador se atentar a muitos aspectos, como o lugar de enunciação e universo cultural do viajante, quando esse escreveu seu texto, a forma como foi escrito e quando foi publicado. Ainda “devemos nos perguntar quem é o escritor do relato ou quem ‘ele quer ser’” (p. 47).

Outros pontos cruciais destacados por Junqueira são: primeiro, perceber que todo relato pressupõe de um leitor, e cabe ao historiador perceber quem é seu “público-alvo”; entender que o relato não precisa necessariamente tratar de tudo que o viajante viu; e considerar que tais textos tornaram-se muito influentes e, portanto, mobilizadores. Ademais, outra questão que merece destaque é o fantasma da “veracidade” sobre os conteúdos abordados pelo viajante.

Para tal, cabe compreender que para além de uma fonte, os relatos de viagem são também um gênero literário. Nesse sentido, é preciso buscar equilíbrio para compreendê-los tanto como uma fonte histórica quanto como gênero literário, o que lhes garante a licença, de certa forma, de não tratar apenas de assuntos fidedignos à realidade. Ora, o relato era produzido com o intuito de ser lido por vasto público, e para tal objetivo os viajantes podiam apostar em maneiras de construir um texto que fosse mais impactante. A própria estética humboldtiana, com viés próximo aos romances, comprova isso.

Sendo assim, “o importante a considerar é a ‘verdade que ele quis construir’ e não a ‘veracidade’ do relato” (Junqueira, 2011, p. 53). Importa, aqui, a maneira como o viajante construiu sua representação de determinado mundo. Para tal construção, considero aqui uma abordagem interdisciplinar, na qual o relato de viagem é destacado ainda por Junqueira (2011) como um gênero híbrido.

Dessa maneira, é possível notar diferentes matrizes textuais na composição do gênero do relato de viagem, como ficção, discursos científicos, autobiografia, textos memorialísticos, tal como se nota na análise do relato escrito por Arsène Isabelle, em que ele pontuou, inclusive, que quis conservar a forma de um diário na parte referente à viagem de exploração ao Uruguai e ao interior da Província do Rio Grande, diferente de como narrou Buenos Aires e seus arredores.

Enquanto na primeira parte, ao apresentar Buenos Aires, o viajante demandou de cinco capítulos para descrevê-la segundo diferentes questões (aspectos urbanos, sociais, culturais, políticos e econômicos), na segunda e terceira parte o relato volta-se ao aspecto mais direcionado ao diário, combinando elementos tidos como autobiográficos e memorialísticos, já que Isabelle escreveu seu relato após retornar à França.

Observa-se essa mistura ainda ao passo na primeira parte do relato, no capítulo II, intitulado *O Rio da Prata*, apresenta-se elementos hidrográficos, históricos e geográficos. Já nos capítulos V, *Revista cronológica dos fatos ocorridos na Banda Oriental, desde o descobrimento até 1834*, e XII, *Revista cronológica dos fatos ocorridos em Buenos Aires, desde sua fundação até 1835*, o viajante preocupou-se em apresentar espécie uma de panorama histórico referentes as duas repúblicas platinas. Desse modo;

O livro de viagem é descontínuo. Ele justapõe da mesma forma segmentos de texto que diferem no tom. O texto é estratificado: consiste em várias camadas de vozes, vocabulário (a descrição apresenta uma variação de tipos: paisagem, habitats, vestimentas, trabalho) e estilo... O livro de viagem combina o heterogêneo (misturando tudo em uma forma de memória, diário e carta) e é desigual, o que aponta para uma espécie de mosaico (Borm Apud Junqueira, 2011, p. 60).

Para Espig e Ezequiel (2002), a condição *sine qua non* para classificar os relatos de viagem como gênero literário se pautaria no deslocamento físico do autor por determinado tempo e espaço e na transformação do que foi observado/vivenciado em uma narrativa (p. 209). Fato é que Isabelle realiza tal deslocamento e constrói uma narrativa, pautada em suas vivências e experiências “acumuladas e rearticuladas pela memória, dos seus desejos, afetos, intenções e projetos de futuro” (Marcelino, 2012, p. 131).

Ainda nessa perspectiva, Ankersmit (2012) defende que as narrativas nos oferecem representações de coisas que aconteceram, sendo que essa precisa estar organizada ao redor de uma temática ou objeto central. O teórico ainda defende o lugar triplo da representação, em que primeiramente se tem um objeto na realidade – aqui, o mundo platino –; posteriormente, as representações desse objeto – aqui, o relato de viagem analisado –; e, por fim, o seu próprio representante – aqui, o viajante francês Arsène Isabelle.

É crucial, portanto, que se analise cada um desses três elementos que constituem uma representação. Para tal, no capítulo anterior preferi pautar as discussões que se referem ao objeto na realidade (Bacia Platina) e ao representante (Isabelle), além das questões relacionadas ao seu tempo (Século XIX), já que esse foi responsável por nutrir a carga ideológica do viajante. Nesse capítulo, o foco são as representações feitas, logo, o relato de viagem escrito.

O relato perpassa por construções culturais complexas, e cada um torna-se singular quanto aos aspectos descritos já que esses comportam inúmeras possibilidades de análise, na mesma medida que carrega as referências e valores de cada viajante. Nesse

sentido, para Galetti (2012), atuam ainda os condicionamentos sociais dados pelo lugar de onde falam, matrizes intelectuais que ordenam a percepção de mundo dos viajantes, além dos próprios objetivos de cada viagem (p. 163).

A expansão econômica e crescimento de interesse científico do século XIX fizeram surgir uma nova característica frente aos relatos, nos quais elementos voltados às ideias de civilização e progresso se tornaram privilegiados. Nos relatos de Isabelle isso fica claro em vários trechos como neste caso sobre Montevidéu, em que o viajante destacou alguns aspectos da cidade com o objetivo de chamar atenção de negociantes europeus para imigrarem, “levarem progresso” ao local, e, ainda, enriquecerem:

Em suma, a cidade de Montevidéu não é desagradável quanto a seu aspecto físico. E, se se tomar em conta, como é necessário, o ar natural e as maneiras amáveis de seus habitantes, dotados, como os argentinos, de muita finura e de uma aparência muito agradável, é fácil à gente compreender que uma estada entre eles pode oferecer as melhores compensações. Tudo isso é mais do que suficiente, na minha opinião, para tentar os negociantes a se fixarem num lugar que, a todas as vantagens já mencionadas, reúne as de uma posição das mais favoráveis ao comércio; um clima dos mais saudáveis e um governador esclarecido, amigo dos estrangeiros e protetor do comércio e da indústria. Que se pode pedir mais? Trazer mercadorias convenientes, capitais e braços industriais, e verei que não tentastes em vão a fortuna (Isabelle [1835], 2006, p. 44).

Percebe-se como o viajante construiu uma narrativa para mostrar as vantagens de realizar comércio com a cidade uruguaia, apelando inclusive ao governador da época, Fructuoso Rivera, que foi nomeado o primeiro presidente da República do Uruguai⁴⁵, e que aspirava ideais ligados à autonomia dos diferentes departamentos, e de caráter mais liberal. Contudo, em outro trecho o viajante destacou as causas de Montevidéu não ser suficientemente ligada ao progresso, pontuando como as questões políticas e de guerra atrapalharam Montevidéu a construir um modelo político republicano desde o princípio.

O pouco progresso feito pela população do novo estado não deve ser atribuído à insalubridade do ar ou às doenças peculiares ao país, mas a causas puramente políticas. É resultado da guerra com a Espanha – que foi mais cruel neste território do que em qualquer outro das províncias unidas – da guerra civil e da anarquia que os vizinhos estrangeiros tiveram o cuidado de atizar durante a revolução contra a Espanha, e da dominação portuguesa ou brasileira, geralmente detestada pelos habitantes,

⁴⁵ O fato de Rivera ter sido nomeado como o primeiro presidente da República (em 24 de outubro de 1830), o faz ganhar o apreço de Isabelle, pois para o viajante, Rivera marcaria os ideais republicanos sendo postos em prática no Estado Oriental.

e que causou sua emigração para outras províncias (Isabelle [1835], 2006 p. 49).

Nesse sentido, Isabelle apontava os “dois lados da moeda”, mostrando que a América tinha elementos valorizados, mas esses deveriam ser explorados pelos europeus para que assim pudessem alcançar o “progresso”. Em outro trecho, ele ainda pontuava que, sem as “perturbações” civis e a “desastrosa” guerra com o Brasil, a Banda Oriental poderia ser considerada a Fenícia do Novo Mundo, assim como Buenos Aires teria sido a Cartago. A civilização Fenícia se destacou pelo comércio marítimo, e Cartago é considerada o centro comercial mais importante do Mediterrâneo antigo, o que explica as comparações de Isabelle.

Ele deixou claro, ao descrever suas primeiras impressões sobre Buenos Aires, que a considerava mais “civilizada” em detrimento de Montevidéu, pois tudo indicava que era uma cidade mais comerciante. Portanto, o que moldava o seu olhar do que era civilizado se respaldava na própria questão do evolucionismo, segundo a qual toda cultura deveria avançar para chegar ao modelo de civilização criado pela Europa e difundido como o único. Assim, Buenos Aires seria mais “civilizada” por incorporar modelos europeus voltados a economia liberal e questões comerciais, referentes inclusive da própria intervenção econômica da Inglaterra na região.

Assim, o viajante construiu sua narrativa de modo a privilegiar essa localidade em detrimento de outras, pois ela teria incorporado, até o momento, com mais força os modelos europeus do século XIX. À primeira vista do conjunto geral que teve sobre a cidade argentina teria o influenciado a imaginar ali uma metrópole importante:

A posição um pouco elevada dessa cidade americana, situada em planície, à margem da costa alcantilada; todos os seus edifícios públicos espalhados numa só linha em toda a extensão da cidade, que tem, no mínimo, três quartos de légua de comprimento; o forte, colocado no meio e, não longe dele, um edifício de construção mourisca, que contrasta singularmente com os numerosos campanários e conventos; as carretas sem número estacionadas embaixo do alcantil; a multidão de lavadeiras cobrindo a praia, (...), todo esse conjunto, animado ainda pelo movimento do desembarcadouro, pode oferecer aspecto de um lugar importante, de uma grande cidade (Isabelle [1835], 2006, p. 67).

O viajante deixou claro quando publicou seu relato, para qual público era destinado: aos negociantes, comerciantes, industriais e manufatureiros do Havre. Portanto, sua narrativa foi construída envolta de elementos que chamassem a atenção

desse público, inclusive pelo fato do viajante ser também um industrial e comerciante. Ao longo das localidades pelas quais perpassou os elementos econômicos foram valorizados, como quando tratou de um trecho do rio Uruguai que não poderia ser subido devido a uma catarata chamada *El Salto*.

Para o viajante, com um pouco de esforço e trabalho seria possível vencer esse obstáculo facilmente, e caso ali existisse um povo industrial, esses já teriam vencido essas pequenas dificuldades. Ao se referir ao “povo industrial”, o viajante estaria se referindo aos industriais europeus, mais especificamente seus compatriotas franceses. Sendo assim, fica claro como esse acreditava que a América só se desenvolveria industrialmente caso houvesse investimentos estrangeiros, especificamente europeus.

Isso ocorre devido à ideologia em voga na Europa do século XIX, em que a modernidade perpassava pela economia liberal, pela política de viés republicano e pela ideia de cultura evolucionista. Assim, essa ideologia ganhava força e se difundia entre os próprios europeus e também para outras nações, onde os interesses particulares se afirmavam como universais, assim como explicita Pierre Bourdieu, em sua obra *O Poder Simbólico* (1989).

Ao finalizar seu relato, no capítulo XX (*Considerações sobre o estado do comércio francês no exterior e, principalmente, no Brasil e no Rio da Prata*), o viajante destacou alguns pontos de como o comércio francês precisava investir nos mercados exteriores americanos, o que seria uma “troca mútua”, já que Isabelle considerava que os americanos precisariam de produtos franceses, os quais seriam superiores aos seus, e os franceses teriam assim maiores vantagens econômicas.

Ao longo do relato, foi utilizado um vocabulário específico que servia para justificar as construções sobre o outro, o “atrasado”, o “selvagem”, o “bárbaro”. O geógrafo Mark Bassin utiliza a expressão “o outro geográfico” para se referir as construções culturais que são feitas para se referir ao mundo não europeu. Nesse sentido, Galetti (2012) destaca que as características com que distinguem diferentes regiões acabam definindo o lugar de cada um na geografia do mundo civilizado, impondo e construindo modelos para o que seria o selvagem e o bárbaro.

Aspectos voltados à colonização, a investimentos de capitais estrangeiros e, ainda, à imigração de europeus seriam os mais utilizados para justificar a civilização, e são aspectos presentes ao longo do relato. Nesse sentido, para o viajante, todo o processo de colonização seria justificável, ainda mais que a Europa teria dado em troca, “os germes

da civilização europeia, as luzes beifeitoras de sua religião e os prodígios de sua indústria” (Isabelle [1835] 2006, p. 281).

Percebe-se, assim, como o viajante era um panfletário da Europa, apoiando a exploração das Américas, e construindo uma narrativa que “justificasse” a mesma, conforme as ideias que ele acreditava. Mas, ainda que o viajante ressaltasse esses pontos, ele reconhecia uma força, por menor que fosse, nos novos estados americanos, já que esses vinham-se constituindo como estados republicanos, devendo assim exercer influência sobre os estados monárquicos europeus. Tais apontamentos permitem perceber como Isabelle era assíduo das ideias republicanas.

Nessa época, a França passava por movimentos em prol de governos com caráter monárquico, como a Restauração Francesa⁴⁶ e a Monarquia de Julho⁴⁷, indo contra os preceitos do viajante. Mesmo sendo apaixonado pela sua pátria, ele não abaixava a cabeça para aceitar tudo que acontecia nela, tecendo suas críticas. Talvez essas questões políticas tenham influenciado a retornar a América do Sul após publicar seus relatos na França, firmando residência no Uruguai por cerca de quarenta anos.

Nesse sentido, o próprio viajante também se deixa influenciar por questões presentes no mundo platino, mantendo uma relação de trocas. Mary Louise Pratt (1999) utiliza a expressão “zonas de contato” para se referir ao espaço de encontros coloniais, “no qual pessoas geográficas e historicamente separadas entram em contato umas com as outras e estabelecem relações contínuas, geralmente associadas a circunstâncias de coerção, desigualdade radical e obstinada” (p. 31).

A partir daí, pensa-se a relação entre viajante e visitado em “termos de presença comum, interação, entendimentos e práticas interligadas, frequentemente dentro de relações radicalmente assimétricas de poder” (Pratt, 1999, p. 32). Sendo assim, sabe-se que o viajante foi influenciado por elementos platinos; contudo, por ser um francês imbuído da ideologia eurocêntrica, escolhia com quem mantinha seus contatos, e quais ideias incorporaria tanto no seu modo de pensar, quanto nos seus relatos, demonstrando uma clara relação de poder e hierarquização.

⁴⁶ Período entre 1814 e 1830 em que a monarquia foi restaurada na França após a queda do Império de Napoleão. Foi marcado pela ascensão de Luís XVIII (1814-1828) e Carlos X (1824-1830).

⁴⁷ Começou com a Revolução de Julho, uma revolta popular que derrubou Carlos X e instaurou a Monarquia de Julho, quando Luís Filipe I foi declarado rei. Assim foi a transição de poder dos Bourbons para os Orléans. O período durou até 1848, sendo caracterizado pela proeminência da burguesia. Posteriormente em 1848 acontece a Revolução de 1848, provocando queda do rei, e criação de um governo que leva a retomada da Segunda República Francesa.

Ao final de sua introdução, Isabelle ressaltou sua gratidão com as pessoas que o auxiliaram no curso de sua viagem, impondo-lhe ainda o dever de dar reconhecimento a elas através de um testemunho público quando regressasse ao Havre. Citou alguns nomes de “homens estimáveis” que ficariam sempre gravados em sua memória, todos homens, boa parte comerciantes e/ou negociantes, ou ainda estrangeiros (europeus), mas em geral ligados a grupos das elites.

A maneira como são relatados os diferentes grupos sociais com as quais cruzou durante sua viagem, demonstra sua visão racializadora e elitista, marcada por disputas de poder. Em primeiro momento, quando o viajante chega ao porto de Buenos Aires, já ressaltou como foi vergonhoso e desagradável a necessidade de descer à terra dentro de uma *carretilla*, espécie de carroça e, mais:

É duro, em verdade, estar exposto às injúrias, aos epítetos avilantes de gringo, de carcamano, de godo, ou de sarraceno, que os *carretilleros* acompanham de mil obscenidades, prodigalizadas ao estrangeiro, que, não conhecendo o idioma da terra, faz algumas objeções antes de submeter-se às suas exigências. Nada mais ridículo, mais desagradável, mais bárbaro que essa maneira de chegar metido num carro montado sobre duas enormes rodas, do tamanho das que existem nos nossos moinhos de água, e que nos sacode terrivelmente enquanto o *carretillero* nos maltrata o ouvido com seus cantos e vociferações... Um trapiche ou um molhe flutuante corrigiria todo esse desconforto que os estrangeiros sentem vivamente (Isabelle [1835], 2006, p. 67).

Isabelle ficou indignado ao perceber como os *carretilleros*⁴⁸ tratavam os estrangeiros. *Gringo* significa estrangeiro; *carcamano* seria uma designação pejorativa dada aos italianos; *godo* se refere a alguém “sem cultura”, bárbaro; e *sarraceno* também seria uma designação pejorativa para se tratar de árabes e muçulmanos. As palavras referenciadas, junto à humilhação de estar em uma *carretilla* acarretaram em sentimento de desprezo pelo viajante. Mas o que mais lhe incomodava seriam os insultos vindos de americanos, de baixo prestígio social e econômico. Por fim, propôs uma solução para a situação, tentando marcar sua superioridade.

No momento em que o viajante descrevia a *Plaza de la Victoria*, onde ocorriam celebrações de festas cívicas devido à sua importância histórica para independência argentina, citou como a turba andrajosa dos *carretilleros*, dos *carniceiros*, dos *aguateros* e dos *compadritos*, se reuniam sobre o pórtico do Cabildo para arrumar confusão. A turba

⁴⁸ Pessoa que conduz a *carretilla*, ou seja, uma espécie de carroça utilizada para transportar cargas.

andrajosa, ou seja, um grupo de pessoas consideradas esfarrapadas, eram consideradas pelo viajante como as pessoas que trabalhavam em alguns setores, sendo nesse caso os carroceiros, açougueiros, os que vendiam/transportavam água. Ou ainda, os *compadritos*, figura dos “valentões de subúrbio”, que ganhavam respeito pela valentia e fama de perigosos. Eram, portanto, uma população mais subalterna, de baixa renda e, para Isabelle, completos arruaceiros.

Junto a essas camadas, estão ainda os *gaúchos*, grupo totalmente desprezado pelo viajante:

Vêm-se então os sediciosos vestidos de chiripa (os sans-culottes da República Argentina), debandar todos os sentidos, correr precipitadamente para fora da cidade e alcançar o campo, onde, depois de roubar todos os cavalos que encontram, vão reunir-se aos *gaúchos* que se organizam imediatamente em montonera (espécie de guerrilhas do país), até que um chefe político de bastante influencia os reúna em número suficiente para sitiar a cidade. É então que Buenos Aires fica realmente numa crítica posição, porque seus habitantes se alimentam principalmente de carne e não fazem questão de pão, que, aliás, é mais caro do que a carne. Ora, quando há insurreição no interior, não há mais víveres para a cidade, nem gênero para o comércio. É preciso ceder *por fuerza*. Os *gaúchos* ou habitantes do campo são, em relação a Buenos Aires, o que são os tártaros em relação à China ou os beduínos em relação a Argel. Foi um chefe *gaúcho* que triunfou do partido de Lavalle e serão os *gaúchos* que dominarão sempre a cidade, opondo-se a toda inovação útil ao país... (Isabelle [1835], 2006, p. 71/72).

Os *gaúchos* eram, para o viajante, sinônimo de atraso, de desordem e levavariam prejuízos para o desenvolvimento de Buenos Aires. Os seus costumes, cultura, *modus vivendi* e até mesmo sua vestimenta eram inferiorizados, postos em comparação com outras minorias étnicas consideradas inferiores (tártaros e beduínos) e dos indígenas e “milicianos dos bairros”, que passavam a percorrer a cidade em conjunto, “empunhando a lança, a carabina ou o sabre e dando gritos selvagens que apavoram o estrangeiro recém-desembarcado” (Ib, p. 72).

Nesse sentido, a imagem de barbárie e selvageria foi posta para se tratar dos *gaúchos*. Em contraponto, é interessante analisar que o viajante os considerava ainda inferiores em relação à população negra que vivia em Buenos Aires, rompendo com estigmas construídos em relação a raça: “Os corpos compostos de negros ou de mulatos forneceram sempre a melhor infantaria da República Argentina, porque os homens do

campo, chamados gaúchos, são tão audaciosos, intrépidos, infatigáveis a cavalo quanto são péssimos soldados quando obrigados a combater em pé” (Ib., p. 84).

Isabelle ressaltou que a pátria argentina devia muito aos negros, que em sua visão contribuíram inclusive mais do que os *criollos* para se alcançar a independência: “Os negros derramaram abundantemente o seu sangue, com entusiasmo, pela causa da liberdade” (Ib, p. 84). Considerava ainda que a liberdade que lhes foi “concedida” não era “mais do que uma quitação de uma dívida sagrada” (Ib, p. 84).

Contudo, a luta dos mesmos pela liberdade, não era pelo sentimento em relação a nação em conjunto com os outros americanos, mas sim porque tinham a promessa de que se lutassem nas guerras seriam libertos de suas condições de escravizados. Arriscavam suas vidas, portanto, na tentativa de alcançarem a sua “liberdade” pessoal. De todo modo, Isabelle se impressionou:

O que afirmo aqui, positivamente, irá surpreender as pessoas que só conhecem os negros aviltados pelo chicote dos portugueses ou dos nossos plantadores das Antilhas. É preciso, entretanto, que se saiba, para vergonha de nossos colonos, que, nessa parte das antigas possessões espanholas, a maioria dos escravos morre sem nunca ter recebido uma única chicotada. (...) Fui testemunha do entusiasmo, da alegria ruidosa que desperta neles a palavra Pátria. É que, efetivamente, a pátria não foi ingrata para com eles. A única diferença que existe ainda entre negros e *criollos* espanhóis, a única que um preconceito demasiadamente arraigado ainda estabelece, mas que desaparecerá como tantos outros, é que eles não podem ocupar empregos públicos (Isabelle [1835], 2006, p. 84/85).

Nessa citação, ao se referir à população escravizada que vivia em Buenos Aires, percebe-se como o viajante tentou construir um mito, refletindo o discurso das elites militares para se criar a ideia de que no território argentino, seriam diferentes, que teriam alcançado os discursos de liberdade e igualdade na prática, tal como era o modelo republicano vigente da época. Isabelle, ao escolher narrar que os escravizados participaram em lutas pela independência e que ainda compunham o corpo dos Defensores de Buenos Aires, teria o objetivo de passar uma ideia de ordem e manutenção da república, assim como o discurso das elites almejava.

A escravização só foi oficialmente abolida na Argentina em 1853, e, quando Isabelle se referia aos “quase todos livres” que compunham os “Defensores de Buenos Aires”, ele estava ciente de que existia uma parcela da população ainda nessa condição, inclusive por ter relatado que, na própria Buenos Aires, viam-se casas cheias de

empregados, os quais livravam as senhoras de todos os trabalhos, inclusive de educar seus filhos. Contudo, em conformidade com o discurso da elite e com o modelo republicano que aspirava às ideias de liberdade e igualdade, fez escolhas para retratá-los como se fossem “obedientes” e “cientes” do que seria melhor para eles, caso seguissem os modelos impostos. Nesse sentido, retrata-os como submissos e influenciáveis.

Não obstante, ao passar pela antiga província de São Pedro do Rio Grande do Sul, a população negra foi apresentada de outra forma, sendo o elemento racial o que mais lhe importava destacar: “em meio de negros embrutecidos, circulando misturados com bodes e cabras que se apinham em via pública” (Isabelle [1835], 1983, p. 59). Percebe-se aqui como o viajante construiu a ideia de que a população negra vivia em condições precárias, como “animais”.

Em outro ponto, quando ele passava por uma alfândega em Porto Alegre, relatou: “os fardos, por pesados que sejam, são transportados pelos negros para o pátio da alfândega para serem vistoriados: dali outros negros (porque a raça africana desempenha no Brasil a profissão de cavalos e mulas) os transportam para o seu respectivo destino” (Ib, p. 61). Aqui, percebe-se que o viajante comparava os escravizados com animais, como se esses só servissem para esses trabalhos. Sabe-se que, no contexto colonial português, eram, de fato, superexplorados; contudo, a partir da construção de Isabelle reforça ainda mais esse sentido, tolerando, ou mesmo concordando com essa condição.

É como se Isabelle tratasse essa diferença na população negra de acordo com a pátria que ela está alocada. No caso do Brasil, o país independente tornou-se um Império, o que ia contra seus princípios. O viajante já havia reconhecido que existiam “negros aviltados pelo chicote dos portugueses”, e durante sua passagem, só reforça esse sentido, contribuindo ainda mais para essa construção, na medida em que relatava como a condição desses sujeitos na antiga província era apenas a de escravizados.⁴⁹

Em outro ponto, Isabelle confirma sua visão de que os afrodescendentes serviam apenas para o “trabalho”, pontuando ainda como sua “raça” predeterminaria sua condição de escravizados, deixando claro suas convicções racializadoras: “Aqui, como em todas as

⁴⁹ Discussões mais aprofundadas sobre as representações de Isabelle sobre a população negra da antiga província de São Pedro do Rio Grande do Sul foram feitas em meu trabalho de monografia do curso de licenciatura em História (UFJ): BARTH, Larissa. **Etnização e a gênese identitária sul-riograndense: uma análise a partir dos relatos de Arsène Isabelle (1807-1888)**. Orientador: Marcos Antonio de Menezes. 2024 Graduação – Licenciatura em História, UFJ, Jataí, 2024. Também em artigo publicado: BARTH, Larissa. Uso de relatos de viagem pelo IHGRGS: forjamento da identidade “una” do gaúcho. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 20, n. 38, p. 297–320, 2024.. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/historiaemreflexao/article/view/19129>. Acesso em: 1 maio. 2025.

antigas possessões espanholas e portuguesas, os negros e mulatos são operários, quer dizer homens laboriosos, trabalhadores, aqueles que tem necessidade de exercitar sua inteligência, mas tem a desgraça de ser escravos e, sobretudo, de ser negros” (Ib, p. 68).

Outro ponto que merece destaque ao longo do relato de viagem é a maneira como a natureza/paisagem era apresentada. Para Lorelai Kury (2001), é importante se atentar que a imagem que construída revela um olhar, uma intenção, uma busca; portanto, sua construção é feita a partir de significâncias do viajante. Em alguns casos, é vista com deslumbramento; em outros, transforma-se em um quadro infernal, como pontua Galetti (2012):

Em contraste com aquela de singular beleza que fulgura nas páginas das narrativas, esta outra, mais ou menos dantesca, impressiona o viajante com a mesma, senão maior, intensidade. Entretanto, se a primeira proporciona momentos de puro deleite e arrasta o viajante pelos (des)caminhos da imaginação poética, a segunda parece marcar, às vezes explicitamente, o seu retorno a objetividade (Galetti, 2012, p. 108).

Isabelle apresentou essas duas visões, às vezes separadas, e outras vezes construídas conjuntamente, como quando estava se dirigindo para a vila de Quilmes, próxima de Buenos Aires. Na medida em que se distanciava da “civilização” e a paisagem se alterava, chegando aos Pampas⁵⁰, sua visão transformava-se no “quadro infernal”:

O intervalo é agradavelmente preenchido pelas plantações de salgueiros, pessegueiros selvagens (duraznales), e habitações campestres; mas, se quereis ir adiante, eu vos darei um espaço de uma dezena de léguas, ao sul e ao oeste, para ainda ver figuras humanas, traços de civilização e árvores que dêem sombra. Depois disso, só terei planícies desertas até os Andes (...). De longe em longe, só vereis cabanas miseráveis, que aparecem como balizas no meio de um mar cheio de perigosos, e reinará um tal silêncio em torno dessas habitações, que ficareis surpreendidos ao ver sair do seu interior uma figura humana. Não notareis o mínimo vestígio de trabalho agrícola, nenhuma árvore, nenhuma moita, mas somente horizontes imensos, sombrios e tristes, animados, por acaso, aqui e ali, pela passagem de um avestruz ou o galope de um gaúcho, que vai agrupando os animais dispersos pela seca ou pelas incursões dos índios. Estareis nos Pampas... e vos garanto que haveis de esporear vosso cavalo para sair dali o mais depressa possível (Isabelle [1835], 2006, p. 89).

⁵⁰ “A palavra *Pampas*, que vem do *quíchua* (língua dos Incas) significa praça, terreno plano, grande planície, savana, etc. (*llanura* ou *llanos* dos espanhóis) (Isabelle [1835], 2006, p. 90).

O historiador José Augusto Pádua, em *Um sopro da destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*, destaca algumas formas de pensar a natureza durante o século XIX. Dentre elas, cito aqui a corrente que reconhecia a grandeza e exuberância excessiva da natureza como algo que impedia o desenvolvimento das sociedades e a que considerava a sua destruição um preço pelo progresso.

Pode-se dizer que Arsène Isabelle compactuava dessas correntes ao apresentava sua narrativa acerca da região dos pampas da Bacia Platina. De acordo com Minuzzi (2015), três ideias frequentes estavam associadas à percepção do pampa como um deserto: a ideia de progresso, de melhoramento do ambiente, e a noção de beleza do viajante comumente estar atrelada ao caráter produtivo da terra (p. 8). Ressalto, portanto, como a questão do progresso rondava os ideais e a visão frente ao natural.

Paramos cedo num bonito lugar, que fica ao fundo de uma enseada formada pela confluência do Arapeí, rio que nasce muito adiante no interior da Banda Oriental. Dois ranchos, um curral, um forno, uma ramada, e um jardim em boas condições, estavam completamente abandonados. Disse-nos o patrão que esses lugares haviam pertencido a índios guaranis das Altas Missões, que tinham sido expulsos dali pelo governo oriental devido a seus atos de pilhagem, ainda que sempre tivessem dado uma hospitalidade franca e cordial aos viajantes. Esse sítio, que dista mais ou menos doze léguas de, é um dos mais adequados ao estabelecimento de uma estância ou de uma vila. Tem madeiras suficientes, uma parte elevada que domina o campo (detalhe importante para o estancieiro), campos férteis em pastagens de boa qualidade, e fica na proximidade de dois rios navegáveis, o Uruguai e o Arapeí (Isabelle [1835], 2006, p. 184).

Nesse ponto, quando o viajante já estava subindo pelo rio Uruguai, a caminho da antiga província de São Pedro do Rio Grande do Sul, a região foi apresentada com uma certa beleza, valorizando seu solo fértil e outras condições que importariam para que ali se tornasse uma estância ou vila. Sendo assim, a localidade teria a oportunidade de alcançar caminhos voltados para civilização e progresso.

Apresentada aqui, de maneira geral, como o relato de viagem de Arsène Isabelle foi construído, ressaltarei, na próxima parte, os locais pelos quais o viajante passou durante sua expedição. Farei, portanto, uma exposição dos caminhos e pontos que constituem a região da Bacia Platina aqui explorada, ressaltando determinados aspectos dessas localidades.

2.2 Pelos caminhos de Isabelle

Em 27 de fevereiro de 1830, Louis Frédéric Arsène Isabelle chegou às águas do Rio da Prata e, na noite de 28, ancorou sobre Montevideú:

Descobri, então, sobre a ponta ocidental de uma colina, que se abaixa numa língua de terra um pouco prolongada, a pequena cidade de Montevideú que forma com seus pastéis de casas brancas (segundo a original expressão de um célebre viajante), suas fortificações em ziguezague, seus belvederes, suas duas torres de azulejos e seu trapiche de madeira, uma elipse inclinada, que a disposição do terreno torna perfeita (Isabelle [1835], 2006, p. 41).

Isabelle ressaltou sua chegada durante o fim do verão e observou que, devido ao sol ter queimado a vegetação, seu aspecto era triste. Contudo, durante o outono, o inverno e o começo da primavera, as chuvas abundantes devolviam a frescura e a vida dessas planícies, mudando inteiramente o aspecto do país, quando podiam ser encontrados sítios que provocassem suspiro, lágrimas de emoção e arrepios de prazer. Esse era o cenário quando Isabelle dizia encontrar um pequeno pedaço de sua terra natal.

No dia seguinte, durante a tarde, o viajante observou o aspecto geral da cidade. As casas teriam formas quadradas, terminadas em açoteias⁵¹, quase sempre térreas, com brancura deslumbrante. Havia belvederes piramidais⁵², além da Igreja da Matriz, cujas cúpulas eram cobertas de azulejos envernizados. Nas fortificações, via-se a presença de soldados africanos e crioulos mestiços. Essa visão geral, segundo Isabelle, lembrava a forma de um anfiteatro, e ele se imaginava transportado à Síria ou Palestina.

A Igreja da Matriz a qual o viajante se refere é atualmente a Catedral Metropolitana de Montevideú, construída na década de 1720 com participação de indígenas Tapes, vindos das Missões Jesuíticas. A primeira matriz ruiu parcialmente em 1788, e decidiu-se reconstruí-la seguindo um modelo mais ambicioso, de arquitetura neoclássica. Já as fortificações foram levantadas também no século XVIII com fins de proteção, mas acabaram destruídas em decorrência de um artigo do tratado de paz⁵³ feito com o Brasil no fim da Guerra Cisplatina.

⁵¹ Espécie de terraço no alto das casas, que substitui o telhado.

⁵² Estrutura arquitetônica elevada aberta, mas coberta, com o intuito de proporcionar uma vista panorâmica.

⁵³ Tratado do Rio de Janeiro de 1828. Esse mesmo foi responsável por estabelecer a independência da República Oriental do Uruguai.

Na mesma tarde, quando o viajante entrava em uma *fonda* (hospedaria) para conseguir um quarto, um mensageiro oficioso estrangeiro avisou-o de que o capitão decidira partir naquela mesma noite para Buenos Aires. O estrangeiro lamentou por Isabelle ter pensado em ir para o país, onde “Assassinam estrangeiro todos os dias. São roubados e assaltados em suas próprias casas. Nossos cônsules já não são respeitados e nada podem fazer” (Ib, p. 62), aconselhando-o a ficar em Montevideú.

Isabelle pontuou que queria ir a Mendoza, onde encontraria seu amigo “Anatole de Ch...”. O estrangeiro, então, lhe deu a notícia de que este havia sido fuzilado⁵⁴ por Quiroga⁵⁵, que à época governava as províncias de Cuyo.⁵⁶ “Meu desgraçado amigo vítima da atroz política de um chefe bárbaro!! Que teria feito para merecer aquela sorte? Não é admissível que se fuzile a um homem por prazer! Esses povos seriam piores que os vândalos, que os tártaros” (Ib, p. 63). Ele referia-se a Quiroga, e, por extensão, também, aos gaúchos.

Um coronel alemão acabou tranquilizando o viajante, que acabou indo para o cais, encontrando com seu preparador. Embarcaram novamente no Herminie, rumo a Buenos Aires, navegando pelas águas do Rio da Prata. Passaram pela *Ensenada de Barragán*, porto na margem direita do Prata. Ali ficavam embarcações e fragatas do rei da Espanha antes de Montevideú e Maldonado serem habitadas. Durante a passagem o viajante notou ali uma aldeia composta de cabanas e ranchos, três ou quatro casas com açoteia.

Em 5 de março de 1830 chegaram em Buenos Aires, e o viajante logo teceu sua admiração pela cidade que estaria mais próxima da civilização em comparação com as outras que visitara. Ademais, seu apreço por Bernardino Rivadavia era notável, na medida em que este era um político de ideais republicanos, defensor do centralismo, e havia realizado projetos que aspiravam levar “civilização e cultura”, transformando a cidade na “Paris dos pampas”:

Buenos Aires é alguma coisa em relação à América do Sul, pouca coisa em relação a todo o continente americano, e um ponto para o globo. Entretanto, esse ponto já foi luminoso, já brilhou com fulgor. Por algum tempo, foi tomado por uma estrela do sul caída à terra, e seus habitantes orgulharam-se disso. Depois,

⁵⁴ O que não teria acontecido de fato, pois depois um coronel alemão avisou Isabelle que Anatole havia conseguido evadir-se do calabouço que estava para realmente ser fuzilado, e que provavelmente estava no momento em Santiago do Chile em abrigo contra qualquer ataque de Quiroga.

⁵⁵ Facundo Quiroga era um caudilho defensor do Federalismo. Participou de lutas contra o centralismo portenho e acabou sendo assassinado em 1835.

⁵⁶ Atual região histórica localizada no centro-oeste argentino, formada pelas províncias de Mendoza, San Juan e San Luis.

acreditando que já tinham feito muito para assombrar o mundo e tornar sua glória eterna, puseram-se a brigar uns com os outros para passar o tempo. Finalmente, sabes a que comparo a glória de Buenos Aires e dos argentinos? Comparo-a a uma festa com fogos de artifício dada pelos amigos da liberdade e da civilização, e coroada por uma apoteose em que aparece escrito em letras luminosas o nome venerável de Rivadavia (Isabelle [1835], 2006, p. 66).

Os relatos de Isabelle sobre Buenos Aires são os mais completos. Fato é que ficou na capital das Províncias Unidas do Rio da Prata até setembro de 1833, portanto conheceu diversos aspectos sobre a cidade. Ao todo, são dedicados sete capítulos, todos na primeira parte do relato, nos quais narra questões urbanas (edifícios públicos e particulares), sociais, aspectos da polícia, do governo, da indústria, do comércio, da navegação, além dos costumes e hábitos, entre outros.

Se quiserdes fazer uma ideia exata da planta de Buenos Aires, tomai alguns tabuleiros de xadrez, juntai-os e imaginai que a linha que separa cada um dos quadrados é uma rua; terei assim um certo número de ruas, todas iguais em comprimento e largura, que deixam entre elas um quadrado de casa ou uma praça pública (Isabelle [1835], 2006, p. 69).

Haviam dez praças públicas, sendo a de maior apreço a atual *Plaza del 25 de Mayo*, a qual teria sido a primeira encontrada pelo viajante ao se dirigir da alameda para o centro da cidade. De um lado, dessa encontrava-se o *Fuerte*⁵⁷, um conjunto de grandes edifícios cercados por grande muralha, onde todas as repartições que dependiam do Poder Executivo, embora o governador não residisse no local. Do outro lado, a *Recova*, primeiro edifício comercial da cidade, de construção mourisca, formando um arco em frente ao *Fuerte*.

A *Plaza del 25 de Mayo* tem sua origem na *Plaza Mayor*, criada durante a fundação da cidade de Buenos Aires em 1580. A antiga *Recova*, construída em 1802 e demolida em fins do século XIX, dividia a praça em duas menores: *Plaza del Fuerte* ou *de las Armas* e a *Plaza de la Victoria*. Ainda ao lado da *Recova*, no ângulo da *Calle de la Paz*, situava-se o *Coliseo*, uma espécie de teatro que ainda não havia sido terminado à época da passagem de Isabelle e estava ocupado por um café francês.

Isabelle e seus companheiros atravessaram a *Plaza del 25 de Mayo* e seus edifícios, até que entraram na *Plaza de la Victoria*, onde se depararam com “espécie de

⁵⁷ O antigo Forte de Buenos Aires foi demolido em 1882, e sua localização corresponde onde hoje se encontra a Casa Rosada, sede do governo argentino.

obelisco quadrangular, de uns trinta pés de altura, colocado no centro da praça e cercado por uma grade de ferro entrecortada por doze pilastras que terminam numa bola” (Ib, p. 70). Esse obelisco tratava-se já da Pirâmide de Maio, construída em 1811 sob a ordenação da Primeira Junta, com o objetivo de celebrar o primeiro aniversário da Revolução de Maio.

O viajante citou ainda outros importantes edifícios e elementos urbanos: *el Cabildo*, a Catedral, *Calle de la Reconquista*, Igreja e Convento de *San Francisco*, *la Universidad*, a Casa dos Expostos, Igreja de *Santo Domingo*, a casa de Rivadavia na Rua da Reconquista, o convento *la Residência* (que no momento servia como hospital para homens). Ao todo, a cidade contava com quatorze igrejas, dois hospitais, a Sala dos Representantes, o Tribunal do Comércio e um Teatro provisório.

Indo em direção ao sul da cidade, Isabelle deparou-se com as *quintas*, casas de veraneio cujos jardins eram ornados por vegetação europeia, chamando-lhe atenção, comparando-as com *chacras*⁵⁸ que ficavam nos campos e eram “protegidas por largos fossos plantados de agaves de folhas longas, carnudas e picantes” (Ib, p. 88), que serviam de proteção contra ataques de “índios” e gaúchos. Para Isabelle, esses eram as figuras da selvageria platina, e sua narrativa só reforçou esse sentido, construindo uma imagem sobre tais grupos.

O viajante ainda passou por uma casa chamada de *Castelo* pelos franceses de Buenos Aires, onde morava o ex-cônsul francês, Sr. Mandeville. Nas extremidades dessa planície encontrava-se um porto chamado de *Boca del Riachuelo*, onde havia grande movimento de mercadorias e existiam vários mastros com bandeiras nacionais estrangeiras.

Via-se ainda a vila de Barracas, com grande número de lojas públicas e particulares. O local era ponto de encontro da sociedade nos dias de festa e lá ficavam várias das *quintas*. Para o viajante, o centro da cidade era onde existiam edifícios que remetiam a civilização, como a biblioteca, “uma das mil instituições devidas às luzes de Rivadavia” (Ib, p. 91). Isabelle citou que, entre 1820 e 1828, a biblioteca recebeu muitos exemplares de livros de história, jurisprudência, ciências exatas e naturais, literatura, álbuns de viagens, além de contar com exemplares dos jornais que circulavam na cidade.

Esse é um dos pontos que demonstram a existência de “espaços públicos”, pensados a partir de Habermas (2014), e como esses lugares passaram a ter sentido estrito

⁵⁸ Uma propriedade cujas terras são em parte destinadas à lavoura, parte à pastagem, é chamada de chacra; a que é exclusivamente destinada à criação de gado, chama-se estância (Isabelle [1835], 2006, p. 88)

ao poder a partir da criação de estados modernos. Isabelle relatou que a literatura era ainda muito desprezada em Buenos Aires, principalmente depois que os políticos federalistas assumiram o governo de Rivadavia, que era unitário.

Importante salientar, entretanto, que não eram todas as pessoas que tinham oportunidade de acesso a esses locais, ficando muitas vezes restrito à população ligada às elites econômicas e políticas. De todo modo, com a chegada de Rosas ao poder, “as restrições impostas à liberdade de imprensa pelos governadores com *facultades extraordinárias* (o que equivale a uma ditadura), afastaram do país todos os homens cujo gênio independente não se podia dobrar à escravidão inquisitorial das consciências” (Isabelle [1835], 2006, p. 92).

O debate de civilização x barbárie presente na obra de Isabelle relaciona-se a variados pontos. Assim, o viajante construiu uma narrativa que ressaltava como a América Platina seria atravessada por questões culturais ligadas à barbárie; quando tinha algo relacionado à civilização ou ao progresso, isso se devia, direta ou indiretamente, à influência europeia. Essa dualidade aparecia, em seu discurso, como demanda de aperfeiçoamento da cultura dita selvagem e bárbara, o que evidencia como Isabelle invisibilizava e inferiorizava culturas não europeias.

Aqui, a ideia da alteridade era sempre negada ou menosprezada, de modo a se justificar que essas nações “deveriam” ser exploradas para alcançar o modelo europeu de civilização, imposto como o único a ser aceito.

Essa dualidade é apresentada sobre diversos aspectos, como os espaços de lazer, tendo ainda um contraponto entre Rivadavia x Rosas. O viajante dizia que, na época, existiam poucos espaços de divertimento público, como o Parque Argentino, também conhecido como *Vauxhall*, que foi o primeiro jardim público construído segundo os moldes dos europeus, o Parque da Esmeralda e o Retiro:

O Retiro é uma grande praça no extremo norte da cidade, no meio da qual via-se antigamente um grande circo ou arena destinada aos combates de touros. Rivadavia o fez demolir, depois de explicar ao povo que somente o feitio bárbaro dos espanhóis pode autorizar semelhantes divertimentos. A medida encontrou pouca oposição e o povo passou a frequentar ópera, a comédia, o circo olímpico, os concertos, que substituíram as touradas. Mas eis que o governo obscuro de 1832 teve a feliz ideia de reestabelecer os combates de touros! (Isabelle [1835], 2006, p. 93).

Nota-se que o viajante vai ao encontro da ideia de que existia uma “cultura civilizada”, a qual deveria ser superior por admirar eventos como ópera, concertos, o que

compactuava com a elite, principalmente com a elite letrada. Há, assim, desprezo pela cultura popular, como era o caso das touradas, e pela cultura dos grupos que eram considerados “subalternos” e “selvagens” pelo viajante, como os indígenas e gaúchos.

Isabelle ainda pontuava essa disputa entre Rivadavia e Rosas (civilização x barbárie) da seguinte maneira: “Rivadavia, cujo único defeito foi querer fazer sua pátria viril antes da puberdade, teria feito de Buenos Aires uma nova Atenas”, enquanto “Rosas, com costumes austeros e pouca educação, teria feito dela uma Lacedemônia” (Ib, p. 110). A sua comparação com as antigas localidades gregas demonstra sua admiração principalmente pelos valores da democracia grega.

Quando ele chegou à cidade, instalou-se na *Fonda de Francia*, uma hospedaria francesa, onde encontrou compatriotas, e no seu primeiro dia presenciou uma desordem causada pela chegada de Quiroga à cidade: “O populacho, ou antes um punhado de gente da plebe, excitado, (...), percorria a cidade quebrando as vidraças dos unitários e proferindo gritos sinistros, como *mueran los unitários! Mueran los franceses!*” (Ib, p. 115). Isabelle dizia que deviam aquilo ao cônsul francês Sr. Mandeville, que havia interferido na guerra civil do país.

No dia seguinte, o viajante foi encontrá-lo para exprimir seus receios, e o cônsul respondeu-lhe que, em caso de uma revolta séria, os franceses deveriam se reunir sob o pavilhão do consulado, localizado na *Calle Florida*⁵⁹, e que ele forneceria armamentos para a defesa.

Tempos depois, quando Quiroga foi derrotado e a fermentação dos seus apoiadores estava no auge, o viajante decidiu sair da cidade, indo à vila de Quilmes com o objetivo de caçar e conhecer o interior. Ficou na vila por três dias, hospedado em uma pulperia⁶⁰ indígena:

Um bom pulpero indígena teve piedade do nosso embaraço e nos fez sinal para que nos aproximássemos. “Não há posada por aqui”, foi dizendo, “mas se querem se contentar com um cantinho e com o nosso pobre trivial, a casa está às ordens”. Em seguida, ofereceu-nos um cigarrito, como prova de amizade, e nos levou para junto da família, na peça vizinha. A mulher era amulatada, mas os filhos brancos e de traços regulares; a filha mais velha, de quatorze anos, era para nós uma beleza. Fomos acolhidos com uma cordialidade e uma atenção que nos comoveram (Isabelle [1835], 2006, p. 125/126).

⁵⁹ Rua comercial no centro de Buenos Aires.

⁶⁰ “Espécie de botequim e cabaré ao mesmo tempo” (Isabelle [1835], 2006, p. 117). Isabelle relata que nesses locais, em Buenos Aires, sempre se viam cavalos de gaúchos amarrados em postes enquanto seus donos jogavam cartas.

A maneira como Isabelle narrou esse acontecimento, tratando com certa modéstia à família que o hospedara, reflete como o viajante agia de acordo com seus interesses. Ou seja, ele estava nos pampas, local que desprezava, estava em apuros por não encontrar uma hospedagem ou recursos para se alimentar, então, quando alguém lhe ofereceu uma humilde hospedagem, diz ter ficado comovido. Essa comoção surge como recurso narrativo para envolver o leitor, reiterando a ideia de que atravessara dificuldades nos pampas e fora salvo por um “amigo”.

Para o viajante, ali só existiam chácaras, montículos, e cabanas miseráveis; chegou a pontuar que, como seus negócios não o obrigavam a comer charque naquelas paragens, voltariam logo para o centro da civilização argentina, isto é, para o centro de Buenos Aires. Demonstrava, assim, seu desprezo pela vila, já mais próxima dos pampas e da cultura dos gaúchos, logo, do que ele considerava barbárie.

Em seu relato, pontuou as indústrias de maior folego em Buenos Aires, destacando a da erva-mate e dos *saladeros*, estabelecimentos que salgam carne e couro, conhecidos no Rio Grande do Sul como charqueadas. Ambas indústrias estão presentes ao longo do relato, tornando-se comuns ao ambiente platino, e marcando a economia das Províncias Unidas do Rio da Prata (atual Argentina), da República Oriental (Uruguai) e da província de São Pedro (Rio Grande do Sul).

Quanto à situação comercial da cidade, Isabelle citou que muitos capitalistas foram atraídos a partir de 1820 pelas promessas de um governo protetor, contudo, depois da Guerra com o Brasil e entrada de Rosas, esses capitalistas tiveram de abandonar seus projetos de estabelecimentos agrícolas, industriais, de navegação ou de especulação mercantil. A figura de Rosas é assim construída como a de um vilão que impediria a chegada da civilização à região. Mesmo que essa fosse a situação na década de 1830, Isabelle tinha esperanças em ver o local chegar ao progresso, sobretudo, através da colonização e industrialização estrangeira.

Para ele, poucas regiões teriam tantos elementos que garantiriam prosperidade quanto a nação argentina, ressaltando a sua relação com o lucro: imenso território, passível de desenvolver produtos tropicais e de climas frios; rios que asseguravam vasta via hidrográfica; e fácil propagação do gado, fonte inesgotável de riquezas. Esses recursos, que aproveitados com a ajuda de indústrias e capitais estrangeiros, garantiriam à Argentina encontrar a civilização.

Em sua perspectiva, a República Argentina poderia igualar-se aos Estados Unidos, mas teria sido enganada pelos “sofismas de uma camarilha obscura e retrógrada (Ib, p. 137), deixando sempre claros seus princípios republicanos. Para ele, havia “vilões”, responsáveis pelo atraso da região – governantes federalistas, indígenas e gaúchos.

Partindo, portanto, agora à segunda parte do relato de viagem de Arsène Isabelle, em setembro de 1833, resolveu ir até Porto Alegre, subindo pelo rio Uruguai e atravessando uma parte das antigas Missões Jesuíticas na antiga província de São Pedro. Acompanhado pelo Sr. Edouard Nouel, um de seus sócios no empreendimento comercial que montou em Buenos Aires, pelo seu preparador Eugene Gamblin, além de um provençal e um alemão, embarcaram todos em 25 de setembro na balandra⁶¹ nacional *Isabela*.

Logo passaram pela ilha de *Martín García*, fortaleza pertencente a Buenos Aires e que defendia a entrada do rio Uruguai, e posteriormente pela vila de *Las Vacas*. Esta era composta por alguns ranchos que, segundo Isabelle, lhe davam um aspecto triste e miserável, já que agora se afastava do centro urbano de Buenos Aires, mas era um lugar afamado pela abundância de lenha que fornecia a Buenos Aires e pelo auxílio que prestou a mesma enquanto passou por sítios.

O nome da vila remetia a 1611, quando Hernando Arias de Saavedra (1561-1634), governador de Assunção, desembarcou grande quantidade de gado perto da foz do *Arroyo de Las Vacas*⁶², estabelecendo um povoado na região, também conhecido como “Pueblo de Las Vacas”, nome pelo qual a atual cidade de Carmelo era conhecida. Essa só foi fundada em 1816 por José Artigas, que se tornou símbolo de memória nacional, tendo praça com o seu nome: “Plaza Artigas”, e monumentos em sua homenagem.

Seguiram navegando pelas águas do Rio da Prata, passando pelas pequenas ilhas de *Las dos Hermanas* e *Del Juncal*, chegando enfim a *Punta Gorda*, onde começariam a navegação pelas águas do rio Uruguai. O local é ainda conhecido por suas praias. Navegaram até as oito horas da noite quando ancoraram diante de *Las Higuieritas*. Devido a escuridão da noite e as luzes de algumas habitações, ansiaram por encontrar um lugar que tivesse alguma importância — leia-se, importância econômica/comercial —, mas encontraram apenas uma praia arenosa e uma encosta argilosa com “uns vinte ranchos ou

⁶¹ Embarcação a vela, chata e coberta, feita de um só tronco e utilizada em rios. Normalmente utilizada para o transporte de mercadorias.

⁶² O Arroyo de Las Vacas é um pequeno curso d’água do departamento de Colônia (Uruguai), que flui ao lado da cidade de Carmelo.

cabanas de aspecto miserável ainda mais acentuado por moitas e arbustos mirrados” (Ib, p. 149).

Contudo, Isabelle acreditava que essa aldeia cresceria graças à sua posição, inclusive porque a agência de alfândega que ficava em *Las Vacas* havia sido transferida para lá decorria pouco tempo, já que era um lugar mais adequado para fiscalização do tráfego fluvial. A respectiva aldeia seria atualmente o município de Nueva Palmira, localizado no departamento de Colônia, cujo porto mantém grande atividade comercial, sendo o segundo maior do país.

Após apresentarem seus passaportes na alfândega, seguiram o rio rumo à vila de *Las Víboras*, famosa por excelentes cavalos de montaria. Sua população era insignificante, com uma capela e cerca de doze ranchos. Não foi possível localizar se essa localidade ainda existe nos dias de hoje⁶³.

Seguindo a navegação pelo rio Uruguai, Isabelle perpassou pela confluência das águas do rio Negro. A embarcação não chegou a adentrar nesse rio, mas o viajante relatou a presença de duas vilas que se situam à margem deste: a de *Mercedes* e a de *Santo Domingo Soriano*. Foi em torno dessa região, na *Capilla de Mercedes*, que se deram os primeiros gritos de liberdade proferidos pelos orientais – *El Grito de Ascencio*.

A atual Villa Soriano é cidade do departamento de Soriano, no Uruguai, e foi fundada em território de indígenas Chanás⁶⁴. Posteriormente foi estabelecida uma missão franciscana nomeada de Santo Domingo Soriano no território, tornando-se um dos primeiros assentamentos europeus no Uruguai. Em 1797 foram concluídas as obras da atual capela de Santo Domingo Soriano, considerada um dos edifícios mais emblemáticos da cidade.

Já a atual Mercedes, capital do departamento de Soriano, foi fundada em 1788 sob ordens do Padre Manuel Antonio de Castro y Careaga, o mesmo que ordenou a construção da capela em Soriano. Devido à proximidade da cidade com o local onde ocorreu o “Grito de Ascencio”, Artigas estabeleceu em Mercedes o seu quartel general, onde atualmente é o colégio Nossa Senhora del Huerto. Na cidade foi construído o monumento “Gaucho de

⁶³ Encontrei vestígios do antigo povoado de *Las Víboras*, contudo as distâncias que comprovariam ser esse o local relatado pelo viajante não tem relação com as que ele apresenta em seu relato: *Las Víboras* ficaria a dez léguas (o que corresponderia a cerca de 40km) de *Las Higuieritas* e uma milha da praia, e *Las Víboras* ficaria a cerca de 20km de de *Las Higuieritas*, além de estar situada mais ao interior do departamento de Colônia.

⁶⁴ Foram um povo indígena que habitava a região dos rios Uruguai e Paraná, nos territórios atuais da Argentina e Uruguai. Tinham uma cultura voltada para o rio e tradições matrilineares.

Asencio”⁶⁵, tornando-se símbolo que remete a pátria, e a revolução oriental que deu origem ao processo de independência da República Oriental do Uruguai. Interessante perceber como essa constatação da figura dos gaúchos vai de vilão para Isabelle, ao herói para população, questão que será aprofundada no terceiro capítulo.

Entre o rio Negro e o rio Uruguai está localizado o *Rincón de las Gallinas*⁶⁶, grande terreno produtivo. Isabelle relatou que diziam pertencer a Rivadavia e posteriormente fora sendo dividido em muitas estâncias particulares. Durante a Guerra Cisplatina, essa região ainda foi palco da Batalha de Rincón, onde o Brasil foi derrotado: “O *Rincon de las Gallinas* já adquiriu uma certa celebridade pela vitória que o general Rivera obteve, em 1825, sobre as forças brasileiras” (Ib, p. 153).

Subindo o rio Uruguai, chegaram ao promontório de Punta de Fray Bentos, situado precisamente diante do rio *Guauguay-Chu*, um dos afluentes do Uruguai diante da província de Entre-Rios, Argentina. A algumas milhas da confluência desse rio, Isabelle relatou que existia a aldeia de Guauguaychú, que seria muito comercial.

Na época da passagem do viajante por Fray Bentos, esta era apenas uma espécie de encosta do Rio Uruguai em sua margem direita (Uruguai). Contudo, quando uma empresa de caldos de carnes construiu uma fábrica na região, a localidade passou a ganhar destaque:

Cortes baratos de carne - abundantemente disponíveis aqui, graças às fazendas de gado do Uruguai - eram fervidos para produzir um molho nutritivo que era originalmente feito para pacientes em estado grave. (...) Uma cidade foi erguida em torno da fábrica alemã com financiamento britânico conforme trabalhadores de todas as partes do Uruguai e de outros 60 países foram atraídos para o local. (Meghji, 2019).

Tempos depois a empresa, chamada “Liebig”, passou a produzir outro tipo de produto (espécie de carne enlatada) que se tornou popular entre a classe trabalhadora europeia, para quem a carne ainda era artigo de luxo. Eles também passaram a ofertar

⁶⁵ O monumento fica localizado na *Plaza Independencia*, e serve para homenagear o “Grito de Asencio” e os homens que participaram do mesmo, em 1811, marco inicial da Revolução Oriental. Importante ressaltar que a maioria dos homens que aderiram a este movimento eram habitantes rurais das estâncias, dedicados a criação de gado, eram portanto os gaúchos (sentido original do termo). A obra destaca a figura de um gaúcho com torso nu, cavalgando com o braço estendido, denotando urgência e a luta pela liberdade. Foi inaugurada em 1942, e em 1976 declarado como Patrimônio Histórico Nacional do Uruguai. Mais informações sobre o monumento: <https://www.sorianoturismo.com/mercedes-y-su-monumento-al-gaucha-de-asencio/>

⁶⁶ “Chama-se *rincón* todo terreno fechado entre dois rios, (...). É como se pode dizer, uma quase ilha. Um *rincón* compreende as vezes muitos outros terrenos de menor extensão, e são lugares muito procurados para neles formar estâncias” (Isabelle [1835], 2006, p. 151).

produtos que poderiam ser transportados por soldados europeus durante guerras.⁶⁷ Hoje a antiga fábrica é aberta ao público e abriga um museu. A UNESCO inscreveu Fray Bentos como um patrimônio mundial⁶⁸ por sua paisagem cultural e industrial, constituindo a memória da cidade:

Se trata de un complejo industrial situado al oeste de la ciudad de Fray Bentos, en un saliente de tierra bañado por las aguas del río Uruguay. Su origen fue una fábrica de salazones, creada en 1859, para la explotación comercial de la carne del ganado vacuno criado en las vastas praderas de los alrededores. (...),el sitio comprende los edificios y equipamientos de la empresa Liebig Extract of Meat Company, que en 1865 empezó a exportar a Europa su producción de carne en conserva y concentrado de carne. Su sucesora, la compañía Anglo Meat Packing Plant, inició la exportación de carne refrigerada a partir de 1924. El lugar mismo, así como las instalaciones industriales, viviendas e instituciones presentes en él, permiten aprehender la totalidad del proceso de una producción de carne que tuvo una importancia mundial (UNESCO, 2015).

Isabelle teria ficado orgulhoso ao saber desses avanços industriais, usaria ainda tais fatores como exemplo de que o progresso industrial era possível na medida em que ocorressem investimentos estrangeiros. O fato ainda de a UNESCO ter inscrito a localidade como patrimônio mundial, em 2015, demonstra como os discursos com viés ligados a modernidade tornam-se legitimados a partir das próprias disputas de memória promovidas por órgãos internacionais de poder.

Outro ponto interessante de análise desse trecho do relato é o momento que Isabelle narra, mesmo que muito brevemente, Gualeguaychú, localizada em território das Províncias Unidas do Rio da Prata. Nota-se que todo o percurso feito pelo viajante e seus companheiros ao longo rio Uruguai passa por um território de fronteiras entre duas nações, sendo o rio um elemento de fronteira viva, um elemento de passagem.

Essa fronteira viva atua tanto como possibilidade quanto limite, permitindo que ocorram elementos de troca diante da mesma. Possibilita ainda múltiplas vivências e integrações socioculturais, sendo assim, segundo Schaffer (1995): “a fronteira deixa de ser linha, limite, finitude, o lugar da diferença (...). Torna-se aberta, porosa, exemplo de integração e da aproximação”.

⁶⁷ Mais sobre esse assunto pode ser acessado pela reportagem da BBC News Brasil – A cidade do Uruguai que mudou a forma como comemos – Link: <https://www.bbc.com/portuguese/vert-tra-47396363>

⁶⁸ “Paisaje cultural industrial de Fray Bentos”.

Ressalto aqui como “os limites políticos não correspondem aos limites culturais. As fronteiras entre os países são espaços de trocas e fragmentações culturais” (Albuquerque, 2005, p. 54), existe assim um hibridismo cultural e práticas comuns que se misturam nesses espaços de fronteira. Esse é o caso da própria construção da figura, cultura e identidade gaúcha, que perpassa pela fronteira dos pampas platinos. De todo modo, essa relação da fronteira como elemento pluricultural e integrador aparece no relato na medida em que Isabelle transitou por localidades à direita do rio (Uruguai) e à esquerda (Províncias Unidas).

Dando seguimento à viagem, ao anoitecer Isabelle e seus companheiros ancoraram no promontório de Fray Bentos, onde passaram a noite de 26 e todo o dia 27. Aproveitaram para caçar em um dos sítios do *Rincón* “onde a vegetação é rica e variada. Ficamos em êxtase diante de uma multidão de árvores e arbustos diferentes” (Ib, p. 152). Retornaram a bordo e continuaram subindo o rio Uruguai, noite e dia adentro, passando por diversas ilhas.

Durante esse percurso, Isabelle descreveu a natureza de maneira a se aproximar com uma literatura romântica, construindo uma imagem de natureza pitoresca para seu leitor. Essa concepção vai ao encontro com o que Galetti (2012) destaca: “tal deslumbramento (com a natureza) revela também o quão inculta e primitiva apresentava-se a paisagem local aos olhos destes homens viajados, oriundos de países onde, por quase toda parte, viam-se as marcas inconfundíveis da ação humana” (p. 105).

Para quem nunca viu a maravilhosa vegetação do Brasil, a do Uruguai, como a do Paraná, é em verdade surpreendente: todas essas ilhas estão de tal modo cobertas de árvores diferentes, de muitas espinhentas, de plantas sarmentosas, que a gente só pode penetrar de machado ou faca em punho. (...) Tudo isso dava um aspecto delicioso, um ar embalsamado, suave e inebriante a essas ilhas solitárias, cujo silêncio só é perturbado pelo arrulho das tímidas e carinhosas rolas (...). Se imaginais um belo céu azulado, uma atmosfera diáfana, apenas ondulada pela brincadeira etérea dos zéfiros, que, ocupados a arrastar pelo céu pequenas nuvens de ouro, (...) podereis compreender a delícia, o bem-estar indefinível que sentíamos no meio desse rio tranquilo, correndo majestosamente junto às margens, que ele parece fertilizar, só para fazer delas um adorno e velar seus encantos aos olhos profanos (Isabelle [1835], 2006, p. 153/154).

Dessa maneira, nota-se que, devido a vivência do viajante em ambiente considerado “moderno”, esse não fica isento em também se impressionar com cenários “pitorescos”, narrando a natureza como grandiosa. Contudo, deve-se também considerar

que todo esse apreço tenha relação com o que essa natureza exuberante poderia proporcionar para exploração, domesticação da mesma a favor do progresso e enriquecimento.

Seguindo viagem, passaram pela estância de *Almagro* e, em 28 de setembro chegaram em *Paysandu*. Em primeiro momento seu aspecto desagradou Isabelle, porém, com o tempo, seu olhar acostumou-se e reconheceu que a localidade não estava tão mal situada como imaginava. Isso se dá pois, à medida em que se afastava de Buenos Aires, e portanto do centro urbano de civilização dos pampas, Isabelle tendia a considerar que os locais eram mais atrasados. Contudo, ao chegar em uma localidade com o mínimo de “urbanidade” presente, em meio a uma viagem que cruzava rios e natureza, existia certo sentimento de alívio.

Durante sua chegada não existiam mais do que oito navios no porto; entretanto, geralmente existia um maior número de pequenas embarcações, já que “o porto tem bastante movimento comercial e é, em certos aspectos, o mercado principal das diversas povoações do Uruguai ou da parte oeste da Banda Oriental” (Ib, p. 155). Para Isabelle, Paysandu tinha algumas vantagens econômicas e comerciais, garantindo-lhe maior apreço ao local.

O viajante se impressionou com o rápido desenvolvimento da cidade que há quatro ou cinco anos antes de sua passagem não passava de uma aldeia, mas, já em 1833 podiam contar cerca de quatrocentos ranchos, umas trinta casas de tijolos bem construídas, ruas alinhadas com calçadas e lampiões, composta por uma população de quase cinco mil pessoas. Ali viviam muitos estrangeiros, o que comprovou que certa admiração do viajante pelo local advinha dessa influência. Isabelle relatou que o comércio era “bastante florescente”, e durante sua passagem, havia cerca de sessenta franceses estabelecidos ali.

Quanto aos elementos urbanos, havia uma igreja, que mais parecia “um miserável rancho, mal sustentando de pé, cujo interior estava completamente nu” (Ib, p. 157). Seria essa a Paróquia de Paysandú, erguida em 1805⁶⁹. Ao lado da igreja existia uma escola primária gratuita e outras, particulares, espalhadas pela cidade. Já “o comando, a polícia, as contribuições e a Alcadía (prefeitura) estão reunidas no mesmo prédio” (Ib, p. 157).

Em 2 de outubro conseguiram finalmente hospedagem na casa de um compatriota, Sr. Danguy, já que ali não havia hospedaria. No dia seguinte saíram para caçar, momento

⁶⁹ Atualmente é conhecida como Basílica de Nossa Senhora do Rosário e São Pedro Bento de Palermo (Catedral Basílica de Paysandú). Seu templo atual foi construído em 1860, mas acabou sendo danificado durante um cerco em 1865, em decorrência de guerra civil no país, sendo portanto depois reconstruído.

em que o viajante prestou homenagem ao dom Félix de Azara pelo reconhecimento de suas observações que o ajudaram a aproximar sua obra aos modelos correspondentes pela História Natural.

Portanto, nesse momento o seu relato fugiu um pouco do modelo de diário que vinha seguindo, apresentando aspectos relacionados às diversas espécies da fauna e flora, além de meteorologia e geologia. Tem-se aí demonstração de como o relato de viagem é um gênero híbrido, como assinala Mary Anne Junqueira. De todo modo, em 20 de outubro o viajante e seus companheiros retornaram a *Paysandú* e embarcaram em outra balandra, com destino a Salto.

No fim do dia, ancoraram na encosta de Entre Rios, em um sítio arenoso. Pontuo aqui novamente a questão de fronteira viva e como o viajante transitava nesse território de fronteiras. No caso da cidade de *Paysandú*, destaco que ela ainda faz fronteira com a cidade argentina de Colón, existindo entre as mesmas, a ponte internacional “General Artigas”, que cruza o rio Uruguai, ligando as fronteiras e experiências socioculturais e econômicas compartilhadas.

Adentraram o território argentino, vagando por lagos e lagoas, até chegarem à antiga vila de *San José*, que havia sido destruída pelos portugueses durante a ocupação da Banda Oriental e que depois fora reconstruída. Posteriormente foram até a *Calera de Barquín*, na costa da província de Entre Rios, para o viajante sua paisagem era atraente, e dizia que ali podia se edificar uma pequena vila, que teria ainda posição conveniente para o comércio. Assim sendo, sua ideia de beleza era ligada a aquilo que poderia oferecer lucro dentro do sistema capitalista.

Com sua situação sobre um planalto elevado, na própria margem do rio e ao fundo de uma enseada, Calera poderia proporcionar, além do seu ar puro e de sua bonita vista, um ancoradouro fácil para navios. Um regato arborizado, com a nascente na floresta de palmeiras, contribuiria também para a beleza do sítio e seria muito útil ao estabelecimento de algumas usinas, tais como fundições de sebo, saladeros, curtumes, etc (Isabelle [1835], 2006, p. 170).

A fundação desse núcleo remonta às missões jesuíticas, quando a Redução de Yapeyú operava uma fábrica de cal no local até então denominado como *Vuelta de San José*. Com a expansão jesuítica, o comerciante espanhol Manuel Antonio Barquín foi nomeado pelo então vice-rei para proteger a região, que assumiu o controle das terras e reativou a “calera”, que ficou conhecida então como “*Calera de Barquín*”.

Barquín acabou sendo desligado de suas funções, e a nomeação para Tomás de Rocamora. O local foi ocupado ao longo de conflitos que ocorreram na região da fronteira platina. Uma filha de Barquín conseguiu recuperar o território após seu abandono devido às guerras, e empresas passaram a explorá-lo, correspondendo um pouco com a visão que Isabelle tinha sobre sua riqueza para exploração econômica:

Años más tarde, una heredera de Barquín la recuperó y la puso a disposición de la empresa británica River Plate Agricultural Association, que se instaló por poco tiempo con 50 colonos británicos abocados al cultivo del trigo. Posteriormente, lo hizo la sociedad Arcos, Bilbao y Bragge, con el cultivo de la palmera yatay. Años más tarde, Justo José de Urquiza le compró la calera a uno de los sucesores de Barquín, para utilizar el suelo en la cría de ganado, el comercio de cueros y el almacenamiento de vinos europeos. Tras su asesinato, fue ocupada por Ricardo López Jordán (Mira, 2018).

Atualmente, suas ruínas ficam localizadas dentro do *Parque Nacional el Palmar*, contando com três edifícios, dois fornos, um cais e um cemitério. Isabelle e seus companheiros ficaram em torno da região nos dias 21 e 22 e, no dia 23, passaram diante da estância e caieira *Hervidero*, na confluência com o rio *Daiman* e do *Saladero del Corralito*. Quando o sol nasceu, em 24 de outubro, o viajante e seus companheiros desceram à terra e foram visitar o proprietário do *saladero*, Don Leandro, um espanhol que os hospedou.

Após almoçarem, caminharam pelos campos em direção a *Salto*, uma vila que não teria metade da importância de *Paysandu*. Situada em uma altura isolada, quase se transformava em ilha na época das enchentes do Uruguai. Era composta por algumas casas brancas; havia apenas cinco casas de açoteia, e as demais habitações eram ranchos, incluindo a própria igreja. Essa situação geral acabou por entristecer o viajante, que pensava que à medida que subisse o rio Uruguai, mais encantadores seriam as paisagens, pois tinha esperanças em encontrar algum local “moderno”.

Havia também uma escola primária elementar para o ensino mútuo, custeada pelo governo. Se hospedaram por três dias na casa do Sr. Antoine Thedy, um suíço-francês, onde encontraram um marinheiro francês com quem reservaram suas passagens para seguir até a antiga missão de São Borja. Sobre a condição das águas em torno de Salto, Isabelle relatou:

O Salto, isto é, a catarata não fica diante da vila. Está situada a mais ou menos duas léguas para o norte: é o que se chama o Salto

Chico. Existe outro maior, a três léguas daquele e igualmente no norte, chamado Santo Grande. Foi o primeiro que deu nome à vila. Esses dois saltos, que só se fazem notar pela rapidez da corrente, quando o rio está muito alto, estão a descoberto os três quartos do ano, tornando impossível qualquer navegação. (...) Uma nação industriosa como a dos norte-americanos, por exemplo, já teria aplainado as pequenas dificuldades que entravam a navegação do Uruguai e enchido esse belo rio de embarcações a vapor, para facilitar o crescimento da população e o escoamento dos produtos agrícolas. Longe disso, porém, perde-se um tempo enorme em vãs questões e em disputas sangrentas, e a apatia dos habitantes vai a ponto de não conseguirem compreender como se pode viver nessas regiões, destinadas, na sua opinião, a alimentarem cavalos e vacas. O lugar, realmente, tem possibilidade de prosperar, quando o comércio com o Paraguai for livre e as Missões estiverem povoadas, porque a via fluvial é sempre preferível à terrestre, para o transporte de mercadorias (Isabelle [1835], 2006, p. 174/175).

Aqui Isabelle passou a incorporar os Estados Unidos da América como nação industrial, que também deveria explorar essa região, garantindo progresso e civilização. Assim, ele continuava perpetuando a ideia de que os próprios latino-americanos não conseguiriam sair dessa situação de “selvageria e barbárie” sozinhos. Considerava ainda um atraso os conflitos do Prata ao longo do XIX, como se esses ocorressem por “vontade” de “lutar”, como se os povos que aqui viviam tivessem gosto pelas guerras e lutas, negando o contexto histórico, sociocultural, político e econômico da região.

A condição das localidades em torno do rio Uruguai foram cansando Isabelle, à medida que o cenário parecia não avançar ao progresso. Sua esperança de que essas se prosperassem sempre era tecida, contudo a distância da civilização cansava-lhe. As próprias embarcações que navegava não eram consideradas “modernas”, agravaram a sensação de mergulho em uma região cada vez mais associada à barbárie.

Ao partirem de Salto, no dia 27, o navio que embarcaram era “chato, sem coberta, muito mal instalado e incômodo sob todos os aspectos pois nossas bagagens o enchiam e, em caso de chuva, só havia abrigo para as nossas provisões. Bela perspectiva para uma viagem de cinco semanas na estação das chuvas!” (Ib, p. 176), o que influenciou suas expectativas e seu olhar frente ao que encontrariam.

Logo tiveram que parar em uma “desgraçada ilhota” em decorrência de tempestade, e acabaram passando a noite sem abrigo: “no dia seguinte, tínhamos o aspecto de naufragos; batíamos os dentes de frio e estávamos famintos” (Ib, p. 178). Quando a tempestade acalmou, foram até um *saladero* se hospedar. Os donos eram pobres canários

que haviam imigrado há anos com intuito de povoarem o local. Sua habitação era uma choça de terra, entremeada de carniços e coberta por palha, o que levou Isabelle a compará-la com a dos gaúchos.

Seguiram viagem, passando por *Salto Chico*, e ao fim do dia, pararam na costa de Entre Rios para se alimentar e passar a noite. No dia 29, seguiram até o *Salto Grande*, onde tiveram que parar para esperar um vento favorável que o condicionassem a navegar. Acamparam na região por três dias, ocupando-se com caça, pescar e explosão do campo. Em 2 de novembro conseguiram efetuar passagem e chegaram em uma estância, onde o estancieiro era um “índio guarani, muito rico e hospitaleiro” (Isabelle [1835], 2006, p. 181).

Os elogios de Isabelle ao estancieiro indígena se devem, sobretudo, ao fato de ele tê-los servido almoço com carne assada e leite fresco, deu carne fresca para que pudessem levar na viagem. Ademais, tiveram oportunidade de se aquecerem, pois na noite anterior haviam pegado muitas chuvas. Ou seja, o estancieiro foi receptivo com o viajante e seus companheiros, conforme seus interesses, condicionando-o apreço.

No dia 3, passaram diante de *El Puerto* (o porto) e procuraram, em vão, o motivo pelo qual tinha esse nome, pois ali só havia uma praia baixa e um caminho pouco frequentado que levava à vila de Salto. A partir dali, as correntes fortes acabaram, começando os terrenos mais baixos e inundados, que podiam ser navegáveis quando o rio transbordava: “mesmo para um naturalista, a exploração das margens do Uruguai, até além de Salto, oferece pouco interesse e, nos tempos de enchente, numerosas dificuldades que não compensam as descobertas” (Ib, p. 182).

Em meio a esse cenário mais monótono, a questão da distância torna-se mais presente no relato, e o viajante passava a pontuar essa região como “vastos desertos”: “Essas planícies ficam alagadas até grandes distâncias, nos tempos em que o rio transborda. (...) Vêem-se ali, de longe em longe, algumas florestas, algumas colinas arborizadas em que se destacam palmeiras, e as chácaras estâncias que alegram os olhos e consolam o viajante isolado no meio desses vastos desertos” (Ib, p. 183).

A alegria de se chegar em uma estância significava que em meio à vastidão solitária, tinham a possibilidade de encontrar outras pessoas, e um “mínimo sinal de civilização”, conforme as palavras de Isabelle. Subindo o rio, pararam em uma enseada formada pela confluência com o rio *Arapeí*, formada por dois ranchos, um curral, um forno, uma ramada e um jardim. Para Isabelle, esse era um sítio dos mais adequados para que se estabelecesse uma estância, ou vila, contudo estava abandonado.

A partir dali, começava uma série de habitações esparsas que haviam sido povoadas pelos indígenas guaranis trazidos das missões jesuíticas enquanto ocorreu a guerra Cisplatina. Para Isabelle, essa havia sido uma boa medida pois assim, desde a confluência com o Arapeí até a fronteira brasileira se encontravam algumas aldeias. Contudo, essas acabaram sendo destruídas pelo governo oriental:

Desgraçadamente, porém, esses índios nada industriais, inclinados naturalmente à preguiça, foram abandonados à própria sorte. Os brasileiros, vendo com enfado despovoar-se, dia a dia, o território que cobiçavam, intrigaram de tal maneira entre os guaranis, que fizeram destes inimigos declarados dos orientais. Foi então que esses índios antes dóceis, se uniram aos arrogantes charruas e a alguns gaúchos criminosos para pilhar, (...), o que fez o governo oriental tomar uma medida enérgica, com o fim de garantir as propriedades dos cidadãos e manter a ordem no país. Pôs algumas tropas em campo, as quais destruíram todas as aldeias de índios, (...). Desde essa época, que data apenas de 1833, toda a região, que se estende do Salto ao Brasil, está em parte deserta, e não poderá comportar estabelecimentos estáveis e de alguma importância, se nela não forem instaladas colônias de estrangeiros industriais (Isabelle [1835], 2006, p. 185).

Neste trecho, Isabelle pontua diferenças entre os povos indígenas, apresentando visões diferentes, porém ambas negativas. Para ele, os guaranis eram preguiçosos e indolentes, construindo ainda uma imagem de que esses seriam submissos e oprimidos. Já os charruas seriam bárbaros, selvagens, ligados a criminalidade, capazes de influenciar os guaranis a cometerem pilhagens. Percebe-se aqui, duas construções que passaram a perpetuar no imaginário, dando aos indígenas um caráter estereotipado e preconceituoso.

Ademais, Isabelle não deixa de pontuar novamente como esse caráter desértico da região só iria mudar caso nela fossem incorporadas a imigração de estrangeiros industriais, sendo esses, europeus. Para o viajante, a imigração europeia seria capaz de “salvar” as nações americanas, levando-as a uma civilização, já que tinham potencial natural para tal. A questão seria, portanto, puramente econômica.

Em 6 de novembro, seguiram viagem e passaram pela vila em ruínas de *Belém*, em decorrência de inundações. Lá Isabelle visitou ranchos abandonados, e contou apenas vinte e dois ainda em pé, além da igreja. Avançando em rumo do território brasileiro, no dia 8 pararam para pernoitar em um lugar chamado *Chacra del Padre*, que pertencia ao cura de *Santa Rosa*, ou *Bella Unión*. Passaram ainda pela *Isla de las Garzas*, e no dia 9, enfim, chegaram diante da vila abandonada de *Bella Unión*.

Nesta não havia mais do que quarenta ranchos em pé, mas Isabelle relatou que parecia que chegaram a existir duzentos em 1832, além de ser mais povoado e comercial do que Salto. Funcionavam no local uma alfândega, um comando de porto e um posto militar. Era a última povoação da Banda Oriental antes da fronteira brasileira, que estava situada a somente duas léguas dali. Atualmente, essa cidade fica no departamento de Artigas, no Uruguai, fazendo fronteira tanto com a Argentina, pela cidade de Monte Caseros, quanto com o Brasil, por Barra do Quaraí.

Isabelle continuou sua viagem subindo pelo Rio Uruguai, perpassando pela fronteira viva entre a antiga província de São Pedro do Rio Grande do Sul (Brasil) e Corrientes (Províncias Unidas do Rio da Prata). Ao deparar-se com a fronteira brasileira, afirmou notar com satisfação diferenças quanto aos aspectos naturais do país:

...cervos, avestruzes em abundância, enfim, uma aparência de vida e de cultura que contrastava, singularmente, com os desertos que acabávamos de percorrer. Os brasileiros não são mais industriais nem mais trabalhadores do que os orientais e os argentinos; mas as estâncias se multiplicaram muito nessas regiões durante e depois da guerra de ocupação, e uma grande parte dos animais roubados pelos gaúchos, nas guerras de partido, vieram povoar as pastagens brasileiras (Isabelle [1835], 2006, p. 187/188).

Passaram a noite do dia 9 à margem do *Arroyo del Tigre*, onde encontraram quatro brasileiros que disseram para nada temerem na terra brasileira, ao contrário do que ocorria na Banda Oriental. Aqui, é possível perceber como Isabelle tentou construir uma noção de que ao cruzar fronteiras, as questões sociais, culturais, e até naturais se alterariam por completo, contudo, ao longo do relato é perceptível que essa construção não tem força.

Entre os dias 10 e 13 choveu constantemente; só depois de dois dias viram o sol, o que para eles era um alívio: “Ah! Como o sol é necessário nesses vastos desertos, onde a gente percorre grandes distâncias sem encontrar no caminho uma única choupana em que possa abrigar-se das tempestades e do frio pampeano” (Ib, p. 189). Neste ponto, Isabelle já contradiz sua afirmação anterior sobre mudança do ambiente ao cruzar a fronteira, pois essa região ainda é pertencente aos pampas.

Somente no dia 14 de novembro chegaram à primeira localidade urbana brasileira: a aldeia de Santana, onde uma enchente recente havia feito estragos. Lá havia cerca de doze ranchos, mas muitos haviam sido levados pelas águas, e o restante era ameaçado de ser invadido pela enchente. O antigo casario de Santana corresponde atualmente ao município de Uruguaiana.

No dia 18 de novembro, por volta de meio-dia, Isabelle e o Sr. Nouel desceram em terra firme com a intenção de irem caçando até chegarem à estância de São Marcos, já à noite, onde foram bem recebidos pelo estancieiro brasileiro. Este pensou que o viajante era negociante, tendo esperança em conseguir fumo, erva, açúcar e papel já que “o transbordo dos rios o tinha impedido de ir renovar suas provisões em Alegrete, pequena cidade fronteira a três léguas dali” (Ib, 192). Ficaram ali por três dias, e conseguiram se reabastecer para seguir pelo rio Uruguai.

No dia 21, passaram a noite em um grande *pajonal*⁷⁰, no dia 22, passaram pela confluência com o rio Ibicuí, pela estância de Santa Maria e as de Trindade, que formam uma aldeia. Pernoitaram diante do *Pueblo de la Cruz*, pequena povoação de indígenas guaranis e de “espanhóis americanos”, na costa de Corrientes. No dia 23 chegaram a Itaqui, que havia sido completamente invadida pelo rio Uruguai. Seu aspecto geral era de uns vinte ranchos mal construídos, dispostos sem nenhuma ordem, com solo pedregoso cheio de lagartos e cobras. Ficaram ali por três dias aguardando para que mudassem de barco. Acamparam sob uma tenda na beira do Uruguai, e caçavam nas redondezas para passar o tempo.

No dia 25, prosseguiram a viagem com uma chalana⁷¹, rumo a São Borja. Seguiam viagem em embarcação mais bem preparada, grande e coberta, e já não precisavam mais pousar em terrenos pantanosos. Essa melhoria de transporte propiciou que Isabelle passasse a contemplar as “florestas magníficas, onde um luxo de vegetação brasileira se desenrola a cada passo” (Ib, p. 193), já que não estava mais preocupado se iria tomar chuvas, passar frio ou fome. Em 1º de dezembro chegaram ao porto de São Borja, que era simplesmente uma clareira escarpada no meio do mato, bastante incômoda para os que tinham mercadorias para embarcar ou desembarcar.

A povoação de São Borja estava localizada a uma légua do porto, e Isabelle decidiu seguir o caminho por terra. Ao chegarem, se espantaram com seu aspecto geral:

“Que! São essas as famosas Missões?... Os edifícios inimitáveis, o gigantesco, o grandioso, os pianos admiráveis, os *pubelos*, enfim, de que você tanto nos falava?... Que diabo os carregue, a você e aos jesuítas”. Era assim que me apostrofavam os meus fiéis companheiros, irritados porque, baseado no testamento de Charlevoix, de Funes e dos velhos cronistas espanhóis, eu lhes

⁷⁰ Terreno coberto de santa-fé e outras gramíneas.

⁷¹ “Barco chato, coberto por um teto feito de caniços e de couros esticados por meio de correias” (Isabelle [1835], 2006, p. 192).

tinha feito uma descrição pouco fiel, mas pomposa, das Missões do Uruguai (Isabelle [1835], 2006, p. 195).

O viajante a imaginava de uma forma devido aos relatos que lia, que prezavam pelo fantasioso, e ao descrevê-la também contribuiu para construir um imaginário sobre a localidade: em três lados da praça eram construídas casas térreas de argila ou madeira, e no lado norte da praça estava situada a igreja, muito luxuosa e com ricos detalhes em seu interior. À esquerda da igreja ficava um colégio, atrás do qual se estendia um vasto jardim. As autoridades e principais comerciantes ocupavam as antigas habitações indígenas, já o comandante militar estava instalado no colégio. Ao lado desse colégio estavam um hospital, oficinas públicas e lojas, todos em ruínas. O culto católico era celebrado em uma capela contígua às galerias laterais da praça.

São Borja foi o primeiro dos Sete Povos das Missões fundado à margem esquerda do Rio Uruguai, quando da segunda fase do estabelecimento das missões jesuíticas no atual território do Rio Grande do Sul. A fundação deste povoado se deu a partir de um agrupamento avançado constituído de indígenas originários do Povo de Santo Tomé, localizado na margem direita do Rio Uruguai. É a civilização mais antiga do estado, e uma das mais antigas do Brasil, sendo povoada ininterruptamente desde sua fundação:

A missão de São Borja foi fundada em 1690 por alguns colonos da povoação de Santo Tomé, porque a tática (aliás muito inteligente) dos reverendos padres era empregar um certo número de habitantes de uma antiga aldeia de índios como núcleo da povoação. E os selvagens sentiam-se atraídos, menos pelos benefícios do cristianismo, que eles absolutamente não compreendiam, do que pela perspectiva de encontrar um asilo contra o rigor dos espanhóis e, sobretudo, contra a crueldade dos portugueses, que os caçavam com cães para que fossem morrer dentro das minas, depois de convenientemente batizados (Isabelle [1835], 2006, p. 197/198).

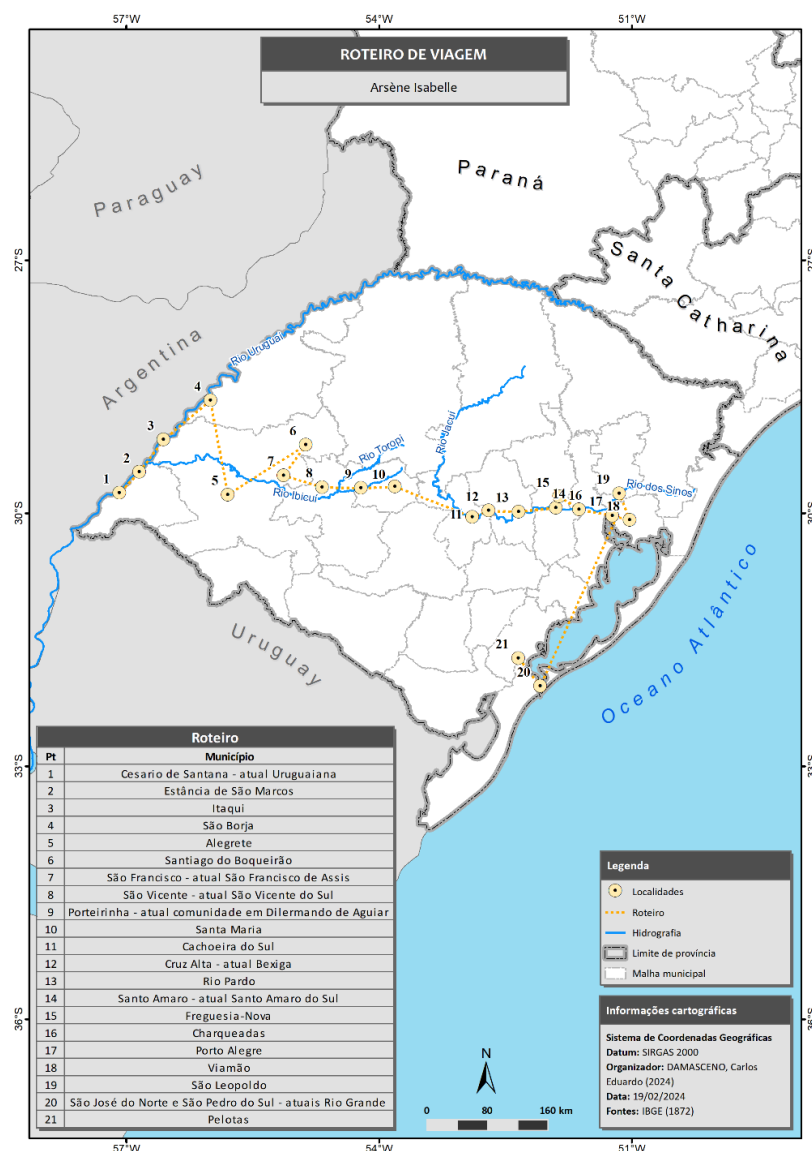
O viajante, entretanto, era crítico dos jesuítas. Reconhecia que as missões protegiam os indígenas, mas afirmava que, em vez de levá-los ao caminho da civilização, os jesuítas serviam-se deles como “simples autômatos”: “Os mais penosos trabalhos eram feitos ao som da flauta e do tamborim! Como isso é poético! Podeis imaginar trinta mil índios, dançando e trabalhando cada sai ao som da flauta, diante dos bons pais que não faziam nada?...” (Ib, p. 199). Para Isabelle, o trabalho das missões jesuíticas teria fracassado, pois não conseguiram domesticar os povos indígenas, enquadrando-os no modelo de civilização europeia.

Enfim, ficaram dois meses em São Borja, indo e vindo até o Piratini, “em cuja confluência estava o excelente Sr. Bonpland” (Ib, p. 200). Isabelle narrou que Bonpland os acolheu com “uma bondade perfeitamente paternal” e fez questão de contribuir, no que dele dependia, para o sucesso das caçadas e colheitas zoológicas. Os elogios tecidos se devem pela admiração do sucesso do conterrâneo. Quando retornaram a São Borja, Bonpland estava em vésperas de ir para Corrientes, de onde iria seguir até Buenos Aires.

Toda a campanha próxima ao Piratini, por onde passaram durante esses dois meses, tinha pastagens adequadas para criação de cavalos, mulas e gado, o que na época era responsável por alimentar comércio com a província paulista. Em 4 de fevereiro de 1834, se despediram do Sr. Ingres (comerciante francês que vivia em São Borja), e aproveitaram uma caravana de carretas que se voltava em direção ao Rio Pardo. O viajante e seus companheiros, portanto, partiram da antiga missão jesuítica, ora a cavalo, ora a pé, ora de carreta, rumo ao interior da província de São Pedro. Esse foi o primeiro momento em que realizaram uma parte da expedição por via terrestre.

Passaram por Alegrete, Santiago do Boqueirão, São Francisco (atual São Francisco de Assis), São Vicente (atual São Vicente do Sul), Porteirinha (atual comunidade em Dilermando de Aguiar), Santa Maria, Cachoeira do Sul, Cruz Alta (atual Bexiga), Rio Pardo, Santo Amaro (atual Santo Amaro do Sul), Freguesia-Nova, Charqueadas, chegando enfim a Porto Alegre. Não se contentando, ainda seguiram por Viamão, São Leopoldo, São José do Norte e São Pedro do Sul (atuais Rio Grande) e Pelotas.

Imagem 07 – Localidades pelas quais Arsène Isabelle passou na antiga província de São Pedro do Rio Grande do Sul



Fonte: DAMASCENO, Carlos Eduardo. Roteiro de Viagem – Arsène Isabelle, 2024.⁷²

No mapa é possível perceber o percurso que Isabelle realizou dentro da antiga província de São Pedro, ora por via terrestre, ora por via fluvial. Ao tratar da região brasileira, apenas trabalharei com as localidades antes apresentadas, pois essas são as que compõe a fronteira platina pampeana, que é o recorte espacial específico da minha pesquisa de mestrado.⁷³

Finalizo aqui, portanto, a apresentação do relato de viagem escrito por esse viajante, comerciante e “homem das letras” francês. Considero crucial apresentar de certo

⁷² Este mapa foi realizado por discente do curso de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Jataí (UFJ), por solicitação minha, de quando realizava minhas pesquisas para o Trabalho de Conclusão de Curso do curso de História, também pela UFJ.

⁷³ Em meu trabalho de conclusão de curso da graduação em História, “Etnização e a gênese identitária sul-riograndense: uma análise a partir dos relatos de Arsène Isabelle (1807-1888)”, trabalhei com os relatos do mesmo viajante, mas tratando apenas e especificamente o território do atual Rio Grande do Sul.

modo um “roteiro” pelas localidades, pois assim cria-se um imaginário acerca da região platina que ele passou no século XIX. Nota-se como Isabelle atravessa diferentes matrizes discursivas, englobando-os no sentido de ao mesmo tempo se aproximar do leitor, na medida em que também apresentava dados voltados para História Natural.

Seu relato foi escrito após terminar sua expedição; portanto durante viagem realizou inúmeras anotações que o auxiliaram. Sendo resultado de um labor intelectual, “o texto apresenta sempre múltiplos inícios, cuja reconstrução, a posteriori, pode ser muito mais um produto da imaginação – ou da busca de alguma coerência ou explicação plausível – do que algum sinal de fidelidade dos acontecimentos” (Avelar, 2025, p. 105).

Foi feito, portanto, um trabalho de memória, esta que passou por toda uma coletividade que influenciou o viajante nas escolhas do que ele queria relatar. Para Halbwachs (1990), isso se trata da memória coletiva, onde “em todos esses momentos, em todas essas circunstâncias, não posso dizer que estava só, que refletia sozinho, já que em pensamento eu me deslocava de um tal grupo para outro (p. 26)”.

O viajante não estava só. Seu percurso se deu junto a seus companheiros Edouard Nouel e Eugene Gamblin, com quem trocava diferentes ideias provenientes de uma gama de teóricos europeus do século XVIII e XIX. Ademais, deslocavam-se de grupo em grupo constantemente, visitando pessoas ligadas as elites (americanos ou estrangeiros), indígenas, *gaúchos/gaúchos*, população negra, *criollos*, caudilhos, *portenhos*, *orientales*, brasileiros. Enfim, topou diversos povos.

A maneira como Isabelle escolheu relatar as localidades que passou, sempre ligando-as aos aspectos de civilização x barbárie, perpassou também por escolhas e disputas de poder. Quando esse descreve certos aspectos urbanos em decorrência de outros, ou a maneira como ele escolheu relatar determinadas localidades, valorizando principalmente seus aspectos ligados ao comércio, demonstram seu interesse e viés econômico na exploração dessas terras.

Da mesma maneira, as disputas aparecem na medida em que o viajante descreveu os diferentes povos que encontrou, valorizando determinados aspectos em decorrência de outros. Isso acaba por ter uma reverberação no momento em que seu relato de viagem foi publicado, pois suas representações acerca da América Platina acabaram sendo tomadas como “imagem”, tanto para europeus, como para americanos.

As reverberações do relato de viagem influenciam, portanto, na construção de visões racializadoras e estereotipadas sobre aspectos socioculturais, econômicos e políticos que envolveram as antigas Província Unidas do Rio da Prata, Banda Oriental e

Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. A própria construção da figura e identidade dos *gaúchos*/gaúchos passa por essa influência, o que será discutido de maneira mais aprofundada no próximo capítulo.

A partir de análise da historiografia clássica platina, além de obras literárias, será possível compreender como essas podem ter incorporado as representações estereotipadas provenientes de relatos de viajantes do século XIX. Essas podem tanto ter englobado as mesmas teorias e ideologias eurocêntricas e etnocêntricas que influenciaram os viajantes, como também diretamente os próprios relatos por eles escritos.

Quando esses relatos eram incorporados, é importante salientar que foram de maneira ilustrativa, para exemplificar uma imagem de como eram as regiões e diversas populações que ali viviam, não se atendo, portanto, a um olhar crítico dos mesmos. Dessa maneira, criou-se histórias e identidades platinas que não incorporavam a pluralidade de suas regiões, servindo ainda como tentativa de controle dos Estados frente suas populações.

Seguindo essa perspectiva, acredito ser essencial ter apresentado as representações de Isabelle frente a diversos aspectos da região fronteiriça platina, para que no próximo capítulo possa-se perceber as rupturas e influências dessa “forma de ver” a partir das historiografias e literaturas clássicas platinas.

CAPÍTULO III

REVERBERAÇÕES DE UMA VIAGEM ÀS FRONTEIRAS GAÚCHAS PLATINAS

Partindo da premissa que Arsène Isabelle só escreveu seu relato de viagem após retornar para a província de Le Havre, na França, entende-se que o mesmo surgiu através de um trabalho de memória. Como propõe Le Goff (1984), no verbete sobre “memória” da Enciclopédia Einaudi, essa sendo fenômeno tanto biológico como psicológico, é resultado de sistema dinâmicos de organização e só existe na medida em que a própria organização as mantém ou restitui.

Assim sendo, tudo o que Isabelle escolheu narrar em seu relato passou por uma disputa, tanto de memória, quanto de poder, objetivando por fim, inventar uma “imagem” da região platina pela qual passou, ou seja, as fronteiras gaúchas platinas. As suas escolhas não foram meras coincidências, mas faziam parte de todo o aparato ideológico europeu do século XIX, e do que se entendia como o gênero do relato de viagem.

Os relatos de viagem no século XIX seguiam um modelo para chegar em seus objetivos finais. Deve-se primeiramente entendê-los como um gênero que se popularizou a partir de fins do século XVIII e início do XIX, incorporando a ideologia imperialista, em âmbito da expansão econômica europeia. Os relatos tornaram-se narrativas responsáveis por “reimaginar” a América em um contexto pós-independência das coroas ibéricas.

Essa “reimaginação” se afastava da ideia de que esses eram “territórios virgens”, de “natureza intocável” e “seres selvagens”, mas agora essa natureza tornava-se exuberante na medida em que garantia recursos exploratórios, e os “selvagens” deveriam ser domesticados para tornarem mão de obra, e sujeitos consumidores dos produtos europeus. Era tudo uma questão de enquadrar a América no novo sistema capitalista que surgia.

O fim do domínio colonial espanhol implicou uma ampla renegociação das relações entre a América espanhola e a Europa setentrional – relações políticas e econômicas e, com igual relevo, relações de representação e imaginação. A Europa teve de reimaginar a América e a América, a Europa. A reinvenção da América, portanto, foi um processo transatlântico que envolveu as energias e imaginações de intelectuais e de um vasto público leitor em ambos os hemisférios, embora não necessariamente da mesma forma. Para as elites da Europa setentrional, a reinvenção é ligada a prospectos de grandes possibilidades expansionistas

para o capital, tecnologia, mercadorias e sistemas de conhecimento. As elites recém-independentes da América espanhola, por outro lado, se deparavam com a necessidade de uma auto-reinvenção no que se referia às massas europeias e não europeias que procurariam governar (Pratt, 1999, p. 197).

Foi nesse momento que a literatura de viagem se tornou também uma indústria editorial rentável, em que acabava cruzando com as questões da profissionalização da escrita. Muitas resenhas literárias surgiram para discutir como esses livros de viagem deveriam ser escritos, partindo de um debate entre o relato popular (com escrita mais experiencial) X o relato letrado (escrita informacional). Ainda assim, existia uma valorização pelo “fantasioso”, para chamar atenção dos leitores europeus.

Existia todo um aparato técnico e burocrático por trás de apenas escrever uma narrativa contando o que se observava nas Américas. Surgiram assim, por exemplo, as funções dos paratextos⁷⁴ das obras. Outra questão era necessidade de existir certa empatia por determinados grupos, na medida que o viajante precisava se “identificar” como sujeito atuante da expansão imperialista. Assim, as narrativas evidenciam uma dicotomia entre heróis X vilões para o processo expansionista europeu frente aos territórios americanos.

No caso da obra de Isabelle, a dicotomia dos heróis e vilões é muito clara, ao passo que sua narrativa é permeada pelo discurso da civilização X barbárie. Portanto, para o viajante francês os heróis seriam os sujeitos ligados às elites, as grandes cidades, aos elementos comerciais e industriais, os intelectuais, e governantes republicanos unitários. Ou seja, aqueles que remetiam à modernidade, de acordo com os moldes europeus, que garantiriam “civilização”, mas também a obtenção de lucro e progresso.

Já os vilões se enquadrariam nas camadas sociais inferiores, principalmente os povos indígenas e os gaúchos, que viviam no cenário dos pampas, os governantes federalistas ou monárquicos. Esses garantiriam que os Estados Nações permanecessem em um estado de “atraso”, de barbárie. Eram ainda destacados elementos que remetiam a violência, ou a uma “cultura” popular para aumentar essa dicotomia.

Nesse capítulo, visto tratar as reverberações dos relatos de viagem no século XIX, na medida em que esses construíam imagens das Américas para Europa. Entendendo que essas narrativas tendiam a inventar um imaginário pautado em discursos racializadores,

⁷⁴ Termo discutido por Gérard Genette em *Paratextos editoriais* (2009), os paratextos são dispositivos editoriais, autorais e institucionais que permitem que um texto se enquadre em livro. Seriam a introdução, prefácio, para quem a obra é dedicada, agradecimento, entre outros elementos que orientam e condicionam a leitura ao mesmo tempo em que atuam como espaço de poder – constroem uma imagem do livro e do autor.

colonizadores, eurocêntricos, essas passaram a circular e reverberar discursos estereotipados europeus para tratar, por exemplo, dos povos que viviam nas Américas. Isso se dava, devido ao grande poder de difusão de discursos que a Europa detinha.

O relato de viagem de Arsène Isabelle tornou-se uma invenção da América Platina, onde foram privilegiados elementos de acordo com a ideologia eurocêntrica do século XIX. Nesse sentido, é importante perceber como as historiografias tradicionais do espaço platino usaram esses discursos para construir as ditas “histórias oficiais” das nações platinas. Assim, visto elencar o poder de difusão dos relatos com a maneira como esses foram utilizados pelas historiografias tradicionais platinas para tratar da construção histórica e identitária do local.

3.1 Como os relatos de viagem chegam aos públicos? O poder da difusão na Europa e da difusão pela América

Ao longo da História humana, diferentes sociedades empreenderam viagens em torno do globo, portanto, é necessário situar cada conjunto de viagens ao seu contexto histórico. No caso dos “viajantes naturalistas”, que passaram a realizar suas expedições a partir da segunda metade do século XVIII e XIX, o objetivo principal era a busca pelo conhecimento científico. Para tal, escreviam seus relatos de viagens com o intuito de narrar o que poderiam encontrar e “descobrir” nas regiões americanas, ou em outras em torno do globo.

A justificativa da busca por “conhecimento” servia para dar legitimidade no real motivo do financiamento desses relatos de viagens: os governos, Academias, Sociedades Geográficas e Instituições tinham interesse na busca por novas riquezas e no domínio das terras, a fim de alcançarem novos territórios para sua expansão e exploração econômica, dentro da nova lógica imperialista. Assim, financiavam muitas expedições, publicação de mapas, coleta de dados, divulgação de técnicas e o fomento à pesquisa.

Assim, para além dos relatos se constituírem como gênero literário narrativo de aventuras, devem ainda ser compreendidos como documentos científicos, na medida em que apresentavam informações técnicas. Como gênero de aventuras, detinham elementos do “fantasioso” e do “maravilhoso”, com o intuito de aguçar o interesse do público em geral (europeu). Essas narrativas construía uma “história de sobrevivência” ante os desafios encontrados no “Novo Mundo”, na qual os viajantes eram vistos como corajosos

homens que abandonavam o conforto de suas nações, para realizar “descobertas” em locais adversos.

Na medida em que os primeiros relatos eram difundidos, já influenciavam novos viajantes a realizarem suas expedições e escreverem suas narrativas. Construía-se, assim, um modelo a ser seguido. No caso de Isabelle, ele cita alguns dos relatos que o influenciaram, como os de Saint-Hilaire e Félix de Azara. Portanto, ao realizar sua expedição pela região platina, o viajante francês já sabia que, ao escrever seu relato, esse deveria ter elementos imprescindíveis para o gênero em si.

No retorno de suas viagens, os viajantes eram recebidos com pompa pelas Academias, Instituições e pelos governos, os quais ansiavam pelas novidades que seriam apresentadas. Assim, os relatos eram altamente difundidos e se popularizaram como gênero a ser lido pelos europeus. A indústria editorial tornou-se cada vez mais rentável, e os viajantes e seus editores passaram a se basear nos modelos mais eruditos, assegurando assim um produto que pudesse concorrer com outros no mercado editorial. Gerou-se, assim, uma concorrência entre as obras⁷⁵.

No caso do relato de viagem “*Voyage a Buenos Aires et a Porto Alegre par la Banda Oriental, les Missions D’Uruguay et la Province de Rio-Grande-do-Sul (de 1830 a 1834)*” de Arsène Isabelle, esse foi publicado pela gráfica de J. Morleut, que ficava localizada na Praça *Claude Ériqnac*, em Le Havre⁷⁶, no ano de 1835. Para além da editoração e publicação pela gráfica de sua cidade, também divulgou parte de sua obra na *Nouvelles Annales des Voyages*⁷⁷.

Essa foi uma revista francesa especializada em divulgar relatos de viagens, além de informações geográficas, estudos etnográficos e notícias científicas. Surgiu em 1819, em Paris, sendo parte da Sociedade Geográfica de Paris, e refletia o grande interesse europeu pelas questões de exploração, objetivando documentar essas explorações, descobertas e empreendimentos científicos. A edição em que o viajante teve sua publicação corresponde a de 1º de janeiro de 1836, das páginas 231 a 248.

⁷⁵ Seria o caso de uma pesquisa a parte lidar com a recepção desses relatos de viagem no século XIX, tratando das obras de maneira mais geral, apresentando as mesmas, suas publicações e editorações. Contudo, para a presente dissertação, essa questão não engloba os objetivos propostos, inclusive pela demanda de tempo necessária.

⁷⁶ Não foram encontradas mais informações sobre essa gráfica.

⁷⁷ É possível consultar edições digitalizadas através da plataforma online “Gallica”, pelo link: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb32826375m/date>

Em uma das versões do relato que utilizo para minha pesquisa, a de edição do Senado Federal (2006), nas “notas sobre o autor” escritas por Teodemiro Tostes, o autor pontua:

Quanto à repercussão que sua obra teve na época, é interessante transcrever suas próprias palavras: “Meu nome não era completamente desconhecido na França, encontrou mesmo alguns protetores, ousou dizer alguns amigos desinteressados, no mundo literário e mesmo no mundo científico, na época em publiquei a relação da viagem a Buenos Aires e a Porto Alegre (1835). Os principais jornais de Paris, do Havre, de Nantes, de Bordéus, de Marselha, de Caen, de Orleans e de Tours deram dela notícias exatas e detalhadas. Essa relação mereceu a honra de ser citada várias vezes no excelente tratado de geografia do Sr. Adrien Balbi (edição de 1840) – na grande e bela obra de Alcides d’Orbigny sobre essa região – nos anais de viagens publicados em Paris pela Sociedade Geográfica, sob a direção do sábio Sr. Eyrès; no Dicionário do Comércio, no Universo Pitoresco em muitas outras obras de menor importância” (Tostes, 2006, p. XXVII).

Percebe-se, assim, que o relato do viajante teve uma difusão de certa forma modesta, se comparada aos relatos de Humboldt ou Saint-Hilaire, por exemplo. De toda forma, seu relato foi responsável por uma invenção da América Platina de acordo com os moldes europeus estabelecidos, tendo a obra seguido ainda as concepções literárias para serem enquadradas no gênero formulado.

Como visto no capítulo anterior, Isabelle ressaltou tanto aspectos fantasiosos e maravilhosos ao longo de sua obra, tanto para tratar de sua travessia no Oceano quanto para falar das águas do Rio da Prata. Mas também tratou de apresentar informações científicas e, principalmente, as que cabiam dentro da órbita de expansão capitalista europeia, ou seja, ressaltar os elementos da América que poderiam e deveriam ser explorados para obtenção de lucro.

A obra, enquadrada, portanto, nos moldes do gênero, teve o respaldo das instituições europeias para sua difusão. E é imprescindível entender a difusão europeia como um meio de poder, para espalhar suas ideologias, teorias e ideias sobre os mais diversos povos e nações, de modo a impor que os europeus seriam superiores e detentores do conhecimento, negando e invisibilizando outras formas de cultura e saberes. Esse poder de difusão europeu é amparado por suas próprias instituições e pela imposição de um vocabulário imperialista, em que “a autoridade do observador e do centralismo

geográfico europeu é fortalecida por um discurso cultural que relega e confina o não europeu a um estatuto racial, cultural e ontológico secundário” (Said, 2011, p. 114).

Entende-se aqui que o poder não é visto mais como concentrado apenas no Estado e em sua classe dominante, pois, a partir de sua difusão, esse passa a circular por uma rede de relações sociais, no que Michel Foucault discute em sua obra *Microfísica do poder* (1978), como as microrrelações de poder. Assim, a própria difusão é um mecanismo de eficácia de poder, pois assim passa a atuar sobre diversos atores e práticas:

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por força reprimir (Foucault, 2018, p. 45).

Quando as instituições governamentais, educacionais, particulares, Academias e gráficas passam a colaborar na difusão de discursos e ideologias que afirmam uma ideia de superioridade europeia, de expansão econômica e política, de dominação, essas estão reafirmando e sustentando essa ideia a partir das produções e circulação de saberes.

Os viajantes tornaram-se elementos chaves dentro dessa configuração, pois podiam difundir ainda mais esses ideais ao longo de suas viagens. E mais, seus relatos os perpetuavam ainda mais. Portanto, a notabilidade com que esses relatos eram recebidos e publicados na Europa, era um sistema de continuar impondo seu poder, já que os discursos se pautavam em uma dicotomia entre civilizados X bárbaros, progresso X atraso, superiores X inferiores.

Dentro do aparato imperialista, essas questões serviram de justificativa para que ocorressem intervenções europeias (direta e indireta) nas Américas. Essa intervenção direta passava principalmente pelas questões de força militar, econômica e política. Já a indireta tem uma relação com os próprios meios persuasivos utilizados para divulgar determinados discursos (instituições, relatos, viajantes). Importante pontuar que nesse momento a “França dispunha de instituições intelectuais mais altamente desenvolvidas – academias, universidades, institutos, revistas científicas etc” (Said, 2011, p. 130).

Essas instituições ainda eram responsáveis pela criação de sistemas de classificação, que passaram a ser criados especificamente para lidar com os novos conhecimentos acerca do “Novo Mundo”, e pela criação de um novo léxico, no qual

termos como “civilização”, “dominação”, “expansão” surgem e se popularizam juntamente com às teorias raciais, etnocêntricas e eurocêntricas.

Os discursos eram construídos para serem entendidos e reverberados como verdades absolutas e, portanto, atuavam como veículo de poder. Para Foucault, a difusão de saber é, assim, difusão de poder, sendo esse saber controlado e manipulado, aqui sim pelo Estado e suas classes dominantes. Ao encontro disso, Said afirma:

O poder de representar o que está além das fronteiras metropolitanas, mesmo em conversas informais, deriva do poder de uma sociedade imperial, e esse poder assume a forma discursiva de um remodelamento ou reordenamento de dados “brutos” ou primitivos segundo as convenções locais da narrativa e da exposição formal europeia, (...). Quando abordavam o que estava fora da Europa metropolitana, as artes e as disciplinas de representação – de um lado, a pintura, a literatura, a história e os relatos de viagem; de outro, a sociologia, os escritos administrativos ou burocráticos, a filologia, a teoria racial – dependiam de poderes europeus para introduzir o mundo não europeu no campo de representações, para melhor vê-lo, dominá-lo e sobretudo conservá-lo (Said, 2011, p. 171).

Essa necessidade de representação europeia do mundo não europeu, partia primeiramente do princípio de “construir” uma verdade absoluta sobre as diversas nações em torno do globo, assim como de seus povos, mas também, da necessidade de se autoafirmar como superiores e detentores do conhecimento. Para Said, as representações daquilo que havia para além das fronteiras insulares ou metropolitanas, serviam para “confirmar” o poder europeu (p. 180).

Nesse sentido, quando os viajantes voltavam de suas expedições, participavam de conferências públicas organizadas com pompa pelas Academias, instituições e governos europeus. “Diversas sociedades científicas e clubes de cavalheiros aguardavam com entusiasmo para discutir e debater as façanhas das viagens de tais pessoas” (Smith, 2021, p. 96). Para além disso, quando esses tinham seus produtos finalizados, ou seja, seus relatos de viagens publicados, eles passavam a ser lidos por um vasto público europeu.

Esses relatos podiam ser lidos por sociedades científicas e acadêmicas, as quais os utilizavam como fonte para pesquisas, no sentido de valorizar suas informações como precisas. Da mesma forma, os políticos e diplomatas faziam a leitura com o objetivo de utilizar as narrativas como justificativas políticas de expansão e dominação. Já o público letrado e urbano realizava a leitura deles de forma a alimentar seu olhar “romântico” sobre o outro.

Da mesma forma, o próprio formato de publicação do relato influenciava em quem seria seu público-alvo. Por exemplo, quando esses eram publicados em forma de livros científicos, ou em revistas científicas, passavam um ar de credibilidade, sendo tratados como documentos e fontes⁷⁸. Já quando esses seguiam um modelo de publicação voltado ao literário, ou seja, narrativas mais romaneadas e de memória, eram vistos como obras de entretenimento.

Importante ressaltar como as narrativas de romance nessa época eram utilizadas como artefatos culturais, sendo ainda, como afirma Said (2011), uma presença social reguladora nas sociedades euro-ocidentais. Esses eram voltados para a burguesia “passar o tempo”, em uma conjuntura de leitura de “entretenimento”, mas mesmo assim atuavam dentro do imaginário europeu, na medida em que reforçavam os estereótipos racializadores, etnocêntricos e eurocêntricos sobre o outro.

Existia ainda a publicação dos relatos nos periódicos, em que o conteúdo era apresentado como notícia, dando ênfase em curiosidades. Muitas vezes o mesmo relato era apresentado ao público por mais de uma forma, pois a intenção era que esse alcançasse o maior número de pessoas. O próprio relato de viagem de Arsène Isabelle, como visto anteriormente, foi publicado como livro, em revistas científicas e periódicos. O relato publicado como livro, no caso de Isabelle, conseguiu unir ainda duas esferas, englobando tanto o lado científico, quanto o literário.

É nesse âmbito que ocorre então uma invenção da América Platina pelo viajante francês. Esse sentido de “invenção” vai ao encontro do que Edmundo O’Gorman propõe em sua clássica obra *A Invenção da América* (1992), na qual ele propõe que a “América, de fato, foi inventada sob a espécie física do “continente” e sob a espécie histórica de “novo mundo”. Surgiu, pois, como um ente físico dado, já feito e inalterável, e como um ente moral dotado da possibilidade de realizar-se na ordem do ser histórico” (p. 199).

Ou seja, a América enquanto espaço territorial já existia, mas seu conceito de “América” foi construído a partir de uma estruturação histórica europeia do século XVI, a qual serviu inclusive para legitimar a colonização e enquadrar os povos indígenas dentro dos sistemas europeus. Percebe-se, assim, que a invenção dessa ideia de América ocorreu

⁷⁸ Importante se atentar que o relato utilizado como fonte no século XIX é diferente de como utilizamos como fonte nos dias de hoje. Se antigamente esses eram utilizados como fontes totalmente fidedignas da realidade, atualmente é crucial compreender que esses são construções (como já fora apresentado no capítulo 2), tratando-se ainda de problematiza-lo, cruzar com outras fontes, questioná-lo e interpretá-lo. É ainda necessário que o historiador o compreenda para além de uma fonte documental, mas também como um gênero literário, garantindo essa indissociabilidade.

dentro da ideologia europeia, negando assim os povos que ali viviam, e sua própria história.

Isabelle, ao ter feito uma expedição pela América Platina e relatado a mesma, também acaba por construir uma representação dela, sendo essa uma invenção. Isso se dá pois o viajante utiliza o aparato ideológico europeu para pensa-la, recriando a imagem do espaço e das pessoas que ali vivem conforme sua visão delimitada por seu universo cultural. A própria forma como o viajante apresentou sua relação com o outro passa pela questão da alteridade, a qual pode ser definida, segundo Todorov (2011), em três formas:

Primeiramente, um julgamento de valor (um plano axiológico): o outro é bom ou mau, gosto dele ou não gosto dele, ou, como de dizia na época, me é igual ou me é inferior (pois, evidentemente, na maior parte do tempo, sou bom e tenho autoestima...). Há em segundo lugar, a ação de aproximação ou de distanciamento em relação ao outro (um plano praxiológico): adoto os valores do outro, identifico-me a ele; ou então assimilo o outro, impondo-lhe minha própria imagem; entre a submissão ao outro e a submissão do outro há ainda um terceiro termo, que é a neutralidade, ou indiferença. Em terceiro lugar, conheço ou ignoro a identidade do outro (seria o plano epistêmico); aqui não há, evidentemente, nenhum absoluto, mas uma gradação infinita entre os estados de conhecimentos inferiores e superiores (Todorov, 2011, p. 269/270).

Nesse sentido, Isabelle primeiro define o que seria bom e ruim, o que merecia seu apreço e valorização, e o que deveria ser considerado como atrasado e bárbaro. O que o viajante define como o “bom” (mas nunca da mesma forma como o que seria o bom europeu) mereceria sua aproximação, enquanto o outro (os povos indígenas e os gaúchos) deveriam permanecer submissos ao “homem europeu”, ou ao “homem bom americano”. E enquanto ainda existiam os submissos, esses tinham sua cultura, identidade e saberes totalmente negados pelo viajante.

Segundo Linda Tuhiwai Smith, em *Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas* (2021), as narrativas dos viajantes eram as experiências e observações do homem branco, construídas em torno de suas próprias concepções e de seu meio cultural. De mesmo modo, o significado dessas narrativas e o modo como elas representaram o outro perante uma plateia geral na volta à Europa fixaram ideias no meio social e cultural.

Criou-se, assim, um imaginário europeu acerca da ideia de América Platina, de suas fronteiras dos pampas, e da própria figura do gaúcho. E esse imaginário foi difundido dentro da própria Europa, mas também sendo perceptíveis influências das ideias

(diretas/indiretas) de Isabelle nessa região e na construção de suas histórias e identidades, o que veremos de maneira aprofundada mais à frente.

Na obra *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro* (1980), François Hartog discute como a questão “nós” X “eles” acaba marcando a construção de uma narrativa⁷⁹. O historiador apresenta como o termo e a noção de “bárbaro” foi uma construção discursiva grega, forjada a partir de uma lógica de oposição cultural, a qual se torna um marcador de alteridade, e um dispositivo narrativo e político para descrever o outro, como diferente de si. Para tal, utiliza dos recursos da inversão e comparação, esboçando portanto classificações.

Esse mesmo valor de alteridade é utilizado por Isabelle ao longo de sua obra, em que, ao ir relatando o que era sinônimo de barbárie na América Platina, acaba construindo a noção de que a civilização seria tudo aquilo proveniente da Europa. É possível perceber que nos trechos em que utiliza o termo “bárbaro” ele funciona como um marcador de alteridade, daquilo que era diferente dele, e de seus conterrâneos. Citarei aqui alguns exemplos. Primeiro, quando chegou em Montevidéu, já ressaltou que o “território circunvizinho era ocupado por uma multidão de índios bárbaros, conhecidos pelos nomes de charruas” (Isabelle [1835], 2006, p. 49).

Em outro trecho, enquanto tratava da situação política da região e relatou receber a notícia de que um amigo seu, “Anatole de Ch...”, havia sido fuzilado por Quiroga, ele disse: “Meu desgraçado amigo vítima da atroz política de um chefe bárbaro” (Ib, p. 62). Importante salientar que tudo que se referia à política federalista era retratado para Isabelle como ligado à barbárie.

Quando chegou em Buenos Aires, achou desagradável o meio de transporte disponível ali: “Nada mais ridículo, mais desagradável, mais bárbaro que essa maneira de chegar metido num carro montado sobre duas enormes rodas” (Ib, p. 67). No mesmo sentido, ele relatou que existiam combates de touros em uma praça, mas que Rivadavia (sempre ligado à civilização, e figura de valorização e apreço por Isabelle) acabou com isso “depois de explicar ao povo que somente o feitio bárbaro dos espanhóis pode autorizar semelhantes divertimentos” (Ib, p. 93).

Percebe-se, portanto, que costumes/culturas de cunho popular eram retratados como “bárbaros”. Ademais, devido à rivalidade entre Espanha e França, marcada pela própria invasão napoleônica na Espanha e as disputas de influência internacional, fatores

⁷⁹ A obra pauta-se em como Heródoto, no século V a.C representava os povos bárbaros, sendo a dicotomia marcada entre gregos x os outros (bárbaros).

acabavam persuadindo Isabelle, um “patriota” francês, para que ele considerasse a cultura espanhola como bárbara, cultura essa que tinha grande influência nas nações latino-americanas, devido ao seu contexto histórico de colonização.

Isabelle, com sua ideologia marcada pelas noções de expansão econômica europeia, progresso e modernidade, soube utilizar do discurso da barbárie para pontuar a superioridade europeia, leia-se, referenciada ao norte da Europa, já que os países ibéricos passavam por crises políticas e econômicas. Sendo assim, quando o público europeu tinha contato com o relato, reverberava os discursos de dominação europeia sobre outras nações, na tentativa de levar a “civilização”, já que esses povos ainda se encontravam em estágio inferior, eram atrasados.

Assim, o viajante inventou uma imagem da América Platina marcada por essas dualidades. Nesse sentido é imprescindível utilizar o que Said (2011) afirma como “leitura em contraponto” como metodologia na análise dos relatos de viagem como fontes documentais, tais quais as entendemos hoje. Ao ler uma narrativa devemos entender o que está acontecendo quando o autor quis mostrar uma certa imagem de um certo local.

Percebe-se assim uma ligação entre os textos culturais, sendo o relato de viagem tal como um desses, e o imperialismo, em que as narrativas refletem e reforçam as ideias, valores e hierarquias, de modo a legitimar e justificar a dominação e expansão imperial (principalmente em âmbito econômico). São responsáveis ainda por criar uma ideia geográfica do globo dividido, em que existiria o “centro civilizado” (Europa) e a “periferia atrasada” (nações das Américas, África e Ásia).

Ao criar essas representações, tem-se o objetivo ainda de manter o subordinado como subordinado (Said, 2001, p. 143). Nesse sentido, temos dois caminhos, pensar nas transculturações, a partir do que Mary Louise Pratt desenvolve em sua obra, ou partir para análise das resistências dos povos que, nesse caso, vivem nas fronteiras platinas meridionais.

Mary Louis Pratt (1999), aponta que o termo “transculturação” é utilizado para descrever como grupos subordinados selecionam e inventam a partir de materiais a eles transmitidos por uma cultura dominante ou metropolitana (p. 30). Ela ainda destaca que os povos subjugados não podem controlar facilmente o que emana da cultura dominante, portanto, cabe a eles determinarem o que vão absorver em suas próprias culturas, sendo assim, a transculturação é um fenômeno da “zona de contato”⁸⁰.

⁸⁰ Discutida nos capítulos anteriores, a zona de contato é o espaço dos encontros coloniais.

Devido à força de difusão europeia, é importante compreender que os povos subjugados acabam passando por um processo de circulação de saberes. O historiador indiano Kapil Raj preconiza o termo “circulação de saberes” ao invés de “difusão”, “disseminação”, “transmissão” ao considerar que o “ser colonizado e atuar não são antiéticos” (2015, p. 172). Nesse sentido, os povos subjugados acabam sendo influenciados por ideologias de fora, para construir as suas.

Cabe a nós compreender o grau de influência dessas teorias que afetaram/afetam os povos nas construções de histórias nacionais, e identidades, por exemplo. Assim, é ainda necessário analisar os próprios contextos históricos, junto às demandas políticas e econômicas que aconteciam em determinado tempo e local para que essas construções fossem feitas utilizando ou não de ideias eurocêntricas.

Ao tratar do caso das regiões platinas, essas passaram por conflitos políticos⁸¹ ao longo do século XIX que acabaram marcando profundamente suas construções históricas e identitárias. A invenção das histórias nacionais e das identidades de um povo são marcadas pelo poder político que está em voga no momento. Nesse sentido, por exemplo, enquanto Rosas estava no poder argentino existiram movimentos como a Geração de 37⁸² e teóricos como Domingos Faustino Sarmiento que condenavam o seu governo federalista e, portanto, também os gaúchos.

Contrariamente, quando Sarmiento tornou-se líder político argentino, outros ideais se popularizavam em relação às figuras dos gaúchos, tendo o político e escritor José Hernández construído uma obra clássica – *El gaúcho Martín Fierro* – como “resistência” da identidade e do povo gaúcho. Essas construções e incorporações serão tratadas especificamente nos próximos pontos deste capítulo.

O que quero deixar claro aqui é que as ideias em voga na Europa do século XIX foram difundidas devido à dominação imperialista da época. A América Latina tornou-se espaço imbuído de novas ideias, as quais chegavam por meio de periódicos, livros, relatos de viagem. Ademais, muitos dos *criollos* acabavam indo ter formação acadêmica na Europa, e, ao retornarem, eram agentes difusores das novas ideologias com as quais entraram em contato.

⁸¹ Guerra Civil entre Unitários e Federalistas na Argentina, Guerra Grande (entre os partidos Blancos e Colorados) no Uruguai, Guerra dos Farrapos (entre os farrapos – republicanos – e imperialistas) no Rio Grande do Sul.

⁸² Movimento intelectual composto por escritores e políticos que se opunham a Rosas. Buscavam debater e propor novos projetos políticos e sociais para o país.

Devido a isso, construiu-se assim uma historiografia e literatura tradicional voltada para as influências desses ideais eurocêntricos, racializadores, etnocêntricos. Mas isso não perpetuou em todos os níveis, pois com o passar dos anos movimentos de resistência foram incorporados nessas construções historiográficas e literárias, marcadas sempre pela questão política atual. Imprescindível notar, portanto, nesse caso, que a construção da figura dos gaúchos – suas histórias e identidades – vai passar por um processo temporal e político que vai alterar a maneira como é visto ao longo dos anos.

Antes de finalizar o ponto sobre a difusão dos relatos de viagem, é necessário tratar-se de mais uma questão: a sua tradução. Essa não é apenas uma transferência neutra de palavras, pois ela envolve escolhas culturais e adaptações que podem alterar o sentido de uma obra. Muitas vezes o público que tem acesso a um relato não tem acesso ao seu original, mas sim a uma tradução, como é o caso dessa pesquisa.

Assim é importante ater-se a que a presente pesquisa é impactada a partir da versão já traduzida, e portanto lida-se com uma obra duplamente mediada, primeiramente pelo viajante, e depois pelo tradutor. Nessa pesquisa foi analisada principalmente a versão *Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul*, edição disponibilizada pelo Senado Federal em 2006, volume 61. Essa possui tradução de Theodemiro Tostes (1903-1986), que foi um poeta, diplomata, escritor e tradutor brasileiro, e que ainda fazia parte do primeiro grupo modernista do Rio Grande do Sul. A tradução foi feita em 1949⁸³.

A introdução foi feita por Augusto Meyer (1902-1970), jornalista, folclorista e ensaísta que também fez parte do primeiro grupo de modernistas gaúchos. O movimento modernista do Rio Grande do Sul conciliou influências do modernismo brasileiro com a forte presença da literatura regionalista do estado, nesse sentido, o movimento passou por um processo de renovação literária ao longo da década de 20 e 30.

Os primeiros escritores modernistas, como os próprios Theodemiro Tostes e Augusto Meyer, passaram a explorar novas formas de escritas, valorizando o elemento urbano, e foram responsáveis por reinventar o regionalismo gaúcho. A partir desse momento a figura do gaúcho e dos pampas passou a não ser mais retratada como elementos de idealização e exaltação de um certo “passado heroico”, mas passou a ser representada de modo a explorar as contradições da vida no campo, e a incluir a perspectiva urbana e mais plural.

⁸³ Um trecho da mesma foi publicado no terceiro número da revista *Província de São Pedro*, a qual fazia divulgações ligadas a literatura e cultura e era mantida pela Livraria do Globo.

Se antes a figura dos gaúchos era retratada como a de um herói, homem livre e ligado às tradições, com o modernismo gaúcho passaram a surgir representações que também os ligavam aos conflitos sociais, à pobreza e às tensões entre o campo e as cidades. Ademais, outro ponto foi o uso de uma linguagem mais coloquial, valorizando algumas expressões locais e inclusão de narrativas fragmentadas, apresentando múltiplos pontos de vista. Um exemplo é a série literária *O Tempo e o Vento*, de Érico Veríssimo.

Pormenorizadas essas questões, é importante entender como Tostes e Meyer apresentam o viajante francês Arsène Isabelle. De acordo com Augusto Meyer o viajante francês seria mal compreendido pelos sul-riograndenses: “é que ninguém recebe com muito agrado as observações menos lisonjeiras de um visitante” (Meyer, 2006, p. XII). Ele chegou a comparar Isabelle, que cruzou o estado do Rio Grande do Sul em rápida excursão, com Saint-Hilaire e Dreys, que ficaram mais tempo no Brasil⁸⁴.

De todo modo, Meyer é agradável ao falar do viajante francês, apontando que considerava injustas algumas das observações que colocavam Isabelle como alguém que tinha aversão ao estado. Pontuou ainda que o viajante foi tratado com “desdém um tanto leviano”, afirmando que ele foi na verdade um amigo dos americanos, e que os leitores deviam dar atenção para “a importância que (Isabelle) atribuía à colonização da América por elementos europeus selecionados” (p. XV). O jornalista ainda ressaltou a como a narrativa sobre a colônia de São Leopoldo⁸⁵ deveria ser tida como crucial:

Dentro dos limites deste prefácio, importa, apenas, acrescentar que foi Arsène Isabelle o primeiro a prever essa importância e a revelar aos meios interessados a existência de um núcleo colonial ativo e industrioso na província. Com efeito, em 1879 escrevia Koseritz no seu *Volkskalender*: “Até então, ignorava-se na Alemanha a existência destes irmãos: foi um francês que os descobriu (Arsène Isabelle), e pela sua descrição, traduzida e

⁸⁴ Meyer ainda força o comentário ao pontuar que as obras de Saint-Hilaire (*Viagem ao Rio Grande do Sul*) e de Nicolau Dreys (*Notícia Descritiva*) estavam presentes nas bibliotecas de qualquer leitor comum do estado na época, tendo a obra de Isabelle se juntado a de seus compatriotas apenas 114 anos depois de seu lançamento original.

⁸⁵ Quando Isabelle passou pela mesma, relatou-a com orgulho, admiração e respeito, pois essa estaria de acordo com os moldes europeus, ou pelo menos, os colonos alemães estariam desenvolvendo a mesma seguindo os modelos de industrialização e modernidade europeus. Sobre a mesma, o viajante narrou: “Pensarmos estar na Alemanha. Não pude evitar, à vista desta povoação européia, um sentimento de admiração, porque, em primeiro lugar, fui surpreendido pelo contraste que ofereciam estes lugares, cultivados com cuidado, estes caminhos, abertos penosamente através das colinas, morros e matos, estas pequenas propriedades, rodeadas de fossos, profundos ou sebes vivas, esta atividade de agricultores e sertões, rivalizando no desejo da prosperidade comum... com o abandono absoluto em que os brasileiros deixam suas terras, o mau estado de suas estradas, suas choupanas estragadas. (...) Não foi menos minha admiração ao ver, quase sob o trópico, uma nação de regiões polares conservando seus hábitos, costumes, vida ativa, dando nascimento a uma geração que deverá um dia, mudar a face do país” (Isabelle, 1983, p. 72).

publicada na Europa de G. Kuhn, a colônia de São Leopoldo foi mencionada pela primeira vez na imprensa alemã, fato esse que ocasionou uma viagem do embaixador prussiano von Lewenhagen a esta Província (Meyer, 2006, p. XX/XXI).

O tradutor Theodemiro Tostes também tinha apreço por Isabelle, apresentando-o como um “homem dotado de conhecimentos gerais, ledor de filósofos e de poetas, amante da vida e da natureza” (Tostes, 2006, p. XXIII). Sua admiração pelo viajante fica notável ao longo das “notas” que escreveu sobre Isabelle, pontuando seu espírito curioso e jovial. Sobre seu relato, diz que esse é “cheio de conteúdo humano, de emoção e de malícia bem francesas e de observações originais” (p. XXV). Ainda ressaltou o amor que o viajante teria pela “nova terra”, e como o tema da colonização das terras americanas o teriam lhe apaixonado:

Não pode compreender que países tão propícios ao desenvolvimento de uma colonização daquele gênero preferam conservar inaproveitados milhões de hectares de terras a abrir suas portas à imigração, por meio de tratados inteligentes. Sofre ao pensar na multidão de proletários franceses que vegetam no desconforto ou miséria, enquanto, neste lado do Atlântico, há um solo virgem que só espera braços (Tostes, 2006, p. XXVII).

Pode-se dizer que essa apreciação pelo viajante e sua obra decorrem das próprias influências do movimento modernista no qual ambos teóricos estavam inseridos. Isso se dá pois o movimento tinha apreço pelos ideais europeus, principalmente relacionados à modernização, urbanização e progresso. Mas é importante ressaltar que os modernistas não defendiam a simples importação desses ideais, mas sim uma reinterpretação a partir da realidade brasileira.

Arsène Isabelle ressaltou, ao longo do seu relato, como a região da América Platina poderia alcançar maior progresso e modernidade se fosse explorada e dominada pelos países europeus, um discurso em valor da colonização e imperialismo. Em contraponto, Augusto Meyer e Theodemiro Tostes percebiam o viajante como um entusiasta das melhorias que poderiam ocorrer nesse espaço a partir de influências de ideologias europeias. Para eles o viajante estaria de certa forma isento das amarras colonialistas, já que o discurso construído estava em âmbito indireto.

Ademais, o movimento modernista gaúcho convivia com uma força conciliatória, referente à herança europeia, na qual a história das imigrações europeias no Rio Grande do Sul era valorizada como parte da identidade gaúcha, reforçando um viés eurocêntrico.

Isso se dá devido à própria configuração social e política da época, que influenciava fortemente na prática literária⁸⁶.

Retornando à análise das traduções, como apoio ainda utilizei outras duas versões traduzidas do relato, para perceber como o viajante é apresentado por cada tradutor, percebendo suas convergências e divergências. A versão *Viagem ao Rio Grande do Sul* (1983), possui tradução (de 1940) e notas do historiador e escritor Dante de Laytano (1908-2000).

Com caráter mais positivista, ele produziu uma vasta obra sobre a história social e cultural do estado do Rio Grande do Sul, valorizando as tradições da figura do gaúcho e dos pampas, principalmente de elementos voltados ao folclore, música, dança e narrativas populares. Foi ainda membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) e diretor do Museu Júlio de Castilhos redefinindo os objetivos da instituição, que passou a ser um museu histórico, valorizando os aspectos do folclore e dos estudos das tradições.

Laytano é considerado uma das figuras centrais da preservação das tradições gaúchas. Ele atuou dentro do movimento modernista em um contexto em que este já estava consolidado no estado, dialogando com a reinvenção do regionalismo. Ele via o estado como parte essencial da nação brasileira, mas com uma identidade própria com valorização das tradições do campo e dos pampas e da imigração europeia. Para ele, a figura do gaúcho era de um personagem histórico ligado à formação política e militar do estado, seria um portador de tradições.

Mas mesmo defendendo o folclore popular, Laytano interpretava a cultura a partir de um viés acadêmico e histórico de matriz europeia, positivista. Sua visão de modernidade e progresso era eurocêntrica, mantendo traços da mentalidade colonizadora, em que as imigrações europeias seriam um enriquecimento cultural para o estado. Nesse sentido ainda, a idealização do gaúcho partia dos moldes heroicos de tradição europeia, como do cavaleiro medieval.

Reforçava-se ainda a ascendência europeia como parte nobre da figura do gaúcho, em detrimento dos elementos indígenas e afrodescendentes, construindo a ideia de um homem ligado à bravura, disciplina e honra. Nesse sentido, Dante de Laytano já não foi tão agradável com o viajante francês em alguns aspectos, como Meyer e Tostes: “Diga-

⁸⁶ Mais sobre esse assunto na reportagem “Repensar as margens, redefinir os centros: o Modernismo visto no Rio Grande do Sul” de Tarcizio Macedo, disponibilizada pelo “Jornal da Universidade – UFRGS”. Link: <https://www.ufrgs.br/jornal/repensar-as-margens-redefinir-os-centros-o-modernismo-visto-do-rio-grande-do-sul/>

se, mais uma vez, que o tradutor não concorda com muitos juízos do autor” (Laytano, 1983, p. 104).

O tradutor diz que o viajante era um dos mais citados, porém um dos menos conhecidos. A tradução da obra para o português se deu por uma série de eventos, em que o sociólogo, jornalista e crítico Fernando de Azevedo (1894-1974) impulsionava a coleção “Brasiliana” da Editora Nacional, e o bibliógrafo Ruben Borba de Moraes (1899-1986) organizava a coleção “Biblioteca Histórica Brasileira” da Editora Martins. Também nesse período Gilberto Freyre foi pela primeira vez ao Rio Grande do Sul, fomentando a renovação dos estudos da América Portuguesa e do estado.

Em meio a tais acontecimentos a primeira tradução da obra de Isabelle passou do terreno das cogitações para a realidade. A obra original era raridade bibliográfica no estado, e de acordo com Laytano o próprio exemplar do IHGRGS teria sido roubado. Para ele o estranho era de que até a presente data ninguém havia lembrado ou se interessado de traduzir a obra, mas afirmou:

Não nos animou a mínima parcela de vaidade ao traduzir a viagem desse francês, que, quase sempre, não foi justo conosco, mas estamos certos de que prestamos, embora modestamente, pequeno e singelo serviço as letras históricas não só rio-grandenses como brasileiras, e é o quanto chega para compensar-nos da fadiga que nos deu o preparo desta edição em língua portuguesa. (...) Isabelle não foi honesto conosco; seus conceitos são impiedosos e quase nunca correspondem à verdade (Laytano, 1983, p. 106/107).

A tradução saiu em boletim do Museu Júlio de Castilhos, quando o médico, poeta e jornalista Emílio Kemp Larbeck Filho (1874-1955) era diretor da instituição. Também foram publicados alguns capítulos através das páginas do periódico Correio do Povo. Laytano destacou alguns elementos do relato, principalmente o que dizia a respeito dos comentários do viajante sobre as paisagens ou suas notas sobre a colonização. Contudo, no que dizia a respeito aos aspectos sociais e culturais, “Isabelle não perde a ocasião de procurar diminuir os brasileiros” (p. 109).

Desse modo, percebe-se assim que Dante de Laytano não tinha tanta afeição pelo viajante, principalmente no que dizia respeito ao que Isabelle relatou sobre os gaúchos, leia-se os habitantes do estado de modo geral. Mesmo assim, o tradutor valorizava a sinceridade do viajante francês: “Isabelle tornava-se incisivo porque, se muita coisa o desagradou no curso da viagem, não vê motivo para mentir e esconder, preferindo dizer francamente o que pensa, com risco de ferir a susceptibilidade nacional” (p. 113).

Por fim a versão *Viaje a Argentina, Uruguay y Brasil en 1830* (1943), foi traduzida em 1943 pelo dramaturgo argentino Pablo Palant (1914-1975), reconhecido por seu trabalho como tradutor de obras de teatro, incluindo clássicos internacionais para o espanhol. Palant integrou o Grupo Boedo, um movimento literário e cultural argentino ativo nas décadas de 1920 e 30 e que se destacou por seu engajamento social, político e estético.

O Grupo Boedo tinha orientação ideológica inclinada aos movimentos de esquerda, e teciam fortes críticas às injustiças e condições de vida das classes trabalhadoras. O estilo literário apresentava como característica a valorização de uma linguagem acessível, próxima ao povo, e na maioria das vezes eram retratados personagens humildes e marginalizados. A sua existência foi marcada pela oposição ao Grupo Flórida, um grupo literário elitista que procurava a renovação estética e inovação nas formas artísticas, influenciado por correntes europeias como o surrealismo, enquanto o Boedo era ligado ao realismo social.

O Grupo Boedo ajudou a consolidar a literatura engajada na Argentina, propondo a mesma como instrumento de transformação social, marcando o debate cultural entre as tensões das vanguardas estéticas e o compromisso político. Pablo Palant foi herdeiro direto da ideologia do grupo dentro do campo teatral, dando continuidade a um projeto de teatro popular, crítico e politicamente comprometido.

A tradução do relato de viagem de Isabelle por Palant decorreu da própria conjuntura argentina da década de 1940, em que havia grande interesse em construir uma narrativa histórica própria para a nação, e a tradução de relatos vinha do esforço de pensar a América Latina a partir do olhar estrangeiro, para depois reinterpretá-los criticamente. O relato originalmente em francês, portanto, era ainda pouco acessível ao público de língua espanhola, e traduzindo-o teriam uma nova fonte para pensar na vida social, política, econômica e cultural da região platina no XIX.

Traduzir o viajante francês garantiu a Palant o papel de um mediador cultural, colaborando ainda para a circulação de textos que ajudariam a pensar na identidade nacional. Assim, a tradução foi publicada pela Editorial Americana, que na época apostava em livros de divulgação histórica que fossem acessíveis para um público amplo. Essa edição ainda conta com notas bibliográficas do autor escritas pelo escritor e folclorista Ernesto Morales (1890-1949).

Esse teve papel importante, mas modesto em comparação a outros escritores argentinos do período, em relação à valorização da cultura popular argentina. Em relação

a Isabelle, o escritor argentino o apresenta de maneira agradável: “Es um espetáculo humano la vida de Arsenio Isabelle, que llega joven y proyectista al Rio de la Plata” (Morales, 1943, p. 08). Para ele o viajante não era apenas tal, já que também procurava informações sobre os lugares que passava, queria compreender a região que percorria e ansiava pelas sensações físicas e estéticas que teria.

Cabal hombre de la burguesia liberal de los comienzos del siglo XIX, renovadora e inquieta, los puntos de vista, esperanzas y conclusiones de Isabelle, constituyen hoy para nosotros, evocados de aquel instante definitivo de nuestra nacionalidad, un documento bien valioso. La psicologia de un tipo – el de los hombres que organizaron nuestra nación – y la de una época, pueden verse como en un espejo em las “consideraciones” de este extranjero, de mente liberal, y representante del creciente industrialismo de la nueva Europa, ya surcada por ilusiones y conflictos que, prolongándose hasta los días de hoy, hoy buscan por la violencia concretarse o solucionarse (Morales, 1943, p. 14).

Percebe-se que Morales considerava o viajante como uma testemunha externa do processo de formação da nacionalidade argentina, que ofereceria relatos que ajudariam a entender aspectos socioculturais da região. Para o folclorista argentino, a obra de Isabelle seria um documento valioso para se pensar a identidade nacional, muito em razão da maneira como o viajante falou da nação argentina em seu relato.

Nesse sentido, percebe-se que cada versão do relato apresenta pontos divergentes sobre o viajante, em decorrência dos tradutores e autores que escreveram suas notas. Os comentários sobre Arsène Isabelle, sua viagem e seu relato são construídos a partir das próprias concepções ideológicas de cada autor/tradutor, e por isso alguns como Tostes e Meyer mostravam-se mais compadecidos ao que o viajante francês escreveu.

É importante ater-se a em conhecer quem foram esses autores para compreender suas razões em traduzir a obra de Isabelle e em tecer determinados comentários, já que os próprios não conheceram o viajante francês em “carne e osso”. Ademais, quando se pesquisa um relato de viagem, em versões traduzidas, deve-se ater às disputas de poder elencadas pelo próprio autor do relato, mas também às disputas utilizadas por quem o traduz e comenta.

No caso da análise dessas três versões apresentadas, nota-se que todos os tradutores e autores são homens, ligados a grupos de elite, principalmente intelectual, permeados em universo cultural americano da década de 1940. Só de se ater a esses pontos, já se tem um peso sobre como esses vão considerar a narrativa do viajante sobre

a América Platina e seus aspectos socioculturais, econômicos e políticos, valorizando determinadas “informações” em detrimento de outras.

A difusão da narrativa de Arsène Isabelle se deu tanto por suas publicações originais, no século XIX quanto por essas versões traduzidas. No caso das publicações originais, essas reverberavam principalmente para o público europeu, mas também chegaram aos americanos de modo que sua influência era ligada ao cruzamento com as ideologias correspondentes da época. Já no século XX, essas versões acabaram por popularizar o relato do viajante francês para um maior público americano. Em ambos os casos é possível perceber pontos de ligação e influência na literatura e historiografia platina, ponto que será aprofundado no próximo ponto deste capítulo.

3.2 A repercussão dos relatos de viagem: influências perante as historiografias platinas

Com a difusão dos relatos de viagem em torno do globo, esses passaram a ter diferentes repercussões, podendo ser utilizados por diferentes teóricos para confirmarem teorias, construírem imaginários sociais, e ainda exercerem influência em intelectuais na produção de seus discursos, os quais acabaram tornando-se o que muitos chamam por “Histórias oficiais”. Essas foram produzidas majoritariamente por não historiadores de ofício que acabaram forjando histórias e identidades “nacionais”, nesse caso platinas. Para tal análise, evidencio paulatinamente o papel da literatura e da própria historiografia.

Como historiografia platina entendo aqui o conjunto de produção historiográfica voltada ao espaço da região da Bacia Platina, ou seja, atual Argentina, Uruguai e estado do Rio Grande do Sul no Brasil⁸⁷. De acordo com o historiador uruguaio Tomás Sansón Corbo (2011), os autores de ambas as margens do Prata estavam condicionados por acontecimentos análogos, estando ainda relacionados por um intercâmbio cultural. Desse modo passou-se a ter uma comunidade intelectual que superava as fronteiras territoriais, o que para Corbo seria denominado como “espacio historiográfico rio-platense: ámbito multidimensional y dinámico de geografías y campos en proceso de autonomización” (Corbo, 2011, p. 125):

⁸⁷ O historiador Tomás Sansón Corbo ainda incluí a região do Chile ao tratar dessa historiografia. Contudo, para fins dessa pesquisa, não irei articular o caso específico da historiografia chilena dentro da platina.

Inicialmente, circuncripto al cerno originante de las capitales del Plata (Montevideo-Buenos Aires), creció en círculos concêntricos, incorporando historiadores provinciales. Generó condiciones de interacción y complementariedad entre autores, posibilitó prestamos hermenêuticos y heurísticos, y articulación de proyectos compartidos (Corbo, 2011, p. 125).

Percebe-se, assim, que existiram aproximações entre as historiografias que incorporam a região platina, mas também algumas diferenças pontuais, principalmente no que se refere ao caso do estado sul-rio-grandese, por se enquadrar ainda numa historiografia brasileira. Assim, busco analisar como as historiografias específicas de cada região platina construíram suas histórias. Ressalto que serão analisados autores e obras de cunho denominado como “tradicional”, ou seja, as historiografias formuladas a partir do período de pós-independência da região platina.

Esse foi o momento das primeiras elaborações de uma “história científica”, de cunho progressista. A partir das independências latino-americanas, criou-se uma necessidade em construir histórias e identidades das novas nações, para que essas fossem legitimadas perante seu próprio povo, mas principalmente em relação às outras nações, buscando assim seus reconhecimentos. Como afirma a historiadora Claudia Wasserman:

As primeiras discussões a respeito da identidade nacional, do surgimento das nações e dos obstáculos para a sua constituição plena, surgiram a partir das independências e foram pautadas por uma preocupação política, manifestada por parte dos protagonistas do processo. Depois das independências, os países da América Latina foram palco dos debates sobre a questão constitucional, sobre o povoamento e acerca das medidas necessárias para implantação dos ordenamentos políticos e administrativos não metropolitanos. Estas discussões também foram realizadas por políticos e intelectuais que se propunham a compor as administrações estatais (Wasserman, 2011, p. 95/96).

É nesse momento que a historiografia platina surge, pela necessidade de três diferentes Estados construírem suas narrativas. Apareceram os primeiros autores ligados a academias ou institutos de pesquisa, e embora a maioria não exercesse de fato a profissão de historiador, esses sujeitos tiveram uma preocupação com a investigação histórica e suas obras transformaram-se em um legado de valor documental para futuros historiadores de ofício (Wasserman, 2011, p. 96).

Destacava-se, nesse momento, o papel da elite política, marcada por homens brancos, com ligações europeias. Esses escreviam histórias que evidenciavam os aspectos políticos e militares, ressaltando ainda os feitos de grandes guerras e dos considerados

“heróis da Pátria”. Construía-se uma história excludente, sem a integração dos povos indígenas, afrodescendentes, mulheres, crianças, e dos próprios símbolos voltados ao “popular”.

Os pensadores que formularam as identidades nacionais eram atraídos pelos modelos francês, inglês e norte-americano, perpassando pelos ideais iluministas e republicanos. Construía-se uma história de caráter progressista, a qual visava alcançar a civilização, ou seja, as nações deveriam evoluir para alcançarem os modelos europeus de nações e identidades. De acordo com Wasserman, esses pensadores acreditavam que a América Latina tinha desvios e deformações em seus processos de formação nacional, construindo a ideia de que existiam os “inimigos da nação” que seriam os responsáveis pelo atraso.

Todo esse processo de construção de uma história nacional foi ainda marcado por disputas de poder e memória, em que foram escolhidas as questões e figuras que mereceriam certo “destaque” em detrimento de outras. Conforme Benedict Anderson (2008) propõe, a nação é uma comunidade imaginada, portanto, construída por sujeitos. Nesse sentido, deve-se compreender que a chamada “história nacional” não passa de uma construção historiográfica que vai enfatizar determinados pontos, decorrente do interesse dos grupos que a escrevem.

Michel de Certeau (1982) destaca como o real que se inscreve em um discurso historiográfico provém das determinações de um lugar social, em que atuam a dependência com relação a um poder estabelecido, o domínio das técnicas concernentes às estratégias sociais, o jogo com os símbolos e as referências que legitimam a autoridade diante de um público (p. 21). Assim, toda construção historiográfica se articula com o lugar de produção sociocultural, político e econômico, submetido a privilégios e imposições.

Ainda conforme Certeau, para a operação historiográfica, além do lugar social, é necessário ressaltar também as práticas científicas, e o modelo de escrita que vai organizar os dados. Essas medidas mudam em cada época e, portanto, o modo como os pensadores vão construir uma versão de história nacional e das identidades, vai-se alterando. No pós-independência, os países latino-americanos seguiam os modelos e ideologias europeias:

Uma das características centrais do pensamento político e intelectual desse período pós-independência foi a apreciação de modelos que tinham sido capazes de superar as dificuldades de união nacional, de centralização política ou da constituição de ordenamentos estáveis. Liberais ou conservadores, os

intelectuais e políticos preocupados com os problemas constitucionais e com a orientação econômica foram influenciados pelo cientificismo, predominante entre os pensadores europeus, e atribuíam aos fatores raciais e aos fenômenos da natureza, como geografia e clima, todas as causas dos problemas dos países latino-americanos. Terra, paisagem, clima e raça constituíam-se como chaves interpretativas dos movimentos políticos, culturais e sociais e como explicações dos infortúnios dos novos países e eram considerados como razões de seu desenvolvimento inferior frente aos Estados Unidos, por exemplo, povoado por colonos anglo-saxões. Os autores da época propugnavam o branqueamento da população, através do extermínio do elemento índio ou negro e da imigração massiva de europeus. As ideias de superioridade da raça branca eram tão marcantes no pensamento da época que mesmo os espanhóis ou latinos eram preteridos em relação ao tipo anglo-saxão (Wasserman, 2011, p. 104).

Mesmo que, de maneira geral, os países latino-americanos tenham seguido os ideais europeus, é importante ressaltar que as condições da produção historiográfica platina eram desiguais. No caso do Brasil teve-se um processo de institucionalização antecedente ao da Argentina e Uruguai. A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) se deu em 1838, sob patrocínio de Dom Pedro II, com objetivo de produzir e consolidar uma história nacional e unificada.

Como Sansón Corbo aponta (2018), para além da importância dos modelos europeus para configuração da historiografia “rio-platense”, existiu ainda a influência de autores e instituições brasileiras “entre las décadas de 1830 y 1860, sobre los letrados rio-platenses que articularon los primeros relatos de cuño nacionalista y contribuyeron a definir la identidad colectiva de Uruguay y Argentina” (Corbo, 2018, p. 63).

Argentina e Uruguai tiveram um processo de consolidação historiográfica mais lento, tendo se concretizado de fato no início do século XX. Isso se deu devido a fatores geopolíticos, como os conflitos existentes ao longo do XIX e o fato de existir uma centralização imperial no Brasil, mas também a fatores socioculturais e teórico-metodológicos:

Después de la Grande Guerra la historiografía rioplatense tuvo un paulatino e importante desarrollo. Las oligarquias locales, motivadas por requerimientos internos y demandas externas, debieron emprender el disciplinamiento de las sociedades rioplatenses, “civilizar” la “barbarie”. Comenzó un proceso de “nacionalización” de los destinos de Uruguay y Argentina. Cada Estado debió generar un imaginario colectivo aglutinador, definir mitos y símbolos autolegitimantes (Corbo, 2018, p. 66).

De todo modo, em 1843 foi criado o *Instituto Histórico y Geográfico Nacional* em Montevideu, pelo político, diplomata e escritor Andrés Lamas (1817-1891), inspirado no IHGB. Contudo, ao contrário do caso brasileiro, esse não contava com forte apoio financeiro do Estado, o qual passava por momento instável. Ademais, o IHGB tinha também o objetivo de integrar simbolicamente um território vasto e heterogêneo, que não era o caso uruguaio.

Assim, o IHGN nasceu em um caso de instabilidade política e econômica, com poucos recursos e menor necessidade de centralização simbólica. Seu papel, portanto, foi modesto. Do mesmo modo, na Argentina foi criado o *Instituto Histórico y Geográfico del Rio de la Plata* (IHGRP) em 1854, por iniciativa do político e escritor Bartolomé Mitre (1821-1906)⁸⁸. Contudo, por volta de 1859 já foi se dissolvendo, devido a instabilidades políticas e disputas provinciais.

Na época a Argentina passava por dificuldades de articulação nacional, marcada pelo conflito entre a Confederação Argentina e o Estado de Buenos Aires, que havia se separado em 1852. Para se afirmar, o Instituto dependia da unidade nacional, mas na prática acabou sendo dominado apenas por pensadores de Buenos Aires, gerando pouca adesão das províncias, que acabaram vendo-o apenas como uma expressão de centralismo portenho.

Para sua manutenção, eram necessários recursos, estabilidade e apoio político, mas sem um respaldo firme do Estado Nacional, o Instituto não conseguiu manter suas atividades. Assim, a construção “historiográfica” argentina, como a uruguaia, teve maior adesão de autores que também atuavam como figuras políticas e diplomáticas. Nesse sentido, destacaram-se mais os projetos literários do que historiográficos de fato, no sentido de construir uma “história oficial” dessas nações.

Na Argentina, o político, militar e historiador Bartolomé Mitre (1821-1906) foi uma das figuras centrais para construção de uma ideia de nação para o país. Ele foi responsável pela escrita e publicação da obra *História del Belgrano y de la independencia argentina* (1857), a qual foi principalmente uma biografia de Manuel Belgrano, mas também da Guerra de independência da Argentina. É considerado o primeiro livro sobre a história do país e, portanto, o ponto de partida de sua historiografia.

⁸⁸ No texto *Andrés Lamas y la influencia de Brasil en la historiografía rioplatense en el siglo XIX* (2018), de Tomás Sansón Corbo, o historiador destaca como o IHGB influenciou na fundação do IHGN e IHGRP, apontando para as razões geopolíticas, estratégicas e também seu modelo institucional. Também destaca as atividades políticas dos letrados rioplatenses dentro do IHGB, principalmente das figuras de Andrés Lamas e Bartolomé Mitre.

Segundo o historiador Eduardo Scheidt, Mitre teria localizado as origens da nação argentina ainda na época colonial, sustentando que a colonização do território teria sido distinta de outras áreas hispano-americanas. Para ele, teria ali se estabelecido uma sociedade sem ricos e pobres, prevalecendo um igualitarismo social, sentimento de comunidade e de sociedade livre:

Os sentimentos nacionalistas e em prol da independência do povo argentino, segundo Mitre, tornaram-se mais explícitos em finais do século XVIII, fortalecendo-se com os processos revolucionários de 1810 e 1816, bem como durante o colapso do regime colonial em 1820. A partir de então, inaugurou-se um período de “democracia genial”, embrionária e anárquica, que lentamente passaria por etapas da construção da nação, a qual, em última instância, já estava pré-configurada desde o período colonial (Mitre, 1927, p. 15 apud Scheidt, p. 04).

Para além desta obra, Mitre também publicou biografias de figuras como José de San Martín e Bernardo de O’Higgins, construindo uma narrativa heroica da independência da nação. Suas obras possuem caráter liberal, nas quais algumas figuras aparecem como símbolos da pátria e da modernidade, responsáveis por mudar a situação do atraso colonial. Ademais, tem postura centralista, na qual Buenos Aires é posta como centro político e cultural e, portanto, era projetada a visão da elite portenha sobre a história da nação, sendo essa excludente.

Essa construção que ressalta o biografismo e heroísmo é decorrente de um estilo literário que mescla tons narrativos e românticos, atrelando certa pesquisa documental em um discurso pedagógico fundacional e patriótico. Suas obras atuaram no imaginário coletivo, sendo consideradas a “narrativa oficial da nação”, mas que excluía o papel das províncias e setores populares na formação da nação e identidade argentina.

Mitre ainda utilizou algumas fontes para fundamentar suas obras; contudo, as interpretava de acordo com sua ideologia liberal e centralista. Utilizou documentos oficiais, arquivos militares e memórias e testemunhos, mas também de relatos de viajantes estrangeiros, de maneira secundária. Esses eram utilizados como registros fidedignos das questões políticas, sociais e geográficas da região, atuando como complemento descritivo e testemunhal, principalmente em relação àquilo que reforçava a ideia de civilização de Buenos Aires em detrimento de seu “interior bárbaro”.

Existia uma valorização do uso documental sem muita problematização, apenas como exemplos, construindo uma visão romântica da história e identidade nacional, com

a exaltação de figuras de homens ligados a grupos militares e políticos como heróis. É possível perceber uma influência do historicismo alemão do historiador Leopold von Ranke, que pregava um rigor documental para mostrar “como realmente aconteceu”. A ideologia de Mitre era de base europeia (liberal, romântica, centralista e historicista), e foi aplicada como um projeto cultural para Argentina, construindo uma tentativa de legitimar a elite portenha como guia da nação, para alcançarem o progresso e a civilização.

Outro caso da historiografia tradicional argentina foi o político e historiador Vicente Fidel López (1815-1903) e sua obra *Historia de la Republica Argentina: su origen, su revolucion y su desarrollo político hasta 1852*. “O autor sintetizou a tradicional tese de que a nação argentina foi fundada já no momento da independência, mas sua organização política teria sido ‘retardada’ pela ação dos caudilhos” (Scheidt, p. 04). Sua obra e pensamento também foram atravessados pela ideologia europeia do século XIX.

Nesse sentido, destaca-se também uma história de cunho progressista, liberal e de viés romântico, em que se tinha a valorização de aspectos das origens e tradições da nação. López buscava dar um sentido de unidade para a nação, justificando o projeto liberal portenho. Sua obra foi muito utilizada como manual de ensino nas escolas argentinas, principalmente a partir do século XX.

Isso se deu devido à preocupação e necessidade dos liberais argentinos em construir uma versão da história da nação que fosse condizente com a vitória liberal sobre as forças de Rosas em 1852⁸⁹. Era necessário, portanto, divulgar uma historiografia que justificasse a derrota federalista, e enaltecesse os unitários, o que foi muito marcado portanto pela dicotomia da “civilização” x “barbárie”.

É importante ressaltar ainda como o caudilhismo foi um dos temas centrais dessa historiografia tradicional platina do século XIX. Para os intelectuais da época, os caudilhos representavam o atraso, eram uma resistência ao processo de modernização liberal. Essa visão foi fortemente influenciada pela obra de Domingo Faustino Sarmiento, *Facundo: civilização e barbárie*, a qual será analisada de maneira mais aprofundada no próximo capítulo.

⁸⁹ Em 1852 Juan Manoel Rosas foi derrotado na Batalha de Monte Caseros, durante a Guerra do Prata, em que forças argentinas, uruguaias e brasileiras foram lideradas pelo general Justo José de Urquiza. A vitória marcou o fim do poder político de Rosas, e surgimento de um novo governo na Argentina. Ademais, a partir da mesma se deu o reconhecimento da independência do Uruguai, e restaurou a livre navegação dos rios da Prata, Uruguai e Paraguai pelo Brasil, que havia sido fechado por Rosas.

Os textos do século XIX sobre esse fenômeno, e grande parte da literatura do século XX, salientaram a personalidade do próprio caudilho. De acordo com o estereótipo, o caudilho era um homem de grande magnetismo pessoal, que dominava os subalternos pela força de vontade. (...) O caudilho, ainda segundo o estereótipo, era um homem corajoso, que podia levar outros a executar façanhas de valor porque ele próprio dava o exemplo de bravura e ousadia. Também é descrito frequentemente como ‘telúrico’, terreno; mesmo sendo um membro da classe alta, cultivava geralmente um estilo popular a fim de encorajar seus seguidores a identificar-se pessoalmente com ele. (...) Caracteristicamente, o caudilho tinha uma personalidade autoritária. Em virtude de sua crueza e, talvez, de sua imprevisibilidade, ele muitas vezes assustava seus seguidores e seus inimigos (Safford, 2009, p. 356).

De todo o modo, Mitre deu centralidade aos “grandes homens” militares e políticos, que seriam “heróis civilizados” em detrimento dos “caudilhos bárbaros”. Já Vicente López tratava do caudilhismo como uma questão transitória, que fazia parte de uma etapa de amadurecimento que seria consolidada pelo Estado Liberal dos unitários. Em geral, a historiografia tradicional construiu uma narrativa moralizante que ficou marcada no imaginário social do povo argentino, em que os caudilhos/federalistas representavam atraso e violência, e os unitários, a elite liberal portenha, representavam o progresso e a civilização.

Essa visão tinha o objetivo de legitimar o projeto político liberal e centralizador de Buenos Aires como guia da nação, sendo marcada por disputas de poder. Só a partir de 1930, com a inserção de uma historiografia revisionista, é que essa visão passou a ser reinterpretada, na qual os caudilhos passaram a aparecer como uma expressão autêntica do povo do interior da nação.

Nota-se assim que, mesmo não encontrando referências diretas de que os relatos de Arsène Isabelle tenham influenciado diretamente a historiografia tradicional do século XIX, as ideologias são correspondentes, principalmente no que tange às discussões de civilização x barbárie. Há uma convergência de olhares em que a historiografia tradicional incorpora a visão sobre a região platina marcada pelo contraste entre urbano x rural, civilização x barbárie, unitários x federalistas/caudilhos, portenhos x gaúchos.

Quando Arsène Isabelle retornou para o Uruguai em 1837 fez publicações em periódicos, dentre eles o *El Nacional*, um periódico argentino, com publicações de 1852 até 1898, portanto após a queda de Rosas do governo. Foi um periódico de cunho político, comercial e literário ligado ao projeto liberal de construção de um Estado nacional,

associado a figuras políticas e intelectuais, como o próprio Bartolomé Mitre e Vicente López. Portanto, ressalto as grandes chances de que ambos tenham tido contato com as publicações de Isabelle.

Destaco ainda o papel da Geração de 37 como um dos núcleos fundadores do pensamento argentino do século XIX. Esse foi um grupo de escritores, jornalistas e políticos que se reuniram em torno de um projeto político e cultural de construção da nação. O grupo surgiu durante o governo de Rosas e seus integrantes, em sua maioria unitários ou liberais, eram contrários ao seu governo.

Eles defendiam um projeto de república democrática e liberal, e seu principal objetivo era definir a identidade nacional argentina, tema central do romantismo latino-americano da época. Defendiam ainda um projeto de modernização. Entre seus principais nomes temos Esteban Echeverría (1805-1851), Juan Bautista Alberdi (1810-1884), e Domingo Faustino Sarmiento⁹⁰ (1811-1888), os quais escreveram obras literárias que tinham o objetivo de formar uma consciência nacional.

Dentre suas ideias centrais estavam a ideia de nação e modernidade, na qual queriam construir uma identidade nacional argentina moderna baseada em instituições sólidas e no progresso. Foram fortemente influenciados pelo romantismo europeu, e retomaram a dicotomia de civilização x barbárie, opondo cidade e elites letradas com a vida rural e gaúcha. Para eles Rosas era a expressão máxima da barbárie, inimigo da liberdade e modernidade. Eles ainda acreditavam que a sociedade seria transformada através de uma difusão cultural, a qual privilegiasse a cultura letrada portenha, e menosprezasse a cultura popular do país. Foram responsáveis por criar as bases da historiografia e literatura nacional argentina, articulando uma ideologia de viés europeu.

Mesmo que Mitre e López não tenham participado diretamente do grupo, suas obras deram uma forma “científica” ao imaginário formulado pela Geração de 37, transformando-o em uma narrativa histórica “oficial” da nação. Do mesmo modo, esse grupo acabou tendo forte influência nos uruguaios, pois alguns de seus integrantes se exilaram em Montevideú, devido ao governo de Rosas, levando consigo os debates sobre nação e identidade.

Os teóricos uruguaios também passaram a ter uma concepção da escrita da história da nação em que seriam valorizados os considerados heróis da pátria, os conflitos de independência, e a própria dicotomia de civilização e barbárie. Importante ressaltar que,

⁹⁰ Sarmiento também teve publicações no periódico *El Nacional*, assim como Arsène Isabelle, reforçando a ideia de que é possível que este tenha tido contato com as publicações do francês.

ao contrário do caso argentino e brasileiro de apenas inventar suas nações, a escrita de uma história da nação uruguaia era também vista como a necessidade de legitimar sua independência frente aos países latinos vizinhos que ainda não haviam a reconhecido:

En relación al problema de la independencia surgieron dos interpretaciones: una nacionalista, defensora de las tesis independentista clásica y de Artigar como héroe nacional (Isidoro de María, Francisco Bauzá, Carlos Ma. Ramírez); y otra “dissidente” o “unionista” que enfatizaba el carácter integrador y común de las historias de Argentina y Uruguay (Juan Carlos Gómez, Angel Floro Costa, Francisco Berra). La primera se transformo en “historia oficial” e impulso las certidumbres y los intereses del sociolecto encrático articulando un discurso histórico de carácter netamente performativo (Corbo, 2011, p. 128).

A “história oficial” via a escrita da história como uma necessidade de consolidar o sentimento nacional distinto dos países vizinhos. O político e diplomata Andrés Bamas teria sido um dos precursores a pensar em uma historiografia que desse ao Uruguai uma narrativa própria e legítima. Ele não publicou obras de história de caráter científico, de fato; contudo, sua atuação na política e no IHGN influenciaram os futuros escritores da história uruguaia.

Dentre alguns nomes da historiografia tradicional do Uruguai, tem-se Francisco Bauzá (1849-1899) e sua obra *Historia de la dominacion española en el Uruguay*, que mesmo se tratando do período pré-independência, apresentou a mesma como um destino irreversível para nação, pensamento decorrente de um viés positivista. Bauzá era integrante do Partido Colorado uruguaio, de caráter liberal e centralista e, portanto, valorizava a figura dos heróis nacionais ligados ao caráter independentista da nação.

O historiador e político Juan Ernesto Pivel Devoto (1910-1997) também foi um dos que se destacaram perante a consolidação da historiografia tradicional uruguaia. Este foi uma peça central na profissionalização e institucionalização da disciplina, continuou a tradição nacionalista, mas com rigor documental. Juntamente com Pablo Blanco Acevedo (1880-1935)⁹¹ e Eduardo Acevedo (1853-1921)⁹², “poseían en cuanto

⁹¹ Escreveu a obra *El gobierno colonial en el Uruguay y los Orígenes de la nacionalidade* (1929), em que discute as origens da nacionalidade uruguaia. Este também foi membro do Partido Colorado.

⁹² Escritor, jornalista e político uruguaio pertencente ao Partido Nacional. É considerado o iniciador do romance nacional em seu país. Publicou *El primer suplicio*, em que reconstruiu os primeiros anos de luta pela independência da nação. Também escreveu a tetralogia formada pelos romances *Ismael* (1888), *Nativa* (1890), *Grito de Gloria* (1893) e *Lanza y Sable* (1914) para tratar da formação de uma consciência nacional.

‘historiadores del Estado’, um importante peso funcional que les permitia normalizar el acceso y permanencia al campo em formación” (Corbo, 2011, p. 129).

De acordo com Sansón Corbo, esses três nomes tiveram papel crucial dentro da constituição do campo historiográfico, na medida em que fundaram instituições que reuniam pesquisadores e criavam um ambiente propício para o desenvolvimento de seus trabalhos. Assim, fundaram novamente o *Instituto Histórico e Geográfico del Uruguay*, em 1915, agora como uma entidade privada subsidiada pelo Estado, em que “sus socios abordaron el pretérito desde una perspectiva vindicativa, estático-nacionalista” (Corbo, 2011, p. 129). Nesse momento, a atuação foi mais sistemática, academicista e pública, perdurando até a década de 1930⁹³.

Assim como no caso argentino, a historiografia tradicional uruguaia utilizava relatos de viagem como fonte documental, mas apenas para dar legitimidade a narrativas nacionais, ilustrando a geografia, população, cultura e política da região. Ou seja, com função descritiva e ilustrada, sem a crítica necessária. Importante pontuar que muitos relatos eram utilizados como uma afirmação de poder, perpetuando e reforçando a visão liberal, civilizatória e eurocêntrica destes.

Não encontrei indícios de citações diretas de Arsène Isabelle nos autores uruguaio voltados para construção da historiografia tradicional⁹⁴. Contudo, o francês também teve publicações no periódico *Comercio del Plata*, fundado em 1845 pelo escritor e educador argentino Florencio Varela (1808-1848) durante seu exílio político no Uruguai. De cunho político e literário⁹⁵, esse era editado e publicado em Montevideo, e assim como Isabelle, Andrés Bello também teve publicações nele.

É possível perceber um cruzamento das ideias e ideologias do viajante francês com os uruguaio, na medida em que tinham acesso aos escritos do periódico. Da mesma maneira, incorporavam as discussões de caráter eurocêntrico para tratar da história de sua nação e identidade. Ressalto aqui a citação do historiador indiano Kapil Raj (2015), quando ele diz que o ser colonizado e o atuar não são antitéticos (p. 172).

⁹³ Esse período serviu como espaço de legitimação intelectual das narrativas nacionais, tendo sido definidas datas de comemorações nacionais e de preservação de memória, com a construção de monumentos.

⁹⁴ Essa é uma possibilidade para novas pesquisas que envolvam os relatos de Arsène Isabelle, onde possa ser pesquisada a recepção de sua obra em torno da região platina. É uma ideia potente de pesquisa, mas que infelizmente, em minha pesquisa de mestrado não pode ser alcançada, pela inviabilidade do tempo, e também das fontes que se encontram em diferentes arquivos do Uruguai, Argentina e Rio Grande do Sul.

⁹⁵ Este foi um dos principais veículos de crítica política contra o governo de Rosas na Argentina, e de Manuel Oribe no Uruguai. Varela inclusive foi assassinado, sendo esse um crime político significativo para a época.

Ou seja, mesmo que a nação uruguaia tenha passado por um processo de colonização espanhola, europeia, isso não garantiu que, no pós-independência, eles rechassem os ideais vindos da Europa. As teorias europeias do século XIX foram incorporadas pelas historiografias tradicionais da região platina de modo geral, nesse sentido, por exemplo, foram incorporadas concepções de Estado e nação que não condiziam com a realidade platina.

Percebe-se assim que os determinismos geográficos foram utilizados como substratos para criação de uma História Oficial, que portanto menosprezava as questões locais, particulares e populares de cada Estado. Ademais, questões ligadas ao progresso eram incorporadas em uma história de cunho positivista e de viés romântico.

No século XIX, prevaleceu a ideia de que existiam nações, frutos do passado pré-colonial, colonial, ou, mais comumente, resultado dos processos de independência. No entanto, ao admirar os modelos externos para oferecer uma forma constitucional aos novos países, os intelectuais do século XIX encontravam problemas e obstáculos que passaram a ser interpretados como *desvios* e *deformações* de nossa formação nacional. A identificação desses obstáculos estava relacionada, principalmente com a formação superior que esses intelectuais haviam recebido na Europa. Acreditavam que as raças formadoras, o clima e a particular geografia das regiões latino-americanas não favoreciam o progresso e o acesso à civilização, em oposição ao que eles consideravam barbárie. Influenciados pelas teorias deterministas, cientificistas e pelo positivismo, sonhavam com a possibilidade de progresso ilimitado a exemplo dos países centrais do capitalismo (Wasserman, 2011, p. 113).

No caso da historiografia tradicional brasileira, esta está alinhada com a criação do IHGB, responsável por institucionalizar a construção da história nacional. Nesse sentido, temos em destaque o papel de algumas figuras como do militar e diplomata Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) e sua obra *História geral do Brasil*. Para o historiador Manoel Luis Salgado Guimarães (1988), foi Varnhagen que explicitou os fundamentos da identidade brasileira como herança da colonização europeia:

Ao definir a Nação brasileira enquanto representante da ideia de civilização no Novo Mundo, esta mesma historiografia estará definindo aqueles que internamente ficarão excluídos deste projeto por não serem portadores da noção de civilização: índios e negros. O conceito de Nação operado é eminentemente restrito aos brancos, sem ter, portanto, aquela abrangência a que o conceito se propunha no espaço europeu. Construída no campo limitado da academia de letrados, a Nação brasileira traz consigo forte marca excludente, carregada de imagens depreciativas do

outro, cujo poder de reprodução e ação extrapola o momento histórico preciso de sua construção (Guimarães, 1988, p. 07).

É inegável ainda o apoio do Instituto em diversas expedições/viagens científicas que resultavam na publicação de relatos de viagem, assim como no uso dos mesmos para construção da história “oficial” da nação. Os relatos eram inseridos em obras consideradas “clássicas” e tradicionais da historiografia brasileira, como em *Capítulos de História colonial*, do historiador João Capistrano de Abreu (1853-1927), em que ele utilizava fragmentos de relatos para “elucidar distintos aspectos da história nacional” (Franco, 2009, p. 02):

O historiador estava preocupado em tomar os relatos como obras fornecedoras de informações, dados, fatos e costumes. Não é possível identificar, como é prática corrente hoje, o cuidado de analisar os filtros existentes entre os fatos narrados nos relatos e o seu narrador. Desta maneira, certos preconceitos - de que estavam impregnadas as narrativas -, acabavam sendo transpostos para a obra historiográfica. A título de exemplo, um trecho de Spix e Martius é citado para tratar dos “dengues e requebros lascivos” das mulatas da Bahia, ao que Capistrano acrescenta o comentário de que os mulatos eram “gente indócil e rixenta”. (Franco, 2009, p. 04).

Mas, para além do caso brasileiro, de modo geral, me aprofundarei no caso da historiografia sul-rio-grandense. De acordo com Scheidt, mesmo que o Estado não tenha se constituído em um país independente, sua historiografia tradicional foi muito calcada pelo nacionalismo. “A tendência majoritária ressalta os vínculos dos sul-rio-grandenses com o Brasil, atribuindo-lhes sentimentos nacionalistas brasileiros desde sua formação histórica, minimizando e/ou negligenciando os laços e intercâmbios com a área platina” (p. 08).

O escritor José Feliciano Fernandes Pinheiro (1774-1847), também visconde de São Leopoldo foi considerado o “pai da historiografia sul-rio-grandense”. Teve sua formação pela Universidade de Coimbra, escreveu memórias biográficas sobre homens considerados “ilustres” para o estado, e a obra *Anais da Província de São Pedro*, publicada pela primeira vez em 1819. Nessa obra o autor afirma que a fundação do presídio de Rio Grande em 1737 teria sido o marco inicial da história do estado, invisibilizando os povos indígenas, o período das missões jesuíticas, e a colonização espanhola na região. Para ele a “região platina” do estado só deveria ser abordada para tratar das guerras e demarcações de fronteiras.

Em 1922 foi criado o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), seguindo modelo do IHGB, consolidando o surgimento da historiografia tradicional gaúcha. Dentre seus fundadores, cito o político Afonso Aurélio Porto (1879-1945), o tenente Emílio Fernandes de Souza Docca (1884-1945), além do apoio decisivo do então governador Borges de Medeiros (1863-1961). A história oficial que surgia era ligada a questões políticas e militares, e utilizava-se dos relatos de viagens como fonte, privilegiando um uso “fiel” dessas obras.

Para a historiadora Ieda Gutfreind (1998), passaram a existir duas matrizes historiográficas sul-rio-grandenses: a lusitana, que seria composta por historiadores que viam a história do estado apenas sob a ótica luso-brasileira, negando os vínculos com a região platina, e a matriz platina, que mesmo defendendo a identidade brasileira do território, admitia as contribuições espanholas/platinas para sua formação histórica.

Com a fundação do IHGRGS passou-se a existir uma polarização entre essas vertentes, gerando debates e disputas por muitos anos. Dentre os escritores que passaram a valorizar as relações do Rio Grande do Sul com o restante da região do Prata, existiu o historiador e diplomata Alfredo Augusto Varela:

Para Varela, a eclosão da Revolução Farroupilha foi fortemente influenciada pelas Repúblicas do Prata. Desta forma, o republicanismo, implementado pelas ex-colônias espanholas, estava relacionado com a democracia, o progresso, a independência e a igualdade social, contrastando com a política brasileira de continuidade do monarquismo português, associado à aristocracia, ao atraso e à manutenção do absolutismo e do “Antigo Regime”. Ao ser influenciado pelo Prata, o Rio Grande do Sul, conforme esta visão, tornou-se diferente das demais províncias do Império, destacando-se como o estado brasileiro defensor da democracia e do republicanismo, em contraste com o “atraso” monárquico do restante do país. Outra característica das obras do autor é o reconhecimento e a defesa da Revolução Farroupilha como separatista (Scheidt, p. 10).

Percebe-se que Varela apresenta uma perspectiva defensora da ideia separatista da Revolução Farroupilha⁹⁶. Em sua obra *História da Grande Revolução* (1933) ele chegou a utilizar o relato de viagem de Arsène Isabelle como fonte, valorizando a

⁹⁶ Deve-se ater que esta foi uma Guerra de Elites, pois a revolta pretendia negociar uma posição de maior prestígio para a elite gaúcha dentro do arranjo político do Brasil Império. A maioria dos apoiadores e financiadores da Guerra foram as pessoas ligadas a elite – políticos e militares que praticavam atividades ligadas à pecuária, ao comércio – que por conta de sua influência, conseguiam manipular outras camadas sociais para se envolverem na Guerra dos Farrapos diretamente. Muitos enviavam seus escravizados, os peões das grandes estâncias e povos indígenas para participar efetivamente na luta direta – Olhar as pesquisas sobre os Lanceiros Negros.

narrativa do viajante, e utilizando-a sem olhar problematizador, com caráter ilustratório: “Outro visitante, de procedencia também platina, comquanto de nacionalidade europeia, vereis para diante como descreve o esplendido renovamento de tudo no território que a luta armada a que se alludiu, tanto destroçara: evidentes em sua passagem os signaes da mais generalizada prosperidade” (Varela, 2002, p. 224).

Os relatos de Isabelle eram, portanto, utilizados como referência para descrever o ambiente, os povos indígenas, a economia charqueadora da região, e aspectos políticos e sociais. Os teóricos que se valiam dos relatos de viagem como fonte, tinham o objetivo de obter certa “legitimação externa”, nesse caso dos europeus, para falarem sobre a importância da província sul-rio-grandense em contexto nacional.

Outro exemplo de uso de relatos pela historiografia foram os produzidos pelo viajante Félix de Azara (1742-1821), os quais foram inclusive citados por Isabelle em sua obra. Ao se referir aos povos indígenas, “Azara não se desvinculou de seus (pré)conceitos, associando-os a selvagens e animais” (Fleck, p. 295), assim como para falar da falta de civilidade, o viajante apontava no desconhecimento de bailes, instrumentos musicais, religião, educação, leis. Nesse sentido aponto que o uso de trechos de relatos pelos teóricos, sem a criticidade necessária, acabou construindo uma história “oficial” do estado que corroborasse com os discursos estereotipados, racializadores e eurocêntricos.

A historiografia tradicional sul-rio-grandense vai ao encontro dos casos argentino e uruguaio, em que se tem a tentativa de busca pelos “mitos de origem” da nação. É importante se ater que esta teve ainda a necessidade de rediscutir sua História Local por conta de seu lento processo de integração ao Brasil de fato, mas principalmente devido à questão “separatista” da Revolução Farroupilha. De acordo com a historiadora Leticia Borges Nedel (2005), o IHGRGS apareceu com a missão explícita de integrar honrosamente o estado no calendário das efemérides nacionais, promovendo a memória farroupilhha na passagem de seu centenário, e tratando, daí por diante de arquivar as teses separatistas da revolução elaboradas no decênio anterior (p. 94/95).

A historiografia passou a ser reforçada pelo viés lusitano, já que nesse momento o nacionalismo no país era elemento de exaltação, sobretudo com a chegada do Modernismo, em que os intelectuais buscavam criar uma identidade cultural nacional que fosse autêntica. Ademais, deve-se ressaltar o jogo político da época, em “em que as elites locais se uniam na construção de um projeto de tomada de poder central”, como indica o historiador Jocelito Zalla (2022), e que teve prestígio, portanto, da elite cultural sul-rio-grandense.

Assim, era necessário que o Rio Grande do Sul passasse a construir sua identidade voltada também ao elemento nacional, e o lusitanismo servia para “criação do mito do gaúcho heroico rio-grandense, embranquecido discursivamente como descendente de imigrantes açorianos e luso-brasileiros, e para a celebração da história da elite de estacheiros-militares que conquistou o território da coroa espanhola” (Zalla, 2023, p. 06), pois nesta perspectiva historiográfica o estado precisava ser visto como integrante da nação desde o princípio.

Quanto à interpretação da Guerra dos Farrapos, essa passou a ser reescrita como uma revolução dentro do ciclo das revoltas regenciais, afirmando seu caráter nacional, patriótico e redentor. Para Zalla (2022), “o debate sobre a formação do Rio Grande era, então, atualizado historiograficamente em função da discussão sobre a brasilidade do gaúcho/rio-grandense e sua legitimidade no novo protagonismo nacional” (p. 144).

Nesse cenário, um escritor de destaque que defendeu essas ideias foi Aurélio Porto; para ele, os republicanos não pretendiam se separar do Brasil. Outro foi o escritor Emílio Fernandes de Sousa Doca, que em sua obra *O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha*, afirmava que os farrapos não queriam se separar do país, mas sim implementar a ideia de federação para a nação. Dante de Laytano também negava as intenções separatistas, alegando que o movimento teria sido apenas um afastamento temporário enquanto as outras províncias brasileiras não aderissem à república.

A partir de 1937, com a chegada do Estado Novo, passou-se a ter o decaimento dos regionalismos, pois o governo federal queria ênfase na centralização do poder e da construção de uma identidade nacional que fosse unificada. Aqui a história oficial do Estado sul-rio-grandense continuava a valorizar a figura do gaúcho lusitano (sendo esse representado pelo homem branco, da elite política e militar) como defensor das fronteiras brasileiras, e a Revolução Farroupilha era tratada como resgate da causa “defendida” pelos farrapos: a República.

Já em 1947/48, o movimento tradicionalista gaúcho⁹⁷ emergiu e ganhou força no estado, marcando o ressurgimento do regionalismo. Os historiadores Carla Menegat e Jocelito Zalla (2011) apontam que a partir de 1950 o próprio governo estadual recorreu a pareceres para orientar a política pública na área da memória, o que gerou disputas entre

⁹⁷ O movimento passou a ser construído por um grupo de estudantes do Colégio Júlio de Castilhos, em Porto Alegre. É uma associação civil que tem os objetivos de congregar os Centros de Tradições Gaúchas e entidades afins para construir uma associação que permita padronização dos procedimentos e atividades realizadas, e preservação dos núcleos de formação gaúcha.

os intelectuais. Contudo, a tentativa pela busca dos “mitos de origem” do estado se referenciava na construção da figura do gaúcho como o ser mítico⁹⁸.

Assim, o paradoxo dos intelectuais ia para além da questão da nacionalidade e do lugar político do Rio Grande do Sul dentro do Brasil, mas também pela incorporação da lógica da dicotomia entre “civilização e barbárie” que vinha sendo construída nas outras regiões das fronteiras platinas. Menegat e Zalla (2011) citam os trabalhos da historiadora Letícia Borge Nedel, afirmando que, para ela, a partir da década de 1920, dois tipos de registros eram construídos pelos intelectuais:

Naquele que poderíamos identificar como ‘matriz lusitana’ de Gutfreind, o foco da atenção dava-se sobre a geopolítica, a história das “marchas e contramarchas de Portugal e Espanha sobre o Rio Grande de São Pedro”, sendo de uso principalmente historiográfico; no segundo tipo, análogo à ‘matriz platina’, o privilégio se dava sobre identificação de um sujeito folk, “associado ao mundo rural à condição de rebaixamento social e à intimidade com o meio físico”, de uso eminentemente literário (Menegat; Zalla, 2011, p. 61).

Aqui surgia um problema dentro da historiografia oficial tradicional do estado, que não admitia que a figura do gaúcho fosse vista como sinônimo da barbárie tal como foi construída na Argentina e Uruguai. Portanto a saída era a incorporação de novas construções que diferenciasssem o gaúcho sul-rio-grandense do *gaúcho* platino, em que o primeiro estaria ligado à defesa de valores morais como coragem e trabalho, e a solução final só se daria com a “nobilitação do termo gaúcho, a partir da extensão dessa denominação à elite militar-estancieira que patrocinara a Farroupilha” (Ibid., p. 62). Aqui a nacionalização (lusitana) e branqueamento do mito do gaúcho tornou-se elemento central.

Concluo, portanto, que as historiografias tradicionais com objetivo de criar uma história oficial para seus Estados, tinham também por fim forjar identidades nacionais. Percebe-se que as historiografias platinas podem ter forjado histórias que valorizassem os homens brancos da elite, ligados a grupos políticos e militares, ressaltando ainda os aspectos ligados à “civilização”. Contudo, um elemento caro ao se tratar das identidades platinas é a figura dos gaúchos.

⁹⁸ Aqui o “mito” é pensado a partir do que Claude Lévi-Strauss propôs em seus estudos, de que é uma forma de pensamento simbólico que busca compreender o mundo através de narrativas simbólicas.

Assim, as construções em torno dos gaúchos/*gaúchos* foram se metamorfoseando ao longo dos tempos, em que o conjunto de seus atributos originais passou a ser menosprezado como resultado de um trabalho de singularização do povo gaúcho. Para Nedel (2005), esse resultado dependeu principalmente “dos modos pelos quais as elites culturais dos países do Prata e no Rio Grande do Sul estiveram inseridas nos respectivos percursos de construção do Estado-Nação em seus territórios” (p. 104), indicando as disputas por trás desse movimento.

Ainda segundo a historiadora, as primeiras gerações ocupadas com a viabilidade da nação foram também as fundadoras das respectivas literaturas nacionais, em que:

Sua elaboração inscreve-se num longo processo de formalização da memória coletiva, que se estende por todo o século XIX, e que integra, juntamente com a institucionalização da História, a criação de um circuito de atores que priorizam a ação cultural sobre outras atividades (Nedel, 2005, p. 104).

Sendo assim, é também possível perceber influências dos relatos de viagens nessas construções literárias e, portanto, remodelações das figuras dos gaúchos. Portanto, no próximo capítulo evidenciarei essas questões, considerando a literatura como uma das maiores forças para se construir o imaginário acerca dos gaúchos.

CAPÍTULO IV

ENTRE A BARBÁRIE E OS PAMPAS: A CONSTRUÇÃO DO GAÚCHO NAS FRONTEIRAS PLATINAS

A grande fronteira platina acolheu e continuou acolhendo como seu filho o gaúcho em suas diversas e múltiplas acepções, que transitam pela história/estórias e pela literatura modificando-se e reavivando-se com os tempos e possibilidades (Figueiredo, 2006, p. 157).

Este capítulo tem o objetivo de apresentar e analisar as construções em torno da figura dos gaúchos/*gaúchos*⁹⁹ em que considero este um elemento chave dentro das identidades platinas. Segundo o escritor uruguaio Ángel Rama (1926-1983), temos uma “comarca pampeana”, referindo-se a um ambiente sociocultural latino-americano como um todo, dotado de características comuns. Ou seja, os gaúchos são os seres que vivem diante nas fronteiras platinas meridionais, no território dos pampas¹⁰⁰:

Se a diplomacia e a política esforçam-se ao longo dos séculos em reforçar as fronteiras entre o Brasil e a Argentina enquanto limites; a cultura, por sua vez, parece ter feito o percurso contrário, ao conseguir, na contracorrente, aproximar os territórios artificialmente afastados. A fronteira é a condição platina por excelência. Mais que ibérico, espanhol, português, argentino, uruguaio, ou o indígena, o Prata é fronteira (Figueiredo, 2006, p. 159).

Nesse sentido, valoriza-se o aspecto plural das fronteiras na demarcação da figura dos gaúchos. Ademais, para Stuart Hall (2006), as identidades não são coisas com as quais nascemos, mas são formadas e transformadas no interior das representações. No caso do viajante Arsène Isabelle, este construiu uma narrativa destacando elementos negativos dos gaúchos; criou-se, assim, uma imagem de que esses eram bárbaros e violentos. Da

⁹⁹ O uso do termo em itálico refere-se ao tipo social idealizado, remetendo ao estereótipo literário. Nesse capítulo o debate vai delongar entre o significado histórico de ser gaúcho, justificando o uso do termo também em itálico, mas também no seu uso comum, como adjetivo comum, se referindo a identidade regional, e, portanto, seu uso sem o itálico.

¹⁰⁰ O termo tem origem do povo indígena quíchua e significa “região plana”. Essa é uma região natural e pastoril de planícies, e seu território perpassa pelas fronteiras de três países: Argentina, Uruguai e Brasil. De acordo com Minuzzi (2024), dentro do Brasil o pampa se constituiu como periférico, sendo visto como um ambiente fronteiriço, no qual suas identidades tangem apenas ao regional. Já o pampa argentino e uruguaio, a sociedade e identidade foram construídas em território pampeano, sendo boa parte de sua história e cultura nacional atrelada a esta condição. A região é marcada principalmente pela vegetação campestre e de pastagens, mas também inclui outros ecossistemas naturais como “florestas e bosques, parques semelhantes a savana, palmeiras, afloramentos rochosos, dunas, diferentes tipos de zonas úmidas e corpos de água” (Andrade, 2023, p. 04).

mesma maneira, houve políticos e literatos que se utilizaram desse mesmo modelo para representá-los, como Domingo Faustino Sarmiento, em sua clássica obra *Facundo: civilização e barbárie*.

Todavia, ao final do século XIX, e principalmente no XX, as ideologias foram mudando, e os próprios povos que viviam na região platina passaram a perceber os gaúchos como integrantes de sua cultura e identidade. Assim, novos movimentos e construções literárias mudaram as representações que se tinha dos gaúchos, destacando novos elementos como coragem, bravura e liberdade.

Ademais, é importante destacar que essas representações também sofrem influências de acontecimentos históricos e movimentos historiográficos que ocorrem ao longo da região platina – Argentina, Uruguai e Brasil – e também das disputas de poder e políticas intrínsecas a essas questões. O escritor Antônio Hohlfeldt (2006) aponta ainda que o surgimento, forte presença e depois desvanecimento dos gaúchos estão intimamente ligados à própria história econômica¹⁰¹ da região, portanto à ocupação e importância destes em determinado momento.

De todo modo, as identidades gaúchas podem ser percebidas como indica Figueiredo (2006): uma espécie de resumo da ópera multicultural latino-americana, dentro desse grande Cone Sul (p. 166), a qual perpassou por uma série de representações e reinvenções, vencilhadas principalmente com a literatura.

Assim, neste capítulo serão valorizadas as representações dos gaúchos ao longo dos anos, partindo primeiramente dos relatos de Arsène Isabelle, mas também de outras obras literárias como *Facundo: Civilização e Barbárie*, *El gaúcho Martín Fierro* e *O tempo e o vento (parte I – O Continente)*. Será analisado como cada uma dessas obras construiu representações sobre os gaúchos, percebendo ainda as aproximações e distinções entre elas.

Destaco aqui como a literatura é elemento enriquecedor para as construções identitárias, pois acaba moldando valores, referências e o próprio imaginário de um povo através do repositório simbólico e modelo cultural utilizado. A literatura é ainda espaço simbólico de disputa, em que diferentes “visões de mundo” se afirmam e se confrontam.

Daí percebe-se como as identidades não podem ser entendidas como elementos fixos, pois na medida em que uma literatura questiona determinado modelo de identidade

¹⁰¹ Isso se dá pela sua ligação com a atividade da agropecuária, que a partir da metade do século XIX passou por novos processos de industrialização, em que os modos tradicionais de lida com o gado não eram mais necessários, e assim o *modos vivendi* dos gaúchos passou-se a ser menosprezado.

imposto, são reivindicadas novas narrativas e representações de um grupo. Este é o caso das identidades platinas, e por vezes, gaúchas. Para tal, neste capítulo buscarei primeiramente elencar as discussões identitárias, para depois tratar das diferentes representações construídas, destacando ainda os contextos históricos.

4.1 A construção da figura dos gaúchos a partir de Arsène Isabelle

Primeiramente, para se tratar das identidades platinas, dentre as quais detenho-me das identidades gaúchas nesta pesquisa, devido ao recorte espacial da mesma, penso no conceito de multiculturalismo, defendido pela crítica literária Ligia Chiappini em que ela afirma que esse acaba sendo “antes de mais nada, um questionamento de fronteiras de todo tipo, principalmente da monoculturalidade e, com esta, de um conceito de nação nela baseado” (2002, p. 43).

Ainda segundo Chiappini os teóricos do multiculturalismo costumam opô-lo à Modernidade, pois o discurso homogeneizador se contrapõe ao pluralismo e, portanto, aos discursos e valores das fronteiras. Portanto, faz parte deste “a crítica à noção homogeneizadora de Nação e de identidade nacional. Em troca, fala-se da nação como um constructo, como uma invenção com base em mitos, cuja narrativa silencia fraturas e contradições” (Ibid., p. 47).

Ao encontro disso, Stuart Hall afirma que essas culturas nacionais (compostas de símbolos e representações) se tornaram dispositivos da modernidade:

Não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unifica-los numa identidade cultural, para representa-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional. Mas seria a identidade nacional uma identidade unificadora desse tipo, uma identidade que anula e subordina a diferença cultural? (Hall, 2006, p. 59).

Percebe-se, assim, que uma cultura nacional é uma estrutura de poder cultural. A historiografia tradicional tratada no último capítulo, por exemplo, forja identidades nacionais que são excludoras, invisibilizando e menosprezando determinados elementos culturais que também constituem as nações. Assim, “a narrativa fundadora funciona para dar à identidade nacional a liga sentimental e afetiva que lhe garante uma certa

estabilidade e fixação, sem as quais ela não teria a mesma e necessária eficácia” (Hall, 2008, p. 85)”.

Nesse sentido, o multiculturalismo é um dos caminhos para questionar essa visão excludora das identidades e unidades nacionais:

Para a maior parte dos governos, grupos ou indivíduos que não conseguem administrar a diferença, aceita-la como constitutiva da nacionalidade, ela tem de ser contida ao espaço privado, a guetos, com maior ou menos repressão, porque é considerada um risco à identidade e unidade nacionais. Mas não há como negar que, cada vez mais, as identidades são plurais e as nações sempre se compuseram na diferença, mais ou menos escamoteada por uma homogeneização forçada, em grande parte artificial (Chiappini, 2002, p. 44).

Este é o caso das identidades platinas, e dentre elas, as gaúchas. A região platina é composta por diferentes Estados nacionais – Argentina, Uruguai, Brasil – cada qual possui suas identidades. Mas essa região ainda compartilha um elemento cultural entre suas fronteiras, que é a figura dos gaúchos. De acordo com o historiador José Luis Bendicho Beired (1996), os gaúchos são descendentes de espanhóis com indígenas, que vivem nas regiões dos pampas e exercem atividades voltadas principalmente para a pecuária¹⁰².

Assim, percebe-se “como a construção, cultura e identidade gaúcha perpassa pela fronteira dos pampas platinos, sendo aqui elemento pluricultural e integrador” (Barth, 2025, p. 02). Nesse sentido, tem-se ainda uma crítica ao termo do multiculturalismo, sendo evidenciada a ideia de interculturalidade, defendida pela educadora brasileira Vera Candau¹⁰³. O território da pampa é constituído por fronteiras humanas, sendo importante ressaltar que essas não são barreiras sólidas, mas, como indica o historiador Leandro Baller, “um espaço dinâmico de relações e de representações culturais” (2021, p. 33).

¹⁰² A gênese do tempo gaúcho é complexa, mas de modo geral surgiu na região dos Pampas, entre os séculos XVIII e XIX. A sua origem etimológica possui algumas hipóteses que indicam origem indígena, espanhola e até mesmo árabe-ibérica. E em síntese, o termo era utilizado na região platina para designar homens livres ou marginalizados que viviam nos campos, ligados ao campo e a vida fronteiriça. Indico aqui a obra da antropóloga brasileira Ondina Fachel Leal, *Os gaúchos: cultura e identidade masculinas no pampa*, para aprofundamento sobre essas questões. Para ela, “os gaúchos – tomados na acepção restrita do termo – são vaqueiros, trabalhadores rurais e da pecuária extensiva da região do pampa latino-americano” (Leal, 2019, p. 17).

¹⁰³ Para a pesquisadora brasileira a interculturalidade parte do reconhecimento de que as sociedades são plurais e compostas por diferentes grupos, como os povos indígenas, grupos étnicos, populações afrodescendentes. Sendo assim, a interculturalidade reconhece a diversidade cultural, promovendo o diálogo entre culturas e também questionando desigualdades e preconceitos.

Ainda nesse sentido, o historiador aponta como as dinâmicas culturais praticadas pela sociedade fronteiriça não se dão com viés de mão única, mas sim com interferências e influências de um e de outro povo. Portanto, no caso dos povos gaúchos é necessário reconhecer, primeiramente, a influência dos espanhóis e povos indígenas¹⁰⁴ para sua constituição, mas também as interferências de argentinos, uruguaios, brasileiros (e portugueses), e afrodescendentes para a formação de sua cultura ao longo dos anos.

Reconhece-se, assim, a condição de transcendência fronteiriça dentro do que se entende pelas fronteiras culturais, termo defendido pela historiadora Sandra Jatahy Pesavento, em que essas “remetem à vivência, às sociabilidades, às formas de pensar intercambiáveis, aos *ethos*, valores, significados contidos nas coisas, palavras, gestos, ritos, comportamentos e ideias” (Pesavento, 2002, p. 36).

Pensando nas fronteiras como elementos culturais, rompe-se com a história tradicional que reduz o sentido das fronteiras apenas como elemento demarcatório e geopolítico, reafirmando ainda seu estereótipo de lugar perigoso, violento e conflituoso. Muito dessa ideia tradicional de fronteira como espaço de violência originou a própria representação dos gaúchos como seres também violentos. Ademais, a sua ligação com os povos indígenas também influenciava para que esses fossem representados como bárbaros e/ou “selvagens”. Isabelle pontuou em seu relato:

A ideia de obediência entre os gaúchos tem certa semelhança com a do selvagem, que segue instintivamente o membro de sua tribo que consegue se impor aos outros por faculdades físicas sobrenaturais. É assim que os gaúchos obedecem cegamente a Rosas, ou a todo chefe que, como ele, sabe manejar o *lazo*, as *bolas*, ou o *cuchillo*, com destreza comparável à de um índio pampa (Isabelle [1835], 2006, p. 112).

O manejo do *lazo*¹⁰⁵, das *bolas*¹⁰⁶ e do *cuchillo*¹⁰⁷ remetem a objetos considerados como “armas brancas”, pois podem ser utilizados agressivamente, mas sua utilização normal é ligada ao trabalho. Esses três elementos se constituíram em símbolos culturais ao falar do povo gaúcho, e tornaram-se parte do imaginário construído. Para o viajante

¹⁰⁴ Povos Charruas, Minuanos e Pampeanos.

¹⁰⁵ O laço é uma corda de couro trançada que serve originalmente para laçar e aprisionar o gado, função essencial para o manejo do gado na pecuária. Esse também era usado como ferramenta de “guerra”, usado para capturar inimigos ou tomar peças de artilharia.

¹⁰⁶ A boleadeira serve para capturar e imobilizar animais, enredando suas patas para derrubá-los. Também eram usadas como elemento para “guerras” e brigas. Originalmente era uma arma de caça e guerra dos povos pampeanos, sendo introduzida a cultura gaúcha.

¹⁰⁷ As facas tinham um leque de propósitos para o trabalho no campo, mas também eram usadas para defesa pessoal, e como arma de guerra.

francês os gaúchos eram os homens do campo, e nasciam com uma vida puramente animal, “quase selvagem”.

O viajante francês apresentou ao seu leitor uma representação sobre a indumentária de um gaúcho. Ressaltou o uso do *poncho*¹⁰⁸, que seria indispensável, pois protegia da chuva, da poeira, do calor e do frio. Ademais, o *chiripá*¹⁰⁹ que era preso por cintas de couro, as quais ainda sustentavam atrás das costas um “facão na bainha”, as *bombachas*¹¹⁰, as “botas de potro”¹¹¹ com esporas¹¹², em que “com essa espécie de calçado, (...), esses homens são incapazes de suportar uma longa marcha a pé, o que os torna péssimos soldados de infantaria. Mas, a cavalo, cuidado!...” (Ibid. p. 160). Quanto ao chapéu, o francês diferenciou que na Banda Oriental usava-se um modelo redondo de largas abas retas, e em Buenos Aires seria um pequeno chapéu de forma elevada com abas estreitas e com um lenço atado debaixo do queixo.

Imagem 08 – Gravura de um gaúcho laçando um touro



Gaúcho laçando um touro

Fonte: Isabelle [1835], 2006, p. 164 – Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul

¹⁰⁸ Peça de lã ou algodão, com uma abertura no meio para enfiar a cabeça.

¹⁰⁹ Espécie de pano de tecido resistente enrolado na cintura e entre as pernas, preso por um cinto. Tem origem no campo, com os povos indígenas, e se tornou peça prática no cotidiano pois proporcionava liberdade de movimento para o trabalho e montaria, além de proteção contra o frio.

¹¹⁰ Espécie de calça larga abotoada no tornozelo. Sua origem vem do termo espanhol *bombacho* que significa “calças largas”.

¹¹¹ Seriam espécie de botas feitas com o couro das pernas de vacas ou cavalos, deixando livres os dedos dos pés.

¹¹² Utensílio metálico preso ao calcanhar utilizado para comunicar-se com o cavalo durante as montarias, dando-lhe estímulos para seu direcionamento.

Ao passar por Paissandu, na Banda Oriental, Isabelle relatou que estava vestido de forma semelhante, para ser bem visto e tratado como amigo pelos gaúchos, mas jurava que tinha o aspecto de um bandido:

Haviam-me aconselhado a desembarcar assim, afim de não provocar suspeitas de parte dos gaúchos, que não veriam com bons olhos o aparelhamento bélico que levávamos para caçar. Depois de causar a impressão desejada, retomei em parte minhas roupas de caçador. Só que, a cavalo, o poncho tornava-se obrigatório. Todas essas mudanças de roupas e de hábitos me causavam pouco, porque me acostumo facilmente às modas alheias, por mais ridículas que me pareçam à primeira vista. Nesse ponto, ponho inteiramente de lado os tolos preconceitos que levam, geralmente, meus caros compatriotas a censurarem tudo o que sai fora de seus hábitos, sem querer admitir que as circunstâncias locais possam forçar-nos a adotar este ou aquele gênero de vida. Aliás, não devem ser os hábitos de um povo que devem ser combatidos, e sim os caprichos daqueles que o governam mal (Isabelle [1835], 2006, p. 161).

Chega a ser irônico como o viajante francês se contradizia, pois, da mesma maneira que tecia comentários comparando os gaúchos com bárbaros, que seriam um povo violento, e pareciam bandidos, dizia estar livre dos preconceitos que seus compatriotas tinham com aquilo que saía “de seus hábitos”. Isso se dá pois, na medida em que o viajante escrevia seu relato, em 1834 e 1835, já podia estar cogitando sua viagem de retorno ao Uruguai, onde viveria por mais 40 anos.

Sendo assim, ele deveria manter certa modéstia ao falar dos povos que viviam nessa região, de modo a não criar má reputação. Ainda, quando o viajante pontuou a questão de combater os caprichos daqueles que governam mal, ele conseguiu usar um recurso de apelo em favor de determinado grupo político que ele apoiava, ou seja, os grupos republicanos liberais e centralizadores – partido unitário (Argentina), colorado (Uruguai) e os farrapos (Rio Grande do Sul).

É importante aqui, portanto, ater-se a toda questão política que também influenciou Arsène Isabelle a inventar determinada imagem dos gaúchos. Ao longo do seu relato o viajante deixou claro sua admiração pelos feitos de Bernardino Rivadavia, como ficou explicitado no capítulo 02 dessa dissertação, do mesmo modo, considerava o governo federalista de Rosas como ignorante, responsável pelo atraso; para ele, Rosas era um gaúcho por excelência:

Os esforços do virtuoso Rivadavia tenderam constantemente para esse fim (levar civilização), atingido por um instante, mas logo prejudicado pela guerra com o Brasil. Os partidários desse sistema foram chamados unitários. Aqueles que, ao contrário, nada fizeram pela pátria, aqueles cuja ignorância tornava incapazes de compreender a visão generosa dos homens esclarecidos, continuaram sob a influência dos monges, dos jesuítas e de todos os que tinham interesse em manter a anarquia. Conseguiram convencer-se de que a pátria seria escravizada; que os estrangeiros iam roubar-lhes o fruto de seu suor e do seu sangue; que se pretendia, enfim, favorecer as imigrações estrangeiras para exterminar os gaúchos. Desde então, encarado desse modo, o sistema unitário foi detestado pelos gaúchos, pois os corifeus desse partido ignorante os persuadiram facilmente de que era preferível que cada província se governasse de uma maneira independente, ligando-se apenas às outras para a defesa dos interesses comuns e para as relações com o estrangeiro, à maneira da Suíça. Os chefes principais da federação foram Artigas, Ramírez, López, Quiroga, o feroz Quiroja, originário do Chile, recentemente assassinado e, enfim, o general Rosas, o gaúcho por excelência e o grande campeão da federação (Ib., p. 100/101).

Percebe-se como Isabelle queria construir uma imagem de vilões e heróis, em que os heróis seriam os “homens esclarecidos”, os homens a favor do governo unitário, que ia ao encontro com as ideologias da Europa moderna. Já os vilões, ou seja, os federalistas, teriam conseguido “fazer a cabeça” dos gaúchos, para que esses viessem a apoiá-los, como se esses não fossem agentes históricos capazes de fazer suas próprias escolhas.

Importante pontuar que quando o viajante compara os gaúchos e até os povos indígenas com animais selvagens, ele invisibilizava seus saberes e culturas. Seria basicamente o mito do “bom selvagem”, como aquele inocente e incapaz de tomar suas próprias decisões. Portanto é necessário romper com esse pensamento, como propõe a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha.

De todo modo, o viajante inventou uma representação dos gaúchos como os que também estavam do lado dos vilões federalistas. Por serem ligados ao campo, e exercerem atividade pecuarista, eram vistos como sinônimo do atraso em relação à modernidade, pois rompiam com as ideias de industrialização imposta pelo sistema capitalista.

Quando o francês chegou às então antigas Províncias Unidas do Rio da Prata, essas estavam passando por uma guerra civil entre unitários e federalistas, que tinha o intuito de instituir o governo de Rosas em Buenos Aires. Nesse período o exército federalista era composto por forças indígenas e gaúchas. Isabelle narrou em seu relato como esses estavam sempre prontos para lutar, ressaltando a ideia de que esses eram ferozes e atroz.

Rosas era visto como o verdadeiro tipo gaúcho, e Artigas era apresentado de modo “feroz e cruel”, “cuja vida inteira foi uma sucessão de horrores, foi a causa principal das desgraças que afligiram durante dez anos as províncias do Rio da Prata” (Ibid., p. 290). Artigas foi uma figura essencial para o movimento de independência da Banda Oriental, como visto no capítulo 01, e é considerado até os dias de hoje no Uruguai como um herói nacional. Mas o francês considerava ambas figuras responsáveis pelo atraso da região platina, pois não defendiam governos centralizados, liberais e medidas que influenciassem a construção de indústria ou vinda de imigrantes europeus para a região.

Sobre os gaúchos, o viajante ainda os comparava com outras minorias étnicas que historicamente passaram por um processo de construção que as considerava como “inferiores”, como os tártaros¹¹³, beduínos¹¹⁴, e até mesmo aos “sertanejos e mamelucos do Brasil”. “Mameluco” era um termo utilizado para descrever uma pessoa de ascendência de portugueses e indígenas, já o sertanejo teria “correlação” com os gaúchos na medida em que esses também viviam nos campos, no interior do Brasil, e também eram considerados atrasados para a “civilização” e o progresso das cidades.

Isabelle pontuou que os gaúchos viviam nos campos, mais especificamente na região dos pampas, em suas estâncias ou aldeias pouco povoadas, “vivendo longe das mulheres, no meio de solidões imensas, são os mais embrutecidos e viciados” (Ibid., p. 113). Ademais, a adaptação e reprodução do gado europeu nessa região propiciou que a cultura gaúcha fosse adaptada e envolta pela sua relação com a pecuária, como no caso das próprias vestimentas e da alimentação.

O viajante, inclusive, pontuou sobre o churrasco: “diante do *costillar* e do *matambre*, que vão assando na ponta de um espeto cravado obliquamente na terra e sobre um fogo feito ao ar livre” (Ibid., p. 123), mas também o mate, como elemento sempre presente com as pessoas que viviam na região platina.

Ao longo do relato, e como pontuado no capítulo 02, a região urbana de Buenos Aires era vista com grande apreço por Isabelle, onde em alguns momentos percebia traços do modelo europeu de civilização e progresso na capital argentina. Contudo, ao chegar na região dos pampas a paisagem passava a ser vista como um “quadro infernal”, em que passavam gaúchos agrupando animais.

¹¹³ Grupo étnico turcomano que vive na região de Xinjiang, território autônomo no noroeste da China.

¹¹⁴ Povos nômades de origem árabe, historicamente habitam desertos da península Arábica, norte da África e Oriente Médio.

Para o viajante, essa condição era a de uma “vida errante e vagabunda”, e que fazia tê-los espírito de insubordinação. Dizia ainda que a independência alcançada pelas regiões platinas era selvagem, que assim não atingiram o “bem estar” que a civilização poderia garantir a eles. O francês não considerava outros *modos vivendi* que não tinham semelhanças com o seu universo cultural calcado pelo sistema capitalista, onde a ordem liberal e industrial era considerada como único modelo a ser seguido para alcançar determinado “progresso”.

Percebe-se aí a influência dos pensadores iluministas como Voltaire, Rousseau e Condorcet, os quais entendiam a história como um processo racional de progresso, em que a Europa era vista como o modelo universal de desenvolvimento. Nesse sentido a escrita da história era entendida como um “instrumento de esclarecimento” que legitimasse o progresso, daí a justificativa de considerar outras sociedades e povos como “atrasados” ou “bárbaros”.

Isabelle pontuava, por exemplo, que graças a Rivadavia, algumas das principais ruas de Buenos Aires haviam sido niveladas e calçadas, mas ao se afastar do centro, essa situação mudava: “ficaremos espantados de ver o escarpado das calçadas, que ladeiam ruas, ou antes, fossos profundos, lamacentos e intransitáveis em tempo de chuva...” (Ibid., p. 117). Mais afastado do centro urbano concentravam-se casas baixas e *pulperías*¹¹⁵, onde se viam cavalos amarrados em postes e gaúchos jogando cartas.

O viajante ainda aproveita para ressaltar novamente o caráter briguento e violento dos gaúchos: “Ainda é bom quando o jogo termina sem briga, pois, do contrário, a disputa será resolvida no meio da praça, com as longas facas de que estão sempre armados” (Ibid., p. 117). Ao fim do dia, ao anoitecer, Isabelle considerava que a cidade passava por uma mudança de “espetáculo”, e as cenas mais interessantes passavam a acontecer:

No momento em que a cidade começa a iluminar-se, o barulho cessa gradualmente: as *carretillas* e os carros já voltaram aos seus postos de paradas; os *changradores*, compostos de negros robustos, índios da Patagônia e mulatos, já estão junto de suas famílias nos quarteirões mais afastados; os gaúchos regressaram para os seus ranchos, enfim, tudo o que podia ofuscar a vista de um europeu recém-desembarcado, eclipsou para dar lugar a população decente e civilizada... (Isabelle [1835], 2006, p. 118).

É nítido como o francês considerava que a população branca e europeia seria a única capaz de garantir o ar da civilização. Os gaúchos, assim como os povos indígenas

¹¹⁵ Espécie de bar/cabaré, que também serviam como lojas de artigos úteis nos campos.

e afrodescendentes eram menosprezados, e as próprias políticas urbanas garantiam o afastamento desses do centro das cidades, tal como vemos nos dias de hoje com a presença de favelas, comunidades mais afastadas. Percebe-se que a dicotomia de civilização X barbárie também foi adequada ao tratar das localidades onde cada grupo vivia, sendo, portanto, Buenos Aires X Pampas, cidades X campo.

Durante sua passagem pela antiga Banda Oriental, enquanto subia o rio Uruguai, Isabelle chegou a comentar ironicamente como a casa dos gaúchos era uma “choça de terra, entremeada de caniços e coberta de palha, construída, enfim, com aquela simplicidade arquitetônica da idade de ouro” (Ibid., p. 178). Essa era composta pelo quarto de dormir e uma sala que também servia como cozinha, e a mobília era composta por elementos do couro cru do gado, assim como estacas e cabeças de bois. Ademais, nas paredes eram pendurados os *lazos*, as *bolas* e os arreios, para serem utilizados em suas atividades pecuaristas.

Ainda no caso dos gaúchos mais ricos, existia uma segunda habitação que servia como cozinha, dispensa e galinheiro. Não existia chaminé e o excremento dos animais domésticos misturava-se à exalação das carnes dependuradas ou dos couros estendidos, o que provocava um mau cheiro. Portanto, mesmo que existissem gaúchos mais ricos, esses ainda se enquadravam como desleixados e chucros.

Subindo pelo rio Uruguai, Isabelle pontuou novamente como alguns gaúchos da Banda Oriental eram criminosos, que devastavam estâncias, vendiam animais e couros roubados para os brasileiros. E quando atingiu o território da antiga Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, afirmou que as estâncias haviam se multiplicado nessas regiões, devido à grande parcela de animais (gado) roubados pelos gaúchos.

Interessante pensar no conceito de “fronteira manejada”, articulado por Mariana Flores da Cunha Thompson Flores ao pontuar sobre a construção do gaúcho como um bandido. Flores (2014) afirma que os espaços das fronteiras cumprem a função de separação e contato ao mesmo tempo, cabendo aos próprios fronteiriços lidar com essas discontinuidades, para manejá-las: “Por serem cientes de habitarem um espaço de fronteira, (...), valiam-se da incoerência inerente a esse espaço para manejar suas brechas” (p. 02).

Assim, Flores apresenta que existem diversas pesquisas, considerando a fronteira sul, que demonstram o leque de estratégias disponíveis nesse espaço, como é o caso do contrabando de gado:

Viver em um espaço de fronteira consiste em ter a permanente noção de que existe o ‘outro lado’ para onde se pode fugir e esconder a si ou o objeto do roubo, onde vigora outra soberania e diferentes interesses que oferecem larga possibilidade de estratégia social. O fato de que a fronteira podia servir como fuga e esconderijo sempre foi sabido pelos fronteiriços e um recurso recorrentemente utilizado, sendo assim, não se pode negar que o acesso relativamente fácil à fuga e à impunidade tornam esse ambiente não só propício, como convidativo para o crime (Flores, 2014, p. 04).

O espaço privilegiado pela historiadora é o dos atuais municípios de Alegrete, Uruguaiana, Quaraí e Santana do Livramento, em que estes três primeiros foram localidades percorridas por Arsène Isabelle no XIX. Ambos faziam/fazem limite com as antigas Províncias Unidas do Rio da Prata e Estado da Banda Oriental, atuais Argentina e Uruguai, sendo, portanto, parte das fronteiras meridionais platinas, e que segundo a historiadora, são percebidos como espaços instáveis, conflituosos e violentos. Ademais, essa é uma região em que a lida com a produção pecuária é elemento de excelência.

Portanto, a grande quantidade de gado e estâncias fomentou nos roubos desses animais serem “o tipo de crime mais frequente na documentação analisada, sendo também o crime contra propriedade com mais ocorrências em toda a província” (Flores, 2014, p. 10). Nesse sentido, a fronteira propiciava tanto a possibilidade de rebanhos atravessarem a fronteira, como do “ladrão” atravessar o limite político para cometer o crime¹¹⁶.

Assim, muitos sujeitos viviam da atividade de furtar o gado da fronteira como um meio de sobrevivência: “Em muitas dessas ocorrências pode-se inferir que havia certa especialização por parte do autor do furto, ou seja, ele costumava roubar e atravessar gado pela fronteira convertendo o delito em um negócio, havendo casos em que os ladrões agiam em grupo” (Flores, 2014, p. 10).

É imprescindível ressaltar que esse espaço das fronteiras dos pampas platinos não é uma região onde crimes aleatórios simplesmente acontecem, mas sim um campo particular de estratégias onde os fronteiriços atuam em seus cotidianos (p. 17). Compreende-se assim, que, as fronteiras possuem valor estratégico diante de práticas criminosas para além da questão da “ambiência”, mas também pela questão dos sujeitos que ali vivem. Similarmente é a questão do gaúcho como um bandido.

O gaúcho, como um ser de fronteiras, também se adapta às estratégias que essas propiciam, a fim de obter vantagens. Ao pensar nas próprias políticas platinas que eram contra a figura, cultura e costumes dos gaúchos, esses precisavam se readaptar e

¹¹⁶ Flores salienta que os crimes só podiam ser julgados no lugar onde aconteceram.

sobreviver. Esses sofriam preconceitos, principalmente na primeira metade do XIX, e apenas apontar e generalizar os mesmos como bandidos, violentos, servia para reverberar os estereótipos. Essa foi estratégia recorrente do viajante francês ao longo do seu relato.

Durante sua passagem pela antiga província de São Pedro, do lado brasileiro, o viajante trata dos gaúchos como “homens do campo”, que vivem uma vida “rústica” e “selvagem” e não aceitavam a industrialização da região:

Mas a preguiça e a indolência dos nativos são um obstáculo a toda espécie de inovação útil, e seria necessário que os estrangeiros dessem o exemplo... E, então?! Seriam acusados de despojar os nativos de sua indústria, porque é preciso saber que os brasileiros têm, como os argentinos, muita prevenção contra os estrangeiros. Falo, naturalmente, das pessoas pouco educadas, principalmente dos homens do campo, porque quase toda gente de certa cultura, na América do Sul, acolhe bem os estrangeiros e lhe oferece a mais generosa hospitalidade. Mas não acontece assim fora das cidades, onde a educação dos homens se limita a saber laçar ou bolear os animais com destreza, a domar um cavalo e montá-lo com garbo. Esses homens, meio selvagens, vêm com desagrado os estrangeiros que os obrigam a sair do seu gênero de vida rústica, para que se coloquem no nível da civilização ou tentem ao menos atingi-lo (Isabelle, [1835], 2006, p. 224/225).

Esses eram considerados sinônimo de barbárie para o viajante. Mas, durante sua passagem por Porto Alegre, ele ressaltou ainda a presença dos “homens de campanha” em que sua vestimenta “é mais rica que a dos gaúchos argentinos e orientais” (Ibid., p. 244). Essa questão decorre do momento pelo qual o viajante passava na região – vésperas da eclosão da Revolução Farroupilha, em que esses “homens da campanha” eram fundamentais pois representavam as bases militares e um tipo social distinto das elites urbanas de Porto Alegre, Rio Grande ou Pelotas.

A expressão “homens de campanha” referia-se aos habitantes das zonas rurais durante o século XIX, justamente porque esses viviam nas vastas planícies no sul do estado, ligados à criação de gado. Assim, esses podiam ser tanto os estancieiros (donos das estâncias), como os peões. Portanto, o termo teria uma conotação histórica mais ligada ao aspecto socioeconômico. Em contrapartida, o termo “gaúcho” se referia aos homens das fronteiras (que viviam do contrabando de gado), marginalizados, e que só a partir de meados da segunda metade do século XIX passou a ser incorporado como um tipo regional, tendo sentido cultural e identitário.

Durante a passagem pela capital sul-rio-grandense o viajante narrou que os cavalos desses homens teriam rabichos, barrigueiras e peiteiras, assim como o resto dos

arreios cobertos de prata. Já os homens levavam na mão um chicote, com o cabo também de prata e seu traje consistia em sólidas botas, largas bombachas de veludo azul-celeste, uma jaqueta de pano azul, um amplo manto de pano e chapéu com abas largas levantadas dos lados, preso sob o queixo por um barbicho. “Todos vão armados, em viagem, de uma longa espada como nos tempos da conquista, e de um par de pistolas que pedem do cinturão com uma pequena cartucheira” (Ibid., p. 244).

Nesse momento, Isabelle estaria narrando, portanto, os ditos “homens de campanha”, provavelmente nesse caso sendo os estancieiros, já que esses tinham poder econômico para apresentar “melhores trajes” e detalhes em prata. Ao se referir aos peões de fato, esses já seriam equiparados aos próprios “gaúchos”, ou ainda “homens do campo”.

Interessante perceber que, ao longo do relato, ao descrever a figura desses homens (“da campanha”, “do campo” ou propriamente os “gaúchos”), os elementos das armas e dos cavalos sempre apareciam junto. Assim, cria-se uma imagem de que sempre estariam prontos para as lutas, brigas ou atividades relacionadas aos crimes, mas também de que os cavalos seriam seus companheiros, para além de apenas um animal ligado às atividades da pecuária, mas também um amigo fiel.

Essas questões ajudam a criar uma imagem e imaginário que descrevesse os habitantes da zona rural em contraste aos da zona urbana, retomando a dualidade da barbárie e civilização. Isabelle inventou uma imagem dos gaúchos como figuras ligadas à violência, bandidagem, grosseria, que viviam nos campos, os quais eram ainda entendidos como lugares distantes do progresso. A atividade da pecuária, feita pelos mesmos, não era valorizada, assim como os pampas e as estâncias, muitas vezes compreendidas como locais “selvagens” e “rústicos”, considerados ainda como elementos negativos da América Platina.

Nesse sentido, a representação da figura dos “gaúchos” feita por Arsène Isabelle tinha o objetivo de criar um imaginário sobre esse povo, que os mantivesse como marginalizados, vistos como “inferiores” aos europeus, e como sinônimo da “barbárie” platina. Ao encontro, Said (2011) afirma que as representações se caracterizam por “manter o subordinado como subordinado, o inferior como o inferior” (p. 143), reverberando assim as disputas de poder.

4.2. Da selvageria ao mito: representações dos gaúchos nas fronteiras platinas

Apresentado de maneira pormenorizada como o viajante francês inventou a figura do gaúcho, detenho-me agora em discutir como as identidades gaúchas, entendidas aqui como intrínsecas ao elemento platino, foram pensadas ao longo dos anos em torno da região das fronteiras platinas. De antemão destaco como Nobert Elias, em *O processo civilizador, volume II – Formação do Estado e Civilização*, apresenta a questão da Civilização X Barbárie, ponto-chave para compreensão da formação do gaúcho ao longo dos anos.

Desse modo, os recém-formados Estados Nacionais americanos precisavam reconhecer determinadas identidades como as responsáveis pelo atraso e barbárie de suas nações, as quais essas deveriam ainda passar por um processo de evolução, no qual passariam do estado de barbárie para a civilização. Afirmo que, quanto às figuras dos gaúchos, essa questão pode ter sido realizada, não de maneira prática, mas teórica.

Isso se dá pois, durante muitos anos, suas identidades foram entendidas como atrasadas, ligadas à margem da sociedade, e o termo era visto como pejorativo. Muitas mudanças foram acontecendo, marcadas principalmente por disputas políticas e econômicas, e nos dias de hoje o “ser gaúcho” tornou-se sinônimo de orgulho, além de surgir como gentílico do atual estado do Rio Grande do Sul, no Brasil¹¹⁷, tornando-se assim um mito. Percebe-se assim uma certa higienização do termo “gaúcho” e esse é o ponto-chave deste tópico.

Aqui o termo mito é elencado a partir do que o antropólogo francês Lévi-Strauss propôs. Para ele o mito é uma forma de pensamento simbólico utilizado pelas sociedades para explicar e organizar a realidade, ou seja, a ideia de pensamento mítico busca compreender o mundo por meio de narrativas simbólicas. Seguindo essa perspectiva, o mito do gaúcho é entendido como uma construção simbólica que organiza e expressa valores, identidades e contradições presentes no Rio Grande do Sul. O mito da figura do gaúcho não trata de um personagem histórico, mas de uma narrativa cultural que simboliza um ideal de identidade regional, no caso do Brasil, e nacionais na Argentina e Uruguai.

¹¹⁷ Essa transformação se deu a partir do final do século XIX, em que se teve uma “invenção das tradições gaúchas”, questão discutida com profundidade pelo historiador Jocelito Zalla. O mesmo aponta como o gauchesco é uma apropriação das culturas populares gaúchas por grupos originalmente não gaúchos, e discute a “gentilização” do termo gaúcho, que só se tornou adjetivo pátrio no século XX.

A antropóloga Ondina Fachel Leal, em sua obra *Os gaúchos: cultura e identidade masculinas no pampa*, discute profundamente como o gaúcho se transformou em um “mito” identitário, ou seja, uma figura idealizada que representa valores e um modo de vida associado ao Rio Grande do Sul. A obra busca compreender como o gaúcho se tornou um símbolo cultural, analisando desde suas origens sociais quanto os processos de ressignificação do termo, levando-a esta ideia de “mito”:

O que me parecia relevante investigar então era como um determinado ethos, presente na vasta historiografia e literatura a respeito do ser gaúcho, era capaz de ir se modificando para, em diferentes períodos históricos, incorporar significados diversos que oscilavam entre fora da lei, trabalhador, herói, e como a noção de gaúcho fora apropriada para indicar identidade regional, no caso do Brasil, e identidades nacionais, no caso de Argentina e Uruguai (Leal, 2019, p. 18).

Nesse sentido, a literatura foi essencial para forjar uma ideia dos gaúchos como figuras míticas, em que esses passaram a ser apresentados como homens livres dos campos, corajosos, guerreiros, defensores da honra e liberdade, criando ainda símbolos como o cavalo, chimarrão, e os pampas. Contudo, é essencial se ater ao fato de que essa ideia de mito oculta contradições históricas como a desigualdade social dos campos, e a presença dos povos indígenas e população afrodescendente na formação da região. A ideia de mito portanto é excludora, selecionando determinados elementos da realidade e transformando-os em símbolos de uma identidade una.

As figuras dos gaúchos compõem-se de identidades de cada um dos Estados nacionais aqui citados (Argentina, Uruguai e Brasil), e o elemento fronteiriço é também determinante, pois permite que possamos compreender as disputas diplomáticas que perpassam suas representações ao longo dos anos. Para compreender a construção das figuras dos gaúchos e suas diferentes representações ao longo dos anos, que levaram à perda do sentido primitivo negativo do termo para a valorização dele, a literatura gaúcha desempenhou papel decisivo, a qual será analisada como apoio.

A formação e conceito das nações “argentinas”, “uruguaias”, “brasileiras” careciam de significados ao longo do XIX, e essas tentavam muitas vezes construir modelos de identidades únicas, silenciando e apagando diversos povos de sua história. Assim, pensar as identidades dos gaúchos como a de seres das fronteiras de ambas as nações, permite ainda perceber como essas foram construídas a partir de resistências

frente às representações estereotipadas, racializadoras, eurocêntricas e colonizadoras, como fora o caso de Isabelle.

As concepções identitárias desses países eram ligadas aos seus grandes centros urbanos (Buenos Aires, Montevideu, e Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente), e assim as regiões do interior eram negligenciadas e invisibilizadas. O interior foi construído historicamente como lugar distante, sem tanta importância econômica, e portanto, local da barbárie. Ambas as nações ainda consolidaram “processos civilizatórios” para “dominar” as terras do interior, tornando-as lucrativas, e com o objetivo de “domesticar” a população que ali vivia.

No Brasil, por exemplo, teve-se o movimento dos bandeirantes, que foi um conjunto de expedições organizadas por paulistas com os objetivos de apreensão de povos indígenas para o trabalho escravizado, expansão territorial, buscas de pedras preciosas, entre outros. No século XVII, bandeirantes liderados por Antônio Raposo Tavares (1598-1658) e Manuel Preto (séc. XVI – 1630) atacaram as missões das reduções dos Tapes, localizadas nas margens do leste do rio Uruguai, no território brasileiro.

Essas expedições acabaram com o projeto jesuítico-espanhol na atual região do Rio Grande do Sul, o que favoreceu a colonização portuguesa na região, dando origem a disputas fronteiriças como vimos no capítulo I¹¹⁸. No século XIX esses movimentos continuavam, principalmente por meio das expedições que os próprios governos e suas instituições organizavam, com o intuito de explorar seus territórios. Nelas, o papel dos viajantes-naturalistas tornou-se imprescindível, na medida em que tinham a tarefa de produzir relatos, pinturas e posteriormente fotografias, coletar espécies botânicas e da fauna.

Assim, construíram-se representações sobre o interior das nações, colocando-as sob os signos da barbárie. Nesse sentido, os povos que viviam nessas regiões também

¹¹⁸ Conforme discuti em meu Trabalho de Conclusão de Curso – *Etnização e a gênese identitária sul-riograndense: uma análise a partir dos relatos de Arsène Isabelle (1807-1888)* (2024), esse movimento fez com que os povos indígenas e os jesuítas fugissem para a margem direita do rio Uruguai, gerando, segundo Maestri (2021) “desorganização das reduções jesuíticas e despovoamento relativo dos atuais territórios sul-riograndenses”. A partir desse momento de abandono, grande quantidade de gado foi deixada na região, originando novas espécies de gado considerado selvagem, como o *cimarrón*, constituindo futuramente a atividade agropecuária na região. Em meio a esse cenário a coroa portuguesa ainda decidiu fundar a colônia do Santíssimo Sacramento, na margem esquerda do rio Uruguai, que passou a ser ponto de disputa entre as coroas ibéricas. Nesse momento, a coroa espanhola responde os ataques fundando novas reduções jesuíticas – os Sete Povos das Missões. Posteriormente, em 1695, com a descoberta das minas de ouro na atual região de Minas Gerais, os bandeirantes passaram a atacar novamente a região para exploração do gado, que servia tanto como recurso na alimentação, quanto no transporte da atividade mineradora.

seriam “desconsiderados” para afirmação das identidades nacionais, pois esses eram sinônimo do atraso. No caso da Argentina, Bruno Aranha explicita em sua tese:

...os argentinos, ao mesmo tempo em que elegeram a Europa – e em alguns casos os Estados Unidos – como lugar da civilização, também identificaram em grupos populares a sua “barbárie interna”. Eram eles os mestiços ou *gauchos* que acompanhavam os caudilhos nas lutas federalistas que se estenderam de 1820 a 1870. Estes grupos sociais eram considerados como “desvirtuadores” do caminho rumo à civilização, defendido pelos liberais, sobretudo centrados em Buenos Aires. Os lugares recônditos, distantes da cidade-porto, com população indígena ou miscigenada e ainda carente de um sistema educacional formal eram foco de críticas, desconfianças, precauções, projetos e ações daqueles que carregavam os ideais urbanos, ilustrados, modernos e civilizados (Aranha, 2014, p. 33).

Ainda, de acordo com Aranha (2014), o discurso da Civilização X Barbárie passou a se acentuar na Argentina a partir de 1829, momento em que o Federalista Rosas tomou o poder, o que representava, segundo os unitários, uma vitória da barbárie no país. É em meio a esse cenário que o viajante Louis Frédéric Arsène Isabelle passa pela região, com seu viés republicano e liberal, ele concordou e acentuou os discursos que afirmavam o lugar do gaúcho como um selvagem, rústico e bruto. Inventou uma ideia da América Platina e seus povos que foi ainda difundida pela Europa e pela própria região.

É nesse momento (1837) que surge também a famosa *Generacion del 37*, movimento intelectual argentino formado por unitários que se reuniam no Salão Literário de Buenos Aires para debater ideias políticas, sociais e filosóficas. Com aspirações no Romantismo europeu, Hohlfeldt (2006) afirma que esse foi idealizado utopicamente pelos pensadores latino-americanos, e assim “alguns de nossos primeiros intelectuais, especialmente escritores, mescla de filósofos e ficcionistas, idealizavam nossa imagem a à semelhança da imagem que se criou de nós no outro continente” (p. 39).

Além de forjarem determinados modelos de identidades nacionais, conforme os modelos europeus, esses teóricos platinos ainda defendiam a ideia de república democrática, e utilizavam a literatura como principal ponto de luta e denúncia do governo de Rosas¹¹⁹. Dentre seus principais expoentes temos o político e pensador econômico

¹¹⁹ Inclusive, a polarização política e a oposição do governo de Rosas fizeram com que muitos dos membros da Geração de 37 fossem exilados.

Juan Bautista Alberdi (1810-1884), o escritor Esteban Echeverría (1805-1851) e o escritor e político Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888)¹²⁰.

Esteban Echeverría escreveu a primeira obra argentina de ficção em prosa: *El Matadero*, escrita em 1838 e publicada postumamente em 1871 pela *Revista del Río de la Plata*. A obra apresenta uma sátira política e alegoria violenta sobre o governo de Rosas, considerado como um tirano. A história que se passa em um matadouro de Buenos Aires serviu como metáfora para Echeverría denunciar a repressão política e social da época. O autor chegou a partir para o exílio em 1840, para Montevideu, onde acabou falecendo sem retornar ao seu país.

O matadouro representaria a sociedade argentina sob o regime de Rosas e, portanto, a barbárie e a violência. Nesse ambiente, os trabalhadores (carneadores, matadores) seriam expressivamente os gaúchos, retratados como brutais. O personagem principal, que seria um jovem unitário que representava a civilização e a razão, é capturado por esses trabalhadores por conta de sua oposição política, e morre na mão deles.

Percebe-se, assim, que as questões políticas e econômicas da época, assim como seus ideais, influenciaram Echeverría a construir uma representação que, assim como a de Isabelle, perpetuasse a imagem dos gaúchos de forma negativa, como parte de um ambiente selvagem e rude. Eles foram retratados como violentos, submissos a Rosas e sem consciência política. Para o autor, assim como para maioria dos unitários, os gaúchos não deveriam ser considerados como pertencentes à nação e identidade argentina, pois eram o atraso. Essa obra teria sido a responsável por inaugurar o debate que marcaria a literatura argentina entre a dicotomia de civilização e barbárie.

Mas foi Domingo Faustino Sarmiento que se tornou o grande expoente desse debate. Este nasceu na região de San Juan, no interior da Argentina, e vinha de origens humildes, mas sua ambição e paixão pela educação e conhecimento levaram-no a buscar sua ascensão social, assim como o progresso da nação. Sarmiento ainda viveu parte de sua vida exilado no Chile, fugindo da perseguição política de Rosas, onde escreveu a clássica obra *Facundo: Civilização e Barbárie* (1845).

Primeiramente a obra foi publicada em capítulos no periódico chileno *El Progreso*, só depois foi republicada em formato de livro. É ao mesmo tempo uma biografia e um manifesto ideológico, em que o autor analisa a figura de Juan Facundo

¹²⁰ Importante salientar que o grupo não apresentava necessariamente um conjunto homogêneo de ideias, como aponta Bruno Aranha em sua tese (2014).

Quiroga, (1788-1835) um caudilho/gaúcho, para pensar sobre as motivações da nação argentina viver sob regimes autoritários e violentos como de Quiroga e Rosas. Ademais, em meio ao cenário de guerra-civil entre unitários e federalistas, Sarmiento posicionava-se em favor dos primeiros, “qualificando o outro como a barbárie a ser erradicada na Argentina” (Aranha, 2014, p. 36).

A obra apresenta uma narrativa sobre a vida de Juan Facundo Quiroga, a quem Isabelle o cita como “feroz Quiroga” ao longo do relato, em que Sarmiento explora como o homem do campo se tornou um caudilho poderoso e sua figura é posta como símbolo da irracionalidade e da brutalidade que teria dominado a nação, ou seja, seria o domínio da barbárie sobre a civilização: “La naturaleza campestre, colonial y bárbara, cambiöse en esta metamorfoses en arte, en sistema y en política regular...” (Sarmiento, [1845], 2018, p. 35).

Para o autor, Rosas seria o herdeiro político de Facundo: “Facundo no há muerto; está vivo en las tradiciones populares, en la política y revoluciones argentina; en Rosas, su herdero, su complemento” (Ibid., p. 35). Em outro trecho afirma: “Facundo, provinciano, bárbaro, valiente, audaz, fue reemplazado por Rosas, hijo de la culta Buenos Aires, sin serlo él; Por Rosas, falso, corazón helado, (...) y organiza lentamente el despotismo com toda la inteligencia de un Maquiavelo” (Ibid., p. 35).

A pampa foi apresentada como um local vasto, sem fronteiras claras, isolado e com ausência de instituições. Nesse espaço viviam os *gaúchos*, postos como homens livres e corajosos, contudo rudes e sem educação. As figuras de Facundo, dos pampas e dos *gaúchos* foram apresentadas como a barbárie da nação argentina. Para alcançar a civilização, Sarmiento propunha que o país deveria ser urbanizado, passar por uma europeização dos costumes, pôr fim aos governos dos caudilhos e defendia a educação como instrumento de transformação nacional¹²¹.

Da mesma maneira como Isabelle apresentou a dicotomia da Civilização X Barbárie em seu relato, Sarmiento incorporou essa dualidade, apontando como a civilização se identificava com a influência europeia, os grandes centros urbanos, partido unitário, e a barbárie era ligada aos elementos latino-americanos, aos pampas (campo/zona rural), e ao federalismo (Facundo e Rosas). “Ao tentar descrever o caráter

¹²¹ Quando Sarmiento tornou-se presidente da Argentina (1868-1874), ele inclusive implementou reformas que institucionalizassem a educação pública, gratuita e laica no país. Ele criou instituições para formações de professores, escolas primárias, implementou bibliotecas populares. Contudo, valoriza uma educação nos moldes europeus, e chegou a enviar professores argentinos para estudar no exterior, além de contratar profissionais estrangeiros para organizar o ensino de acordo com uma educação de valor positivista.

nacional do país, Buenos Aires era apresentada como concentração da civilização argentina, (...), símbolo de progresso e educação. Já o restante do país – seu interior – estaria condenado a barbárie, tendo muitas áreas desocupadas, consideradas desertos – região dos pampas” (Barth, 2025, p. 09/10).

El hombre de la ciudad viste el traje europeo, vive de la vida civilizada, tal como la conocemos em todas partes: allí están las leyes, las ideas de progreso, los medios de instrucción, alguna organización municipal, el gobierno regular, etc. Saliento del recinto de la ciudad, todo cambia de aspecto: el hombre de campo lleva outro traje, que llamaré americano, por ser común a todos los pueblos, sus hábitos de vida son diversos; sus necesidades, peculiares y limitadas; parecen dos sociedades distintas, dos pueblos extraños uno de otro. Aún hay más: el hombre de la campaña, lejos de aspirar a semejarse al de la ciudad, rechaza con desdén, su lujo y sus modales cortesés, (...) Todo lo que hay de civilizado en la ciudad, está bloqueado allí, proscripto afuera, y el que osara mostrarse con levita, por ejemplo, y montado en silla inglesa, atraería sobre sí las burlas y las agresiones brutales de los campesinos (Sarmiento [1845], 2018, p. 58).

Percebe-se aqui que os povos que viviam nos campos, esses “homens das campanhas”, gaúchos e povos indígenas estavam associados ao atraso, à instabilidade, a um estado de vida comparado à selvageria e rusticidade. Esses seriam ainda brutos, bravos e “chucros”, já que não aceitavam o “modo de vida” europeu: “La vida primitiva de los pueblos, la vida eminentemente bárbara y estacionaria, la vida de Abraham, que es la del beduino de hoy, asoma en los campos argentinos, aunque modifica por la civilización de un modo extraño” (Ibid., p. 58/59).

Interessante perceber as aproximações entre as obras de Isabelle e Sarmiento. Na mesma medida que o viajante francês faz comparações dos povos gaúchos aos beduínos e tártaros, o autor argentino também as faz: “El progreso moral, la cultura de la inteligencia descuidada en la tribu árabe o tártara, es aquí no sólo descuidada, sino imposible. (...) Así, pues, la civilización es del todo irrealizable, la barbarie es normal” (Ibid., p. 60/61).

Ademais, Isabelle chega a comparar Buenos Aires e o governo de Rivadavia com Atenas, enquanto Rosas teria transformado a mesma em uma Lacedemônia. Sarmiento utiliza-se desse mesmo recurso, comparando a vida no campo com a vida espartana: “Pero lo que presenta de notable esta sociedad, en cuanto a su aspecto social, es su afinidad con la vida antigua, con la vida espartana o romana, si por otra parte no tuviese una semejanza radical” (Ibid., p. 60).

Sarmiento apresenta a figura do *gaúcho* como ignorante e incapaz de mudar a situação do país. Para ele a vida no campo acabou desenvolvendo nos *gaúchos* apenas aptidões físicas, e seu caráter moral era medido pela capacidade de vencer conflitos, do poder que tinham sob a natureza, principalmente no que se refere à criação do gado. Eram ainda fortes e altivos.

As crianças exercitavam suas forças e aprendiam desde cedo o manejo dos *lazos y bolas*, e ao aprenderem a caminhar já montavam a cavalo. Na medida em que se fortaleciam, já passavam a percorrer os campos, e na puberdade já domavam cavalos selvagens, “la muerte es el castigo menor que les aguarda, si un momento les faltan las fuerzas o el coraje”. Ao tornarem-se adultos, já eram *gaúchos* completos:

De manera que si esta disolución de la sociedad radica hondamente la barbarie, por la imposibilidad y la inutilidad de la educación moral e intelectual, no deja, por otra parte, de tener sus atractivos. El *gaúcho* no trabaja; el alimento y el vestido lo encuentra preparado en su casa; uno y outro se lo proporcionan sus ganados, si es propietario; la casa del patrón o pariente, si nada posee. Las atenciones que el ganado exige, se reducen a correrías y partidas de placer. La herra, que es como la vendimia de los agricultores, es una fiesta cuya llegada se recibe con transportes de júbilo: allí es el punto de reunión de todos los hombres de veinte leguas a la redonda; allí, la ostentación de la increíble destreza en el lazo (Sarmiento [1845], 2018, p. 64).

Em sua obra, Sarmiento ainda constrói quatro diferentes imagens de *gaúchos*: *el baqueano*, que seria mais reservado e conhecedor do território (os generais poderiam usar dele para seus interesses de exploração territorial); *el cantor* eram aqueles andarilhos que ganhavam a vida com seus versos – *payadas*; *el malo* seria o temido, fora da lei, perseguido pela justiça; por fim *el rastreador*, que era útil para encontrar os *gaúchos males* e entregá-los à administração.

Mas de todo modo a força física, sua destreza e o manejo com o cavalo seriam os aspectos cruciais, além de seus hábitos *pendencieros* (propensos a brigas e confusões) estarem enraizados em suas vidas íntimas, gerando inclusive sentimento de honra. Sarmiento ainda destacava que esses não andavam sem seu *cuchillo*, “a más de un arma, es un instrumento que sirve para todas sus ocupaciones: no puede vivir sin él (Ibid., p. 83).

É possível perceber que teorias evolucionistas, racializadores e o discurso dos elementos da modernidade estão imbricados na obra de Sarmiento, assim como nos relatos de Arsène Isabelle. Quanto às representações da figura do *gaúcho*, ambos

construíram imagens que se aproximam, ressaltando aspectos como sua braveza, relação com os campos e atividades pecuaristas. Assim, ambos respaldavam suas ideologias em teorias eurocêntricas do século XIX.

Não consegui identificar em minhas pesquisas se Sarmiento e Isabelle chegaram a se conhecer de fato, ou se o autor argentino teria lido o viajante francês. Contudo, percebi que Sarmiento conhecia alguns relatos de viagem, como os de Humboldt, pois faz citação direta a ele em sua obra. Ademais, como pontuado no capítulo anterior, do mesmo modo de Isabelle, Sarmiento chegou a ter publicações no periódico *El Nacional*, o que possibilita que o argentino tenha conhecido ao menos os escritos do viajante francês.

Também deve-se analisar as aproximações dos tempos históricos em que Isabelle escreveu seu relato. O viajante francês conheceu uma Argentina que passava por disputas entre unitários e federalistas, e por sua ideologia liberal e republicana, se identificava com os primeiros. Portanto, para ele, os federalistas/caudilhos/gaúchos eram os inimigos. Sarmiento viveu na nação marcada por essas disputas, inclusive foi alvo dos federalistas ao ser exilado durante o governo de Rosas, assim, os gaúchos para ele também eram sinônimo de inimizade, eram a barbárie.

Percebe-se, assim, como as literaturas são frutos de sua época, e das ideologias de seus autores. O governo de Rosas chegou ao fim em 1852, devido a sua derrota na Batalha de Caseros¹²². Justo José de Urquiza (1801-1870) assumiu o governo argentino até 1860, o que significava a ascensão dos ideais da Geração de 37 no poder. Sarmiento, em 1868, também chegou ao poder. Aqui as ideias de progresso e modernização eram defendidas, ligadas ao ideal de se alcançar a civilização plena na região platina, vivia-se um período de consolidação do Estado Nacional.

A modernização acelerada, centralização do governo em Buenos Aires, expansão da economia agroexportadora e tentativa de “civilizar” o interior, como por exemplo a região dos pampas, marcavam o momento em que a obra *El gaúcho Martín Fierro* foi produzida por José Hernández (1834-1886). Se antes a figura dos gaúchos era posta como sinônimo de barbárie, agora esses tornavam-se símbolo de resistência e de valorização de

¹²² Essa foi uma batalha dentro da Guerra do Prata, também conhecida como Guerra contra Oribe e Rosas. Foi uma disputa entre Argentina, Uruguai e Brasil pelo controle do Paraguai e Rio da Prata. Nesse momento Rosas queria estender sua influência sobre o Uruguai e controlar a navegação do Rio da Prata, entrando em conflito de interesses com o Império brasileiro, Uruguai, além da Inglaterra e França. Assim, foi formada uma aliança para derrotar Rosas composta pelo império brasileiro, o partido colorado uruguaio (liderados por Rivera) e a unitários argentinos (liderados por Urquiza).

uma identidade essencialmente platina. Mesmo que os gaúchos fossem marginalizados, forçados a serviços militares e perseguidos como “vadios” pelas leis de recrutamento compulsório, a valorização de sua cultura vinha sendo privilegiada.

Importante salientar que a própria ideia de barbárie foi se alterando ao longo dos anos 1800, “sendo que na primeira metade do século XIX o imaginário aceitava a figura do “bárbaro” como possível de se pacificar ou civilizar (indígenas e gaúchos). Já na década de 1870, o “bárbaro” já não teria salvação, sendo necessário dar fim a essa situação que continuaria atrasando o país” (Barth, 2025, p. 11). E para Hernández, a figura do “bárbaro” se enquadrava apenas aos povos indígenas, havendo defesa dos gaúchos.

Hernández nasceu na província de Buenos Aires e cresceu no ambiente rural dos pampas argentinos, tendo contato com o modo de vida dos gaúchos. Contudo, “seu pai era administrador de estâncias, e seu avô materno tinha ascendência militar, o que gerava um olhar de repulsa aos indígenas, que eram vistos como inimigos” (Barth, 2025, p. 11).

Era engajado no partido federalista e envolveu-se cedo com jornalismo político, em que denunciava “desmandos” dos governantes unitários. Participou de guerras civis e chegou a ser exilado, em 1870. Durante seu exílio em Montevideu (Uruguai) e Santana do Livramento (Rio Grande do Sul – Brasil), escreveu sua obra épica. Essa foi publicada pela primeira vez em 1872, no periódico argentino *La República*, em formato de folhetim. A obra segue o modelo de poema narrativo, inspirado nas *payadas* – rimas improvisadas de trovadores gaúchos, e foi uma crítica às injustiças sociais e ao abandono dos homens do campo, os gaúchos.

O cenário da obra é o processo de expansão do Estado argentino sobre o interior, tendo uma profunda ligação com o processo da Conquista do Deserto, que foi uma campanha militar empreendida pelo Estado entre 1878-1885, liderada por Julio Argentino Roca (1843-1914). O objetivo era dominar os territórios habitados por povos indígenas na Patagônia e nos Pampas, para expandir as fronteiras agrícolas, garantir a produção agropastoril e integrar todo território nacional sob um projeto de modernização liberal.

Antes dessas campanhas militares serem inclusive respaldadas por leis¹²³, os gaúchos já eram usados pelo Estado em guerras internas e de fronteiras, e durante a Conquista do Deserto, essa questão aumentou expressivamente. Muitos gaúchos eram recrutados à força para lutarem contra os indígenas e servirem os exércitos, e não

¹²³ De acordo com Passeti (2012), foi aprovada a lei 947/1978 que concretizava o avanço territorial até os rios Negro e Neúquem.

recebiam reconhecimento ou recompensas. Essa marginalização e violência do Estado são os temas centrais da obra de Hernández.

Essas desventuras, transformadas em versos por José Hernández em 1872, desde anos anteriores vinham sendo por este denunciadas (jornais e publicações várias), principalmente a questão do envio de “vagos” gaúchos às fronteiras para o combate contra os indígenas: era necessário servir ao Estado argentino em consolidação, pois este não admitia “vagos”, “selvagens” e “bárbaros” em seu território. Os indígenas são expulsos, forçados a alianças ou mortos; como instrumento de ação são “convocados” os gaúchos, outro problema para o Estado: o que se buscava, naquele momento, era a resolução de dois problemas: por um lado, os indígenas ofereciam resistência e ocupavam territórios desejados pelos grandes proprietários de terras e comerciantes; por outro, os gaúchos, que, numa época em que se tentava transformar a mentalidade, hábitos e costumes dos habitantes da Argentina, em nome do progresso, representavam o oposto ao progresso, vivendo livres nos pampas imersos em sua própria cultura (Pinto, 2013, p. 12).

Esse foi o contexto de denúncia de Hernández. A obra *El gaúcho Martín Fierro*, portanto, narra a história de um *gaúcho* que foi impelido a participar dos conflitos contra os povos indígenas, resolvendo dois problemas para o Estado argentino de uma só vez: extermínio e submissão dos povos indígenas por meio dos gaúchos, que embora fossem vagos, também eram “fortes” e bravos. Martín Fierro é convocado para participar das lutas; em troca de receber recompensas, o que não ocorreu de fato.

Já nos primeiros versos é ressaltado como o *gaúcho* se sentia ao ser perseguido e considerado como um bandido pelo Estado. Ao longo do poema, vão sendo apresentadas lembranças dos tempos em que o personagem era feliz pela liberdade de viver em sua terra: “Mi gloria es vivir tan libre como el pájaro del cielo; no hago nido en este suelo ande hay tanto que sufrir, y naides me ha de seguir cuando yo remuento el vuelo” (Hernández [1872], 1964, p. 09/10).

No segundo canto são apresentadas essas memórias, de modo a expor como era a vida do *gaúcho*, enquanto o personagem demonstra como estava sofrendo por ter sido obrigado a abandonar sua vida, sua cultura. São ainda elencados elementos que compõem a figura do gaúcho: suas esporas, as vestimentas/ferramentas com couro, laços e a relação do mesmo com os cavalos:

Éste se ata las espuelas, se sale el outro cantando, uno busca un pellón blando, éste un lazo, outro un rebenque, y los pingos relinchando los llaman dendê el palenque. El que era pion

domador enderezaba al corral, ande estaba el animal – bufidos que se las pela... – y, más malo que su aguela, se havia astillas el bagual. Y allí el gaúcho inteligente en cuanto el potro enriendó, los cueros le acomodó, y se le sentó em seguida, que el hombre muetra en la vida la astucia que Dios le dió (Hernández [1872], 1964, p. 12).

Aqui a figura do *gaúcho* já passava por uma valorização, na medida em que esse era apresentado por suas boas recordações, mostrando inclusive uma ligação e sentimento de honra pela sua cultura e identidade: “Ricuerdo... que maravilla! Como andaba la gauchada siempre alegre y bien montada y dispuesta pa el trabajo; pero hoy en día... barajo! No se la ve de aporriada” (Ibid., p. 13). Contudo sua vida plena nos pampas foi interrompida pelas perseguições das autoridades argentinas, e agora os *gaúchos* passariam a viver com medo, fugindo.

A partir daí passam a ser explorado as injustiças e opressões que os *gaúchos* sofriam das autoridades: “Áhi comienzan sus desgracias, ahi principia el pericón; porque ya no hay salvación, y, que usted quiera o no quiera, lo mandan a la fronteira o loenchan a un batallón. Ansí empezaron mis males lo mesmo que los de tantos” (Ibid., p. 16). No terceiro canto são apresentados os versos de Martín Fierro nas lutas, ficando claro as críticas contra o governo: “Si eso es servir al gobierno, a mí no me gusta el como” (Ibid., p. 21).

Mesmo que Hernández fizesse essa valorização dos povos *gaúchos* e sua cultura, o mesmo não ocorria com os povos indígenas. Esses eram vistos ainda como “selvagens”, perigosos e bandidos. São ainda elencados os “*malones*”, que se referiam a ataques rápidos e surpresa realizados por povos indígenas no sul da América como forma de resistência e busca de recursos em que tinham o objetivo de saquear gado, obter suprimentos, impor sua soberania ou até a destruir propriedades. Para Hernández, os *malones* eram a prova de que os povos indígenas eram violentos.

Hernández também deixa clara sua crítica aos gringos, ou seja, os estrangeiros/europeus que teriam imigrado para a região platina. Para ele, esses eram “frouxos”, não tinham serventia, não sabiam nem montar a cavalo e passavam o tempo apenas jogando conversa fora. Existia uma valorização pela cultural estritamente nacional, sem incorporar elementos exteriores. Assim, a cultura gaúcha passava a ser exaltada e compreendida como uma das constituidoras da identidade platina. Assim, ao longo do poema é construída uma imagem dos *gaúchos* como corajosos, ativos, que não se deixavam abalar por situações difíceis, trabalhadores.

A sua relação com a natureza é exaltada, de modo que até sua sabedoria era ligada com a mesma, e era nos campos dos pampas que o *gaúcho* conseguia ser livre e suprir seus desejos. Quando Martín Fierro retorna das lutas, percebe que seu rancho havia sido destruído, e sua mulher e filhos tinham saído dali. Nesse momento ele jurou “ser más malo que una fiera”. Aqui tem uma virada na obra, e o *gaúcho* passa a ser apresentado como astuto, forte e bravo: “Yo he sido manso, primeiro, y seré gaúcho matreiro en mi triste circunstancia...” (Ibid., p. 44).

A ira do *gaúcho* é então posta como uma resposta às opressões do Estado; sua violência, portanto, tornava-se justificada. A partir desse momento Martín Fierro passava a andar sem rumo, desesperado, bebendo e se metendo em algumas confusões – matou um homem negro e um *gaúcho*.

Le llaman ‘gaucho mamar’ si lo pillan divertido, y que es mal entretenido si en un baile lo sorprenden; hace mal si se defende y si no, se ve... fundido. No tiene hijos, ni mujer, ni amigos, ni protectores, pues todos son sus señores sin que ninguno lo ampare; tiene la suerte del guey, y donde ira el guey no are? Su casa es el pajonal, su guarida es el desierto; y si de hambre médio muerto le echa el lazo a algún mamón, lo persiguen como a pleito porque es un ‘gaúcho ladrón’ (Hernández [1872], 1964, p. 53).

Hernández apresenta de maneira crítica como o *gaúcho* era posto pela elite, acentuando que muitas de suas ações eram decorrentes do seu lugar social de menosprezo, da opressão que viviam. Assim, esses tinham uma “sorte maldita” em ser *gaúchos*, pois ao mesmo tempo que eles tinham apreço por sua cultura e identidade, os governantes os viam apenas como brutos, “*malos*”, bandidos.

O *gaúcho* tentava se proteger andando pelos pampas, sem rumo e sem destino. Se sentia sozinho, mas sempre estava desperto para fugir das autoridades. Mesmo passando por desgraças: “su esperanza es el coraje, su guardia el la precaución, su pingo es la salvación, y pasa uno en su desvelo sin más amparo que el cielo ni otro amigo que el facón” (Ibid., p. 57). Variados aspectos da cultura *gaúcha* vão sendo apresentados ao longo da obra como aspectos voltados à vestimenta, à alimentação, às festas (bailes), sua relação com o cavalo como companheiro, e suas atividades agropecuárias. O seu comportamento violento é justificado pela necessidade de se defender.

Ao fim da narrativa Martín Fierro se dirigia ao “deserto”, onde estariam os “selvagens indígenas”, pois nos pampas que vivia antes, não conseguia mais ter o sossego de sua vida interior. Existe ainda uma segunda obra de Hernández, intitulada *La vuelta de Martín Fierro* (1878), que narra o retorno do *gaúcho* do deserto, e o que lá vivenciou,

“sua intenção ao retornar é ser novamente reinserido, através do trabalho, na comunidade que antes tinha abandonado” (Pinto, 2013, p. 31). Essa não será aqui analisada, mas percebe-se como o escritor tinha o intuito de inserir o povo gaúcho na identidade nacional argentina, apresentando-os de maneira diferente de como Isabelle e Sarmiento os percebia.

O poema de José Hernández estava inserido dentro do que se conhece por “literatura gauchesca”, um gênero literário que surgiu no século XIX em torno da América Platina, e está atrelado ao contexto de formação das identidades nacionais¹²⁴. Esse gênero apresenta como principais temáticas a vida, cultura e costumes dos gaúchos. Algumas de suas características são o protagonismo gaúcho, em que se passou a ser construída a imagem do homem livre e corajoso, temáticas que envolvem as vidas nas estâncias, confronto entre campo e cidade, e poder político.

Ademais, seu estilo mistura a narrativa e a oralidade, em que prevalece um tom popular. Borges (1985), chama a atenção para o fato de que essa literatura não era escrita pelos gaúchos de fato, mas sim por pessoas educadas que viviam em Buenos Aires ou Montevideú, mas ainda assim é considerada popular pelo uso da linguagem que imitava a oralidade. Conforme indica Pablo Rocca (2002), a linguagem da gauchesca separa e une, em primeiro lugar pois trata-se de uma “linguagem técnica”, pois:

Se a linguagem dos gaúchos no século XIX, do qual obviamente não restam constantes orais, foi um fenômeno vivo e renovável, a linguagem da gauchesca é ‘atópica, ou seja, não registra fielmente a fala, nem o presente, nem o passado, de nenhuma determinada região’. Porque ‘em quase todos os autores, os gauchismos são precisamente isto: modelos preestabelecidos, formas estereotipadas que, segundo se supõe, caracterizam a linguagem gaúcha em forma atópica, sem distinção de lugar (Rocca, 2002, p. 73/74).

Em segundo lugar, ela une pois está presente em torno da região da América Platina, tendo sido “nascida e criada com cuidado no Uruguay e na Argentina, introduziu-se e multiplicou-se (...) no Rio Grande do Sul desde fins do século XIX até inícios da anterior centúria” (Ibid., p. 74). De todo modo, a literatura gauchesca manteve-se à margem de duas línguas e três Estados nacionais, transformando as férreas fronteiras em espaços porosos, como indica Rocca. Assim, a literatura gauchesca tornou-se um dos

¹²⁴ O escritor Bartolomé José Hidalgo (1788-1822) é considerado o iniciador dessa literatura na região da América Platina, com sua obra *Cielitos* (1812).

elementos que permite que compreendamos as fronteiras como espaços culturais, e acima de tudo, plurais.

Mesmo que a sua linguagem fosse voltada ao popular de forma técnica, isso permitiu que seus leitores fossem para além de uma elite letrada, surgindo a figura do “leitor coletivo, em torno do qual se reuniam as gentes para ouvi-lo” (Pinto, 2013, p. 18). Isso apresenta um pouco do cenário de alfabetismo/analfabetismo da nação nessa época, mas também demonstra como poemas nesse estilo, como é o caso de *El gaúcho Martín Fierro* ganhavam força no imaginário popular, tendo maior valorização da cultura e identidade gaúcha.

Nesse sentido a literatura gauchesca, assim como a obra de Hernández, podem ser compreendidas como parte da construção do mito dos gaúchos. Ao encontro, Rocca afirma:

Ou, melhor dito, na gauchesca se sobressai o interesse por idealizar (mais que por reproduzir) esse mundo, que a combinação dos signos trata de fazer objetivo visível e ainda principal: os heroísmos ou as misérias do gaúcho, seus costumes, a representação da mulher, a relação entre o homem e o cavalo, os motivos da independência, da guerra, da identidade crioula em oposição ao ser gringo etc (Rocca, 2002, p. 75).

Rocca afirma que o tipo humano do gaúcho, o gaúcho original, foi definitivamente morto “por obra da modernização capitalista, que avançou sobre nossa região até a segunda metade do século XIX” (p. 75). Com a industrialização da região platina foram fundados os saladeiros, ou charqueadas, e assim o *modos vivendi* dos gaúchos em relação à atividade da pecuária não era mais necessária. Então no final do século XIX desapareceria o tipo original do gaúcho.

A literatura gauchesca teve papel de reconstruir uma imagem dos *gaúchos* em que seu sentido primitivo de *malo*, bandido fosse substituído por uma figura de resistência, coragem e bravura, em um sentido de resistência da sua cultura. Portanto, essa literatura desempenhou papel decisivo na “valorização do gaúcho como tipo humano regional ou inclusive nacional, no interior da Argentina e do Uruguai e na ‘personalidade’ do Rio Grande do Sul” (Ibid., p. 75).

A partir do século XX essa literatura passou a perder força como gênero literário autêntico, mas o mito do *gaúcho* permaneceu, inclusive agora com adjetivos que lhe davam uma perspectiva mais positiva, em que eram os heróis, monarcas das coxilhas. Com a modernização e industrialização acelerada, o tipo dos gaúchos passou portanto a

ser reinterpretado de forma mais nostálgica e simbólica, em que passou a existir uma dualidade no homem que deixou o campo, para viver nas cidades. É o que acontece com a obra *Don Segundo Sombra* (1926), de Ricardo Güiraldes, como aponta a historiadora Joana Bosak de Figueiredo:

O romance *Don Segundo Sombra*, do também argentino Ricardo Güiraldes faz o movimento contrário do clássico *Martín Fierro*, que seria a antítese. O gaúcho barbarizado de José Hernández é malo porque é vítima de uma sociedade injusta. Com *La vuleta del Martín Fierro*, os ânimos já começam a se apaziguar, pois que a velhice traz sabedoria e calma ao gaúcho. *Don Segundo Sombra*, a síntese, é finalmente, o gaúcho sábio, “civilizado”. Seu conflito não é com a sociedade, mas interiorizado, consigo mesmo; é a busca da identidade gaúcha do gaúcho (Figueiredo, 2006, p. 162).

A historiadora afirma que Güiraldes teria retirado o *gaúcho* da penumbra, iluminando-o, pois agora já se vivia em uma Argentina industrializada em que o gaúcho era visto mais como sujeito estético do que como sujeito histórico, de fato. Já no Rio Grande do Sul, nesse mesmo período, o *gaúcho* não deixava de ser assunto literário, mas passava também por uma reestruturação: “Do ‘centauro dos pampas’ dos tempos históricos das revoluções, a sociedade urbana e o esfacelamento da vida rural cedem lugar ao ‘gaúcho a pé’ imortalizado por Cyro Martins” (Ibid., p. 162).

A “trilogia do gaúcho a pé” refere-se à obra do escritor Cyro Martins, que participou do grupo dos romancistas da segunda fase do Modernismo brasileiro. A obra é composta pelos livros *Sem rumo* (1937), *Porteira fechada* (1944) e *Estrada nova* (1954). O autor apresenta uma visão moderna, crítica e social do *gaúcho*, onde esse não é mais o herói livre das coxilhas, mas sim um homem marginalizado, que perdeu suas terras e seu modo de vida com as transformações econômicas e sociais do campo.

Os autores que integravam o grupo romancista da Geração de 1930, também conhecido como Neorrealismo brasileiro, escreviam obras de forte caráter social, regionalista, com denúncias da desigualdade social, e de linguagem mais acessível. Tinha-se ainda uma mescla entre elementos do interior, com os espaços urbanos. Nesse mesmo sentido tem-se a trilogia *O tempo e o vento* de Érico Veríssimo.

Veríssimo (1905-1975) nasceu em Cruz Alta – RS, que embora seja localizada no planalto sul-rio-grandense tem tradição econômica ligada ao pampa. De ascendência portuguesa, seu pai era comerciante e possuía ampla biblioteca que influenciou a inserção do filho na vida literária, que leu autores como Aluísio Azevedo, Joaquim Manuel de

Macedo, Walter Scott, Émile Zola e Dostoiévski. Ainda durante sua juventude, sua família passou por crises financeiras, as quais marcaram a vida de Érico. Essa questão pode ser percebida em seus romances, onde apresentou contrastes entre riqueza e pobreza, poder e fragilidade humana.

Devido a essa situação, o autor se aproximava de questões sociais e humanas, além de se mostrar como um crítico das injustiças em suas obras. Este não foi um militante partidário tal qual os companheiros argentinos, mas a partir da leitura de suas obras é possível perceber que tinha consciência política e social, apresentando uma posição mais liberal e humanista. Inclusive em *O tempo e o vento* ele apresenta como o poder político e militar acabou moldando o destino do Rio Grande do Sul.

Em 1930 mudou-se para Porto Alegre, disposto a viver de sua literatura. Passou a atuar na Editora Globo, onde exerceu diferentes funções como a de secretário de redação e editor de revistas como a *Revista do Globo*¹²⁵ e *Província de São Pedro*¹²⁶. Através de ambas as revistas e encontros com intelectuais da época, Veríssimo tinha contato com figuras como Theodemiro Tostes, Augusto Meyer, os quais eram conhecedores da obra de Arsène Isabelle.

Na década de 1940, o autor foi para os Estados Unidos algumas vezes. Em 1941 morou lá por três meses para proferir palestras, como parte da política de boa vizinhança de Franklin Roosevelt. Em 1943 mudou-se novamente, desta vez para uma estada de dois anos, novamente a convite do Departamento de Estado dos EUA, em que o autor ministrou aulas de literatura brasileira. Veríssimo teria aceitado o convite para sair do Brasil pois estava descontente com a situação política do país, em que viviam tempos da ditadura de Vargas.

O autor era contrário à ditadura do Estado Novo, e defendia a democracia, liberdade de expressão e direitos civis. Este cresceu em um ambiente social e político marcado pelo poder das oligarquias regionais, o que influenciou em seu olhar crítico ao poder político. Novamente, em *O tempo e o vento*, o autor apresenta a formação do poder político e militar no Rio Grande do Sul, destacando, de maneira crítica, as relações dos caudilhos, coronéis e líderes populistas.

¹²⁵ Periódico quinzenal de Porto Alegre, publicado entre 1929 e 1967. Sua criação decorreu da sugestão de Getúlio Vargas enquanto este era governador do estado, servindo como importante meio divulgador da cultura do Rio Grande do Sul e do Brasil. Contava com seções como “O Globo em revista”, “Vida literária”, “Belas artes”, “Vida social”, com publicações de autores como Theodemiro Tostes, Moysés Vellinho, Augusto Meyer e o próprio Veríssimo.

¹²⁶ Foi uma revista de difusão literária e cultural que surgiu através de uma proposta de Moysés Vellinho à Editora Globo. Começou a circular em 1945, tendo 21 números publicados.

Quando o autor retornou dos Estados Unidos, passou a escrever a obra, por volta de 1947. Sua ideia inicial era reunir duzentos anos de história do estado (1745-1945) em um único volume; contudo, acabou escrevendo três: *O Continente* (1949), *O Retrato* (1951) e *O Arquipélago* (1961). A fim de maior contextualização e aproximação com o objetivo deste capítulo, detenho-me nesse momento apenas na análise da primeira parte da obra: o volume 1 de *O Continente*.

Essa parte da obra conta com os títulos: O sobrado I, A fonte, O sobrado II, Ana Terra, O Sobrado III, Um certo capitão Rodrigo e O Sobrado IV, em que são relatadas as origens históricas dos povos que vivem no estado. Ainda existe o volume 2 dessa parte, que não será aprofundado nessa pesquisa, a fim de não se abrir a discussão para outras temáticas. Em *O Retrato* foi apresentado o período de transição política para a República, e em *O Arquipélago* foi tratado da Revolução de 30 e os novos tempos políticos.

O Continente funde a história das famílias Terra e Cambará com a história do estado do Rio Grande do Sul, em que são mesclados elementos ficcionais, mitos e eventos históricos. As ações mais antigas passam em 1745, em meio às disputas dos Sete Povos das Missões pelas coroas ibéricas e as mais recentes desenrolam-se em 1895, durante a Revolução Federalista¹²⁷.

A obra se inicia com o nascimento de Pedro, filho de uma mulher indígena missioneira a qual foi violentada por um português e sangrou no parto até sua morte. O nome de Pedro Missioneiro possui uma simbologia dupla: “o mesmo Pedro fundador de uma religião é o Pedro fundador de um povo” (Hohlfeldt, 2006, p. 66), presente ainda no nome da posterior capitania e província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Em “A fonte” foram apresentados aspectos históricos mais voltados para formação do Rio Grande do Sul, permeado por mitos, destacando-se a questão das missões jesuíticas. Veríssimo apresenta uma visão das mesmas, de certa forma “positiva”, contrariando a visão que Arsène Isabelle tinha das mesmas. Importante ressaltar a diferença dos gêneros literários escritos por ambos, assim como seu tempo e universo cultural. Enquanto Isabelle escreveu um relato de viagem sobre um lugar em que era estrangeiro, apresentou estigmas, preconceitos e estereótipos decorridos do seu tempo e espaço. Já Veríssimo escreveu um romance, sendo ainda natural da região que se propôs

¹²⁷ Guerra civil que ocorreu de 1893 a 1895, a partir de uma crise política gerada pelos Federalistas/Maragatos, que se opunham ao governo de Júlio de Castilhos, o qual buscava conquistar maior autonomia e descentralização do poder da recém instalada república brasileira.

a escrever, portanto suas descrições tornaram-se mais sensíveis quanto ao seu próprio território.

Ao descrever as missões jesuítas, o viajante francês apontou que essas teriam sido um fracasso, já que os padres não conseguiram civilizar os povos indígenas de fato, e devido ao fato de os jesuítas se aproveitarem dos indígenas para os trabalhos mais penosos. Já Veríssimo apresentou uma visão delas de forma mais romantizada, em que os padres e indígenas trabalhavam juntos por um bem comum:

Toda a população das lavouras e estâncias de gado das reduções pertencia à comunidade, e os bens de consumo eram distribuídos igualmente entre todos. A gente dos Sete Povos não conhecia nenhuma moeda, pois ali vigorava um regime de permutas. Do dinheiro apurado na venda de erva-mate e outros produtos que exportavam para o Rio da Prata, pagava impostos ao rei de Espanha, sendo o resto empregado na compra de instrumentos de trabalho, alfaías e outros objetos para Igreja. O que sobrava era finalmente remetido aos cofres da Sociedade de Jesus, em Roma (Veríssimo [1949], 2013, p. 46).

Na medida em que o viajante francês escreveu em seu relato que nas reduções os indígenas realizavam “os mais penosos trabalhos eram feitos ao som da flauta e do tamborim! Como isso é poético! Podeis imaginar trinta mil índios, dançando e trabalhando cada qual ao som da flauta, diante dos bons pais que não faziam nada?...” (Isabelle [1835], 2006, p. 199), Veríssimo (1949) apontava que a música era um dos meios mais efetivos para catequização. Assim, “a música era por assim dizer o veículo que levava aquelas almas a Cristo” (p. 48).

Nesse sentido, deve-se destacar que Isabelle não era católico, já o autor brasileiro tinha uma ligação com a religião devido a influências de sua mãe. Ademais, o viajante construiu uma visão sobre a região na década de 1830, pensando nas missões conforme o que ouviu e leu sobre as mesmas a partir de outros europeus, e muito provavelmente não católicos. Já o escritor brasileiro apresentou uma imagem delas durante o século XX, mas que corresponderia a sua forma nos anos 1700, assim ele usou de variadas fontes para apresentar essa questão em sua obra, sendo essas correspondentes à sua ideologia.

Em um trecho dessa parte, Veríssimo apresenta uma carta que teria sido escrita pelo personagem Padre Alonzo, um padre jesuíta. Ele apresenta alguns aspectos em que é possível perceber a crítica do autor sobre os estereótipos difundidos por europeus, principalmente os não cristãos sobre a situação dos Sete Povos das Missões, pode-se dizer inclusive que essa seria uma crítica do autor para com o pensamento de Isabelle:

Se pensais que vivo no meio de bárbaros, estais completamente enganados. Nos Sete Povos começa a nascer uma das mais belas civilizações de que o mundo tem notícia. Enquanto vos escreve, vejo através da janela uma das mais belas civilizações que o mundo tem notícia. (...) Os índios das reduções vivem hoje mais cristãmente que muitos brancos de Pamplona, Madri ou Lisboa. (...) Pois muitos desses chamados selvagens sabem, além da língua nativa, o latim e o espanhol, e são hábeis escultores, pintores, oleiros, ouvires, tecelões, fundidores de bronze e músicos (Veríssimo, [1949], 2013, p. 46).

Nessa parte da obra o narrador é onisciente, para criar um tom de origem, quase mítico, apresentando ainda o cenário histórico antes dos personagens principais, e contextualizar o romance dentro de uma história maior – a do próprio estado. Para tal, fica claro que o autor se utilizou de recursos documentais e fontes, e em uma passagem colocou: “Padres vindos de além-mar ou de outras missões – pregadores, cartógrafos, músicos, naturalistas, astrônomos, matemáticos, arquitetos – chegavam, ficavam por algum tempo e depois se iam, deixando uma marca de sua passagem: um mapa, um relógio, um órgão, uma imagem, um livro, uma ideia” (Veríssimo [1949], 2013, p. 51).

Teria, portanto, o autor conhecimento dos viajantes naturalistas que passaram por essa região e escreveram seus relatos de viagens¹²⁸. Esse talvez não seria o caso da leitura e conhecimento dos relatos de Isabelle? Não encontrei provas que possam consolidar uma resposta, mas acredito que algumas aproximações, e distanciamentos deixam essa questão em aberto, talvez, inclusive, para um futuro projeto de pesquisa.

Dentre as aproximações, cito a questão da Civilização x Barbárie, que também foi elencada por Veríssimo, mas não com tanta força conforme fez Sarmiento, mas como uma tensão histórica permanente. O espaço é apresentado como um local de fronteira marcado por guerras, disputas territoriais e escassez de instituições, além da vivência de diversas culturas, assim a linha entre “bárbaro” e “civilizado” não é nítida. O autor mostra como essa região produz sujeitos duros e fortes, mas que também podem ser violentos e imprevisíveis.

E é nesse sentido que é apresentada a figura do *gaúcho* em sua obra, onde o sujeito central é o Capitão Rodrigo Cambará. Quanto à apresentação de seu pai, esse era Chico Rodrigues: “Venho do planalto de Curitiba, Meus pais? Se tive, perdi. Onde nasci não me

¹²⁸ Em outro trecho, Veríssimo deixa claro novamente como tinha conhecimento dos relatos de viagens, quando ao final da parte “Ana Terra” construiu a seguinte passagem: “O botânico francês toma uma nota em seu diário de viagem. (...) Os habitantes da Capitania do Rio Grande estão de tal modo habituados ao militarismo e ao ar carrancudo dos oficiais, que não acreditam em que uma pessoa simples e honesta possa ter importância” (Veríssimo [1949], 2013, p. 155).

lembro, Mas dêz que me tenho por gente, ano vagando o mundo” (Ibid., p. 73). Este tomou rumo para os campos de São Pedro do Rio Grande do Sul, onde todos teriam conhecido sua fama: “chefe dum bando de arrieiros, e que não respeitava a propriedade El-Rei. Apossava-se de terras sem requerer carta de sesmaria, assaltava tropas, roubava gado, andava sempre com uma índia na garupa” (Ibid., p. 74).

As campinas andavam infestadas de aventureiros, (...), homens sem lei e sem pátria, homens às vezes sem nome. E era com gente assim que Chico Rodrigues engrossava seu bando. (...) E teus amigos? (Quem são) Meu cavalo, meu mosquete, minhas garruchas, meu facão. (...) E de homens como ele havia centenas e centenas. As patas de seus cavalos, suas armas e seus peitos iam empurrando as linhas divisórias do Continente de Rio Grande de São Pedro. (...) Pelos campos do Rio Pardo iam entrando na direção do poente, desmandando as Missões. Ou desciam costeando as grandes lagoas, rumo ao Prata. E em todas as direções penetravam na terra dos minuanos, tapes, charruas, guenoas, arachanes, caaguás, guaranis e guaranás. A fronteira marchava com eles. Eles eram a fronteira (Veríssimo [1949], 2013, p. 75).

Tem-se aqui a valorização do elemento das fronteiras, demonstrando como essa condição permeia na formação das figuras dos *gaúchos*. Ademais, a visão dos “vagabundos aventureiros”, que tinham desdém pelas leis e pela ordem, em que o que mais lhe importava era sair com seus cavalos pelos campos, para suas andanças e lidas. Mas no caso de Chico Rodrigues, esse parou em torno de Viamão, onde conheceu Maria Rita, com quem resolveu “mudar de vida, requerer sesmaria, fazer casa, parar quieto, ser um senhor estancieiro, ter mulher, gado, cavalos e filhos” (p. 77).

Tornou-se aí Chico Cambará. Percebe-se que aqui constrói uma visão dos *gaúchos* como os homens que vivem livres, percorrendo campos, a relação com o cavalo aparece novamente em destaque. Contudo, a partir da paixão por uma mulher, esse sente vontade de largar sua vida de andante, para firmar residência, mas não deixando de lado a lida com o gado, pois agora trabalharia em estâncias, e passaria esses valores aos seus filhos, dentre esses Rodrigo Cambará.

Veríssimo, constrói esse paradigma dos *gaúchos* brasileiros, mas também fala sobre os castelhanos, que aparecem como os “*gaúchos malos*”: “de tempos em tempos surgem em bandos, levando por diante o gado alheio, saqueando as casas, matando os continentinos, desrespeitando as mulheres” (Ibid., p. 85). A partir dos anos 1920, com a criação do mito do “*gaúcho heroico*” os autores passaram a criar uma distinção entre o gaúcho sul-riograndense e o platino, em que o segundo receberia os atributos negativos

da figura fronteiriça de “*gaúcho malo*”. Nessa parte intitulada “Ana Terra”, os castelhanos já aparecem como maiores inimigos, sendo que um desses grupos atacou o rancho da família Terra, matando os homens que ali estavam, e violentando Ana.

Os Terras eram paulistas, descendentes de portugueses, e teriam ido aos campos de São Pedro do Rio Grande do Sul para estabelecer um rancho/estância para criar gado e plantar trigo. Receberam uma passagem de Rafael Pinto Bandeira, “guerrilheiro que toda gente falava no Rio Grande. Corriam versos sobre suas proezas e valentias, pois era ele quem pouco a pouco estava livrando o Continente do domínio dos castelhanos” (Ibid., p. 86). A sina de Bandeira e seus companheiros era “andar no lombo dum cavalo, peleando, comendo às presas aqui e ali, dormindo mal ao relento pra no outro dia continuar peleando” (Ibid., p. 87).

Aqui a questão da participação dos *gaúchos* em guerras, seu lado valente e leal é apresentado. Um dos irmãos de Ana, Antônio, chega a falar com o pai que deveria ter ido com o bando de *gaúchos*, mas o homem responde: “Não criei filho pra andar dando tiro por aí. O melhor é vosmecê ficar aqui agarrado ao cabo duma enxada. Isso que é trabalho de homem” (Ibid., p. 87), mostrando como Maneco Terra percebia os *gaúchos* como bárbaros.

Após o ataque dos castelhanos (*gaúchos malos*), Ana Terra, seu filho Pedro Terra, cunhada e filha foram para a estância de Santa Fé, de Ricardo Amaral, que dizia: “Criação é que é trabalho pra homem. Lavoura é coisa de português” (Ibid., p. 139). O próprio era um *gaúcho* e para ele um “homem bem macho devia saber manejar a espada, a lança, a espingarda e a pistola, entender de criação e ser bom cavaleiro” (Ibid., p. 139). Vê-se aqui algumas aproximações com o relato de Isabelle, pois ele já apontava que os *gaúchos* teriam esses valores.

A estância, que mais tarde tornou-se povoado e vila ficava perto da fronteira, então o elemento das guerras era presente. Muitos homens da família Terra acabavam indo lutar nas mesmas, o que gerava sentimento de medo nas mulheres que os esperavam. Veríssimo constrói uma narrativa que apresenta a força dessas mulheres que ficavam sozinhas, com medo de seus pais, maridos, filhos não retornarem mais para suas casas.

Ademais, toda a obra é marcada pelas disputas que constituíram a história e formação do atual estado do Rio Grande do Sul: “Entre uma guerra e outra, faz-se a história do Sul; no mesmo período de tempo, Pedro conhece Ana Terra, tem com ela um filho, cuja filha, Bibiana, desposa Rodrigo Cambará. A família Cambará se constitui,

crece, gera descendência e acaba conquistando o poder político e econômico da região” (Zilberman, 2013, p. 10).

Na parte “Ana Terra” Veríssimo também apresenta como o sentimento de revolta contra o governo ia surgindo, principalmente devido ao preço pelo qual o charque da então capitania era vendido, comparado ao preço do charque que vinha dos países vizinhos (Argentina e Uruguai). Veríssimo constrói uma visão crítica de que a região e os *gaúchos* que ali viviam só serviam para a nação brasileira para proteção das fronteiras contra as nações vizinhas, e para lutar nas diversas guerras que surgiam na região pela disputa de terras. Provavelmente, ele concordaria com a seguinte passagem de Isabelle, para ressaltar a força que a região tinha, principalmente economicamente:

É agora uma província indispensável ao Brasil, porque sozinha será capaz de abastecê-lo de carne, sebo, cavalos, mulas, milho, e mesmo de trigo, enquanto ela pode, em caso de necessidade, passar sem as outras, pois suas culturas de mandioca, algodão, arroz, (...) lhe fornecem o suficiente para o seu consumo (Isabelle [1835], 1983, p. 83).

E então chega-se à parte “Um certo capitão Rodrigo”, em que a figura do *gaúcho* vai ser completamente formada por Érico Veríssimo.

Toda a gente tinha achado estranha a maneira como o cap. Rodrigo Cambará entrara na vida de Santa Fé. Um dia chegou a cavalo, vindo ninguém sabia de onde, com o chapéu barbicacho puxado para a nuca, a bela cabeça de macho altivamente erguida, e aquele olhar de gavião que irritava e ao mesmo tempo fascinava as pessoas. Devia andar lá pelos trinta, montava um alazão, trazia bombachas claras, botas com chilenas de prata e o busto musculoso apertado num dólmã militar azul, com gola vermelha e botões de metal. Tinha um violão a tiracolo; sua espada, apresilhada aos arreios, rebrilhava ao sol daquela tarde de outubro de 1828 e o lenço encarnado que trazia ao pescoço esvoaçava no ar como uma bandeira (Veríssimo [1949], 2013, p. 170).

Logo são apresentados mais elementos que compõem sua figura, gostava de pelear, de ir pra guerra, de tomar um trago. Era contra o governo, e, portanto, anos mais tarde o personagem toma o lado dos Farroupilhas na Guerra, mas já teria participado de outras: “Nesta província a gente só pode ter como certo uma coisa: mais cedo ou mais tarde rebenta uma guerra ou uma revolução” (Ibid., p. 178).

Nesse momento Santa Fé já era uma vila, e mesmo que se aproximasse da civilização, pois agora existiam algumas poucas leis, comércio, a mesma se aproximava

da barbaridade pois existia autoritarismo dos governantes, e uma hipocrisia social, representada pelo poder dos Amarais. A crítica social de Veríssimo é presente ao longo da obra: “Era o governo que fazia as leis – leis que sempre vinham em prejuízo do trabalhador, do agricultor, do pequeno proprietário” (Ibid., p. 191). Cria-se assim uma imagem do *gaúcho* também como defensor do povo, das ideias que poderiam proporcionar certo bem comum, inclusive a sua ligação com a Guerra dos Farrapos, elemento que mais fica marcado no imaginário social da população.

Quando Rodrigo chegou na localidade de Santa Fé, a maioria das pessoas queria que ele fosse embora, ele chega a indagar se seria um leproso, ladrão de cavalos ou bandido, tal qual as representações dos *gaúchos malos*, e de Isabelle. Mas o Padre que conversava com o mesmo dizia: “Não. Mas sei que vosmecê é um homem que veio de muitas guerras, gosta de jogo, de mulheres e de bebida” (Ibid., 198). Esses elementos, atrelados à barbárie, são postos como uma construção das circunstâncias que os *gaúchos* viviam, ou seja, a solidão, a falta de Estado, necessidade de defesa pela vida na fronteira fazia com que esses se tornassem homens de guerras.

Assim, eram tidos como valentes e leais, mas ao mesmo tempo como violentos, impulsivos e imprudentes. A sua barbárie não podia ser compreendida como completa, tal como Isabelle e Sarmiento colocavam os *gaúchos*, pois para Veríssimo, sua figura ia muito além. Eles tinham certos princípios:

Sou contra a escravatura só por uma coisa. É que não gosto de ver homem rebaixado por homem. Nós os Cambarás temos uma lei: nunca batemos em mulher nem em homem fraco; nem nunca usamos arma contra homem desarmado, mesmo que ele seja forte. Quando vejo um negro que baixa a cabeça quando gritam com ele, ou quando vejo um escravo surrado, o sangue me ferve. Depois que vi certos negros brigando no nosso exército contra os castelhanos... Barbaridade!... se eles não são homens, então não sei quem é... (Veríssimo [1949], 2013, p. 255).

Em outros trechos, Veríssimo ainda aponta que o personagem gostava de ajudar os mais pobres, não deixava homens apanharem em “vão”, e não concordava com maus-tratos aos animais. Para uns ele era um homem de bom coração, para outros, era um desordeiro. De todo modo, Rodrigo se apaixonou por Bibiana, filha de Pedro Terra, e decidiu manter estadia em Santa Fé, estabelecer negócio ali, casar, construir casa e ter filhos. Repetia os passos de seu pai, Chico Cambará, que era *gaúcho* andante, mas a paixão o levou a estabelecer-se.

Mantendo-se no povoado, Rodrigo “era alegre, cantava, tocava violão, pagava bebida e sabia perder no jogo” (Ibid., p. 209). Sonhava com seu casamento com Bibiana, “decidia que estava cansado de guerras e andanças e que já era tempo de assentar o juízo e cuidar do futuro” (Ibid., p. 213). Pensou nos filhos que queria ter, sendo o primeiro um menino, do qual lhe ensinaria principalmente a andar a cavalo e manejar as armas, ou seja, passar suas tradições de *gaúcho*.

Mesmo que o personagem afirmasse “Me criei guaxo. Não conheci mãe. Com doze anos já trabalhava no campo com a peonada bem como um homem-feito” (Ibid., p. 202), Veríssimo teve o cuidado de apresentar a árvore genealógica de Rodrigo, que foi aprofundada anteriormente. Mas a partir daí, deve-se pensar, teria o seu pai, Chico Cambará, abandonado sua mãe? E esta, sem possibilidades de criar o filho, abandonou-o também?

Essa seria uma possibilidade, ainda mais quando compreendemos o percurso que a vida de Rodrigo tomou. O mesmo casou-se com Bibiana, passando por cima de desafios. Abriu um negócio na vila, e com ela teve filhos, mas a vida que antes sonhava, acabou entristecendo-o. Enquanto a mulher esperava o primeiro filho, Rodrigo já desejava outras mulheres, encontrando pretextos para se ausentar de casa. E “aquela vida de balcão, que lhe enferrujava os membros, era de matar um cristão de aborrecimento. Por que se tinha ele metido naquilo?” (Ibid., p. 257).

Acredito que Rodrigo tenha seguido os passos de seu pai, pois assim como ele, era um *gaúcho* por essência, e a vida parada não lhes cabia. O que os movia era a liberdade, sina de correr em seus cavalos pelos campos, ver o que o destino lhes reservava. Pedro Terra, pai de Bibiana, não gostava do genro, e seu comportamento só faziam com que o sogro se afastasse mais:

Todos sabiam que ele não vendia um copo de cachaça sem beber outro, junto com o freguês. Vivia em rodas de solo e bisca e jogava a dinheiro; aos domingos ia para as carreiras, onde fazia apostas altas. Gastava também um dinheirão com galos de rinha. Diziam, mais, que frequentava o rancho da Paraguaia, uma velha índia que morava lá para as bandas do cemitério e que cedia a neta de dezoito anos a quem estivesse disposto a pagar por ela alguns patações. Murmurava-se que Rodrigo, que se enrabichara pela rapariga, dava muito dinheiro à avó para ter o uso exclusivo da chinoca (Veríssimo [1949], 2013, p. 257/258).

O aborrecimento com essa nova vida “pacata” acabou entregando-o ao vício. Não suportava a ideia de passar o resto de sua vida parado dentro de uma casa vendendo

cebolas e alho, e chegou a pensar em tratar de outro negócio, como criar gado, pois achava que seria mais divertido. Mas nada fez a respeito, ficou com outras mulheres, tratou Bibiana e os filhos com impaciência, desdenhou de sua venda, apostava todo seu dinheiro em jogos e provocava brigas.

Até que no fim do verão de 1835 os ânimos da Guerra dos Farrapos se exaltavam cada vez mais: “Ouvira falar de tumultos no Rio Grande e de ameaças de revolta em Viamão. Conversara com muitos charqueadores que estavam irritados com o governo central, (...). Os criadores também se queixavam, indignados” (Ibid., p. 279). E Rodrigo Cambará partiu de Santa Fé, para ir lutar ao lado dos Farrapos. “– Como é que ele estava? Abatido? Bibiana sorriu melancolicamente. – Estava louco de contente. Parecia que ia para uma festa” (Ibid., p. 282).

Tempo se passou até que nos fins de abril de 1836 explodiu-se a notícia de que as forças revolucionárias, ou seja, dos farroupilhas, se aproximavam de Santa Fé para atacá-la, já que os Amarais, donos das terras, eram restauradores/caramurus. Rodrigo retornou, passou a noite com Bibiana, e madrugada adentro reuniu-se com seus companheiros para tomar o casarão dos Amarais. Rodrigo Cambará foi morto, defendendo sua honra e seus princípios. Fez jus ao ditado que falava: “Os Cambarás homens têm morrido em guerra, duelo ou desastre. Há um ditado: Cambará macho não morre na cama” (Ibid., p. 200).

Pautando minha pesquisa apenas na análise do volume I do livro “O Continente”, ressalto com firmeza como nessa obra a perspectiva dominante é a das mulheres, assim como indica a escritora brasileira, Dra. Regina Zilberman:

Não se trata apenas de fortalecer a voz feminina, mas de narrar um romance de conquistas e instalação de uma sociedade machista do ângulo dos perdedores, as mulheres que veem seus filhos e maridos partirem para a luta que os consumirá; que se dobram os desígnios dos mais fortes; que, apenas de fracas, resistem e garantem a subsistência e o futuro de seus descendentes. Ana e Bibiana simbolizam a persistência feminina, razão por que se convertem não apenas em ícones da história narrada, mas também em alegoria da visão de mundo adotada por Érico Veríssimo. Pacifista e desiludido diante da trajetória dos grupos dominantes que fizeram a história do Rio Grande do Sul e do Brasil, o escritor confere às mulheres a função de representar seu posicionamento (Zilberman, 2013, p. 12).

Entretanto, ao mesmo tempo, é possível perceber que existe uma construção da figura do gaúcho pelo escritor brasileiro, indo ao encontro do meu objetivo de pesquisa. Desse modo, aponto que essa construção perpassa pela questão de Civilização X Barbárie,

já apresentada por Arsène Isabelle e Domingo Faustino Sarmiento, mas de maneira mais complexa e crítica:

Esses açorianos, tão apegados a suas terras, lavouras, lojas e oficinas, representavam a ordem, a estabilidade, o respeito às leis, a obediência à Corte de Lisboa. Mas os homens que, como Rodrigo, tinham vindo das Guerras Platinas, onde estiveram em contato com os caudilhos e guerreiros castelhanos que procuravam libertar sua pátria do domínio espanhol; os homens do interior e da fronteira que amavam a ação, o entrevero, as cargas de cavalaria, a lida e a liberdade do campo, onde viviam longe do coletor de impostos e das autoridades – esses falavam em liberdade, hostilizavam os portugueses, queriam a independência. Representavam a população menos estável porém mais nativista do Rio Grande. Criavam gado, faziam tropas e eventualmente engrossavam os exércitos quando o inimigo invadia a Província. Alguns brigavam por obrigação. Muitos por profissão; mas a maioria brigava por gosto (Veríssimo [1949], 2013, p. 216).

Aqui a dicotomia não vem ao caso, pois é o lado considerado como “bárbaro” (as fronteiras e os gaúchos) que representam a civilização do estado, a sua ordem e orgulho. Ao mesmo tempo que Veríssimo perpetuou o mito do *gaúcho* valente e libertário, com honra e bravura, ele o desmistificou, apresentando o personagem como um humano, contraditório e principalmente, integrado ao seu contexto histórico e político. Rodrigo Cambará é apresentado como um produto da sua época e de seu meio.

Portanto, o gaúcho seria assim produto das fronteiras e da miscigenação, um ser complexo, com falhas, paixões, brutalidades. O escritor também não descreve as vestimentas e indumentárias como foco central, pois seu interesse é apresentar o processo histórico da sua construção, e não demarcar seus estereótipos. Assim, aqui o gaúcho é um sujeito que está inserido na formação do Estado brasileiro, e também da sociedade platina, não um personagem de folclore. Nesse sentido, indica Hohlfeldt (2006): Veríssimo “evidenciou que tal mito necessitava ser quebrado porque nada mais provocara do que violência, dor e mistificação” (p. 71)¹²⁹.

Percebe-se portanto que ao passar dos anos, a partir das conjunturas políticas e econômicas, a forma de perceber, construir e representar as identidades dos gaúchos foram se alterando. Principalmente ao se tratar no caso da presente pesquisa, em que foram analisadas as representações que partiram de quatro homens distintos, com ideais, universos culturais e origens próprias. Nesse sentido, ressalto a importância de uma

¹²⁹ O que é representado pela força e luta por sobrevivência das mulheres que integram a obra.

análise que vise explorar os contextos pessoais e históricos de que todas essas obras foram constituídas.

A figura dos gaúchos passou de um ser marginalizado, em que a imagem de *gaúcho malo*, bandido e violento foi substituída pela imagem de um *gaúcho* de honra, homem valente, leal:

O termo gaúcho, que se universalizaria, perderia o tom jocoso, de agressividade, mesmo, com que nascera, para transformar-se em referência de orgulho para o morador do pampa, seja o sul-rio-grandense brasileiro, seja o uruguaio ou o argentino. No caso do Brasil, especialmente, acabaria por abarcar não apenas o morador da metade sul da província, quanto todo o indivíduo nascido ou oriundo do Rio Grande do Sul (Hohlfeldt, 2006, p. 35).

Assim, é imprescindível ainda compreender que o termo gaúcho passou a ser aderido como adjetivo gentílico no estado brasileiro do Rio Grande do Sul, “o que possibilitou a invenção de uma identidade de inspiração gauchesca para o sul do Brasil” (Zalla, 2022, p. 137)¹³⁰. Zalla (2022) aponta que essa “gentilização” da palavra gaúcho levou gerações de letrados locais a um trabalho de ressignificação da palavra, que culminou em sua aceitação como adjetivo pátrio apenas nos anos de 1920/30.

Fato é que as representações negativas de Arsène Isabelle, e também de Sarmiento, criaram um imaginário social sobre a figura do gaúcho como um vagabundo, que roubava gado, homens sem paradeiro, que não objetivavam ter emprego fixo e portanto, produzir e gerar lucro para o Estado. Eram contra a ordem vigente, e portanto, sinônimo de barbárie. Mas a partir de Hernández, essas representações passaram a tomar outros rumos, em que se reconheceu a marginalização deles, e a opressão que recebiam do Estado.

Assim, esses precisaram ser reinventados, agora como um mito, “os centauros dos pampas”, homens valentes, que nada temiam. Sua violência era em decorrência de seus processos históricos e sociais. E com Veríssimo, percebe-se que essa figura vai muito além da dicotomia civilização x barbárie, pois são complexos, produtos de suas épocas e meios, e tem-se aí a necessidade de desmistificar sua figura como um “herói dos pampas”, para evitar mais dor, sofrimento, guerras e lutas no território das fronteiras pampeanas.

¹³⁰ Devido ao tempo para produção desta dissertação, e também dos objetivos expostos, essa discussão não cabe aqui, mas deixo a indicação dos trabalhos do Prof. Dr. Jocelito Zalla, nos quais ele aborda o processo de invenção das tradições gaúchas no Rio Grande do Sul, evidenciando a questão do gaúcho como um “mito fundador” para o estado, de modo que foi naturalizado e estigmatizado.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve o objetivo de analisar o viajante francês Louis Frédéric Arsène Isabelle, sua viagem pela região da América Platina entre os anos de 1830 e 1834, e seu relato de viagem, publicado em 1835 pela gráfica francesa “J. Morlent”. Originalmente, seu relato foi intitulado *Voyage a Buenos Ayres et a Porto Alegre, par la Banda-Oriental, les Missions D’Uruguay et la Province de Rio-Grande-do-Sul (de 1830 a 1834) suivi de considérations sur l’état du commerce Français à l’extérieur, et principalement au Brésil et au Rio-de-la-Plata*.

Isabelle nasceu na comuna de Le Havre, e as datas de seu nascimento não são exatas, pois autores como Abeillard Barreto citam 1807, Ernesto Morales cita 1795, e alguns sites ainda indicam 1806 ou 1808. Vindo de uma família de marinheiros e comerciantes, perdeu sua mãe quando ainda era criança, e foi criado por seu pai, receptor de alfândega, e seu avô, Étienne-Grégoire Isabelle (1747-1829).

Este foi tenente de marechais franceses, e acabou sendo nomeado cavaleiro da Legião de Honra (*Ordre National de la Légion d’Honneur*), a mais alta condecoração honorífica da França, criada por Napoleão Bonaparte em 1802 para recompensar civis e militares excepcionais à nação. Também foi vereador municipal e juiz no Tribunal de Primeira Instância de Le Havre.

O fato de Le Havre ser importante cidade portuária justifica as próprias atividades marítimas e comerciantes de sua família, mas também seu caráter de inspiração liberal. Ademais, percebe-se que o viajante francês teve uma criação essencialmente patriarcal, ligada a homens da elite da cidade. A própria relação de seu avô com questões políticas e militares influenciou na formação da ideologia do viajante.

A condição de integrante de família da elite econômica da cidade possibilitou que o viajante francês tivesse contato com diversos teóricos da época, que pudesse se dedicar aos livros, e posteriormente, que ele realizasse a sua expedição pela América do Sul sem receber patrocínios diretamente. Isabelle foi essencialmente um nacionalista francês, patriota, e ao analisar seu relato de viagem, essa convicção fica mais clara, ao passo que ele exalta firmemente o modelo institucional, político e econômico europeu/francês.

A maneira como ele incentivou a imigração para a região platina advém de um sentimento de superioridade, em que os europeus, e também seria o caso dos norteamericanos, seriam os únicos capazes de impulsionar a civilização e progresso nessa

região. Assim, é necessário compreender quem foi o viajante de fato, para entender seu universo cultural.

Arsène Isabelle como um sujeito histórico foi imbuído por influências de seu tempo e espaço, e perceber isso permite uma análise mais aprofundada do próprio relato de viagem. Assim, entende-se o dito e o não dito, o porquê de ele ter narrado determinadas questões em detrimento de outras, o sentido da alteridade em sua obra, e como este de fato inventou uma imagem da América Platina que correspondesse com seu olhar, com suas ideologias.

A pesquisa, portanto, partiu do pressuposto de que a narrativa produzida não deve ser lida e entendida como um registro neutro, mas sim como um artefato cultural que resultou de disputas simbólicas, enquadramentos ideológicos e mediações próprias do gênero dos relatos de viagens oitocentistas.

Três elementos tornaram-se chave para compreender quem foi o viajante. Primeiro, a sua formação europeia, em que no relato de viagem fica claro o seu diálogo com as teorias racializadoras em formação na época, o evolucionismo cultural, o debate entre civilização e barbárie, a tradição iluminista, republicana e liberal, e os próprios códigos naturalistas. Em segundo lugar, a sua condição de viajante não financiado, pois isso lhe garantiu maior liberdade para emitir juízos “duros”, irônicos e depreciativos sobre as populações locais, e também sobre as próprias autoridades políticas na região vigentes.

Por fim, a sua trajetória posterior na região, quando regressou ao Uruguai para firmar residência, demonstra indícios de que seu pensamento, seus escritos e sua ideologia possam ter circulado e ecoado nos debates regionais, mesmo que não tenha sido possível localizar vestígios explícitos. Ademais, quando retornou para Montevideú, tornou-se Chanceler do Consulado Geral da França no Uruguai, o que nos permite perceber que ele teve influência política na região.

A escolha por iniciar essa dissertação tratando do recorte espacial, lógico e temporal no primeiro capítulo advém justamente da necessidade de apresentar ao leitor o contexto no qual o viajante estava inserido perante o globo – Europa e América Platina no século XIX, as ideologias vigentes na época, e quem este foi, de fato, demonstrando que o viajante não pode ser reduzido a um simples “curioso”. Isabelle estava inserido dentro de um conjunto de homens letrados do século XIX que escreviam relatos de viagens e os utilizavam como instrumento para construção de uma ideia de superioridade e autoridade dos europeus, de observação científica e justificativa de intervenções diretas e indiretas.

Ao apresentar a construção da ideia de região da América Platina no primeiro capítulo, viso apontar que essa não é uma realidade posta, mas sim uma construção histórica atravessada por guerras de independência, disputas de fronteiras, disputas políticas, conflitos e tensões. Percebe-se assim que a América Platina é reinventada ao longo do tempo, e o próprio Arsène Isabelle foi responsável por criar uma invenção dela, na medida em que ressaltou a questão geográfica-política de suas fronteiras, ao passo que naturalizou divisões territoriais, mas também em seu sentido cultural e simbólico, já que atribuiu valores – estereotipados, racializadores, eurocêntricos – ao retratar os diferentes povos, suas culturas e costumes.

A ideia de invenção advém da clássica obra de Edmundo O’Gorman, *A invenção da América* (1992), em que este aponta que o espaço físico dessa região já existia, mas a ideia de América foi construída a partir de uma estruturação histórica do século XVI. No caso do recorte espacial elencado nessa pesquisa, a América Platina também já existia como um ente físico, mas Arsène Isabelle inventou uma imagem dela de acordo com sua ideologia.

Imprescindível entender que a ideia de invenção perpassa pela própria construção das representações. Essas são determinadas pelos grupos que as forjam e, portanto, são infundidas por disputas de poder e dominação. Assim, através dos sentidos do viajante, do que ele percebeu, de suas concepções teóricas e ideológicas, este construiu representações sobre diferentes elementos que compunham a América Platina. Posteriormente, com a difusão e reverberação do relato de viagem, essas representações passam a ser entendidas como uma “imagem” fiel da região platina, dando origem a essa invenção.

No capítulo 02 foi apresentado um quadro geral sobre o relato de viagem, explicitando as representações de Isabelle sobre a América Platina, de modo a compreender como esse a percebia. Nesse capítulo foi valorizado um olhar problematizador do relato, ao passo de demonstrar que o que estava ali representado, não condizia com uma imagem da região de fato, mas a sua construção – invenção.

Ao examinar detalhadamente o relato de viagem, observa-se que Isabelle discorre sobre determinadas questões. As paisagens e espaços naturais ora eram apresentados como vastos, inacabados e “selvagens”, o que se contrastava com a ideia de “ordem” europeia, ora eram vistos como riqueza natural, reafirmando a lógica de exploração e progresso. Quanto aos povos indígenas, suas classificações se privavam no plano do

primitivismo e com noção hierarquizante, na qual os mesmos seriam incapazes de alcançar a civilização.

Quanto à população negra, as representações variavam entre o desprezo, principalmente na antiga província de São Pedro do Rio Grande do Sul, e admiração pelo empenho militar, no caso de Buenos Aires. Essa oscilação confirma como a visão de Isabelle se adaptava ao cenário local político de cada região, mas ainda inserido dentro de categorias raciais.

Sobre os gaúchos, esses foram construídos como violentos, indisciplinados, avessos à modernidade, adeptos à criminalidade. As representações dos mesmos foram marcadas pela coragem “bárbara” e o atraso civilizacional. Essa noção se conectou ao imaginário europeu, de que era necessário encontrar o “mal” das nações, o elemento que fosse responsabilizado pelo “atraso”. Portanto o gaúcho tomou parte dessa posição e esse imaginário se manteve por algum tempo, inclusive em autores platinos, como fora o caso de Sarmiento.

Toda a obra de Isabelle foi marcada pela dualidade entre civilização e barbárie, em que a primeira estaria ligada aos governos republicanos e liberais, portanto ao partido unitário da região, aos grandes centros urbanos – tais quais Buenos Aires, Montevideu, Paissandu, às elites políticas e letradas, ou seja, civilização seria o que estaria de acordo com o “conhecido” por Isabelle, aquilo que ele considerava como o correto e sinônimo de ordem.

Já a barbárie seria os governos de cunho mais conservador, os federalistas, os povos indígenas, os gaúchos, a região dos campos dos pampas. Seriam os elementos que atrasariam o progresso da região, e que não eram adeptos aos ideais de modernidade, construídos na Europa do século XIX. Esses ideais valorizavam a industrialização e urbanização, a fim de gerar lucro; seria a imposição do domínio do sistema capitalista.

Interessante perceber que essa invenção da América Platina feita pelo viajante francês não permaneceu isolada, de modo que sua obra completa circulou pela França, além de ter sido publicada na *Nouvelles Annales des Voyages*. Ademais, recebeu traduções na Argentina, Uruguai e Brasil, sendo apropriada por intelectuais dessas regiões, e reaparecendo em obras historiográficas e literárias.

Na maioria dos casos essa incorporação não foi direta – uso de trechos, por exemplo –, mas compactuava dos mesmos ideais e ideologias percebidos na obra de Isabelle. Ao pontuar que Isabelle ainda realizou publicações em periódicos argentinos e uruguaios, os quais Sarmiento, Mitre e Lamas também publicaram, é possível perceber

pontes de conexão, e grande probabilidade de esses terem tido contato ao menos com as ideias do viajante.

Percebe-se assim como sua escrita atuou como um dispositivo de poder, tal qual Foucault (1978) discute, pois produziu categorias que foram naturalizadas posteriormente. Importante ressaltar ainda que a difusão e reverberação do relato se deram em meio ao imperialismo europeu, momento pelo qual os discursos provenientes desses relatos serviam como justificativa para que ocorressem intervenções de países europeus e dos EUA na América do Sul, mas também em outras nações em torno do globo.

Nesse sentido, instituições governamentais, sociedades geográficas, meios acadêmicos propiciavam e patrocinavam a difusão das obras. Nesse momento o mercado editorial passava a ganhar força também, cruzando com as questões mais burocráticas e profissionalizantes da escrita. Surgia assim o aparato técnico para enquadrar uma narrativa dentro do gênero do relato de viagem.

Dentre os recursos utilizados pelos viajantes, tinha-se a questão do relato do “fantasioso”, para chamar a atenção de maior público, assim como a criação da concepção de vilões e heróis. Tal como citado anteriormente, os vilões serviam para responsabilizar determinado grupo como responsável pelo atraso da região. No caso da América Platina, Isabelle utiliza do recurso de construir uma imagem dos vilões em referência a figura dos gaúchos.

Esses se inserem essencialmente nas identidades platinas, pois se constituem como seres que vivem nessas fronteiras, e assim como Figueiredo (2006) indica, a fronteira é a condição platina por excelência. As identidades gaúchas passaram por uma série de representações e reinvenções, permeadas principalmente pela literatura. Dada a importância do elemento do gaúcho para as identidades platinas, configurei o quarto capítulo para tratar dessas construções que mudaram ao longo dos anos.

O relato de viagem de Isabelle, tal como se enquadra em um gênero literário híbrido como aponta Junqueira (2011), foi portanto um dos responsáveis por construir determinada imagem desses gaúchos. Tal construção ressoou na América Platina, pela própria obra *Facundo: civilização e barbárie*, de Sarmiento, e que reverbera o mesmo discurso eurocêntrico e estereotipado de Isabelle, apontando os gaúchos como sinônimo do atraso e barbárie da nação argentina.

Mas outras obras literárias inseridas em contextos históricos, políticos, culturais e sociais adversos acabaram construindo novas representações, tal como a clássica obra *El gaúcho Martín Fierro*, de José Hernández. Nessa obra, a construção do gaúcho já indica

como essa figura era menosprezada pelo Estado, e sua violência tornava-se justificada frente às injustiças que vivenciava. Importante salientar que o momento político de produção da obra marcava essencialmente o seu sentido.

Já no Brasil, anos mais tarde, tem-se a publicação da trilogia *O tempo e o vento*, de Érico Veríssimo, em que nessa pesquisa foi valorizado o aprofundamento em *O Continente*. Essa obra tornou-se essencial para pensar a complexidade da figura do gaúcho, em que esse vai muito além da dualidade civilização x barbárie. O elemento da fronteira, sua relação com o gado, com o campo, sua coragem e até violência são construídos de modo a apresentar que esse ser é atravessado por diferentes elementos históricos, políticos, sociais, culturais e econômicos.

Mas ainda assim, no Rio Grande do Sul, construiu-se uma dualidade entre o gaúcho valente, leal e corajoso, e o *gaúcho malo*, em que o primeiro seria essencialmente brasileiro, e o segundo o “platino”, ou seja, ligado à Argentina e ao Uruguai. Essa questão advém da própria construção historiográfica da região, que por muito tempo, negou as raízes espanholas da região.

Sabe-se que existiu a reestruturação da figura do gaúcho *malo* para o gaúcho corajoso e valente. Mas no estado brasileiro do Rio Grande do Sul existiu ainda tamanho esforço em higienizar e valorizar a figura do gaúcho brasileiro por si, em que o termo passou a constituir o gentílico do estado sul-rio-grandense, tornando-se ainda um mito para a identidade regional/local. Importante salientar que dentre as identidades platinas, existem as identidades dos gaúchos, e essa é ainda plural, justamente pelo seu elemento integrador das fronteiras. Sendo assim, é impossível reduzir a identidade gaúcha a um tipo uno do sujeito, rompendo ainda com o seu caráter excludor.

De modo geral a dissertação aqui presente aponta para reflexões sobre estudos que incorporem viajantes naturalistas e relatos de viagem, região da América Platina, História Cultural. Particularmente, procurei apresentar como a figura de Arsène Isabelle deve ser reposicionada para além de um “viajante secundário”, apresentando-o como uma figura relevante, principalmente diante da região aqui elencada.

A análise do relato de viagem evidencia as tensões entre o discurso de modernidade provenientes de um contexto europeu dos séculos XVIII e XIX, e as próprias resistências na América Platina. Para Isabelle a modernidade, a chegada da civilização e progresso são vistas como destinos inevitáveis, já os povos locais e os pampas seriam os “obstáculos”, ou a sobrevivência de um passado “selvagem”. Assim, a pesquisa evidencia o caráter eurocêntrico dessa perspectiva na medida em que os

discursos produzidos foram utilizados como legitimação e justificativa para intervenções diretas e indiretas de europeus na região, em um contexto marcado pelo imperialismo.

Ademais, o estudo demonstra como os relatos de viagem influenciam na invenção de histórias “oficiais” e de identidades. Em um contexto marcado pelas independências dos estados latino-americanos, teóricos e políticos pensavam na criação das histórias e identidades nacionais, de modo a validar seu caráter independente. Contudo, as influências das ideologias eurocêntricas acabavam tomando força para se pensar o “modelo interno” a partir de um “externo”. Assim, os relatos e as ideologias que estavam penetradas nos mesmos influenciavam na criação de uma história com caráter político e militar, de exaltação de grandes feitos de homens considerados “heróis da pátria”, e identidades que não valorizavam os elementos populares e plurais dessas nações.

Importante ressaltar que a ideia de fronteira é apresentada tal como uma categoria analítica, de modo que essa não deve ser entendida como uma “linha” fixa e impenetrável. As fronteiras platinas são espaços de integração, em que os conflitos, contatos, negociações fazem parte. São essencialmente, tal como aponta Pesavento (2002), simbólicas e culturais e remetem “à vivência, às sociabilidades, às formas de pensar intercambiáveis, aos *ethos*, valores, significados contidos nas coisas, palavras, gestos, ritos, comportamentos e ideias” (p. 36), e nesse sentido, são híbridas e plurais. Portanto, reforço como a figura dos gaúchos torna-se elemento caro dentro das identidades platinas, esse como ser plural e que permeia as fronteiras platinas.

Como toda investigação histórica, a presente pesquisa também apresenta limitações que abrem vias para trabalhos futuros. A impossibilidade de reconstruir completamente a circulação da obra na América Platina e a dificuldade em mapear a recepção das ideias de Isabelle nos periódicos do século XIX abrem caminhos para futuras pesquisas. Esses limites, porém, não diminuem a relevância da pesquisa aqui apresentada, e não interferiram nos objetivos propostos para tal.

Concluo afirmando que a América Platina apresentada por Louis Frédéric Arsène Isabelle é menos um espelho da realidade e mais uma construção e representação imagética, proveniente de seu universo cultural. Sua obra, portanto, propiciou uma invenção das fronteiras platinas, que ainda produziu sentidos que foram para além dessas. Criou-se um imaginário europeu sobre a região platina, que gerou intercorrências em ambos os locais.

Portanto, foi inventada a imagem de uma região penetrada pela dualidade da civilização e da barbárie, em que a segunda se destacava e somente com a intervenção

européia a região poderia ser salva. Buenos Aires, Montevideu, Paissandu e partes de Porto Alegre eram apresentadas com admiração por já serem centros urbanos políticos e econômicos, mas somente parte de sua população era valorizada – as elites políticas republicanas e letradas. Já o restante da região platina estaria incorporada na barbárie, pois seus campos – os pampas – eram vistos como improdutivos e os povos que por ali viviam – indígenas e gaúchos – seriam responsáveis pelo atraso.

Assim, resalto que mais do que narrar ou descrever, Isabelle classificou, hierarquizou e julgou, o que propiciou seu relato ser convertido como ferramenta de poder. Aqui as fronteiras vão para além do recorte espacial, mas também são a dualidade por ele apresentada entre civilização e barbárie, Europa e América, modernidade e atraso, ordem e violência. Compreender Isabelle e seu relato é compreender uma invenção platina: as suas fronteiras, conflitos, memórias e mitos.

FONTES

ISABELLE, Arsène. **Emigração e Colonização**. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Souza, 1950

ISABELLE, Arsène. **Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Edições do Senado Federal, v. 61, 2006

ISABELLE, Arsène. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. 2 ed. Porto Alegre: Martins livreiro, 1983

ISABELLE, Arsenio. **Viaje a Argentina, Uruguay y Brasil, em 1830**. Buenos Aires: Editorial Americana, 1943

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. **Fronteiras em movimento e identidades nacionais: a imigração brasileira no Paraguai**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru-SP: Edusc, 2007

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. Dourados – MS: **Revista de História Fronteiras**, v. 10, n. 17, p. 55-67, 2008

ALTAMIRANO, Carlos. **A invenção de nossa América: obsessões, narrativas e debates sobre a identidade da América Latina**. São Paulo: EDUSP, 2021

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008

ANDRADE, Bianca. 12.500+ and counting: biodiversity of the Prazilian Pampa. **Frontiers of Biogeography**, 2023

ANKERSMIT, Franklink Rudolf. **A escrita da história: a natureza da representação histórica**. Londrina: Eduel, 2012

ARANHA, Bruno Pereira de Lima. **De Buenos Aires a Misiones: civilização e barbárie nos relatos de viagens realizados à terra do mate (1882-1898)**. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina). – Universidade de São Paulo (PROLAM), São Paulo, 2014. Disponível em: < <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-14102015-103923/pt-br.php>>. Acesso em 28/10/2025

AVELAR, Alexandre de Sá. O historiador-ensaísta: escrita de si, escrita da história. In: IEGELSKI, Francine; PAIVA, Felipe. **História e Literatura: diálogos no tempo**. Brasília: Editora Fábrika, 2025

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: Leach, Edmund et Alii. **AnthroposHomem**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985

BALLER, Leandro. **A invenção das fronteiras: histórias, experiências e sentidos na mobilidade entre Brasil e Paraguai**. Curitiba: Editora CRV, 2021

BARRETO, Abeillard. Bibliografia Sul-rio-grandense. 1973. In: ISABELLE, Arsène. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Tradução e notas de Dante de Laytano. Editora Martins Livreiro, 1983

BARTH, Larissa. Construção da figura do gaúcho: uma análise a partir dos relatos de Arsène Isabelle. In: **33º Simpósio Nacional de História: os (des)confortos da história e os futuros do ensino de história**, 2025, Belo Horizonte – MG. Anais eletrônicos. Disponível em: < <https://www.snh2025.anpuh.org/anais/trabalhos/lista>>. Acesso em: 06/10/2025

BARTH, Larissa. Uso de relatos de viagem pelo IHGRGS: Forjamento da Identidade “uma” do gaúcho. Dourados-MS: **Revista eletrônica História em Reflexão**, v. 20, n. 38, 2024

BEIRED, José Luis Bendicho. **Breve história da Argentina**, São Paulo: editora Ática: 1996

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986

BLOCH, Marc. **Apologia da História: ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2002

BOCAFOLI, Maria Fernanda Degan. Modernização, modernidade, modernismo: imagens da cidade na Argentina e no Brasil na passagem do XIX para o XX. **Latin American Journal of Developmente**. Curitiba, v. 04, n. 05, 2022

BORGES, Jorge Luis. **O Martín Fierro**. Porto Alegre: editora L&PM Pocket, 1985

BONATO, Tiago. De uma margem à outra: rios, mapas e fronteiras na bacia platina (séculos XVI-XVII). **Revista eletrônica da ANPHLAC**, n. 26, p. 198-229. 2019

CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. Editora Forense-Universitária. Rio de Janeiro, 1982.

CHARTIER, Roger. **A História cultural: entre práticas e representações**. Portugal: Editora DIFEL, 2 ed., 2002

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2007

CHIAPPINI, LIGIA. Multiculturalismo e Identidade Nacional. In: MARTINS, Maria Helena. **Fronteiras culturais: Brasil, Uruguai, Argentina**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002

CORBO, Tomás Sansón. Andrés Lamas y la influencia de Brasil em la historiofrafia rioplatense en el siglo XIX. In: GANDRA, Edgar Ávila; KLEIN, Ana Inez; POSSAMAI, Paulo César; SABALLA, Viviane; SILVEIRA, Marcos César Borges da. **Estudos de História Regional Platina**. Porto Alegre: Editora fi, 2018

CORBO, Tomás Sansón. Processo de configuración del campo historiográfico uruguayo. **História da Historiografia**, v. 04, n. 06, 2011

ELIAS, Nobert. **O processo civilizador (vol. 2) – Formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1993

ESPIG, Márcia Janete; EZEQUIEL, Márcio. Literatura de viagem: apropriações e o mistério da leitura. **Métis: História e Cultura**, v. 01, n. 01, 2002

FEBVRE, Lucien. **O Reno. Histórias, mitos e realidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000

FIGUEIREDO, Jona Bosak de. Fronteiras no Prata: Guachos e sombras – a identidade gaúcha e a literatura de Barbosa Lessa e Ricardo Guiraldes. In: CHIAPPINI, Ligia; MARTINS, Maria Helena. **Cone Sul: fluxos, representações e percepções**. São Paulo: Editora HUCITEC, 2006

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. Olhares viajantes e imagens fundadoras (do século XVII ao XIX). **Da terra de ninguém à terra de muitos**. v. 01, p. 273-307

FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. A formulação da “fronteira manejada” como proposta teórica a partir dos estudos de crimes. In: **Anais do I Seminário Internacional Brasil no século XIX**, Vitória – ES: UFES, 2014

FOCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 4 ed. Rio de Janeiro, 1984

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 8 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Paz e Terra. 2018

FRANCO, Stella Maris Scatena. Relatos de viagem: reflexões sobre seu uso como fonte documental. In: In: FRANCO, Stella Maris Scatena; JUNQUEIRA, Mary Anne. **Cadernos de Seminários de Pesquisa**, V. II. São Paulo: Editora Humanitas, 2011

FRANCO, Stella Maris Scatena. Relatos de viagem: reflexões sobre seu uso como fonte documental. **Cultura e política nas Américas: circulação de idéias e configuração de identidades (séculos XIX e XX)**. Departamento de História da USP, 2009

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. **Sertão, Fronteira, Brasil: Imagens de Mato Grosso no mapa da civilização**. Cuiabá: EDUFMT, 2012

GENETTE, Gérard. **Paratextos editoriais**. São Paulo: Editora Ateliê, 2009

GOFF, Jacques Le. Verbete memória. **Enciclopédia Einaudi - Memória e História**. Imprensa Nacional - Casa da Moeda. 1984

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03** / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, p. 39-64, 2005

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, n. 1. Rio de Janeiro, 1988

GUTFREIND, Ieda. **A historiografia rio-grandense**. Porto Alegre: EDUFRGS, 1998.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa**. São Paulo: Editora UNESP, 2014

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. DP&A editora, 11º ed. Rio de Janeiro. 2006

HALL, Stuart. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz. T. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2008

HARTOG, François. **O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro**. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012

HERNANDEZ, José. **El Gaucho Martín Fierro**. 13 ed. Buenos Aires: Libros Centenario, 1964

HERZOG, Tamar. **Frontiers of possession: Spain and Portugal in Europe and the Americas**. Massachusetts: Harvard University Press, 2015

HOBBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções: 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 33º ed., 2014

HOHLFELDT, Antônio. O Gaúcho: Tipo social de tríplice representação. In: CHIAPPINI, Ligia; MARTINS, Maria Helena. **Cone Sul: fluxos, representações e percepções**. São Paulo: Editora HUCITEC, 2006

JUNQUEIRA, Mary Anne. Elementos para uma discussão metodológica dos relatos de viagem como fonte para o pesquisador. In: FRANCO, Stella Maris Scatena; JUNQUEIRA, Mary Anne. **Cadernos de Seminários de Pesquisa**, V. II. São Paulo: Editora Humanitas, 2011

KURY, Lorelai. Viajantes e naturalistas do século XIX. In: PEREIRA, Paulo Roberto. **Brasiliana da Biblioteca Nacional – Guia de fontes sobre o Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2001

KURY, Lorelai. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, V. VIII, 2001

LADEIRA, Saionara Gomes. Diálogos na fronteira: a diplomacia brasileira em defesa da soberania do Império no rio da Prata. **Dissertação** (Mestrado em História Social) – Instituto Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2009

LAMARTINE, Alphonse de. **Memórias, impressões, pensamentos e paisagens, durante uma viagem ao Oriente (1832-1833) ou notas de um viajante**. Bruxelas: V. 03, Ad. Wahlen and Co

LEAL, Ondina Fachel. Os gaúchos: Cultura e Identidade masculina no pampa. Pelotas: **Revista Tessituras**, v. 07, n. 01, 2019

LEITE, Miriam Moreira. Naturalistas viajantes. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, 1995

LYNCH, John. As origens da independência da América Espanhola. In: BETHELL, Leslie. **História da América Latina: da independência a 1870**. São Paulo: Edusp, v. III, 2009

MAESTRI, Mário. **Breve História do Rio Grande do Sul: da Pré-História aos dias atuais**. 2ed. Porto Alegre: FCM Editora, 2021

MARCELINO, Douglas Attila. A narrativa histórica entre a vida e o texto: apontamentos sobre um amplo debate. **Topoi**, v. 13, n. 25, 2012

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: A degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997

MEGHJI, Shafik. **A cidade do Uruguai que mudou a forma como comemos**. BBC News Brasil, 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/vert-tra-47396363>>. Acessado em: 30/11/2024

MENEGAT, Carla; ZALLA, Jocelito. História e memória da Revolução Farroupilha: breve genealogia do mito. São Paulo: **Revista Brasileira de História**, v. 31, n. 62, 2011

MENEZES, Ilca Santos de. As origens e a importância do conceito de opinião pública na filosofia de Jurgen Habermas. Porto Alegre: **Intuitio**, v. 15, n. 01, 2022

MENEZES, Marcos Antônio de. A poesia de Baudelaire e as representações da Paris do século XIX. In: MENEZES, Marcos Antônio de. **História: cultura, sociedade e poder**. Goiânia: Editora Puc Goiás, 2015

MINUZZI, João Davi Oliveira. Percepções do mundo natural: o pampa na visão de viajantes europeus no início do século XIX. **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História: lugares dos historiadores – velhos e novos desafios**. Florianópolis, 2015

MIRA, Carlos. Calera de Barquín, um increíble viaje en el tempo entre palmeiras, muy cerca de Colón. Infobae, 2018. Disponível em: <<https://www.infobae.com/turismo/2018/10/15/calera-de-barquin-un-increible-viaje-en-el-tiempo-entre-palmeras-muy-cerca-de-colon/>>. Acessado em 01/04/2025

MORALES, Ernesto. El viaje de Arsenio Isabelle. In: ISABELLE, Arsenio. **Viaje a Argentina, Uruguay y Brasil, em 1830**. Buenos Aires: Editorial Americana, 1943

NEETZOW, Anselmo Alves. **A construção colonial da província platina nos séculos XVI e XVII**. Tese (Doutorado em Letras – área de História) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Portugal, 2012

NEDEL, Letícia Borges. **Um passado novo para uma História em crise: Regionalismo e Folclorismo no Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em História). Brasília: Universidade de Brasília (UNB), 2005

O'GORMAN, Edmundo. **A invenção da América**. Tradução de Ana Laria Martínez Côrrea e Manoel Lelo Bellotto, São Paulo: Editora Unesp, 1992.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002

PASSETI, Gabriel. **Indígenas e Criollos: política, guerra e traição nas lutas no sul da Argentina (1852-1885)**. São Paulo: Editora Alameda, 2012

PELLEGRINO, Gabriela; PRADO, Maria Ligia. **História da América Latina**. São Paulo: Editora Contexto, 2023.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena. **Fronteiras culturais: Brasil, Uruguai, Argentina**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002

PINTO, Regina Meireles da Costa. **O fenômeno da Conquista do Deserto nas obras *El gaúcho Martín Fierro* (1872) e *La vuelta de Martín Fierro* (1879), de José Hernández**. Trabalho de conclusão de curso (História) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação**. Bauru - São Paulo: EDUSC, 1999

RAJ, Kapil. (tradução: Juliana Freire). Além do colonialismo... e pós positivismo: circulação e a história global da ciência. **Revista Maracanan**, n. 13, 2015

REIS, José Carlos. O lugar da teoria-metodologia na cultura histórica. **Revista de Teoria da História (UFG)**. Ano 03, n. 06. 2011

ROCCA, Pablo. Encruzilhadas e fronteiras da gauchesca (do Rio da Prata ao Rio Grande do Sul). In: MARTINS, Maria Helena. **Fronteiras Culturais: Brasil, Uruguai, Argentina**. São Paulo: Editora Ateliê, 2002

SAFFORD, Frank. Política, Ideologia e Sociedade na América Espanhola do PósIndependência. In: BETHELL, Leslie. **História da América Latina: da independência a 1870**. São Paulo: Edusp, v. III, 2009

SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo**. (Tradução: Desine Bottmann). São Paulo: Companhia de Bolso, 2011

SARMIENTO, Domingo Faustino. **Facundo: civilización y barbarie**. Buenos Aires: Biblioteca del Congreso de la Nación, 2018

SCHAFFER, Neiva Otero. Globalização e fronteira. In: Práticas de integração nas fronteiras: temas para o Mercosul. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1995

SCHEIDT, Eduardo. Debates historiográficos acerca de representações de nação na Região Platina. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, n. 05

SCHEMES, Elisa Freitas. A literatura de viagem como gênero literário e como fonte de pesquisa. **XXVIII Simpósio Nacional de História** - lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis – SC, 2015

SCHWARTZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. Companhia das Letras, 6º ed. São Paulo, 2005

SMITH, Linda Tuhiwai. **Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas**. (Tradução: Roberto G. Barbosa). Curitiba: Editora UFPR, 2021

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Editora WMF Martinsfontes, 2011

TOSTES, Teodemiro. Nota sobre o autor. 1949. In: ISABELLE, Arsène. **Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul**. Edições do Senado Federal, V. 61, 2006
UNESCO. **Paisaje Cultural Industrial de Fray Bentos**. Unesco (Lista del Patrimonio Mundial), 2015. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/es/list/1464>>. Acessado em 01/04/2025

VARELA, Alfredo. **História da Grande Revolução**. Porto Alegre: Livraria do Globo. Versão Eletrônica – Grupo de Estudos ‘Alfredo Varela’. 2002

VERÍSSIMO, Érico. **O tempo o Vento (parte I) – O Continente (vols. I e II)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013

WASSERMAN, Claudia. A primeira fase da historiografia latino-americana e a construção da identidade das novas nações. Ouro Preto: **História da Historiografia**, n. 07, 2011

ZALLA, Jocelito. **Simões Lopes neto e a fabricação do Rio Grande Gaúcho**. São Leopoldo: Editora Oikos, 2022

ZALLA, Jocelito. O retorno de Sepé Tiaraju: memória, historiografia e resistência popular no sul do Brasil. Porto Alegre: **Revista anos 90**, v. 30, 2023

ZILBERMAN, Regina. Prefácio. In: VERÍSSIMO, Érico. **O tempo o Vento (parte I) – O Continente (vols. I e II)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013

ZUBARAN, Maria Angélica. O eurocentrismo do testemunho: relatos de viagem no Rio Grande do Sul do século XIX. **Anos 90**. Porto Alegre, n. 12, 1999

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **História; a arte de inventar o passado.** Bauru: Edusc, 2007

ALTAMIRANO, Carlos. **A invenção de nossa América.** São Paulo: Edusp, 2021

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008

ANKERSMIT, Frank. **A escrita da História: a natureza da representação histórica.** Londrina: Eduel, 2012

BETHELL, Leslie. **História da América Latina: da independência a 1870.** Vol. III. São Paulo: Edusp, 2009

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** 11 ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2007

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense, 1982

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010

CHIAPPINI, Ligia; MARTINS, Maria Helena. **Cone sul: fluxos, representações e percepções.** São Paulo: Editora Hucitec, 2006

DEVÉS-VALDÉS, Eduardo; WASSERMAN, Claudia. **Pensamento latino-americano: além das fronteiras nacionais.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2010

DUMOULIN, Olivier. **O papel social do historiador: da cátedra ao tribunal.** Belo Horizonte: Autêntica, 2017

FUKUYAMA, Francis. **The End of History and the Last Man.** New York: Free press, 1992

GADDIS, John Lewis. **Paisagens da história: como os historiadores mapeiam o passado.** Rio de Janeiro: Campus, 2003

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Edições Vértice, 1990

HARTOG, François. **O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro.** 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012

HOBBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções: 1789-1848.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 33ª ed., 2014

KOSELECK, Reinhart. **O conceito de história.** Belo Horizonte: Autêntica, 2013

MARTINS, Maria Helena. **Fronteiras culturais.** Porto Alegre: Editora Ateliê, 2002

O'GORMAN, Edmundo. **A invenção da América.** São Paulo: Editora UNESP. 1992

PELLEGRINO, Gabriela; PRADO, Maria Ligia. **História da América Latina.** São Paulo: Editora Contexto, 2023

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação.** Bauru - São Paulo: EDUSC, 1999

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Unicamp, 2007

SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo.** (Tradução: Desine Bottmann). São Paulo: Companhia de Bolso, 2011

Smith, Linda Tuhiwai. **Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas.** Curitiba: Ed. UFPR, 2018

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro.** São Paulo: Editora WMF Martinsfontes, 2011.